em pauta

Teoria social e realidade contemporânea • Set/Dez 2024 - Vol. 22 - Nº 56

ISSN 2238-3786 (Online)

Crise, Questão Social e Serviço Social

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro – set./dez. 2024 – n. 56, v. 22, p. 1-222
ISSN 2238-3786 (Versão online)

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gulnar Azevedo e Silva
Reitora

Antonio Soares da Silva
Pró-reitoria de Graduação – PR1

Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Ana Maria de Almeida Santiago
Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PR3

Renato dos Santos Veloso
Diretor do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Ana Paula Procópio da Silva - **Diretora**
Simone Lessa - **Vice-diretora**
Rosangela Nair de Carvalho Barbosa - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social** (PPGSS/UERJ)
Ney Luiz Teixeira de Almeida - **Coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social** (PPGSS/UERJ)

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Diego Martins Dória Paulo, Elziane Olina Dourado, Graziela Scheffer, Juan Pablo Sierra Tapiro, Marilda Villela Iamamoto, Monica de Jesus Cesar, Ney Luiz Teixeira de Almeida e Valeria Lucilia Forti.

Editora Responsável: Monica de Jesus Cesar
Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano
Bolsista de extensão: Rafaela Bezerra da Silva
Bolsista de estágio interno complementar: Emanuelle de Almeida Alexandre
Revisão de texto: Klein Editora
Tradução/revisão de inglês: Klein Editora
Projeto gráfico, editoração e capa: Zeppelini Publishers
Foto de capa: Iasmin Mamede
Fotografias: Iasmin Mamede
Agradecimentos: Iasmin Mamede e Franci Gomes Cardoso
APOIO: PROEX-CAPES, FAPERJ

CAPES

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea
Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais
Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001 - Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ– Brasil
URL: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta
E-mail: revistaempauta.uerj@gmail.com. Telefones: 2334-0299; 2334-0291– ramal 221
ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

CATALOGAÇÃO NA FONTE: UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

E53 Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea [recurso eletrônico] – V. 22, n. 56 (2024) – . – Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2024 –
v.: il.

Quadrimestral.
Modo de acesso: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index >
e- ISSN: 2238-3786.
Descrição baseada em conteúdo acessado em: 26 maio 2023.
Edição impressa: Ano 1 (1993) – Ano 21 (2014): ISSN 1414-8609.

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. 3. Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social

CDU 36(05)

ISSN 2238-3786 (Versão online)
set./dez. 2024 – n. 56, v. 22

EQUIPE EDITORIAL
Monica de Jesus Cesar
Ana Inês Simões Cardoso de Melo
Ana Paula Procópio
Elziane Olina Dourado
Marilda Villela Iamamoto
Ney Luiz Teixeira de Almeida
Valeria Lucilia Forti
Editoras Responsáveis: Monica de Jesus Cesar
Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta — Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <http:/ www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download.
Está também indexada e/ou resumida em:
DOAJ - Directory of Open Access Journals
DIADORIM
EBSCO
CAPES - Portal de Periódicos
CENGAGE Learning
LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas
Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
OAJI - Open Academic Journals Index
SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.
Internacionais: Atílio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). Nacionais: Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montaño (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula(UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); LauraTavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Silvia Gerschman (ENSP/ FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).

PRODUÇÃO EDITORIAL
ZEPPELINI PUBLISHERS

SUMÁRIO

Editorial

O atual metabolismo social do trabalho e a precariedade do mundo humano.....10
Valeria Lucilia Forti, Monica de Jesus Cesar

Artigos

Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade..... 20
Marilda Villela Iamamoto

Limites absolutos do capital na crise estrutural: uma análise em Mészáros..... 34
Milena da Silva Santos

Padrão de reprodução do capital e questão social no Rio de Janeiro 47
Rodrigo Castelo, Lays Ventura, Guilherme de Rocamora, Henrique Galdino

Questão social, pobreza rural e intersetorialidade: desafios de uma tenra construção..... 62
Juliana Firmino Fonzar, Eugênia Aparecida Cesconeto

Questão social e pandemia da Covid-19: expressões sobre a educação pública brasileira.....78
Lilian Angélica da Silva Souza, Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira, Luiza Guimarães Oliveira

A eugenia no trato das expressões da questão social e no Serviço Social brasileiro 92
Gabriela Alves dos Santos

A percepção dos profissionais dos Cras sobre o atendimento às demandas de violação de direitos.....107
Daiane Zanin, Jean Von Hohendorff

Supervisão técnica com assistentes sociais do INSS: reflexões sobre o trabalho profissional.....121
Gênesis de Oliveira Pereira

As particularidades da visita domiciliar no exercício profissional de assistentes sociais.....135
Francine Helfreich, Thayana Vianna Melo

O trabalho do assistente social na proteção da infância quilombola e ribeirinha da Amazônia 149
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, Luís Sidney Nascimento Fiel, Linda Gabrielle Coutinho Monteiro

Tema Livre

A simbiótica relação entre acumulação capitalista, trabalho, pobreza e políticas sociais 164
Helena Lúcia Augusto Chaves

Soberania Sequestrada: fome e pobreza haitiana como construções sociopolíticas de atores estrangeiros..... 178
Ethol Exime, Evandro Alves Barbosa Filho

Entrevista

Franci Gomes Cardoso: uma intelectual militante do Grupo do Maranhão..... 193
Juan Pablo Sierra Tapiro, Diego Martins Dória Paulo

Resenha

Lise Vogel e o debate sobre as raízes históricas e as bases materiais da opressão à mulher 201
Guilherme Moraes da Costa

Raízes do protesto negro no Brasil: Clóvis Moura e as lutas do nosso tempo..... 205
Sandhro Luiz de Almeida Abrahão

Homenagem de vida

80 anos da Faculdade de Serviço Social da Uerj: andanças contra o conservadorismo 209
Graziela Scheffer, Carlos Felipe Nunes Moreira

Mostra fotográfica

Questão social: entre fotografar e se deixar fotografar nas imagens de Iasmin Mamede.....213
Ziza Dourado (E.O.)

CONTENTS

Editorial

The current social metabolism of work and the precariousness of the human world 15
Valeria Lucilia Forti, Monica de Jesus Cesar

Articles

Social Work in History: resistance to social inequalities and respect for Diversity 20
Marilda Villela Iamamoto

Absolute limits of capital in the structural crisis: an analysis of Mészáros 34
Milena da Silva Santos

Pattern of capital reproduction and social issue in Rio de Janeiro 47
Rodrigo Castelo, Lays Ventura, Guilherme de Rocamora, Henrique Galdino

Social issue, rural poverty, and intersectorality: challenges of an incipient construction 62
Juliana Firmino Fonzar, Eugênia Aparecida Cesconeto

Social issue and the COVID-19 pandemic: impacts on Brazilian public education 78
Lilian Angélica da Silva Souza, Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira, Luiza Guimarães Oliveira

Eugenics in dealing with expressions of social issues and in Brazilian social work 92
Gabriela Alves dos Santos

The perception of Cras professionals about meeting demands for rights violations 107
Daiane Zanin, Jean Von Hohendorff

Technical supervision with INSS social workers: reflections on professional work 121
Gênesis de Oliveira Pereira

The particularities of home visits in the professional practice of social workers 135
Francine Helfreich, Thayana Vianna Melo

The work of social workers in the protection of quilombola and ribeirinha children in the Amazon, Brazil 149
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, Luís Sidney Nascimento Fiel, Linda Gabrielle Coutinho Monteiro

Free Theme

The symbiotic relationship between capitalist accumulation, work, poverty, and social policies 164
Helena Lúcia Augusto Chaves

Kidnapped Sovereignty: Haitian hunger and poverty as sociopolitical constructions of foreign actors 178
Ethol Exime, Evandro Alves Barbosa Filho

Interview

Franci Gomes Cardoso: a militant intellectual from the Maranhão Group 193
Juan Pablo Sierra Tapiro, Diego Martins Dória Paulo

Reviews

Lise Vogel and the debate on the historical roots and material bases of the oppression of women 201
Guilherme Moraes da Costa

Roots of the Black Protest in Brazil: Clóvis Moura and the struggles of our time 205
Sandhro Luiz de Almeida Abrahão

Homage

The Faculty of Social Work at Uerj turns 80: a journey against conservatism 209
Graziela Scheffer, Carlos Felipe Nunes Moreira

Photography Exhibition

Social issue: between photographing and being photographed on Iasmin Mamede's images 213
Ziza Dourado (E.O.)

EDITORIAL
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86517

O atual metabolismo social do trabalho e a precariedade do mundo humano

The current social metabolism of work and the precariousness of the human world

Valeria Lucilia Forti*
Monica de Jesus Cesar**

A edição nº 56 da *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* apresenta o dossiê temático Crise, Questão Social e Serviço Social, com o objetivo de divulgar artigos que abordam aspectos pertinentes a esse tema e visando adensar e socializar o conhecimento produzido por meio de estudos e pesquisas acerca das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no Brasil e/ou mundialmente. Isso, especialmente, porque, nas primeiras décadas do século XXI, o capitalismo vem dando sinais do esgotamento de suas possibilidades civilizatórias. Como sabemos, esse modo de produção comporta uma relação social que impõe a subsunção formal e real do trabalho. Contudo, isso se mostra exacerbado sob a regência neoliberal – o denominado ultraneoliberalismo –, uma vez que a inerente característica exploradora/expropriadora desse modo de produção foi potencializada. Segundo Dardot e Laval (2016), pode até ser considerado que o neoliberalismo vem sendo assumido como construção histórica e norma geral da vida.

As tendências e contradições do referido modo de produção tomaram expressivo fôlego e se expandiram, constituindo o mundo da informalização com a informatização, da "dinâmica tecnológica" do trabalho, em que a desregulamentação das leis trabalhistas, bem como o declínio da proteção social e do poder das associações sindicais alicerçam a indústria 4.0, a uberização do trabalho, o trabalho em plataformas digitais, o proletariado de serviços da era digital, conforme nos explicita Antunes (2020, 2018). Com isso, pode ser afirmado até que o controle e a manipulação nas diferentes e mais recônditas esferas da vida social tornaram-se as linhas mestras do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Quanto a isso, no pensamento de

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: vforti17@gmail.com.
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: FORTI, V. L.; CESAR, M. J. Editorial. O atual metabolismo social do trabalho e a precariedade do mundo humano. *Em Pauta:* teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 10-14, set./dez. 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86517.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Alves (2011), pode-se captar que as novas relações flexíveis de trabalho promovem mudanças significativas no metabolismo social dessa atividade, o que altera a sociabilidade e a autorreferência pessoal, ou seja, implicam elementos essenciais do processo de formação do humano-genérico.

Vivemos em uma sociedade de capitalismo periférico e dependente. Assim, o que foi mencionado nos impõe um período deveras complexo, uma vez que o (ultra)neoliberalismo que orienta o aludido modo de produção potencializou a exploração do trabalho e, portanto, a violação de parâmetros caros ao mundo humano em prol da valorização do capital. Isso suscita a dramaticidade social decorrente das precárias condições de trabalho e/ou do nível de descartabilidade da força de trabalho presentes em larga escala, junto às patologias físicas e/ou mentais e à fome de segmento significativo da classe trabalhadora. Esses aspectos, agravados, foram predominantemente revelados no período pandêmico. Com isso nos referimos à intensificação de um processo em que a precariedade das condições de vida de grande parcela dos/as trabalhadores/as brasileiros/as já se caracterizava pela histórica informalidade do trabalho e pela incipiência da proteção social, haja vista o seu histórico escravista, de mudanças políticas "pelo alto" (1930, 1985) e de instabilidade democrática.

Em linhas gerais, pode-se considerar que o avanço do capitalismo sob a égide neoliberal erodiu o que, no nosso país, se tinha como uma espécie de neodesenvolvimentismo ou, se preferirmos, a tentativa de "retomada" de uma forma de programa industrializante da nossa última era ditatorial. Originariamente, foi um programa apoiado à época pela burguesia industrial e pelos trabalhadores em combate aos interesses imperialistas, uma vez que eram considerados obstáculos ao avanço da industrialização brasileira. Esse programa desenvolvimentista da era ditatorial civil-militar atendeu, simultaneamente, à burguesia e ao capital estrangeiro, que aderiu ao processo de industrialização dependente do Brasil e de outros países da América Latina – nossa menção é a uma forma de dependência defendida, inclusive, pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso. Isso foi erodido, no capitalismo, sob a égide neoliberal, pois determinado segmento da burguesia brasileira, associado ao capital internacional, entrou em dissonância com os demais da sua classe que não tinham acordo com os interesses internacionais, o que veio fortalecendo uma dependência de outro tipo, tonificando a função primário-exportadora da economia e suscitando recuo no desenvolvimento industrial do país.

Enfim, desde o governo do Sr. José Sarney até a presente data, não obstante matizes distintos, não se avançou em prol da superação da lógica neoliberal, sendo irrefutável a ocorrência de períodos em que, particularmente nos governos petistas, houve importante melhoria nas condições materiais de vida dos indivíduos mais pobres, haja vista o aumento real do salário mínimo, a expansão do crédito e a ampliação das transferências de renda. Isso, inclusive, foi aspecto propulsor da revolta dirigida ao reformismo desse período

por parte de certos segmentos de classe. O reacionarismo expresso pela alta classe média, em face da pequena ascensão das camadas de menor poder aquisitivo possibilitada pela política econômica e social dos governos petistas, escancarou-se, levando até o Partido dos Trabalhadores a ser identificado como um inimigo fundamental entre os partidos de esquerda, devendo por isso ser combatido e eliminado. Esse aspecto se disseminou entre outras parcelas da população também insatisfeitas com as políticas petistas, podendo ser captado como ingrediente fundamental ao processo que desaguou no *impeachment* da presidenta Srª Dilma Rousseff, amalgamando o movimento neofascista à brasileira – movimento que apoiou a chegada e a permanência do Sr. Jair Bolsonaro na presidência do país. Evidentemente, foi um processo que, assentado em valores e posicionamentos antidemocráticos, trouxe um custo alto às políticas sociais, engrossando sobremaneira as expressões da "questão social".

No contexto de crise, há um agravamento visível das múltiplas expressões da "questão social", tais como: superexploração e precarização do trabalho, miséria, pobreza, fome, violência, segregação, opressão, expropriação no campo e nas cidades, com suas marcas de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades etc. Sendo objetos de investigação e da intervenção profissional, tais expressões refletem intrínsecas desigualdades e dão sentido ao compromisso ético-político do Serviço Social, que preconiza o engajamento da categoria com movimentos e lutas sociais em prol da emancipação humana e contra as forças políticas retrógradas que buscam derruir as conquistas democráticas, as políticas públicas e os direitos sociais e humanos.

Como base nesses eixos temáticos, a edição nº 56 reuniu artigos que contribuem para o debate profissional crítico com reflexões profícuas para a ampliação do conhecimento sobre os desafios que, no capitalismo em crise, se interpõem para a profissão e a sociedade. Os artigos que compõem o dossiê temático estão organizados em dois blocos. O primeiro enfoca o debate sobre crise capitalista e "questão social" em diferentes recortes e o segundo se concentra na discussão do Serviço Social, enfatizando, sob vários aspectos, o trabalho profissional.

O artigo que abre o primeiro bloco é o de Marilda Vilela Iamamoto, que sintetiza sua exposição na Conferência Conjunta sobre Trabalho Social, Educação e Desenvolvimento Social (SWSD), realizada em 2024 na cidade de Panamá e organizada pelas entidades: Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (IFSW); Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (IASSW); e Conferência Internacional de Trabalho Social (ICSW). O artigo aborda as transformações operadas no Serviço Social, num contexto de crise, enfatizando o reforço aos vínculos ético-políticos com os sujeitos sociais, em sua unidade de diversidades.

O artigo seguinte, de Milena da Silva Santos, trata dos limites absolutos do capital no processo de crise estrutural, a partir das formulações teóricas de István Mészáros.

O artigo de Rodrigo Castelo, Lays Ventura, Guilherme de Rocamora e Henrique Galdino analisa o atual ciclo de reprodução do capital no Brasil, chamado de padrão exportador de especialização produtiva, e as particularidades da "questão social" na região meridional do estado do Rio de Janeiro, com base no estudo da superexploração da força de trabalho na indústria automobilística. O artigo de Juliana Firmino Fonzar e Eugênia Aparecida Cesconeto discute os desafios e perspectivas da intersetorialidade no enfrentamento à pobreza rural como uma das expressões da "questão social", a partir de estudo qualitativo e de experiência profissional na área de extensão rural. Finalizando o primeiro bloco, o artigo de Lilian Angélica da Silva Souza, Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira e Luiza Guimarães Oliveira analisa as expressões da questão social sobre a educação pública no Brasil durante a pandemia da Covid-19.

No segundo bloco, o artigo de Gabriela Alves dos Santos aborda o racismo e o patriarcado na constituição da questão social no Brasil e a influência da eugenia no Serviço Social brasileiro como uma das manifestações do conservadorismo na gênese da profissão. Na sequência, Daiane Zanin e Jean Von Hohendorff abordam, em seu artigo, a percepção dos/as profissionais que atuam em Centros de Referência de Assistência Social (Cras) sobre o atendimento da política de assistência social às demandas de violação de direitos em municípios que não possuem o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) ou equipe técnica específica. O artigo de Gênesis de Oliveira Pereira apresenta reflexões tecidas a partir da experiência de supervisão técnica desenvolvida com assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), através de projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Francine Helfreich Coutinho dos Santos e Thayana Vianna Melo discorrem sobre a visita domiciliar como parte do instrumental técnico-operativo utilizado na atuação de assistentes sociais, propondo uma reflexão crítica sobre este instrumento e ressaltando sua historicidade, finalidade e consonância com as diretrizes do projeto ético-político da profissão. Encerrando o segundo bloco, o artigo de Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, Linda Gabrielle C. Monteiro e Luís Sidney N. Fiel discute a atuação do assistente social e a proteção da infância na Amazônia brasileira, tendo como lócus o município de Cametá (PA), que concentra famílias ribeirinhas e quilombolas.

A seção tema livre é composta por dois artigos. O primeiro, de Helena Lúcia Augusto Chaves, trata da relação entre trabalho e proteção social, problematizando a configuração do *workfare* em tempos de financeirização do capital e tecendo reflexões sobre a política social na relação entre Estado e sociedade. O segundo, de Ethol Exime, Clério Plein e Evandro Alves Barbosa Filho, analisa a permanência evolutiva da fome sob a ótica das intromissões externas contra a liberdade política no Haiti.

A entrevista desta edição foi feita por Juan Pablo Sierra Tapiro e Diego Martins Dória Paulo com Franci Gomes Cardoso, que possui admirável trajetória de vida e de

trabalho. Nossa entrevistada é reconhecida por sua valiosa contribuição ao Serviço Social, atuando como assistente social, professora universitária, pesquisadora e intelectual militante, com relevante produção acadêmica que confere solidez à fundamentação teórico-prática do Serviço Social.

Esta edição apresenta duas resenhas de obras fundamentais na atualidade. A primeira, elaborada por Guilherme Moraes da Costa, é do livro de Lise Vogel intitulado *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, publicado em 2022 pela Expressão Popular. A segunda, escrita por Sandhro Luiz de Almeida Abrahão, é do livro de Clóvis Moura intitulado *Brasil: as raízes do protesto negro*, publicado em 2023 pela Dandara Editora.

A homenagem de vida é para a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/Uerj), patrimônio histórico do Serviço Social brasileiro, que completou 80 anos. Graziela Scheffer e Carlos Felipe Nunes Moreira enalteceram, nesta homenagem, a trajetória histórica desta instituição de ensino contra os ventos e marés do conservadorismo, destacando o seu compromisso com a democracia e o seu pioneirismo na oferta de um curso noturno, viabilizando o acesso ao ensino superior às trabalhadoras e aos trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro e de outras paragens. Vida longa para a FSS/Uerj!

Por fim, a mostra fotográfica apresenta o trabalho de Iasmin Mamede que, além de cursar a graduação em Serviço Social na FSS/Uerj, se destaca por seu trabalho como fotógrafa profissional. O trabalho de Iasmin reitera que a fotografia é produto do olhar do fotógrafo e que este olhar expressa repertórios de vida no momento da produção da imagem.

Desejamos que apreciem o instigante conteúdo publicado nesta edição!

Referências

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista da RET*, São Paulo, v. 5, n. 8, 2011.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.* São Paulo: Boitempo, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

EDITORIAL
https://doi.org/10.12957/rep.2024.86517

The current social metabolism of work and the precariousness of the human world

O atual metabolismo social do trabalho e a precariedade do mundo humano

Valeria Lucilia Forti*
Monica de Jesus Cesar**

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: vforti17@gmail.com.
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: FORTI, V. L.; CESAR, M. J. Editorial. The current social metabolism of work and the precariousness of the human world. *Em Pauta:* teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 15-19, set./dez. 2024. Available in: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86517.

The 56th issue of *Em Pauta: social theory and contemporary reality* presents the thematic dossier Crisis, Social Issue and Social Work, with the aim of disseminating articles that address relevant aspects to this topic and aiming to deepen and socialize the knowledge produced through studies and research on the economic, political, social, and cultural transformations that have occurred in Brazil and/or worldwide. This is especially so because, in the first decades of the 21st century, capitalism has been showing signs of the exhaustion of its civilizational possibilities. As we know, this mode of production involves a social relationship that imposes the formal and real subsumption of work. However, this is exacerbated under neoliberal rule – the so-called ultra-neoliberalism –, since the inherent exploitative/expropriating characteristic of this mode of production was heightened. According to Dardot and Laval (2016), it can even be considered that neoliberalism has been assumed as a historical construction and general norm of life.

The trends and contradictions of the aforementioned mode of production took on significant momentum and expanded, constituting the world of informalization with computerization, of the "technological dynamics" of work, in which the deregulation of labor laws, as well as the decline of social protection and the power of trade unions, underlies industry 4.0, the uberization of work, work on digital platforms, the service proletariat of the digital era, as explained by Antunes (2020, 2018). With this, it can even be stated that control and manipulation in the different and most hidden spheres of social life have become the guiding principles of the development of contemporary capitalism. In this regard, in the thinking of Alves (2011),

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

it can be seen that new flexible work relationships promote significant changes in the social metabolism of this activity, which alters sociability and personal self-reference, that is, they imply essential elements of the process formation of the human-generic.

We live in a society of peripheral and dependent capitalism. Thus, the picture that was described imposes on us a truly complex period, since the (ultra)neoliberalism that guides the aforementioned mode of production has enhanced the exploitation of work and therefore the violation of parameters dear to the human world in favor of valuing the capital. This raises social drama resulting from precarious working conditions and/or the level of disposability of the workforce present on a large scale, along with physical and/or mental pathologies and hunger among a significant segment of the working class. These worsened aspects were predominantly revealed during the pandemic period. By this we refer to the intensification of a process in which the precarious living conditions of a large portion of Brazilian workers were already characterized by the historical informality of work and the incipience of social protection, given its history of slavery, political changes "from above" (1930, 1985), and democratic instability.

In general terms, it can be considered that the advance of capitalism under the neoliberal aegis has eroded what, in our country, was seen as a kind of neo-developmentalism or, if we prefer, the attempt to "retake" a form of industrializing program of our last dictatorial era. Originally, it was a program supported at the time by the industrial bourgeoisie and workers in combat against imperialist interests, as they were considered obstacles to the advancement of Brazilian industrialization. This developmental program of the civil-military dictatorial era served, simultaneously, the bourgeoisie and foreign capital, which joined the process of dependent industrialization in Brazil and other Latin American countries – we mention a form of dependence defended even by former president Fernando Henrique Cardoso. This was eroded, in capitalism, under the neoliberal aegis, as a certain segment of the Brazilian bourgeoisie, associated with international capital, entered into dissonance with the rest of their class who did not agree with international interests, which came to strengthen another type of dependence, strengthening the basic-resource-export function of the economy and causing a decline in the country's industrial development.

Finally, from José Sarney's administration to the present date, despite different nuances, no progress has been made in favor of overcoming the neoliberal logic, even though it is irrefutable the occurrence of periods in which, particularly in PT administrations, there has been important improvements in living materials conditions of the poorest individuals, given the real increase in the minimum wage, the expansion of credit, and the expansion of income transfers. This, in fact, was a driving aspect of the revolt directed at reformism during this period by certain class segments. The reactionarism expressed by the upper middle class, in the face of a small rise of the people in the poorer layers

of society made possible by the economic and social policy of the PT governments, was blown wide open, leading even the Workers' Party to be identified as the quintessential enemy among other leftist parties, and therefore should be combated and eliminated. This aspect spread among other segments of the population who were also dissatisfied with PT's policies, and could be seen as a fundamental ingredient in the process that led to the impeachment of President Dilma Rousseff, coalescing the neo-fascist movement à la Brazil – a movement that supported the arrival and permanence of Jair Bolsonaro in the country's presidency. Evidently, it was a process that, based on anti-democratic values and positions, brought a high cost to social policies, greatly increasing the expressions of the "social issue".

In the context of crisis, there is a visible worsening of the multiple expressions of the "social issue", such as: super-exploitation and precariousness of work, misery, poverty, hunger, violence, segregation, oppression, expropriation in the countryside and in the cities, with their marks of gender, race/ethnicity, generation, sexualities, etc. Being objects of investigation and professional intervention, such expressions reflect intrinsic inequalities and give meaning to the ethical-political commitment of social work, which advocates the category's engagement with social movements and struggles in favor of human emancipation and against the retrograde political forces that seek to destroy democratic achievements, public policies, and social and human rights.

Based on these thematic axes, issue no. 56 brings together articles that contribute to the critical professional debate with fruitful reflections to expand knowledge about the challenges that, in capitalism in crisis, stand in the way of the profession and society. The articles that make up the thematic dossier are organized into two groups. The first focuses on the debate on the capitalist crisis and "social issue" in different areas and the second focuses on the discussion of social work, emphasizing, in various aspects, professional work.

The article that opens the first group is that of Marilda Vilela Iamamoto, who summarizes her presentation at the Joint Conference on Social Work, Education, and Social Development (SWSD), held in 2024 in Panama City and organized by the International Federation of Social Workers (IFSW), the International Association of Schools of Social Work (IASSW), and the International Conference on Social Work (ICSW). The article addresses the transformations carried out in social work, in a context of crisis, emphasizing the reinforcement of ethical-political links with social subjects, in their unity of diversity.

The following article, by Milena da Silva Santos, deals with the absolute limits of capital in the structural crisis process, based on the theoretical formulations of István Mészáros. The article by Rodrigo Castelo, Lays Ventura, Guilherme de Rocamora, and Henrique Galdino analyzes the current cycle of capital reproduction in Brazil, called the export pattern of productive specialization, and the particularities of the "social issue" in

the southern region of the state of Rio de Janeiro, based on the study of the superexploitation of the workforce in the automobile industry. The article by Juliana Firmino Fonzar and Eugênia Aparecida Cesconeto discusses the challenges and perspectives of intersectorality in tackling rural poverty as one of the expressions of the "social issue", based on a qualitative study and professional experience in the area of rural extension. Concluding the first block, the article by Lilian Angélica da Silva Souza, Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira and Luiza Guimarães Oliveira analyzes the expressions of the social issue regarding public education in Brazil during the COVID-19 pandemic.

In the second block, the article by Gabriela Alves dos Santos addresses racism and patriarchy in the constitution of the social issue in Brazil and the influence of eugenics in Brazilian social work as one of the manifestations of conservatism in the genesis of the profession. Next, Daiane Zanin and Jean Von Hohendorff address, in their article, the perception of professionals who work in Social Assistance Reference Centers (CRAS) regarding the social assistance policy's compliance with demands for rights violations in municipalities that do not have a Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) or a specific technical team. The article by Gênesis de Oliveira Pereira presents reflections based on the technical supervision experience developed with social workers from the National Social Security Institute (INSS), through an extension project at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Francine Helfreich Coutinho dos Santos and Thayana Vianna Melo discuss the home visit as part of the technical-operative instrument used in the work of social workers, proposing a critical reflection on this instrument and highlighting its historicity, purpose, and consonance with the guidelines of the ethical-political professional project. Closing the second block, the article by Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, Linda Gabrielle C. Monteiro, and Luís Sidney N. Fiel discusses the role of social workers and child protection in the Brazilian Amazon, taking as its locus the municipality of Cametá (PA), which concentrates riverside and quilombola families.

The free topic section consists of two articles. First of Helena Lúcia Augusto Chaves, deals with the relationship between work and social protection, problematizing the configuration of *workfare* in times of financialization of capital and reflecting on social policy in the relationship between the state and society. The second, by Ethol Exime, Clério Plein, and Evandro Alves Barbosa Filho, analyzes the evolutionary permanence of hunger from the perspective of external interference against political freedom in Haiti.

The interview in this edition was carried out by Juan Pablo Sierra Tapiro and Diego Martins Dória Paulo with Franci Gomes Cardoso, who has an admirable life and work trajectory. Our interviewee is recognized for her valuable contribution to social work, with experience as a social worker, a university professor, a researcher and a militant intellectual, with relevant academic production that gives solidity to the theoretical-practical foundation of social work.

This edition presents two reviews of fundamental works today. The first, prepared by Guilherme Moraes da Costa, is from Lise Vogel's book entitled *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, published in 2022 by Expressão Popular. The second, written by Sandhro Luiz de Almeida Abrahão, is from the book by Clóvis Moura entitled *Brazil: The Roots of Black Protest*, published in 2023 by Dandara Editora.

The lifetime tribute is to the School of Social Work at the State University of Rio de Janeiro (FSS/UERJ), a historical heritage of Brazilian social work, which turned 80 years old. Graziela Scheffer and Carlos Felipe Nunes Moreira praised, in this tribute, the historical trajectory of this educational institution against the winds and tides of conservatism, highlighting its commitment to democracy and its pioneering spirit in offering an evening course, enabling access to higher education for workers in the state of Rio de Janeiro and elsewhere. Long live FSS/UERJ!

Finally, the photographic exhibition presents the work of Iasmin Mamede who, in addition to studying to get a degree in social work at FSS/UERJ, stands out for her work as a professional photographer. Iasmin's work reiterates that photography is a product of the photographer's gaze and that this gaze expresses life repertoires in the moment of production of the image.

We hope you enjoy the thought-provoking content published in this edition!

References

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista da RET*, São Paulo, v. 5, n. 8, 2011.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.* São Paulo: Boitempo, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

em pauta

Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade

Social Work in History: resistance to social inequalities and respect for Diversity

Marilda Villela Iamamoto*

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86520

RESUMO

O texto *Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à diversidade* pretende inscrever o Serviço Social nos processos históricos em curso. Busca identificá-los e, por seu intermédio, lançar luz sobre transformações operadas no Serviço Social contemporâneo – na educação, no trabalho e na organização gremial –, na perspectiva de reforçar vínculos ético-políticos com sujeitos sociais com quem trabalhamos em sua unidade de diversidades. O horizonte é a ação social conjunta na defesa de um projeto de Serviço Social comprometido com a paz, os direitos humanos, a democracia, a justiça social e a preservação do planeta, preceitos éticos que balizam as ações de assistentes sociais e nos unificam. Ele aborda: I. O Serviço Social na história; II. A ação social conjunta na resistência às desigualdades sociais e o respeito à diversidade e seus desafios.

Palavras-Chave: Serviço Social na história; desigualdades sociais e diversidades na América Latina; projeto profissional do Serviço Social latino-americano; educação em Serviço Social; trabalho e organização gremial em Serviço Social.

ABSTRACT

The text "Social Work in History: resistance to social inequalities and respect for diversity" aims to include Social Work in ongoing historical processes. It tries to identify them and, through them, shed light on transformations carried out in contemporary Social Work - in education, in work and union organization - in view of reinforcing ethical-political links with social subjects with whom we work in their diversity unit. The frame is joint social action in defense of a Social Work project committed to peace, human rights, democracy, social justice and the preservation of the planet, ethical precepts that guide the actions of social workers and which unify us. It addresses: I. Social Work in History; II. Joint social action to resist social inequalities and respect diversity and its challenges.

Keywords: Social work in History; Social inequalities and diversities in Latin America; professional project of Latin American Social Work; education in Social Work; work and collective organization in Social Work.

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mviamamoto@uol.com.br.

Como citar: IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 20-33, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86520.

Recebido em 08 de julho de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de julho de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Esta exposição[1], *Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à diversidade*, pretende inscrever o Serviço Social nos processos históricos em curso[2]. Busca identificá-los e, por seu intermédio, lançar luz sobre transformações operadas no Serviço Social contemporâneo – na educação, no trabalho e na organização gremial – na perspectiva de reforçar vínculos ético-políticos com sujeitos sociais com que trabalhamos em sua unidade de diversidades. O horizonte é a ação social conjunta na defesa de um projeto de Serviço Social comprometido com a paz, os direitos humanos, a democracia, a justiça social e a preservação do planeta, preceitos éticos que balizam as ações de assistentes sociais e nos unificam (ASSW-Aiets, 2024).

As tensões econômicas na disputa pela hegemonia e pelo mercado mundial impulsionam conflitos bélicos – como a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, com participação direta da Otan. E, mais recentemente, a guerra de extermínio na Faixa de Gaza entre Israel e o governo de Hamas, indissociáveis da expansão da indústria armamentista. As tensões intensificam a enorme crise humanitária, a imigração massiva de refugiados que fogem da guerra, da fome e da pobreza. Em Gaza, há cerca de 30 mil vítimas fatais, a maioria de crianças, idosos e mulheres, e 80% da população é forçada a deixar suas casas. A Organização Mundial da Saúde alerta que a população sofre de fome, de sede, de doenças e de outros tipos de privações.

É *urgente* um cessar fogo definitivo que permita a prestação de ajuda humanitária desimpedida e a imediata liberação dos reféns (Brasil, 2024). Ou, nos termos da declaração da Fits/IFSW no *Dia Internacional da Fraternidade Humana* (1 fev. 2024), "promover um ambiente onde paz e compreensão possam florescer" (IFSW, 2024), visto serem os princípios da compreensão, respeito e solidariedade basilares de nossa profissão.

Vivemos uma era de "desassossegos" (Rosa, 1995): de crise do capital sob a liderança das finanças, impulsionada pela radicalização neoliberal e pelo crescimento mundial das forças organizadas da extrema direita. Para Dardot e Laval (2016), mais que uma ideologia e uma política econômica, esse sistema normativo expande a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Segundo esses autores, a subjetivação neoliberal mutila a vida em comum e estimula a ordem do mercado, o Estado forte – guardião do direito privado –, o governo empresarial e a privatização do setor público. Aprofunda-se a concorrência em todos os níveis e o egoísmo social, dentre outras dimensões.

1 Texto da exposição feita na Conferência Conjunta sobre Trabalho Social, Educação e Desenvolvimento Social (SWSD) de 2024, realizada na cidade de Panamá e organizada pelas entidades mundiais de Serviço Social: Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (IFSW), Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (IASSW) e Conferência Internacional de Trabalho Social (ICSW).

2 Incorporo parcialmente extratos do texto de minha autoria *Nas trilhas coletivas da resistência: Serviço Social e lutas sociais na América Latina*, publicado na *Revista Temporalis* (Iamamoto, 2022).

Assim, presenciamos a expansão da barbárie, a regressão das conquistas civilizatórias diante do crescimento da pobreza e da insegurança alimentar, acompanhada da criminalização das lutas sociais. A crise climática tem efeitos deletérios nos recursos naturais do planeta na busca da acumulação sem limites.

Nesse tempo de turbulência, ao inscrever o Serviço Social na história, optamos *pela margem da resistência*: soldar "uma aproximação teórica e política com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa de direitos e projetos societários das classes subalternas" (Iamamoto; Santos, 2021, p. 26). Suas reivindicações e lutas se diversificam: pela terra, em defesa do licenciamento ambiental, contra a grilagem, a mineração ilegal e o narcotráfico; de assalariados por condições dignas de trabalho protegido, por melhorias salariais e contra o desemprego e o subemprego; de mulheres e homens afrodescendentes contra o preconceito, na defesa de sua cultura ancestral e do respeito às suas características étnico-raciais; de populações urbanas periféricas contra a violência do Estado; de estudantes em defesa do ensino laico, gratuito e de qualidade; direito à infância; dos idosos no respeito aos seus direitos; da luta contra a fome e pela segurança alimentar; de mulheres contra o patriarcalismo, o machismo e o feminicídio; da população LGBTQIA+ contra a homofobia, contra a violência sobre seus corpos e contra os homicídios de que são vítimas.

A presente exposição inclui dois tópicos: o primeiro aborda o Serviço Social na história e o segundo enfoca a ação social conjunta na resistência às desigualdades sociais e o respeito à diversidade e seus desafios.

Serviço Social na História

Aqui assume-se a História como ciência magna. Para Hobsbawm (2006, p. 83), "a história é o banco de memória da experiência". Ela contribui *para elucidar a força irruptiva da novidade do presente perante a experiência do passado*. O esforço é apreender *o Serviço Social no movimento da história*, sempre aberta ao vir-a-ser no processo da vida em sociedade, em estreito vínculo com as forças comprometidas com as lutas emancipatórias (Fernandes, 1983, p. 36).

O Serviço Social transforma-se e nega-se no movimento da história para renascer novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo. Trata-se de apreender o Serviço Social em permanente movimento de superação, no sentido hegeliano de *Aufhebung* – determinação fundamental que significa, ao mesmo tempo, supressão, aniquilação e conservação (Pertillo, 2013). As múltiplas expressões da "*questão social*" em suas vivências pelos sujeitos sociais – densas de desigualdades e rebeldias – são a matéria de nossa atuação profissional. Elas se mostram nas particularidades da *questão nacional* em suas relações com os centros de poder mundial.

Em *Nuestra América*, o Serviço Social completa os 100 anos de existência, em 2025. O marco foi a fundação da primeira Escola de Serviço Social, em 1925, no Chile. Essecentenário será comemorado coletivamente pelas unidades de ensino do Chile, com o impulso da Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social (Alaeits), ali sediada atualmente. Desde então, o Serviço Social desenvolveu-se: adquiriu estatura profissional e teórica; multiplicou os centros de formação em níveis de graduação e pós-graduação; impulsionou a pesquisa e a produção de conhecimento; o mercado de trabalho especializado cresceu e a organização gremial foi fortalecida. Na contracorrente ao obscurantismo, universidades e entidades profissionais têm sido desafiadas a *articular razão crítica e história para cultivar a competência crítica – para além das necessidades do mercado e do capital –, politicamente sensível às necessidades e interesses da maioria.*

O Serviço Social tem sido apreendido enquanto especialização do trabalho *da sociedade, inscrito na divisão social e técnica do trabalho* (Iamamoto; Carvalho, 1982), como *profissão cujo exercício é reconhecido como trabalho; e como área de conhecimento, conquista acadêmica de muitos países*.

O "significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social "inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das 'sequelas' da *questão social*" (Abess/Cedepss, 1996). Nosso trabalho cotidiano é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre classes sociais e seus conflitos. Foram as lutas das classes subalternas que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a "questão social" para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais públicos, mediações fundamentais do exercício profissional.

América Latina e Caribe, "uma realidade geo-histórica, político-econômica e cultural complexa, heterogênea, contraditória e errática" (Ianni, 2009, p. 201) que *também cria, recria e esconde a barbárie.* Nossa modernidade combina-se ao legado de séculos de escravismo africano e de destruição de povos originários, suas culturas e territórios. Segundo Ianni (1993, p. 27), aqui o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes.

A pesquisa em rede sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (1965-1975) e no seu diálogo internacional reuniu 21 universidades latino-americanas e europeias entre 2016-2021, sendo por mim coordenada, junto com Cláudia Mônica dos Santos (Iamamoto; Santos, 2021). Ela mostra que foi na resistência coletiva aos períodos mais duros de repressão ditatorial que emergiram experiências críticas inovadoras no Serviço Social, contestando a contrarrevolução na América Latina. O mesmo ocorre, sob *outros determinantes históricos*, na Espanha e em Portugal e em

movimentos contestatórios de assistentes sociais nos EUA e Reino Unido. Aquele movimento foi um marco fundamental na aproximação política e teórica do Serviço Social aos segmentos sociais subalternos e abriu espaços para inédita incorporação de concepções progressistas no universo intelectual e cultural do Serviço Social latino-americano: a pedagogia para a liberdade de Paulo Freire, a Teologia da Libertação, a crítica ao colonialismo, a teoria da dependência e interpretações histórico-críticas sobre a nossa sociedade de diferentes matizes.

Ação social conjunta na resistência às desigualdades sociais, o respeito à diversidade e seus desafios

1. Ao pensar os desafios contemporâneos do Serviço Social na história, é impossível silenciar a *lógica financeira do regime de acumulação* que alicerça o neoliberalismo e indica um *modo de estruturação da economia mundial* (Husson, 1999). *Ela tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão, como já sustentava* Salama (1999). A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital dinheiro *aparece* como *coisa autocriadora de juros*, dinheiro que gera dinheiro (D – D') *obscurecendo as cicatrizes de sua origem*. O dinheiro tem agora "amor no corpo", como cita o Fausto, de Goethe (Marx, 1985, p. 295). Nessa forma mais fetichizada do capital, o juro aparece como se brotasse da mera *propriedade* do capital, *independente da produção e da exploração do trabalho não pago de trabalhadores/as*, principais agentes do processo de financeirização – os *grupos industriais transnacionais* e os *investidores institucionais*, ou seja, bancos, companhias de seguros, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos de pensão e fundos mútuos. Os dois braços em que se apoiam as finanças – *as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas* – só sobrevivem com a decisão do Estado e suporte das políticas fiscais e monetárias. Elas encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida dos assalariados: por um lado, a privatização do Estado e o desmonte das políticas públicas universais; de outro, a focalização e a mercantilização capitalista dos serviços públicos e a flexibilização da legislação protetora do trabalho. Ao combinar-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, induz que a carga de impostos recaia sobre a maioria, deteriorando condições de vida e de trabalho. Nesse cenário, a "questão social" *condensa a banalização da natureza e da vida humana*, o que *nos impulsiona a unir forças numa ação social conjunta para o seu enfrentamento.*
2. *A pandemia mundial* da Covid-19 encontra um *terreno já minado pela crise*. A perspectiva (neo)liberal tendeu a "naturalizar" a crise sanitária, atribuindo-a a elementos biológicos exógenos às relações sociais no "capitalismo pandêmico" (Antunes,

2022). A letalidade foi atravessada pela diversidade – condições de vida e de trabalho, dimensões étnico-raciais, geracionais, de cor, sexo e territoriais –, sendo vivida por nós, assistentes sociais, e pelos sujeitos com os quais trabalhamos.

3. *No universo do trabalho e de trabalhadores/as*, verifica-se o crescimento do desemprego, a informalidade no setor de serviços de baixa produtividade. Durante a pandemia, tecnologias de informação e comunicação (TICs) impulsionaram experiências do "teletrabalho", operado em plataformas digitais, e do "home office" ou "trabalho remoto", assim como o ensino remoto. Sua permanência modifica as condições de trabalho de todos – também de assistentes sociais –, instaurando a convivência entre *alta tecnologia e relações de trabalho regressivas*, marcadas com o selo da superexploração, alimentando os lucros de capitais mundializados. A "nova morfologia do trabalho na era digital" (Antunes, 2020; Raichelis; Vicente; Albuquerque, 2018; Raichelis, 2023) tem expandido a desregulamentação do trabalho, a informalidade, a terceirização e gera profundas repercussões na crise do sindicalismo. Experiências em plataformas digitais difundidas em corporações globais (*Amazon, Uber, Google, Facebook, Ifood etc.*) tornam-se viáveis no cenário de imensa força de trabalho sobrante e desempregada. A metamorfose de "trabalhadores assalariados" em pretensos "prestadores de serviços autônomos" burla a legislação trabalhista e evoca uma ilusória liberdade presente no empreendedorismo, silenciando as condições históricas macrossociais da crise econômica (Barbosa, 2023). Nós, assistentes sociais, também sofremos os impactos dessas mudanças na composição dessa categoria profissional e nos espaços ocupacionais. É importante e necessário impulsionar pesquisas sobre a categoria: quem somos nós e quais as condições e relações de trabalho. A pesquisa sobre o perfil profissional de assistentes sociais *Formação, condições de trabalho e exercício profissional*, no Brasil (CFESS, 2022), contabilizou, em 2019, 176.524 assistentes sociais com inscrição ativa no Conselho Federal de Serviço Social. A categoria é majoritariamente formada de pessoas negras pretas ou pardas – mais de 50% da categoria, do sexo feminino (92%) – com progressivo aumento do sexo masculino e outras expressões de sexo – heterossexual, católica e com baixo nível salarial – 52 % com rendimentos em 2019 de até 710 dólares aproximadamente. Tem-se a prevalência de um único vínculo de trabalho (71%), e o índice de desocupação constatado encontra-se acima da média nacional: 15% sem vínculo e rendimento. Majoritariamente oriunda do ensino privado lucrativo (52%), a categoria mantém expressiva busca por aprimoramento teórico: 80% com titulação pós-graduada, com predomínio do nível de especialização.
4. *A redefinição da proteção social, um dos principais campos de inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho.* A gestão de políticas e a prestação de serviços sociais são

um terreno privilegiado do trabalho de assistentes sociais. Uma inflexão ultraliberal ocorre, a partir de 2000, nas políticas de proteção social a partir do Banco Mundial. Elas passam a ser vistas como *"administração ou gestão do risco social" perante segmentos populacionais em "situação de vulnerabilidade", na linguagem oficial.* A *política de proteção social* como estratégia de manejo ou administração de risco, fundada no movimento do mercado, contou com suporte acadêmico de teóricos de amplo reconhecimento na sociologia europeia, como Ulrich Beck (Beck, 1997a, 1997b, 2008) e Anthony Giddens (Giddens, 1998); Giddens; Pierson, 2000; Giddens; Beck; Lash, 2007), municiadores intelectuais da "terceira via" ante a "morte do socialismo" e da "luta de classes" (Iamamoto, 2008).

Nossa hipótese é que a *chamada teoria do risco é o verso da teoria da crise do capital, fetichizada* e apresentada ao reverso: meros riscos acidentais, inerentes ao sucesso do capital, passíveis de serem administrados. Um conjunto de categorizações de clara inspiração liberal – *riscos, ativos, vulnerabilidades, igualdade de oportunidades* – informa a leitura da pobreza como *fracasso individual no ingresso aos mecanismos de mercado*. Atribui-se aos indivíduos atomizados e a suas famílias a "culpa de sua pobreza" e "responsabilidade" de se protegerem contra os riscos (naturais e artificiais). Caberia ao Estado compensar as "falhas do mercado" e fornecer "redes de proteção social aos pobres vulneráveis" para lidar com o risco, ante a ordem do capital naturalizada. *Estimula-se o empoderamento de indivíduos e recomendações de* reduzir sua dependência perante as instituições estatais, reduzir "gastos sociais", favorecendo *canalizar o fundo público ao financiamento do capital* (Oliveira, 1998; Behring, 2021) mediante a *focalização das políticas e programas sociais de caráter massivo e de baixo custo* nos segmentos pobres mais vulneráveis: indivíduos, famílias e comunidades (Iamamoto, 2010)[3].

5. *O debate étnico-racial de povos originários e de origem africana abre portas e janelas para a oxigenação de nosso projeto profissional – no trabalho, na educação, na pesquisa e na organização política da categoria.* Os *holofotes do mundo miram a Amazônia* (O Globo, 2023), um dos pilares de salvação do planeta e parte de nossa unidade latino-americana. Ela integra o *Brasil* e oito países fronteiriços da Região Amazônica: *Guiana Francesa*; *Suriname*; *República da Guiana; Venezuela*; *Colômbia*; *Peru* e *Bolívia*. O esgotamento de terras agrícolas para expansão do agronegócio impulsiona invasão de áreas de preservação ambiental, habitadas por povos indígenas. Elas tornam-se alvo de violência extrema na expropriação de populações originárias, de posseiros e produtores agrícolas de seus meios de vida, ameaçando o clima no mundo. Métodos violentos são similares ao da chamada "acumulação primitiva" na formação do capital na Europa, nos séculos XV e XVI (Marx, 2017).

3 Comunicação de Iamamoto em mesa coordenada da Abess-Enpess em 2010, intitulada *O novo ecletismo na política social brasileira: entre o risco social e a luta por direitos*.

A *Agenda Global* da ONU 2015-2030 (ONU, 2015), assumida por nossas entidades internacionais – Aiets, Fits e ICSW –, inclui a defesa e difusão do "bem-viver": compartilhar o futuro para uma ação transformadora[4]. É uma proposta de raiz anticapitalista na contraposição ao conceito eurocêntrico do *bem-estar* e da *colonialidade do poder.* Ela sintoniza-se com a *Carta dos Povos para um Mundo Eco social – Construindo um Novo Mundo Eco social: não deixando ninguém para traz"* (Cúpula da Amazônia, 2023).

O "bem viver" é parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio: *handereko*, "nossa forma de vida" – para os *guaranis* –, presente na cosmovisão de várias etnias andinas e amazônicas. Esta perspectiva é fundada em visões de mundo de raiz utópica e idealista, mixada com elementos ecologistas feministas, cooperativistas, marxistas e humanistas. Segundo Acosta (2015), ele é visto "como uma oportunidade de construir coletivamente novas formas de vida numa convivência harmônica dos seres humanos com a natureza – enquanto são parte dela". Esse horizonte é fundado nos "direitos humanos" e nos "direitos da natureza", inspirados na reciprocidade e na solidariedade. Ele inspira-se, também, na filosofia africana do *ubuntu* – "eu sou porque somos" (Acosta, 2016).

Mas é preciso também lembrar que, sob a órbita do capital, riquezas naturais – das florestas, dos minérios, da água e do ar – tornam-se "ativos financeiros" – como os créditos de carbono – na *compensação às atividades poluentes por parte de países que historicamente provocaram as mudanças climáticas por meio de pagamento* em capital dinheiro. Eles são canalizados para regiões preservadas no combate de mudanças climáticas com o propósito de impulsionar a energia renovável, o controle do desmatamento, a preservação de biomas e florestas e os povos que nela habitam. O crédito no valor de 100 bilhões de dólares/ano para os países em desenvolvimento para a transição energética ecológica é cobrado pelos povos da Amazônia.

A financeirização do clima é contraditória. Por um lado, pretende-se "compensar" a destrutiva emissão de gazes de efeito estufa no planeta, financiando projetos preservacionistas da natureza em *outros* territórios – mediante intermediação de entidades certificadoras, responsáveis pelo "aval ético" da transação financeira. Por outro lado, essa estratégia em defesa da garantia de taxas de lucros de empresas de países cêntricos, responsáveis pelas alterações climáticas, simultaneamente tende a legitimar a continuidade da emissão de gazes de efeito estufa. Bens da natureza – a terra, o ar, o clima, nascentes, rios e aquíferos, florestas e a biodiversidade – não são valor, mas tornam-se equivalentes de capital, sujeitos à mercantilização mediante a compra e venda de ativos no mercado financeiro.

4 A Agenda Global foi assumida por nossas entidades internacionais – Aiets, Fits e ICSW Conselho Internacional de Serviço Social – e atualizada na versão 2022 a 2030 sob a coordenação de Abye Tassé e David N. Jones (IASSW-Aiets, 2024b).

O Brasil sediará, em 2025*, a Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas (COP 30)*, em Belém, no Estado do Pará, no coração da Amazônia. Simultaneamente à Cúpula dos Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA), realizou-se, em agosto de 2023, o XI *Fórum Social Panamazônico* (Fospa) (Foro Social...; Repam; Asamblea Mundial, 2023), que divulgou a *Carta dos Povos da Terra pela Amazônia: "Nada sobre nós, sem nós"* (Cúpula da Amazônia, 2023). Em fevereiro de 2024 são contabilizados 266 povos indígenas e a existência de 1.105 organizações indígenas (Instituto Socioambiental, 2018). No Brasil existem 274 línguas indígenas distintas – uma das maiores diversidades étnicas indígenas do planeta (Amaral; Billar, 2020). No universo do Serviço Social urge *intensificar estudos e pesquisas sobre a degradação ambiental e recursos naturais, aprofundando o tema na relação entre financeirização e degradação do planeta e as reivindicações dos povos amazônicos.*

6. O ensino, a pesquisa e a produção de conhecimentos na articulação latino-americana. Salientamos a importância de debater os padrões globais para o ensino e a formação em Serviço Social, propostos pela IASSW-Aiets e IFSW-Fits (Aiets; Fits, 2020), tendo em vista seu conhecimento, debate crítico e adequações regionais, favorecendo intercâmbios internacionais. Ao nível da formação universitária, há três décadas, na América Latina, ainda que de forma desigual, foram construídas propostas críticas da educação nos níveis de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, quadro que necessita ser mapeado e divulgado.

A pós-graduação *stricto sensu* vem alimentando a pesquisa, a produção editorial e o intercâmbio internacional no ensino, na pesquisa e na produção científica, o que se revela na volumosa apresentação *de trabalhos científicos nesta conferência mundial por parte de colegas latino-americanos.* Segundo o Ministério da Educação do Brasil (Capes-ME), em 2022, existem 36 programas de pós-graduação na área de Serviço Social, que incluem 56 cursos, dos quais 36 em nível de mestrado e 20 em nível de doutorado. Nas duas últimas décadas foram expandidas as relações internacionais, com a cooperação acadêmica, na formação de docentes e pesquisadores no país e no exterior, e houve a difusão da produção do Serviço Social brasileiro e investigações conjuntas[5].

A qualidade da educação em Serviço Social tem sido tensionada pelo crescimento exponencial do ensino privado, que tem na educação superior um mero "negócio" lucrativo, capitaneado por grandes corporações internacionais. Soma-se a isso a monumental expansão do ensino a distância (EaD), incompatível com o ensino em Serviço Social, na convicção de que educação não é mercadoria.

5 A formação acadêmica no Brasil tem por fundamento a "questão social", cujas expressões são eixos dos oito grupos temáticos de pesquisa da Abepss (2022). A este respeito consultar: https://www.abepss.org.br/gtps.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

7. Nosso projeto de Serviço Social se fortalece com entidades representativas – gremiais, acadêmicas e estudantis consolidadas, legitimadas e articuladas entre si. Ele afirma o compromisso com a democracia, a liberdade, a igualdade, a defesa dos direitos humanos e sociais, contra todas as formas de preconceito, no compromisso com a qualidade dos serviços prestados e em aliança com os segmentos comprometidos com as lutas emancipatórias.

Sabe-se que as instituições empregadoras tendem a restringir recursos e direitos, a exigir produtividade e a realçar a rotina burocrática, em detrimento de propostas de trabalho de caráter técnico-educativo. A existência desta tensão não é uma impossibilidade, *mas "é a nossa vitalidade"*, como nos lembra pronunciamento de Iasi em 2019. Ela atesta que não nos subordinamos passivamente às exigências do "mercado" ou do Estado. Em outros termos, é a nossa v*irtú*, no sentido de Maquiavel: astúcia e capacidade para adaptar-se às circunstâncias e aos tempos, ousadia para agarrar, com constância, a boa ocasião, e força para nela permanecer.

Essa tensão impulsiona exercitar nossa *relativa autonomia*, *historicamente condicionada pela correlação de forças políticas e resguardada pela legislação profissional. Somos trabalhadores assalariados e dependemos do destino do conjunto da classe trabalhadora*. *Como todo assalariado, estamos sujeitos à alienação do trabalho:* o controle do trabalho é do empregador; as prioridades são por ele definidas; os meios de trabalho (financeiros, materiais, institucionais) são propriedade da instituição contratante; as expressões da "questão social" com que se trabalha são definidas pelo mandato institucional. Assim, não se trata de "falta de sintonia entre 'teoria e prática'", mas de determinantes sociais da inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho". Importa *reforçar a ação conjunta com outros profissionais, entidades de representação,* fóruns de representação, articulação com a diversidade de segmentos de trabalhadores e movimentos sociais, contribuindo para publicizar suas necessidades e interesses.

8. Finalizando: na crise vigente, a defesa do *projeto profissional assim oxigenado só pode apoiar-se na solidariedade de classe em seus múltiplos matizes de gênero, raça e etnia, religião, território e geração. Somos convocados a* apreender expressões da "questão social" e a degradação da natureza vividas pelos sujeitos como unidade contraditória de desigualdades e rebeldias, numa dupla perspectiva: a) construir alianças com os sujeitos sociais na sua diversidade, alvo das ações profissionais; e b) identificar como os conflitos de classes incidem nas respostas do Estado à questão social via políticas públicas e no Serviço Social para desenvolver ações de assessoria, formação e apoio técnico aos grupos organizados e movimentos sociais[6]. E, assim, construir *uma frente ampla progressista no Serviço Social,* articulada às nossas entidades acadêmicas, gremiais e estudantis no com-

6 Estas afirmativas se inspiram em Duriguetto e Marro (2014) e em Duriguetto (2014).

bate às forças regressivas, impulsionando a luta pela paz, por conquistas democráticas e pelo respeito aos direitos humanos e sociais de todos os trabalhadores e trabalhadoras na sua unidade de diversidades.

Concluo com o escritor brasileiro Fernando Sabino (2020, p. 336), no livro *Encontro marcado.*

> De tudo ficarão três coisas:
> a certeza de estar sempre começando,
> a certeza de que é preciso continuar
> e a certeza de ser interrompido antes de terminar.
> Fazer da queda um passo de dança,
> do medo uma escada, do sonho uma ponte,
> da procura um encontro.

Contribuições dos/as autores/as: a autora participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ABESS; CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

ABEPSS. *GTPS* – Grupos Temáticos de Pesquisa. 2022a. Disponível em: https://www.abepss.org.br/gtps.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

ACOSTA, A. *O bem viver:* uma oportunidade de imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

AMARAL, W. R.; BILLAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, 2020.

ANTUNES, R. *Coronavírus:* o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

BARBOSA, R. N. C. A crítica à precariedade. *In:* CARVALHO, R. N. B.; ALMEIDA, N. L. T. *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida.* Curitiba: CRV, 2023.

BECK, U. Autodissolução do risco da sociedade industrial: que isso significa. *In:* BECK, U. *et al. Modernização reflexiva:* política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997a.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. *In:* BECK, U. *et al. Modernização reflexiva:* política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997b.

BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial*. Em busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2008.

BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social.* São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. *Discurso do presidente Lula durante sessão extraordinária da Liga dos Estado Árabes, no Cairo (Egito)*. 15 fev. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-sessao-extraordinaria-da-liga-dos-estados-arabes-no-cairo-egito. Acesso em: 30 jul. 2024.

CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil:* formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

CÚPULA DA AMAZÔNIA. Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia. *Carta dos Povos da Terra pela Amazônia*. 7 ago. 2023. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/?q=carta-dos-povos-da-terra-pela-amazonia. Acesso em: 18 mar. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo* – Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-1990: desafios e perspectivas. *In:* ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. *Movimentos e Serviço Social*: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Í. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos da ruptura com o conservadorismo. *In*: OLIVEIRA; SILVA, M. L. (Org.). *Serviço Social no Brasil:* história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2014.

FERNANDES, F. Introdução. *In:* FERNANDES, F. (Org.). *K. Marx e F. Engels:* história. São Paulo: Ática, 1983.

FORO SOCIAL Amazônico; REPAM; ASAMBLEA MUNDIAL. *Declaración internacional. El grito de la Amazonia*. *In:* FOSPA, 11. Rurrenabaque, San Boaventura, Bolívia. 23 jul. 2023. Disponível em: https://servicosocial-ramires.blogspot.com/2022/07/a-carta-dos-povos-para-um-mundo-eco.html. Acesso em: 18 mar. 2024.

GIDDENS, A. *A terceira via.* Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. Política, trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 2007.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Anthony Giddens*. O sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FVG, 2000.

HOBSBAWM, E. *Sobre história*. Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HUSSON, M. *Miséria do capital*. Uma crítica ao neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, questão social e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Nas trilhas coletivas da resistência: Serviço Social e lutas sociais na América Latina. *Temporalis*, Brasília, ano 22, n. 44, jul.-dez. 2021

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (Org.). *A história pelo avesso:* a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.

IANNI, O. Enigmas do pensamento latino-americano. *In:* IAMAMOTO, M. V.; BEHRING, E. R. *Pensamento de Octavio Ianni:* um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

IASSW-AIETS. *Definição global de Serviço Social.* Itália, 2024a. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/global-definition-of-social-work-review-of-the-global-definition/. Acesso em: 18 mar. 2024a.

IASSW-AIETS. *Agenda global.* Itália, 2024b. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/global-agenda/. Acesso em: 18 mar. 2024b.

IFSW. *Abraçando a fraternidade humana:* o papel vital do trabalho social no cultivo da paz e da unidade global. Suiça: IFSW, 2024. Disponível em: https://www.ifsw.org/embracing-human-fraternity-the-vital-role-of-social-work-in-cultivating-global-peace-and-unity/. Acesso em: 24 mar. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Lista de organizações indígenas.* São Paulo, 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas. Acesso em: 9 mar. 2024.

MARX, K. *O capital.* Crítica da economia política. Vol. III, Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Livros I, II e III. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, A. Israel, Palestina. *Global*, 5 dez. 2023.

O GLOBO. O desafio de cuidar do umbigo do mundo. Vozes da Amazônia se articulam para promover o desenvolvimento local, com respeito à floresta, em áreas como educação, bioeconomia e ciência. *O Globo*, 5 set. 2023.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor:* a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

ONU. *Transformando nosso mundo:* a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. ONU, Nova York, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

PERTILLO, J. P. Superar, aniquilar e conservar: a filosofia da história de Hegel. *IHU*, Porto Alegre, n. 430, 21 out. 2013.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

ROSA, G. *Ficção completa*. Vol. 1 e II. Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1995.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.* São Paulo: Boitempo, 1999.

SABINO, F. *Encontro marcado.* Rio de Janeiro: Record, 2020.

em pauta

Limites absolutos do capital na crise estrutural: uma análise em Mészáros

Absolute limits of capital in the structural crisis: an analysis of Mészáros

Milena da Silva Santos*

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86521

RESUMO

O texto tem como objetivo analisar os limites absolutos do capital no processo de crise estrutural, a partir das formulações teóricas de István Mészáros. A investigação utilizou o enfoque materialista-histórico e dialético, de base marxiana, e teve como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Analisa as determinações fundamentais da crise estrutural e evidencia a ativação dos limites absolutos do sistema do capital. Para a permanência do movimento de autorreprodução ampliada do capital, o sistema demanda o total controle da base material e um comando político que se apresenta através do Estado. As ações corretivas do capital (na economia e na política) contribuem para a manutenção do sistema de deslocamento de contradições. Porém, este mecanismo não se torna eficiente diante da crise estrutural e dos limites absolutos. Ressaltamos que a constituição da relação capital impede a resolução desses problemas e que estes só podem ser eliminados com a superação do capital.

Palavras-Chave: capital; limites absolutos; crise estrutural; Mészáros.

ABSTRACT

This article aims to analyze the absolute limits of capital in the process of structural crisis, based on the theoretical formulations of István Mészáros. The investigation used the historical-materialist and dialectical approach, based on Marxism, and had bibliographic research as the methodological procedure. It analyzes the fundamental determinations of the structural crisis and highlights the activation of the absolute limits of the capital system. For the permanence of the movement of expanded self-reproduction of capital, the system demands total control of the material base and a political command that is presented through the state. The corrective actions of capital (in the economy and in politics) contribute to the maintenance of the system of displacement of contradictions. However, this mechanism does not become efficient in the face of the structural crisis and absolute limits. We emphasize that the constitution of the capital relationship prevents the resolution of these problems and that they can only be eliminated with the overcoming of capital.

Keywords: capital; absolute limits; structural crisis; Mészáros.

*Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil.
E-mail: milena.santos2@fsso.ufal.br.

Como citar: SANTOS, M. S. Limites absolutos do capital na crise estrutural: uma análise em Mészáros. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 34-46, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86521.

Recebido em 14 de junho de 2022.

Aprovado para publicação em 28 de abril de 2023.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O sistema capitalista é direcionado para a reprodução ampliada do capital. A busca incessante de expansão e acumulação de capital provoca o surgimento de diversas contradições, que se refletem diretamente na vida social. Destacam-se sobremodo as crises econômicas, provocadas por bloqueios que surgem no conjunto de fatores do processo reprodutivo do sistema: na produção e/ou no consumo e/ou na circulação. De acordo com Marx (1985, p. 136-137):

> Em virtude desse ciclo de rotações conexas, que compreende uma série de anos, no qual o capital está retido por seu componente fixo, resulta uma base material das crises periódicas, nas quais o negócio passa por períodos sucessivos de depressão, atividade média, precipitação, crise. Sem dúvida, os períodos em que se investe capital são bem diferentes e não coincidentes. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de um grande investimento novo. Assim – do ponto de vista de toda a sociedade – forma também com maior ou menor amplitude nova base material para o próximo ciclo de rotação.

Por serem inevitáveis sob o capitalismo, as crises constituem os mecanismos de deslocamento de contradições, mediante os quais o sistema se restaura, com níveis mais complexos e instáveis, o que cria condições para a sua continuidade. Compreender as determinações essenciais daquilo que se denomina de crise estrutural é basilar para o exame do agravamento dos problemas econômicos, políticos e sociais na contemporaneidade, bem como analisar como os limites absolutos do capital são ativados nesse processo de crise.

Esse artigo é resultado de investigação realizada por meio do enfoque materialista-histórico e dialético, de base marxiana, e teve como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. O desenvolvimento de seu conteúdo está exposto em dois tópicos. O primeiro aborda, de acordo com Mészáros, as determinações da crise estrutural do capital, e o segundo tópico discorre sobre a ativação dos limites absolutos do sistema sociometabólico do capital.

As determinações da crise estrutural

Para Mészáros (2011), a crise econômica capitalista, iniciada na década de 1970, é fundamentalmente uma crise estrutural. Destacam-se quatro aspectos principais da crise estrutural: 1) ela tem um caráter universal, afetando diversas esferas produtivas e não se limitando a uma esfera particular; 2) seu alcance é global, perpassando os países, em vez de localizada num conjunto particular de países; 3) sua escala de tempo é extensa, contínua e permanente, diferente das crises anteriores, limitadas e cíclicas; 4) tem um desdobramento rastejante, diferentemente dos colapsos das crises não estruturais, não excluindo a possibilidade de haver convulsões mais veementes no futuro.

A crise estrutural do capital demonstra a existência de um excesso de produção com dificuldade de valorização. Ou seja, a produção abundante de mercadorias chega ao ponto de desvalorizar o capital, provocando a redução da sua margem de expansão e acumulação.

De acordo com Mészáros (2011, p. 587) existe um processo de "administração da crise" que ativa o deslocamento temporário das contradições do capital. Porém, esse mecanismo funciona atualmente com frequência crescente e com eficácia decrescente, devido à crise estrutural que se aprofunda. De acordo com o autor, o deslocamento se refere à "especificidade" dessas contradições, e não à determinação dos limites últimos do sistema do capital.

Este deslocamento acontece de forma a postergar – e não a acabar com – os problemas, utilizando "válvulas de escape" disponíveis e provocando a extensão das fronteiras historicamente dadas do capital, todavia, não eliminando seus limites estruturais objetivos. Porém, se o "mecanismo de deslocamento de contradições" (Mészáros, 2011) funciona de forma a ajudar o capital a superar as crises periódicas, o mesmo não acontece diante da crise estrutural.

Mészáros (2011, p. 797 – grifo no original) explica a diferença principal entre uma crise cíclica e a crise estrutural:

> Uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutural global.

Enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema – ou seja, cíclica –, é possível o deslocamento das contradições do capital através de mudanças no interior do próprio sistema. Na crise estrutural, a existência do complexo global envolvido é ameaçada. Ela expressa os limites dos complexos sociais. Se a complexidade de uma estrutura fundamental da crise for maior, as possibilidades de ajustes são mais variadas e flexíveis, mesmo nas condições mais severas da crise. As contradições parciais podem ser deslocadas e neutralizadas pelas forças e tendências contrárias, até mesmo serem transformadas em força sustentadora do sistema.

Neste aspecto, observamos que as redefinições econômicas e políticas para tentar solucionar a crise estrutural fazem parte do mecanismo de aperfeiçoamento dos métodos de administração do sistema, que só são impulsionados para garantir respostas aos efeitos das crises. Dessa forma, a crise estrutural, por se manifestar nas dimensões internas do sistema, se apresenta enquanto um processo contraditório de ajustes recíprocos, com a tendência de superação das barreiras à expansão e acumulação do capital.

A crise estrutural do capital representa um "*continuum depressivo*" (Mészáros, 2011, p. 697) que reside nas e emana das três dimensões internas do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização). Ela tende a romper o processo normal de crescimento e pressagia a falha vital do deslocamento das contradições acumuladas do sistema do capital. O sistema do capital busca suprimir suas contradições e, quando não é possível, as exporta para uma esfera ou um país diferente. Isso é que torna perigoso e explosivo o crescente bloqueio no deslocamento das contradições do capital, a partir da crise estrutural (Mészáros, 2011, p. 800).

Destacamos que a crise estrutural não se confina na esfera socioeconômica, mas se aprofunda na crise da sociedade, reverberando nas instituições políticas. A crise estrutural do capital se revela numa "crise de dominação em geral", o que exige novas garantias políticas que não podem ser oferecidas pela política do consenso. Trata-se de uma crise estrutural de todas as instituições políticas.

As mudanças operadas pelo capital em crise estrutural são problemáticas e geraram: um novo policentrismo; um persistente desemprego em massa; a desintegração ameaçadora do sistema monetário internacional e seus corolários. Evidenciaram também que a posição do complexo militar-industrial não é permanente e que sua capacidade de extrair e alocar para si o excedente necessário ao seu funcionamento contínuo não é eterna.

A tendência do movimento econômico indica que "[...] não haverá grandes tempestades a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações de frequência e intensidades por todos os lugares" (Mészáros, 2011, p. 697). Assim, as antigas constâncias de crises podem se tornar, em porções menores diárias, a "normalidade" do capitalismo atual. Isto acarreta, em princípio, que os picos das crises periódicas sejam substituídos por um padrão linear de movimento do capital.

Sobre as diversas tentativas de superação da crise estrutural do capital, é perigoso o pensamento de que se o capital conseguiu resolver seus problemas no passado, também o fará no futuro; que, se realizou mudanças dramáticas a partir da crise de 1929-33, poderá também remediar e/ou solucionar a crise estrutural. As crises cíclicas e a estrutural são fundamentalmente diferentes. A crise estrutural evidencia o colapso de alguns mecanismos e determinações vitais para a permanência saudável do sistema de autorreprodução ampliada do capital; já as crises cíclicas ainda podiam ser superadas devido ao capital dispor de "válvulas de escape" para a retomada do seu *continuum* autorreprodutivo.

A crise estrutural exige soluções estruturais adequadas, do contrário, apenas se multiplicam os problemas. Destacam-se aqui alguns problemas internos importantes, relacionados à administração da crise estrutural: as contradições socioeconômicas internas do capital "avançado", com um desenvolvimento desequilibrado, sob o controle direto ou indireto do "complexo industrial-militar" e do sistema de corporações transnacionais;

as rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, que promovem uma devastadora guerra comercial; as dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação, ao lado das contradições geradas nos países "metropolitanos" pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais "expatriados" (Mészáros, 2011, p. 808).

Observa-se que em todos esses problemas há uma tendência para a intensificação dos antagonismos existentes. A severidade da crise é acentuada pela intervenção que se dá apenas na esfera dos efeitos, proibindo o ataque às causas, devido à circularidade do capital entre Estado e economia, na qual as relações de poder se estabelecem e são reproduzidas. O peso e a severidade desta crise não diminuem com a interação estrutural e a difusão dos seus componentes objetivos, mesmo sendo eficientes para o deslocamento das contradições do capital. O aperfeiçoamento dos mecanismos de "administração das crises" aparece, na "linha de menor resistência do capital" (Mészáros, 2011), como uma parte essencial da reconstituição do sistema. Esses mecanismos permitem ao capital confrontar seus limites e a deslocar com mais eficiência suas principais contradições.

Mesmo com o sucesso das inovações capitalistas para remediar, temporariamente, seus limites e minimizar os efeitos das contradições do sistema, "[...] os limites do capital permanecem estruturalmente intranscendíveis, e suas contradições *fundamentalmente explosivas*" (Mészáros, 2011, p. 697 – grifos no original). Isso porque nenhuma das medidas adotadas até então interferiu nos fundamentos do sistema, ou seja, nas causas de seus problemas e contradições; apenas minimizou temporariamente alguns de seus efeitos.

Concordamos com Mészáros quando ele chama a atenção para o fato de que os limites do capital não podem mais ser encarados apenas como obstáculos materiais à produtividade de riqueza do capital, mas como um risco à própria sobrevivência da humanidade. Tais limites podem se voltar contra o próprio capital quando este não for mais capaz de assegurar as condições de sua "autorreprodução destrutiva", resultando então no colapso do "sociometabolismo global" (Mészáros, 2011, p. 699).

O capital não se atém a nenhum referencial humanamente significativo, pois seu impulso para a autorreprodução não aceita qualquer forma de controle e, por isso, é incontrolável[1]. Portanto, o capital não pode "[...] aceitar restrições positivas necessárias no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas" (Mészáros, 2011, p. 699). Apenas quando o sistema do capital finaliza seu processo de ascensão histórica, deflagram-se seus limites absolutos no contexto da crise estrutural. Sobre esta questão discorreremos no próximo item.

1 Consultar Maria Cristina Soares Paniago (2012): *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*.

Os limites absolutos do capital

No seu desenvolvimento histórico, o sistema sociometabólico do capital apresenta limites que partem das estruturas que fundamentam seu mecanismo de expansão e acumulação, na base da reprodução material. Esses limites são estruturais e se dividem em limites relativos e limites absolutos.

a) Limites estruturais do sistema do capital

Há limites estruturais que se constituem a partir da estrutura do sistema do capital. Dessa forma, "[...] não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente" (Mészáros, 2011, p. 216). Esses se dividem em limites relativos e absolutos. Quando são relativos podem ser superados. Quando são absolutos não existem soluções eficazes dentro do próprio sistema.

O capital tem uma "irremediável dimensão estrutural" do seu sistema: a total incapacidade de tratar as causas como causas, mesmo que as implicações sejam graves a longo prazo. Por isso, procura soluções para os problemas e contradições através de ações remediadoras sobre os efeitos e as consequências.

Os limites relativos são aqueles que o sistema do capital é capaz de deslocar, buscando continuar sua reprodução sociometabólica até atingir o maior grau de seu desenvolvimento. Esses limites podem ser suplantados quando se amplia, de modo progressivo, a margem e a eficiência produtiva da ação socioeconômica (dentro da estrutura viável e do tipo buscado), "minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem, e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital" (Mészáros, 2011, p. 175).

Já com relação aos limites absolutos, "[...] inevitavelmente colocam em ação a própria estrutura causal" (Mészáros, 2011, p. 175). Ou seja, esses limites esbarram na possibilidade de permanência e continuidade do sistema. Então, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que podem enfraquecer a viabilidade do sistema do capital.

Sob esse prisma, não é por acaso que as ações remediadoras do capital sobre seus limites são apenas parciais. Isto é compatível com os efeitos e as consequências da forma de funcionamento deste sistema de reprodução social. Assim, limites absolutos são encarados pelo capital como limites relativos, já que o sistema procura combatê-los por meio dos mecanismos de deslocamento de suas contradições. Porém, como limites absolutos que são, o capital efetivamente não tem condições de transcendê-los.

No desenvolvimento histórico de um sistema de reprodução, quando os limites absolutos são alcançados, os "parâmetros estruturais" são transformados de forma que se ajustem às práticas reprodutivas viáveis sob as condições da realidade. Isto acaba sujeitando toda relação social e seus "instrumentais institucionais" aos princípios orientadores

mais essenciais de reprodução do sistema. Com a ativação dos limites absolutos do capital, não é possível evitar por muito mais tempo o enfrentamento para superar os seus "pressupostos estruturais destrutivos".

Com a emergência da sua crise estrutural, o capital ativou os seus limites absolutos. Chegou um momento em que as margens de "deslocamento das contradições" do próprio sistema ficam cada vez mais estreitas. Isto ocorre porque o poder destrutivo do capital pode atingir a humanidade como um todo. É necessária a consciência desta condição para identificar suas implicações destrutivas.

É necessário esclarecermos que o termo ou expressão limites absolutos não significa algo absolutamente impossível de ser transcendido, isto é, de que não há alternativa, e que por isto restaria apenas a conformação com a situação dada e o aperfeiçoamento das instituições do capital para a melhoria mínima desta sociabilidade. Esses limites "[...] são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico" (Mészáros, 2011, p. 220). Limites que podem ser superados com a consolidação de uma nova sociabilidade, na qual o capital seja superado.

Por não identificar ter atingido seus limites absolutos, o capital continuará com o impulso em transcendê-los dentro deste ordenamento socioeconômico, tentando de tudo para lidar com a intensificação das contradições e procurando ampliar a margem de manobra do sistema. Ou seja, relativizando os limites que são absolutos. Entretanto, os problemas que emanam da ativação dos limites absolutos do capital não podem ser devidamente superados nesse sistema sociometabólico. A consequência disso é que "[...] a luta para superar os ameaçadores limites absolutos do sistema do capital tende a determinar os planos históricos no futuro previsível" (Mészáros, 2011, p. 221). Isto põe um real desafio histórico para a humanidade.

b) Questões acerca dos limites absolutos do capital

Mészáros apresenta quatro questões relativas aos limites absolutos do capital. De forma alguma elas representam características isoladas, e cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições. Essas questões "[...] demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo" (Mészáros, 2011, p. 222).

As quatro questões são referentes: 1) ao antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais, que é irreconciliável apesar dos esforços das personificações do capital no domínio político para tornar tolerável o impulso para a "globalização" sob a hegemonia de poucos capitalistas ou do conjunto de capitalistas globais; 2) à questão ambiental, devido ao impacto catastrófico das práticas produtivas do capital "avançado"

sobre a natureza, ameaçando destruir completamente as condições da reprodução sociometabólica; 3) à questão da igualdade substantiva e libertação feminina, e à incapacidade total deste sistema de responder a este desafio; 4) ao desemprego crônico, que devasta as relações sociais mesmo nos países centrais, colocando de lado a política do consenso, a qual prometia "pleno emprego" e uma "sociedade livre".

Sobre a *primeira questão* dos limites absolutos – o antagonismo entre capital global e Estados nacionais – existem três contradições fundamentais: entre "monopólio e competição"; entre a crescente "socialização" do processo de trabalho e a "apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos" (Mészáros, 2011) por várias personificações do capital; e entre a "divisão internacional do trabalho" e o impulso para o desenvolvimento desigual.

Com relação à *segunda questão* – os problemas relacionados às questões ambientais –, são abrangidos todos os aspectos vitais das condições da reprodução sociometabólica. Situações problemáticas referentes à alocação perdulária de recursos (renováveis ou não renováveis); veneno que se acumula nos campos (agrotóxicos) de produção alimentícia; o legado atômico que se coloca para o futuro (na produção de armamentos e utilização de usinas de energia); todo o tipo de poluição química; a condenação à fome de milhares de pessoas devido às "políticas agrícolas comuns" que dão proteção legal às grandes empresas, criadas para assegurar o "lucrativo desperdício institucionalizado", que não considera as consequências imediatas e futuras; etc. (Mészáros, 2011, p. 223).

Diante desta questão, qualquer tentativa de tratar os problemas acaba sendo proibida por leis fundamentais e pelos próprios antagonismos estruturais do sistema. Assim, as medidas corretivas deste aspecto, promovidas por grandes encontros de pactos ambientais entre vários países, tratam a causalidade e o tempo com indiferença diante dos interesses capitalistas dominantes, desconsiderando perigosamente a gravidade dos riscos às condições essenciais da sobrevivência humana.

A *terceira questão* destacada é sobre a exigência da emancipação feminina, frente às desigualdades sociais e de gênero estabelecidas por esta ordem sociometabólica. O movimento feminista questiona o âmago deste sistema e não pode ser apaziguado por concessões formais/legais. A questão feminina perpassa todos os limites de classes sociais e, de forma paradoxal e inesperada, demonstra a total incompatibilidade de uma verdadeira igualdade com o sistema do capital.

Sobre a *última questão*, Mészáros destaca o desemprego crônico, afirmando que este evidencia as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva. O desemprego em massa converte-se na mais grave das "doenças sociais" e assume proporções crônicas. É um problema que faz parte deste sociometabolismo e, em certa medida, é funcional à sua manutenção, já que impõe aos trabalhadores empregados uma pressão ao sobretrabalho e possibilita uma maior extração

de mais-valia, ao reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário, em âmbito global (Mészáros, 2011, p. 224).

As tentativas de intervenção nesta situação apenas a agravam, reforçando a subordinação do trabalho ao capital em todos os sentidos. Dessa forma, as medidas remediadoras ao desemprego crônico são direcionadas "[...] em termos de 'maior disciplinamento do trabalho' e 'maior eficiência', resultando de fato na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países capitalistas mais avançados e no aumento generalizado do desemprego" (Mészáros, 2011, p. 225).

Embora haja vantagens parciais nessas medidas, elas podem apenas temporariamente restringir-se a uma ou outra seção do capital competitivo. Elas também não combatem a tendência à recessão global, porque é impossível apertar ainda mais o poder de compra dos salários e o deteriorado padrão de vida da classe trabalhadora. "Apesar de todos os esforços e recursos da intervenção do Estado e da teoria econômica capitalista, ninguém conseguiu resolver esta contradição particular [...] nem jamais conseguirá" (Mészáros, 2011, p. 225-226), pois é algo decorrente da base material de reprodução do sistema, na sua dimensão econômica, o que impossibilita uma solução de viés político.

O capital pode sujeitar a força de trabalho aos seus imperativos porque tem o monopólio dos meios e recursos da produção. Porém, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo o tempo necessário de trabalho para continuar sua acumulação e expansão lucrativas, acabando por transformar parte significante dos trabalhadores em força de trabalho supérflua. Dessa forma, contraria as condições vitais de sua reprodução ampliada, gerando também outro problema, que incide na diminuição da capacidade de consumo da classe trabalhadora, algo que poderia ser favorável ao sistema. Mesmo com a intensificação da taxa de exploração, com a "globalização" e com a criação de monopólios maiores, não se identificam saídas deste "círculo vicioso". As condições necessárias para assegurar um bom funcionamento do sistema escapam ao controle do capital, demonstrando sua "incontrolabilidade destrutiva".

Destacamos também que Mészáros (2011, p. 226) menciona dois aspectos importantes relacionados aos limites absolutos. O primeiro aspecto indica que os limites absolutos do sistema do capital tendem a ser inerentes à lei do valor[2]; e o segundo aspecto é que, até um tempo atrás, esses limites foram funcionais à expansão dinâmica e ao avanço histórico do capital. Todos eles se mantinham de forma a permitir a autorreprodução ampliada do capital e a extração da força de trabalho excedente lucrativamente sustentável.

2 A mercadoria tem um valor porque é a cristalização de trabalho social e a grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, e depende da maior ou menor quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. "Portanto, os *valores relativos das mercadorias são determinados pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho empregue, realizado, fixado nelas*" (Marx, 2010, p. 100-101 – grifos no original).

Porém, estes problemas já não podem continuar sendo positivamente suportados, porque esses quatro conjuntos de forças interrelacionadas "já não representam apenas uma *ausência* (que por si só já seria bastante ruim), mas um *impeditivo atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital" (Mészáros, 2011, p. 227 – grifos no original).

Assim sendo, a ativação dos limites absolutos evidencia a tentativa do capital de ir além de suas possibilidades. A produção voltada à reprodução do capital resulta no aprofundamento das contradições deste sistema, que se tornam cada vez mais problemáticas à medida que o sistema do capital avança. A forma de organização do sistema oculta os nexos causais dos limites e responsabiliza os indivíduos pelos problemas percebidos e pelos perigos crescentes.

A natureza do capital lhe impõe a lutar contra seus limites, para permitir a continuação do seu impulso irrefreável de expansão e acumulação. Assim, os limites do capital não são encarados como limites ao seu desenvolvimento e permanência, e sim como problemas que podem ser deslocados independentemente da forma ou consequência que acarrete à humanidade, contanto que permaneça a lógica do capital. A imposição dos imperativos do capital sobre a humanidade é intensa e, consequentemente, as limitações do capital são impostas aos indivíduos. O movimento de produção do capital não leva em consideração as consequências positivas ou negativas para o planeta e para as condições de vida da humanidade.

Enquanto o sociometabolismo do capital estava em seu processo de desenvolvimento histórico, a sua capacidade de aceleração e avanço das forças produtivas permitiu a superação da escassez produtiva e a abundância de produção. Positivamente, este aspecto do impulso do capital obriga a um revolucionamento constante das forças produtivas. Porém, negativamente, sua lógica expansionista e acumulativa, por não considerar a satisfação das necessidades humanas, as transcende e ocasiona sérios riscos à manutenção da sobrevivência da própria humanidade. A "tendência universalizadora" do capital faz com que não se reconheça qualquer restrição ao seu impulso expansivo e acumulativo. Então, "a degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior" (Mészáros, 2011, p. 253).

Durante o desenvolvimento histórico do capital, a constante expansão da escala de suas operações ajudou a deslocar durante muito tempo suas contradições, possibilitando a abertura de novas rotas de suprimentos de recursos humanos e materiais e a criação das necessidades de um consumo cada vez maiores. Todavia, após a iminência da crise estrutural, este aumento da produção aprofunda cada vez mais os problemas e se torna contraproducente. Assim, o capital, ao deslocar suas contradições, gera problemas mais graves para o futuro. Trata-se, então, de apenas adiar o inevitável. As condições da natu-

reza são desconsideradas, na medida em que dissipa recursos renováveis e não renováveis no sistema produtivo.

A lógica expansionista torna o sistema incorrigível, porque o capital não pode praticar uma restrição racional abrangente sem liquidar-se. A dificuldade de o capital estender seu domínio a novos espaços, sobre os quais tenderia a deslocar suas contradições, ativa os seus limites absolutos no período de crise estrutural.

A subordinação do desenvolvimento das forças produtivas aos desígnios da expansão do capital gera novas determinações que criam necessidades, legítimas ou não, voltadas a contribuir para a expansão do capital. Daí a geração de mercadorias supérfluas e o poder manipulador da propaganda capitalista, que convence e leva os indivíduos ao seu consumo. Ao não ter utilização significativa no cotidiano da vida humana, estas mercadorias logo são descartadas, contribuindo para o acúmulo de lixo no meio ambiente. Nas palavras de Mészáros (2011, p. 260), "a utilização predatória dos recursos renováveis e não renováveis e o correspondente desperdício em escala monumental são o corolário fatal dessa maneira alienada de se relacionar com a necessidade humana individual".

Dessa forma, é impossível atenuar a contradição capitalista entre a produção de capital e as necessidades humano-materiais, enquanto se mantiver o critério da expansão quantitativa acima da qualitativa. Não há como mudar esta dinâmica destrutiva senão pela superação do modo de reprodução sociometabólico do capital.

O processo de destruição relacionado à produção sempre foi inseparável da dinâmica do sistema do capital. Conforme aumenta a escala da destruição para produzir capital, mais aumentam os problemas para a reprodução social. Entretanto, com a emergência da crise estrutural e a ativação dos seus limites absolutos, o aspecto destrutivo do capital foi ampliado. Com isto, estamos atualmente numa fase em que "[...] o aspecto predominante é o da produção *destrutiva* cada vez maior e mais irremediável" (Mészáros, 2011, p. 267 – grifos no original). Assim, os recursos explorados pela produção material deste sistema podem findar, limitando cada vez mais a capacidade expansionista e acumulativa do próprio capital.

O modo sociometabólico do capital encontra-se num momento em que, para garantir sua autorreprodução, tem de destruir o que produz e sua capacidade produtiva, via destruição de material e do emprego. Expande o desemprego, que se torna crônico, gerando uma baixa capacidade de consumo para grande parte da população e o afastamento cada vez maior do acesso aos bens necessários para a satisfação das necessidades humanas. Produz mercadorias com base na "obsolescência planejada" e impulsiona o consumo de produtos supérfluos, aumentando a produção de detritos em proporção e magnitude, que compromete totalmente a vida no planeta. Não há como um sistema sociometabólico subsistir assim indefinidamente.

Considerações finais

O capital transformou a sociedade, passando a controlar todas as esferas da vida social e direcionando as ações humanas para o objetivo de produzir e reproduzir o capital. Contudo, suscitou problemas inéditos na história humana que ameaçam gravemente a vida em escala planetária. A partir da crise estrutural, os limites absolutos do capital se ativam e vão se agravando à medida que o capital procura manter sua lógica. O próprio sistema não consegue mais deslocar suas contradições com eficácia, ocasionando a abertura de possibilidades para a transcendência desta relação social.

Se o avanço do capital implica um tipo de progresso simultaneamente produtivo e destrutivo, então o que se pode esperar para o futuro, não tão distante, é algum tipo de escassez para a humanidade. Portanto, a negatividade dos problemas relacionados aos limites absolutos, por parte do sistema, adquire uma dominância avassaladora, colocando a humanidade diante da possibilidade da barbárie.

Sendo assim, concordamos com Mészáros quando ele afirma que esta condição só poderá ser quebrada se houver uma reorientação qualitativa das práticas produtivas dirigida pela melhoria do índice de utilização de serviços, de bens e da capacidade produtiva, proporcionando a redefinição funcional da ciência e da tecnologia para objetivos emancipadores da humanidade. Já que as medidas remediadoras dos limites absolutos do sistema sociometabólico do capital não podem solucionar as contradições que lhe são inerentes, há que sublevar uma alternativa ao atual modo de produção e de reprodução social.

E isso é incompatível nos marcos do desenvolvimento capitalista, porquanto exige um planejamento racional e abrangente dos recursos materiais e humanos, através de uma forma radicalmente diferente de regular o intercâmbio social. Logo, diante da gravidade dos dilemas contemporâneos postos pela crise estrutural do capital, fica evidente que não há mais tempo para pôr em marcha a necessária transformação da sociedade.

Contribuições dos/as autores/as: a autora participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito

Agradecimentos: Agradeço aos meus familiares, professores e alunos.

Agência financiadora: Não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. Livro segundo. Vol. II. Tomo II. Trad. Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital e salário preço e lucro*. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital:* rumo à teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

PANIAGO, M. C. S. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

em pauta

Padrão de reprodução do capital e questão social no Rio de Janeiro

Pattern of capital reproduction and social issue in Rio de Janeiro

Rodrigo Castelo*
Lays Ventura**
Guilherme de Rocamora***
Henrique Galdino****

ARTIGO
https://doi.org/10.12957/rep.2024.86523

RESUMO

O presente artigo analisa o atual ciclo de reprodução do capital no Brasil, chamado de padrão exportador de especialização produtiva, e as particularidades da questão social na região meridional do estado do Rio de Janeiro, com base em pesquisa bibliográfica e documental, alternando reflexões teóricas com análises de dados empíricos. A ênfase recai no estudo da superexploração da força de trabalho na indústria automobilística e suas expressões salariais e da saúde do trabalhador, assim como os processos de luta e resistência operárias, sem perder de vista o histórico de todos os padrões de reprodução do capital na região e as lutas sindicais. O estudo aponta que o desenvolvimento econômico, via atração de setores de ponta dos grandes conglomerados internacionais, reafirma, em outras bases, a dependência e a superexploração no território fluminense, agravando ainda mais a questão social no estado.

Palavras-Chave: questão social; padrão exportador de especialização produtiva; superexploração; indústria automobilística; Médio Paraíba (RJ).

ABSTRACT

This article analyzes the current cycle of capital reproduction in Brazil, called the exporting pattern of productive specialization, and the particularities of the social issue in the southern region of the state of Rio de Janeiro, based on bibliographic and documentary research, alternating between theoretical reflections and empirical data analysis. The emphasis is on the study of the super-exploitation of labor in the automobile industry and its expressions on wages and worker health, as well as the processes of worker struggle and resistance, without losing sight of the history of all patterns of capital reproduction in the region and union struggles. This study points out that economic development via the attraction of cutting-edge sectors of large international conglomerates reaffirms, on other grounds, the dependence and super-exploitation in the territory of Rio de Janeiro, further aggravating the social issue in the state.

Keywords: social issue; exporting pattern of productive specialization; super-exploitation of labor; automotive industry; Médio Paraíba (RJ).

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rodrigo.castelo@gmail.com.

**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: laysventurass@gmail.com.

***Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rocamora.g@gmail.com.

****Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: galdinohenrique03@gmail.com.

Como citar: CASTELO, R.; VENTURA, L.; ROCAMORA, G.; GALDINO, H. Padrão de reprodução do capital e questão social no Rio de Janeiro. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 47-61, set./dez, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rep.2024.86523.

Recebido em 27 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 30 de janeiro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Desde o final da década de 1990 até meados de 2010, a região do Médio Paraíba, localizada na mesorregião Sul fluminense, recebeu investimentos bilionários do grande capital automobilístico, o que foi comemorado à época como um novo ciclo de riqueza e prosperidade dos municípios locais. Por trás dos discursos sobre o desenvolvimento econômico advindo da recepção de capitais estrangeiros, propagados por empresários, grande mídia, docentes universitários e até mesmo organizações políticas progressistas, podemos constatar uma outra realidade: o agravamento da questão social no estado fluminense.

Com base nos trabalhos clássicos de José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, podemos sintetizar a noção de questão social como um triplo vetor analítico, a saber, (1) a relação conflituosa entre capital e trabalho, (2) as lutas e resistências da classe trabalhadora à exploração capitalista e opressões e (3) a mediação do Estado nesses conflitos sociais. Para irmos além das expressões da "questão social" que, contraditoriamente, revelam partes superficiais da realidade e ocultam o essencial, é necessário analisar o padrão de reprodução do capital estabelecido no Brasil na era neoliberal, a superexploração da força de trabalho, as lutas sociais e as formas de associação do Estado com o grande capital. Estas são dimensões da realidade imprescindíveis para o entendimento da questão social na perspectiva da totalidade.

Nesse sentido, o presente texto resgata formulações clássicas e contemporâneas da teoria marxista da dependência, tais como o padrão de reprodução do capital (Osorio, 2012) e a superexploração do trabalho (Marini, 2022; Luce, 2013), assim como os estudos marxianos sobre a violência como potência econômica (Marx, 2013; Castelo, 2021), para realizar uma "análise concreta de situação concreta" sobre a questão social no Médio Paraíba no século 21.

O artigo se baseou em pesquisa bibliográfica e documental, alternando reflexões teóricas com análises de dados empíricos e o desenvolvimento de seu conteúdo está estruturado em duas seções: uma sobre a história econômica do Médio Paraíba e a outra sobre o padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro. Por fim, fica patente que o desenvolvimento econômico via atração de setores de ponta dos grandes conglomerados internacionais reafirma, em outras bases, a dependência e a superexploração da força de trabalho no território fluminense, agravando ainda mais a questão social no estado.

Gênese e desenvolvimento da questão social no Médio Paraíba: do império do café ao desenvolvimentismo do aço

A região do Médio Paraíba é formada, do ponto de vista administrativo, por 12 municípios – Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. No ciclo do café, a região foi

um dos epicentros da acumulação capitalista no país. Hoje, nem de longe ocupa o lugar central que já teve no passado, mas ganha novo dinamismo com o desembarque de multinacionais do ramo automotivo e a criação de um polo metalmecânico, além de conservar o peso da indústria siderúrgica instalada em Volta Redonda desde o padrão de reprodução do capital industrial nos anos 1940-50. Por conta deste marco desenvolvimentista, Volta Redonda, conhecida como a Cidade do Aço, conserva até hoje o posto de maior produto interno bruto (PIB) da região.

As primeiras atividades econômicas ligadas aos circuitos mercantis estavam relacionadas à mineração. Diz-se que o nome de Volta Redonda foi dado pelos garimpeiros que mineravam na curva do Paraíba do Sul, rio que cruza a cidade. Tempos depois, no Império brasileiro – durante o primeiro padrão de reprodução do capital, intitulado de padrão agromineiro exportador por Jaime Osorio (2012) –, a região foi dominada pela produção de café voltada para a exportação, baseada no latifúndio e na exploração do trabalho escravizado.

A intensidade da exploração nas plantações de café e o constante afluxo de trabalhadores e trabalhadoras escravizados alimentaram o caldeirão das tensões sociais na região na primeira metade do século XIX. Era questão de tempo até os conflitos rebentarem, o que veio a acontecer em 1838. Neste ano, eclodiu a insurreição quilombola liderada por Manuel Congo em Paty dos Alferes (Gomes; Machado, 2021). Diante do temor de novas rebeliões, as classes dominantes fluminenses não hesitaram em acionar o braço armado do Estado, que então enviou um destacamento da Guarda Nacional, comandado por Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias e patrono do Exército, para liquidar o movimento quilombola, prendendo, julgando sumariamente e assassinando suas lideranças e insurgentes.

Até o esgotamento das terras fluminenses do Vale do Paraíba, a região foi a principal produtora de café do país e representou, junto com o estado de São Paulo, o auge econômico do padrão agromineiro. A crise nacional da produção cafeeira, com o deslocamento do seu polo dinâmico para o Oeste paulista, e a crise orgânica mundial dos anos 1910-1930 jogaram a parte meridional do Rio de Janeiro em uma profunda depressão econômica e social até os anos 1940, quando a ditadura varguista do Estado Novo escolheu – após uma acirrada e controversa disputa – a cidade de Volta Redonda como sede da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O decreto de criação da empresa siderúrgica foi assinado em abril de 1941 pelo então ditador Vargas e o primeiro alto forno entrou em operação em 1946. Tida como um dos carros-chefes do projeto nacional-desenvolvimentista, a empresa se insere em um dos capítulos mais notáveis do capitalismo dependente no Brasil. Ao mesmo tempo que a CSN impulsionava a industrialização e o mercado interno, a sua viabilização financeira e

tecnológica se deu nos marcos de acordos geopolíticos de subalternização do país aos Estados Unidos, que passou a ser o centro hegemônico do sistema capitalista no pós-Segunda Guerra e reafirmou a sua dominação sobre a América Latina.

Além de ser um dos marcos históricos da consolidação do padrão industrial de reprodução do capital, a empresa se mostrou uma experiência singular na criação de um "novo trabalhador" industrial no país (Pereira, 2012). Para moldar frações industriais da classe trabalhadora aos processos produtivos, foram criadas escolas técnicas especializadas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e um conjunto de procedimentos extramuros da fábrica, típicas do fordismo, foi implementado, como bairros operários, visitas assistenciais nas residências, atividades esportivas, controles sanitários etc.

Desde a criação e ampliação da CSN, a cidade de Volta Redonda, emancipada de Barra Mansa em 1954, tornou-se área de segurança nacional na década de 1970, visando preservar o principal PIB da região do poder operário, que cresceu ao longo do tempo com a organização da classe trabalhadora. O ápice desse processo foi a grande greve operária de 1988, que teve uma resultante contraditória. Em relação aos objetivos mais imediatos do movimento paredista, o saldo positivo foi a conquista das pautas, como reposições salariais, redução da jornada de trabalho de oito para seis horas e readmissão de companheiros demitidos em outras greves. Entretanto, no médio prazo, houve um desgaste das direções ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e uma desmobilização da categoria, com a posterior vitória de direções capitaneadas pela Força Sindical, uma central sindical orgânica aos interesses patronais.

Durante a greve, o uso do braço armado do Estado, em plena Nova República e dias após a promulgação da Constituição de 1988, se fez presente. O Exército foi acionado e interveio em uma brutal operação militar. Atuando em toda a cidade e reprimindo trabalhadores e cidadãos locais, o saldo da repressão foi trágico: três operários assassinados – Valmir, William e Barroso – e dezenas de civis feridos. Junto ao uso da repressão do Exército brasileiro ao movimento paredista, na qual foram mobilizados dois mil soldados e policiais militares sob o comando do general José Luiz Lopes da Silva, a CSN colocou em movimento um conjunto de medidas – estrutura corporativa, propriedade e processos produtivos – para frear o poder operário. O saneamento e a reorganização da empresa iniciados após a greve de 1988 tinham como objetivo a privatização, o que foi alcançado em 1993 no governo Itamar Franco.

Promessas vãs de que trabalhadores da empresa enriqueceriam a partir da propriedade de ações da empresa e toda sorte de táticas empresariais de cooptação do movimento sindical, que veio a ter êxito com a vitória da Força Sindical nas eleições em 1992, foram determinantes para a privatização da CSN (Graciolli, 2007). Quebrar a espinha dorsal do sindicalismo combativo e classista e substitui-lo por um sindicalismo de resultado, afeito

à conciliação de classes, não era somente necessário para permitir a privatização de um ativo público como a CSN – tal ofensiva tinha um alcance nacional: era também uma das pré-condições para a consolidação do terceiro padrão de reprodução do capital no Brasil.

Após a grande greve de 1988, iniciou-se um processo de reestruturação produtiva, visando novos patamares do despotismo fabril e de subsunção real operária no chão de fábrica, a redução do contingente de empregados e o aumento da produtividade e da superexploração da força de trabalho. Do ponto de vista do quadro de funcionários, a mudança foi drástica: em 1988, a empresa tinha em torno de 25 mil trabalhadores; em 1997, somente quatro anos após a privatização, o número total de trabalhadores era de 12.000, um corte de metade da força de trabalho. Em relação à produtividade, o salto foi ainda maior: de 163 toneladas operário/ano passou-se para 510 toneladas, um aumento de mais de 200% (Santos, 1997).

O impacto da reestruturação produtiva da CSN no mercado de trabalho fez com que o perfil econômico de Volta Redonda mudasse e o setor de serviços ocupasse uma posição de destaque no PIB municipal: de 1996 a 2005, os empregos industriais caíram do patamar de 35% do total dos empregos gerados para abaixo de 20%, enquanto os serviços subiram de cerca de 27% para cerca de 40% (Souto; Dulci, 2008). Em decorrência das transformações produtivas e no mercado de trabalho, houve um decréscimo da massa salarial (os rendimentos mensais são, em média, maiores na indústria do que nos serviços) e a migração de trabalhadores qualificados, dentre outras expressões da questão social (Costa Lima, 2012, p. 440).

Assim como na greve dos petroleiros de Manguinhos em 1995, o Estado brasileiro mostrou, na intervenção direta na greve da CSN, a face mais desavergonhada da *violência como potência econômica*, pela qual a coerção estatal atua na garantia de melhores condições de superexploração da força de trabalho no setor privado. Temos, portanto, com o desenrolar da luta de classes no Médio Paraíba no final dos 1980 e início dos 1990, um exemplo lapidar de como a supremacia burguesa opera táticas coercitivas e hegemônicas, atreladas à violência estatal planejada e coordenada, para alienar o patrimônio público e submeter o poder operário aos seus interesses históricos.

Contudo, a privatização da CSN, as demissões em massa e o aumento da subsunção real e da superexploração da força de trabalho não foram as únicas mudanças estruturais no Médio Paraíba na década de 1990. Enquanto a cidade de Volta Redonda e seu entorno sofriam as consequências da venda da siderúrgica, outros municípios da região – Resende, Porto Real e Itatiaia – entravam em uma fase de industrialização com a chegada de fábricas automobilísticas. A instalação dessas grandes multinacionais foi um marco do ingresso do Médio Paraíba no padrão exportador de especialização produtiva. O sentimento local era de que o desenvolvimento registrado anteriormente pela instalação da siderúrgica de

Volta Redonda estava de volta. Modernização marcada por nostalgia conservadora? O que a região vivenciou, na verdade, foi um novo salto do capitalismo dependente e o recrudescimento da superexploração da força de trabalho e suas consequências socioeconômicas.

O padrão exportador de especialização produtiva e a superexploração na indústria automobilística fluminense

Nos anos 1990, a indústria automobilística passava por uma crise econômica no Brasil e iniciou, com apoio das três esferas do Estado (federal, estaduais e municipais), uma ofensiva sobre o mundo do trabalho. A primeira medida foi o deslocamento de investimentos produtivos para além das fronteiras do ABC paulista – então berço das greves operárias do final dos anos 1970 que contribuíram para o fim da ditadura empresarial-militar –, buscando localidades com menores custos da força de trabalho e sem tradição de luta sindical. Uma outra medida que estimulou a referida indústria foi o chamado *Novo Regime Automotivo*, no fundo um conjunto de benefícios e isenções fiscais dos governos federal e estaduais para atração de capitais estrangeiros e implantação de plantas industriais, o que gerou uma "guerra fiscal" entre as entidades da federação e perdas bilionárias para seus respectivos tesouros e populações locais.

Tempos depois, o Estado brasileiro reafirmou seu compromisso com o capital monopolista automotivo e, em 2012, criou o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) com a promulgação da Lei nº 12.715, pelo qual a União concedia, entre 2013 e 2017, um novo pacote de isenções tributárias em substituição ao Novo Regime Automotivo. De acordo com informações na página eletrônica do Ministério da Economia, o programa visava ganhos de eficiência e aumento de produtividade com a introdução de novas tecnologias e processos produtivos[1].

A partir do Novo Regime Automotivo e do Inovar-Auto, constatou-se, de fato, um aumento dos investimentos dos capitais estrangeiros no setor e uma elevação da capacidade produtiva das empresas em torno de 25%, tendo como base uma reestruturação fabril que instaurou novos processos produtivos e organizacionais. Entretanto, a retórica empresarial e os estudos oficiais do governo ocultam que, por trás dos aumentos da produtividade, temos também o aumento do desemprego e da superexploração da força de trabalho. A reestruturação produtiva na indústria automobilística resultou na queda de operários empregados e no aumento do faturamento global, acentuando "[...] de forma oportuna à extração de mais-valia assalariada, haja vista a tendência de elevação da produtividade e do faturamento por operário no decorrer dos anos 2000 [...]" (Teixeira, 2020, p. 236).

1 Ver: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/setor-automotivo/inovar-auto. Acesso em: 7 ago. 2022.

Tal análise ganha mais robustez quando constatamos, no texto oficial de avaliação do governo federal sobre o Inovar-Auto, a redução da força de trabalho empregada no setor automobilístico no período 2013-2017. Nos dois primeiros anos de vigência do programa, temos um aumento dos empregos na fabricação de automóveis, camionetas e utilitários. Depois, constatam-se decréscimos sucessivos. No tocante à fabricação de caminhões e ônibus, o quadro é ainda pior: somente no primeiro ano temos um aumento do emprego, com acentuadas quedas nos anos seguintes (cf. Tabela 1). Na oscilação para cima e para baixo dos números, o saldo final é negativo para o emprego da força de trabalho.

Tabela 1. Número médio de pessoal ocupado no ano: fabricação de veículos – 2013-2017

Ano	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	Crescimento ano a ano	Fabricação de caminhões e ônibus	Crescimento ano a ano
2013	105.889	1,85%	33.731	2,44%
2014	115.871	9,43%	30.018	-11,01%
2015	103.548	-10,64%	26.584	-11,44%
2016	96.618	-6,69%	22.276	-16,21%
2017	91.148	-5,66%	20.865	-6,33%

Fonte: Grupo de acompanhamento do Programa Inovar-Auto (2019, p. 17)

No período logo após o Novo Regime Automotivo, os sindicatos trabalhistas reagiram com táticas grevistas.

> A média anual de 134 greves de 1992 a 1994 foi elevada para 222 de 1995 a 1999, aumento de 66%. Mais de 1.110 greves foram registradas no quinquênio de vigência do Regime Automotivo, número esse superior em mais de 55% do total de greves registradas nos doze anos seguintes, de 2000 a 2011 [...]. (Teixeira, 2020, p. 235).

E, após este lampejo de ascenso das lutas operárias em meados dos anos 1990, temos, com as mudanças operadas pelo grande capital monopolista no setor, uma desorganização política da classe trabalhadora e um arrefecimento das greves trabalhistas no auge do padrão exportador de especialização produtiva no Brasil.

Com a reorganização espacial da indústria automobilística, o Rio de Janeiro se tornou um dos maiores polos automotivos do país, mas ainda bem atrás do primeiro lugar ocupado pelo estado de São Paulo. Em 1996, a fábrica da Volkswagen para produção de caminhões e ônibus se estabeleceu na cidade de Resende; em 2001, foi a vez da planta da PSA Peugeot-Citroën ser construída em Porto Real; em 2014, a Nissan desembarcou em Resende e, em 2016, a Land Rover inaugurou a sua primeira fábrica no país, localizada em Itatiaia. Tudo isto irrigado com generosos recursos do tesouro fluminense e iniciativas

da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) com instalação de infraestrutura, doações de terrenos, isenções fiscais, empréstimos e, no caso da PSA Peugeot-Citroën, algo inédito: sociedade acionária de 32% do capital da empresa (Santana, 2007, p. 148-149).

Em termos semelhantes ao que havia acontecido na instalação da CSN, a reconfiguração produtiva da região por meio da vinda de multinacionais automotivas demandou um tipo de trabalhador específico. A cada padrão de reprodução do capital, podemos constatar a necessidade do patronato em adequar a classe trabalhadora aos novos requisitos técnico-organizacionais da superexploração no capitalismo dependente, e o Senai foi decisivo na conformação de operários para trabalharem nas modernas plantas industriais. Segundo Marco Aurélio Santana (2007, p. 150; p. 161), jovens trabalhadores locais, formados pelo Senai, foram contratados de acordo com o projeto idealizado pelas empresas para seus funcionários, levando em consideração o cuidado de manter afastada a tradição sindical da Cidade do Aço. Assim, educação e formação combinam-se tanto para operar máquinas e produzir riquezas, como para tecer o consentimento da classe trabalhadora aos interesses históricos do patronato.

Este processo de conformação do mundo do trabalho às exigências do capital não se deu, todavia, sem contradições e resistências: apesar dos esforços das multinacionais, Santana (2007, p. 157) relata que as bases operárias não foram tão cordatas como o planejado e greves eclodiram na planta da Volkswagen, muitas vezes passando por cima das direções da Força Sindical. Já na PSA Peugeot-Citroën, foram adotadas medidas mais coercitivas para barrar a ação sindical e a empresa obteve melhores resultados neste quesito.

O desembarque das multinacionais do setor automotivo foi alardeado por governantes locais e entidades empresariais como um sinônimo de progresso no Médio Paraíba. De fato, houve impactos expressivos, por exemplo, na massa salarial da região. Segundo dados analisados por José Ricardo Ramalho (2015, p. 124), a remuneração da força de trabalho no setor automotivo é maior se comparada a de outros setores na região e puxa a média para cima. O mesmo autor, entretanto, escancara uma importante contradição. Com base em um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 2007, Ramalho (2015) apresenta um estudo comparativo dos salários dos operários automotivos no Médio Paraíba e no ABC paulista. Segundo as conclusões das suas pesquisas, sistematizadas na Tabela 2, os trabalhadores fabris das montadoras estabelecidas no ABC paulista ganhavam mensalmente, em média, R$ 3.563,22, com um salário hora de R$ 20,29. Já nas cidades de Resende e Porto Real, com menor tradição de resistência operária, os salários mensais são, respectivamente, de R$ 1.396,65 e R$ 1.096,56. Já em relação ao salário hora, o preço é R$ 7,30 em Resende e R$ 6,0 em Porto Real.

Tabela 2. Remuneração nas empresas montadoras de veículos, por munícipio, Brasil, 2002 (em reais) (ABC=100)

Municípios	Horistas-diretos (em reais/mensal)	Salário hora (em reais)
ABC-SP	3.563,22	20,49
Resende-RJ	1.396,65	7,30
Porto Rea-RJ	1.096,56	6,00

Fonte: Rais (de 2005) – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Tabela extraída de Dieese – ABC: do salário às compras (2007 *apud* Ramalho, 2015, p. 133)

A estratégia de relocalização de parte da indústria automotiva no Brasil, ao reinvestir seus capitais em cidades sem uma larga tradição de organização operária, como Resende, Porto Real e Itatiaia, confirma-se exitosa quando são analisados os dados da tabela acima. As diferenças salariais nominais entre o ABC paulista e o Médio Paraíba são gritantes: em alguns casos, a diferença é maior do que 200%, o que confirma a baixa remuneração relativa dos operários fluminenses em relação aos seus pares do estado vizinho. Segundo pesquisa mais recente efetuada por João Assis Dulci (2021), também se verifica, com dados de uma série histórica que vai de 2007 a 2017, que a média salarial mais baixa dos metalúrgicos do Médio Paraíba em relação a dos trabalhadores do ABC Paulista se manteve intacta no auge e declínio do padrão exportador de especialização produtiva, confirmando aquilo que já havia sido constatado pelo estudo de Ramalho (2015). Mas o que chama atenção na pesquisa de Dulci (2021) é que a média salarial fluminense é igualmente mais baixa do que a verificada nas instalações automotivas no polo de Camaçari/Bahia (cf. Tabela 3).

Segundo Dulci (2021, p. 229), tais desigualdades salariais podem ser explicadas pelas diferentes atuações sindicais nas regiões: quanto maior o poder de mobilização e negociação, maiores os salários. São dados e análises contemporâneos que ajudam a consubstanciar teses clássicas da crítica da economia política, pelas quais se afirmam que as resistências da classe trabalhadora são essenciais para alterar a correlação de forças entre capital e trabalho, resultando, dentre outras coisas, na melhoria das condições de vida com a incorporação de elementos histórico-morais na cesta necessária à reprodução social das famílias operárias.

Outro reflexo da desvantagem salarial dos operários automotivos do Médio Paraíba em relação ao ABC Paulista se expressa no poder de compra dos seus salários médios. Em termos relativos, os seus salários mensais sequer são suficientes para comprar a cesta de bens e serviços, como mostra a Tabela 4. No caso de Resende, era necessário, em 2007, ganhar 1,70 salário para comprar uma cesta básica, enquanto em Porto Real eram necessários 2,07 salários, o dobro do salário recebido. No ABC paulista, 0,72 do ganho mensal já era suficiente para a aquisição da cesta.

Tabela 3. Média salarial anual de rendimento da indústria automobilística, por classificação de atividade, Camaçari, Vale do Paraíba fluminense, Grande ABC Paulista, 2007-2017 (em reais) (2007=100)

Camaçari	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	2.601,25	2.747,81	2979,09	3.228,18	3441,41	3.706,53	3.636,52	3.689,01	3.290,85	3419,48	3.327,68
Vale do Paraíba Fluminense	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	2.203,11	2.338,04	2.386,99	2412,49	2.389,89	2.332,26	2492,06	2.711,03	2439,57	2.592,03	2.386,19
Fabricação de caminhões e ônibus	1.567,83	1.809,66	1.811,07	1.847,93	2.021,36	2.027,38	1916,63	1925,22	1.558.50	1459,36	1.387,47
ABC Paulista	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4.895,79	5.073,80	5410,82	5.238,64	4989,87	5.577,64	5.063,65	4903,91	4.364,09	4.680,28	4.534,34
Fabricação de caminhões e ônibus	4910,08	5.083,34	4.726,22	5.323,02	5.525,50	4993,33	4980,93	4909,92	4.639,82	4951,56	4.555,61

Fonte: Rais/TEM, 2007-2017 ***apud*** Dulci (2021, p. 235)

Tabela 4. Gasto médio para a aquisição de cesta de produtos e serviços, por municípios com montadoras e comparação com salário médio dos trabalhadores da produção, Brasil, 2007 (em reais)

Cidade	Remuneração (em reais/mensal)	Despesa total (em reais/mensal)	Salário necessário para aquisição da cesta (em salários médios)	Saldo Salário Mensal (%)
ABC – SP	3.563,22	2.554,28	0,72	+28,0
Resende – RJ	1.396,65	2.367,61	1,70	- 70,0
Porto Real – RJ	1.096,56	2.266,04	2,07	- 107,0

Fonte: Dieese-ABC – do salário às compras (2007 ***apud*** Ramalho, 2015, p. 133)

Os dados da Tabela 4 demonstram que a remuneração dos operários automotivos dos municípios fluminenses está abaixo do necessário para sua reprodução social. Em suma, tanto do ponto de vista do salário nominal como do real, os operários fluminenses recebem menos do que os paulistas; e mais: mesmo os salários dos trabalhadores automotivos do Médio Paraíba sendo maiores do que a média da região, tais trabalhadores não estão imunes a um padrão salarial abaixo do mínimo de subsistência, isto se comparado ao índice da cesta básica. Ora, este atentado ao fundo de consumo dos metalúrgicos automotivos – uma das condições da superexploração da força de trabalho – ajuda a demonstrar como casos de industrialização de uma localidade tidos como de sucesso não superam as determinações essenciais do capitalismo dependente. Isto é, o desenvolvimento econômico via atração de setores de ponta dos grandes conglomerados internacionais reafirma, em outras bases, a dependência e a superexploração no território fluminense, agravando ainda mais a "questão social" no estado.

Uma das marcas organizacionais do final do século XX e início do XXI é a terceirização, estabelecida a partir da vinda de setores fornecedores próximos às áreas das montadoras, que contribuíram com a subcontratação por uma "empresa-mãe" (Ferreira *et al.*, 2013). Com a vinda das empresas automobilísticas para o estado fluminense, reduziu-se o número de metalúrgicos contratados diretamente pelas montadoras e estimulou-se o aumento da alienação dos trabalhadores e a precarização dos vínculos trabalhistas. Além disso, ao se manterem, no mesmo processo de produção, operários de empresas e sindicatos distintos, quebra-se a unidade operária, dificultando a organização política da categoria, constituindo-se como um ataque à representação sindical dos metalúrgicos. Os trabalhadores terceirizados do setor automotivo acabaram sofrendo um apagamento das lutas sindicais. Sem representação, organização e poder de reação, se deparam com enormes dificuldades na defesa até mesmo de direitos básicos.

Por fim, no quadro de superexploração da força de trabalho no Médio Paraíba, averiguaremos os casos dos acidentes de trabalho[2]. Para isto, nos baseamos na plataforma *Smartlab*[3]

2 O estudo da saúde do trabalhador é um dos indicadores adotados pela presente pesquisa, com base em Luce (2013), como uma das formas de entender os atentados ao fundo de vida da classe trabalhadora causados pelo capital nos processos produtivos baseados na superexploração da força de trabalho.

3 Disponível em: https://smartlabbr.org/. Acesso em: 24 jun. 2024.

e nos dados coletados em Resende e Porto Real. No caso da primeira cidade, onde estão instaladas fábricas de grande porte da Volks Caminhões e Nissan, temos a maior incidência dos acidentes de trabalho no setor automotivo do estado do Rio de Janeiro. Em 2020, tivemos 37 casos de acidentes no referido setor, sendo 28 em Resende, seis em Porto Real, um em Quatis e dois na capital. Resende responde a 75% do total, enquanto Porto Real presenciou 16,2% dos acidentes. Em 2020, foram 289 acidentes de trabalho na cidade de Resende, sendo 10% deles no setor automotivo, e dois casos foram de óbitos dos trabalhadores. Assim, constatamos que as fábricas do setor automotivo estabelecidas em Resende contribuem enormemente para os casos dos acidentes de trabalho no estado e na cidade.

Em Porto Real, a predominância do setor automotivo nos casos dos acidentes de trabalho igualmente se repete. No município, a fabricação de automóveis, caminhonetas e utilitários representa 24% dos acidentes notificados de 2012 a 2020, seguida pela fabricação de peças e acessórios para veículos automotores, que configurou 20% dos acidentes notificados. Os setores que seguem reforçam, mais uma vez, a referida predominância, a saber: transporte rodoviário de carga (7%), fabricação de vidro plano e de segurança (6%), produção de laminados planos de aço (5%) e fabricação de caminhões e ônibus (4%).

Em relação às notificações dos acidentes de trabalho, de 2012 a 2020, os setores econômicos com mais notificações em Resende foram, respectivamente, as atividades de atendimento hospitalar (10%), produção de laminados longos de aço (7%), fabricação de automóveis, camionetas e utilitários (6%), transporte rodoviário de carga (5%), fabricação de caminhões e ônibus (5%) e fabricação de peças e acessórios para veículos automotivos não especificados anteriormente (4%). Ou seja, no total das notificações, o setor automobilístico concentra 15% do total, ocupando uma posição central aos atentados do fundo de vida dos trabalhadores em Resende.

Se destrincharmos as ocupações mais citadas nas notificações dos acidentes de trabalho no mesmo período, vamos constatar que 9% foram de alimentador de linha de produção, 7% de montador de veículo (linha de montagem), 7% de técnico de enfermagem e 3% de faxineiro. Mais uma vez, os trabalhadores da linha de montagem do setor automotivo aparecem em números relativos com destaque. Dentre as ocupações laborais deste setor, o maior número de afastamento do tipo acidentário (B91) foi de soldador (27%), seguido de preparador de tintas (17%), montador de veículos (15%), operador de empilhadeira (10%) e funileiro industrial (5%). No caso das lesões mais frequentes no ramo de fabricação de automóveis camionetas e utilitários, 45% corresponderam a corte, laceração, ferida contusa e punctura, 23% a contusão e esmagamento, 9% a distensão e torção, 8% fratura e 5% escoriação e abrasão.

Estes acidentes de trabalho e suas respectivas lesões levam, em diversos casos, ao fim da vida laboral dos operários e à necessidade de recorrer à seguridade social, em especial ao sistema previdenciário. No caso de afastamentos previdenciários, de 2012 a 2020, o

setor automotivo corresponde a 8% de todos os casos. Os setores de restaurante e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e de fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente têm, cada um, 5% do total dos casos, dividindo esta liderança dos números. Em seguida, temos, com 4%, transporte rodoviário de carga e fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar e, com 3%, limpeza de prédios e em domicílios e fabricação de automóveis, camionetas e utilitários.

Em Porto Real, os dados referentes às ocupações com maiores números de notificações dos acidentes de trabalho de 2012 a 2020 foram: operador de máquinas operatrizes (13%), soldador (6%), montador de veículos (linha de montagem) (6%) e operador de empilhadeira (6%). Nestes casos, as cinco lesões mais registradas corresponderam a corte, laceração, ferida contusa e punctura (35%), contusão e esmagamento (21%), fratura (10%), distensão e torção (7%), e escoriação e abrasão (7%). Quanto aos afastamentos previdenciários, os trabalhadores com maiores números, por acidentes de trabalho, foram: motorista de caminhão (8%), faxineiro (5%), servente de obras (3%), alimentador de linha de produção (3%) e soldador (3%).

Estes dados dos acidentes de trabalho e afastamentos previdenciários são evidências objetivas do atentado ao fundo de vida da classe trabalhadora perpetrados pelo grande capital nos processos de trabalho baseados na superexploração. Em tempos de nova ofensiva do capital ao mundo do trabalho, a saúde física e mental dos metalúrgicos do Médio Paraíba fica seriamente comprometida, além de constatarmos significativas expropriações salariais.

Considerações finais

Enquanto o neodesenvolvimentismo era exaltado por forças políticas e ideológicas distintas como a solução dos problemas nacionais e se advogavam teses apologéticas como o pleno emprego, o fim da dependência, o surgimento da "nova classe média", a instauração de um Estado de bem-estar social no Brasil etc., a classe trabalhadora experimentava novos patamares de superexploração e algumas das suas expressões mais invisíveis.

No Rio de Janeiro, no auge do padrão exportador de especialização produtiva, a situação não foi diferente. Junto ao estado de euforia propagado por Cabrais, Firjans e afins, tínhamos o aprofundamento da superexploração da força de trabalho, inclusive nos setores de ponta da industrialização regional. A terceirização, a reestruturação produtiva, a baixa remuneração da força de trabalho e as tentativas de fragilização da organização da classe trabalhadora no Médio Paraíba foram artefatos utilizados pelo grande capital monopolista a fim de diminuir os custos com o capital variável, aumentar a taxa de mais-valia e, por conseguinte, obter taxas de lucro cada vez maiores. Os prejuízos vividos pelos operários no Médio Paraíba foram expressões de uma condição de vida e trabalho presente não só no setor automotivo, mas na classe trabalhadora brasileira: a superexploração e seus atentados aos fundos de consumo e de vida.

Junto a isto, vimos que diferentes mecanismos da política econômica estatal – como o Novo Regime Automotivo, o Inovar-Auto e um bilionário pacote de isenções fiscais –, a despeito da falaciosa retórica neoliberal do "Estado mínimo", deram suporte direto ao ciclo de investimentos do capital monopolista no atual padrão de reprodução do capital. Foram vultosos aportes do tesouro regional às custas das condições de vida da população fluminense.

Para completar o quadro da "questão social" no Médio Paraíba no século 21, constatamos que fragmentos da memória das lutas operárias ainda permanecem no imaginário popular regional: apesar das táticas empregadas pelo grande capital, as lutas sociais se fizeram presentes na contemporaneidade, mesmo que sem o alcance de outrora, como foi a greve de 1988 em Volta Redonda e de outras regiões do país, como o ABC paulista.

Contribuições dos/as autores/as: Todos/todas os/as autores/as participaram das etapas de concepção, elaboração, análise e coleta de dados, redação e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: O presente artigo contou com recursos do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da "questão social" no Brasil. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, jul.-dez. 2021.

COSTA LIMA, R. J. da. Estratégias integradas de regeneração em regiões industriais: uma aproximação com a conjuntura pós-década de 1990 no Sul Fluminense. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, set./dez. 2012.

DULCI, J. A. Crise, emprego e renda na indústria automotiva: os casos do Sul Fluminense, Camaçari e Grande ABC Paulista em perspectiva comparada. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2021.

FERREIRA, C. V.; CARLEIAL, L.; NEVES, L. S. Terceirização: implicações sobre os setores elétrico e automotivo brasileiros. *Caderno Paic*, v. 14, n. 1, 2013.

GOMES, F. dos S.; MACHADO, M. H. P. T. Revoltas em três tempos: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo (século XIX). *In:* REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2021.

GRACIOLLI, E. J. *Privatização da CSN:* da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão popular, 2007.

PROGRAMA INOVAR-AUTO. *Avaliação de impacto do Programa Inovar-Auto*. Dez. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/images/REPOSITORIO/sdci/InovarAuto/Avaliacaoa_dea_Impactoa_-a_Inovar-Auto.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022.

LUCE, M. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2013.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In:* TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini*: "dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F. J. G. de. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. Tese (doutorado em geografia humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In:* FERREIRA, C. *et al.* (Org.). *Padrão de reprodução do capital:* contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PEREIRA, S. M. *Sindicalismo e privatização:* o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. São Luís: Edufma, 2012.

RAMALHO, J. R. Indústria e desenvolvimento: efeitos da reinvenção de um território produtivo no Rio de Janeiro. *Repocs*, v. 12, n. 24, jul.-dez. 2015.

SANTANA, M. A. Do aço aos automóveis: o sindicalismo metalúrgico no Sul fluminense dos anos 1980/2000. *In:* RODRIGUES, I.; RAMALHO, J. R. (Org.). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos*. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, C. Siderúrgicas demitem 35 mil em oito anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1997. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi170812.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

SOUTO, B. F.; DULCI, J. A. Reestruturação produtiva e seu reflexo na sócio-dinâmica do Sul Fluminense. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Abep)*, Caxambú, 2008.

TEIXEIRA, J. R. M. Desenvolvimento e indústria automobilística: arranjos institucionais e a dinâmica reprodutiva regional e estrutural. *In:* PINTO, G. A. *et al.* (Org.). *La industria automotriz en América Latina:* estudios de las relaciones entre trabajo, tecnología y desarollo socioeconómico. Curitiba: EDUTFPR. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/. Acesso em: 7 jul. 2022.

em pauta

Questão social, pobreza rural e intersetorialidade: desafios de uma tenra construção

Social issue, rural poverty, and intersectorality: challenges of an incipient construction

Juliana Firmino Fonzar*

Eugênia Aparecida Cesconeto**

RESUMO

O artigo tem por objetivo discutir os desafios e perspectivas da intersetorialidade no enfrentamento à pobreza rural, como uma das expressões da questão social. Assim, contextualiza a pobreza rural na realidade brasileira frente ao avanço do agronegócio com produção voltada fortemente ao mercado externo; dialoga sobre a intersetorialidade enquanto um campo em disputa e caminho possível para a construção de estratégias coletivas na perspectiva de garantia de direitos. Trata-se de estudo qualitativo, com base em revisão teórico-bibliográfica e observação participante decorrente da experiência profissional na área de extensão rural. Pressupõe o reconhecimento da intersetorialidade como componente das redes socioassistenciais e, salutar na estruturação de estratégias no enfrentamento da questão social no rural, que se manifesta de forma multifacetada, funda-se na contradição capital-trabalho e demanda atuação articulada para sua mitigação. Considera-se que deve ser superada a percepção da pobreza rural como um fenômeno natural e/ou fruto da inaptidão dos indivíduos "no agro", pois se trata de um processo sócio-histórico.

Palavras-Chave: questão social; pobreza rural; intersetorialidade; políticas públicas.

ABSTRACT

This article aims to discuss the challenges and perspectives of intersectorality in tackling rural poverty, as one of the expressions of the social issue. Thus, it contextualizes rural poverty in the Brazilian reality in light of the advancement of agribusiness with production focused heavily on the foreign market. It also highlights intersectorality as a field in dispute and a possible path for the construction of collective strategies from the perspective of guaranteeing rights. This is a qualitative study, based on a theoretical-bibliographical review and participant observation resulting from professional experience in rural areas. It presupposes the recognition of intersectorality as a component of social assistance networks and as beneficial in structuring strategies to face social issues in rural areas, which manifest themselves in a multifaceted way. They are based on the capital-labor contradiction and demand articulated action to mitigate them. It is considered that the perception of rural poverty as a natural phenomenon and/or the result of the ineptitude of individuals "in agriculture" must be overcome, as it is a socio-historical process.

Keywords: social issue; rural poverty; intersectorality; public policies.

ARTIGO

https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86525

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste, Toledo, Paraná, Brasil. E-mail: fonzar.assistentesocial@gmail.com.

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste, Toledo, Paraná, Brasil.
E-mail: eucesconeto@gmail.com.

Como citar: FONZAR, J. M.; CESCONETO, E. A Questão social, pobreza rural e intersetorialidade: desafios de uma tenra construção. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 62-77, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86525.

Recebido em 14 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 08 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A pobreza rural, concebida como uma das expressões da questão social, está entrelaçada à questão agrária no contexto do capital e tem como fundamento a contradição capital x trabalho, manifestando-se de modo multifacetado.

Entende-se a questão social, segundo Iamamoto (2020, p. 34), como uma gama de "expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura" fundada numa origem comum: a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Por outro lado, a questão agrária expressa os diferentes conflitos provenientes do uso da terra e/ou da relação capital/trabalho no rural, que são desencadeados ou aprofundados pelo modelo de desenvolvimento agrário vigente, isto é, aquele que no contexto atual é formatado pelas relações capitalistas (Sant'Ana, 2012).

A população pobre global é de "1.1 bilhão de 6.1 bilhões de pessoas. Ainda, estima-se que pouco mais de 18% vivam em pobreza multidimensional aguda" (PNUD, 2023). Além disso, de acordo com o Anuário Estatístico Mundial Alimentação e Agricultura da Organização das Nações Unidas (FAO, 2023), em 2022, "entre 691 e 783 milhões de pessoas no mundo enfrentaram a fome [...]. A insegurança alimentar moderada ou grave afetou 33,3% dos adultos que vivem em áreas rurais, em comparação com 28,8% nas áreas periurbanas e 26,0% nas áreas urbanas".

No Brasil a pobreza atinge "cerca de 12,4% da população, e a extrema pobreza atinge cerca de 5,9% da população", conforme a linha do Banco Mundial (IBGE, 2023, p. 72). A pobreza é um fenômeno antigo, mas no capitalismo ela assume formas peculiares. Se antes a pobreza era atribuída ao infortúnio divino, carência de recursos, traços morais, disparidade entre o aumento da população e a produção de alimentos, hoje, há equívocos e disputas de classe em torno de seu conceito.

Por muito tempo vigorou (e ainda reverbera) uma concepção de pobreza centrada na falta ou precariedade de renda. Nesta visão, o sujeito desempregado ou subempregado não consegue recursos financeiros suficientes para manter suas necessidades primordiais e se torna um demandador do Estado, principalmente, por meio da política de assistência social. Com o avanço da agenda neoliberal, gradativamente as agências multilaterais (organizações internacionais de cunho financeiro/social) passaram a incorporar uma visão mais ampla sobre a pobreza, concebendo-a como multidimensional, contudo, atrelada a déficits de desenvolvimento econômico, incapacidade dos governos de gerir a questão ou falta de aprimoramento das "habilidades" dos pobres.

Na análise social-crítica, considera-se que o imbróglio desta perspectiva é que ela não leva em conta o fundamento da pobreza no capitalismo, isto é, como elemento estrutural e produto inerente e necessário deste modo de produção. "O próprio desenvolvimento ca-

pitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não só não reduz a pobreza, como pelo contrário, a produz e amplia" (Siqueira; Alves, 2018, p. 17). A riqueza gerada em quantidades cada vez maiores é socialmente produzida, contudo, é apropriada pela minoria burguesa, por meio da exploração da mais-valia. À maioria trabalhadora resta a pauperização absoluta ou relativa, haja vista o pouco que lhe sobra em relação à riqueza que produziu.

De acordo com Netto (2007, p. 143), a pauperização absoluta "registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral"; já a pauperização relativa "se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas". Na sociedade de classes, é possível mitigar a pobreza absoluta, mas não a relativa, já que esta é inerente à dinâmica contraditória entre capital e trabalho. Ela não é exclusiva dos indivíduos alijados do mercado, pois mesmo aqueles que possuem renda regular vivem suas manifestações, ainda que de modo mais ameno que os primeiros.

Além disso, na dinâmica da acumulação, ocorre a útil e necessária existência do exército industrial de reserva, ora atraído, ora repelido pelo mercado, conforme as necessidades do capital. Aqui coloca-se também o desemprego que, segundo Siqueira e Alves (2018, p. 20) com base em Marx, possui funções delimitadas, como "a oferta de material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e a regulação de salário e direitos trabalhistas". Em síntese, a pobreza é construída histórica e socialmente e, no contexto do capital, é uma das expressões da questão social. Se suas manifestações são multifacetadas, seu fundamento está atrelado à contradição capital-trabalho.

Numa perspectiva multidimensional, a pobreza vai além da carência, privação financeira ou acesso deficitário à alimentação. Considera-se outras variáveis, como o atendimento às necessidades de habitação, mobilidade, vestuário, acesso a políticas públicas, lazer, água de qualidade, saneamento, segurança alimentar e nutricional, entre outros aspectos que se relacionam com os direitos civis, políticos e sociais.

Como visto, na tradição marxista, a caracterização de pobreza absoluta e relativa não é a mesma dos indicadores comumente utilizados para a mensuração da pobreza. Na tentativa de mensurar a pobreza, conforme Engelbrecht (2021), desde 1990 foi desenvolvido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que consiste na média aritmética simples de três variáveis: saúde/longevidade; nível de educação; e produto interno bruto (PIB). Trata-se de um avanço, contudo, incapaz, assim como a perspectiva que o embasa, de aferir e explicar a pobreza numa perspectiva de totalidade. Na cena contemporânea, embora tenham ocorrido avanços na direção de considerar diferentes necessidades humanas básicas, a renda ainda é fator central para aferição da pobreza. Isso fica evidente nas linhas de pobreza e extrema pobreza propostas pelo Banco Mundial e que servem de parâmetro de análise, bem como de critério para acesso a vários programas sociais.

O Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, mas utiliza-se da Síntese de Indicadores Sociais, que construiu até o momento três linhas absolutas e uma linha relativa, demonstrando que a proporção de pobres varia de acordo com a linha adotada. As linhas de pobreza construídas são: a partir de dólares diários (Banco Mundial); a partir de proporções do salário-mínimo (baliza para os programas sociais); a partir de linhas de referência para a concessão do benefício do Programa Bolsa Família; e pela contabilização da pobreza a partir de medidas relativas, como a média e a mediana (países desenvolvidos) (IBGE, 2023, p. 70).

O enfrentamento da pobreza demanda a atuação coordenada e articulada das políticas setoriais para a sua mitigação e, nesta direção, a intersetorialidade é uma estratégia relevante. Atualmente, a intersetorialidade está presente na gestão das políticas públicas e, com conotação polissêmica, tem sido alvo de estudos nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 2000. Aqui, a intersetorialidade é compreendida dialeticamente como uma prática social articuladora de diferentes políticas, serviços e profissionais, mas que deve estar voltada para a garantia de direitos.

Este artigo apresenta os resultados de um estudo, de caráter qualitativo, realizado com base em revisão teórico-bibliográfica e conta com a observação participante decorrente da experiência profissional na área de extensão rural. Tem como objetivo discutir os desafios e perspectivas da intersetorialidade no enfrentamento à pobreza rural e, para isso, o seu desenvolvimento foi estruturado em três tópicos. O primeiro situa a pobreza rural no contexto do capital, indicando seus determinantes sócio-históricos e as consequências da exploração predatória no campo. O segundo aborda a intersetorialidade, considerando que sua concepção e efetivação são objeto de disputas. O terceiro tópico discorre sobre a intersetorialidade como uma estratégia de enfrentamento à pobreza rural, apontando elementos para a sua construção no âmbito das políticas sociais.

Considerações sobre a pobreza rural no contexto do capital

Diferentemente do espaço urbano, no rural a pobreza encontra-se espalhada, pulverizada e, muitas vezes, ocultada, já que o camponês pobre geralmente consegue garantir por meio da terra sua subsistência (ainda que precariamente) e, tradicionalmente, a pobreza é entendida no Ocidente como sinônimo de fome ou de acesso insuficiente à alimentação.

De acordo com Aragão e Contini (2022), o modelo produtivo voltado à produção de *commodities*[1] com alta tecnologia coloca o Brasil como o maior produtor e exporta-

1 *Commodities* refere-se a "um conjunto específico de produtos que tem escala, padrão e cotação internacional de produção e comercialização. São, em geral, matérias primas minerais ou agrícolas, ou produtos semielaborados, tais como soja, milho, trigo, café, minério de ferro, aço, alumínio, petróleo. Estes produtos são produzidos em larga escala em vários países do mundo [...]" (Alentejano; Egger, 2021, p. 104).

dor de soja do mundo, o terceiro maior produtor de feijão, líder absoluto na produção e exportação de açúcar e terceiro maior produtor de carnes (somando-se suína, bovina e frango). Contudo, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (OXFAM BRASIL, 2022), indica que 60% dos domicílios rurais enfrentam níveis de insegurança alimentar; precarização das condições de trabalho e vida e movimentos de êxodo rural.

O rural é um espaço complexo e permeado por múltiplas relações sociais. Dotado de particularidades espaciais e temporais derivadas, em grande medida, das peculiaridades da agropecuária, o rural está inserido na dinâmica do capital e seus movimentos. Para Engelbrecht (2021), ocorreram muitas transformações nas comunidades rurais, como novos ritmos de trabalho, desprendimento de crenças tradicionais, outros objetos e valores que marcam novas formas de vida. Com base em Alentejano (2000), Rosa e Ferreira (2010) e Bernardelli (2010), a autora afirma que as transformações do rural brasileiro não configuram um "novo rural", mas consistem em expressões do processo histórico de produção do espaço, que evidenciam disparidades locais e regionais e a constante correlação de forças entre agronegócio e agricultura familiar.

A história brasileira é marcada pela colonização predatória, pela exploração das riquezas naturais e pelo latifúndio produtor de monoculturas para o abastecimento externo, que condicionou uma configuração fundiária extremamente desigual e favorecedora da classe dominante. Com base no Censo Agropecuário, DelGrossi (2019, p. 9) evidencia a alta concentração de terras: "os estabelecimentos com menos de 100 hectares representam 91% dos produtores agropecuários brasileiros, mas ocupam somente 20% das terras. Já os grandes estabelecimentos, com 1.000 hectares ou mais, representam 1% dos produtores, mas ocupam 48% da área".

Com a inserção da tecnologia e mecanização massiva no campo, ocorre o êxodo rural. Os produtores de subsistência que ficaram no campo não conseguem se manter e precisam vender sua força de trabalho, num processo de "proletarização" do camponês, sendo que grande parte deles permanece na informalidade (Engelbrecht, 2021). O rural está mais competitivo, globalizado e marcado pelas relações neoliberais de trabalho, produção e comercialização. Ocorre uma dinâmica de espoliação do camponês sem que, necessariamente, lhe seja retirada a posse da terra. A produção "consorciada" atrelada à agroindústria, bem como os casos de alto giro de recursos financeiros de custeio agrícola via financiamentos (numa linha muito tênue entre o risco do lucro e do endividamento), são exemplos das manifestações do capitalismo contemporâneo no campo.

A pobreza rural no país, segundo Mattei (2012), tem três grandes determinantes: a monocultura desenvolvida em grandes propriedades, as relações de trabalho com marcas escravocratas e um sistema de produção voltado ao exterior. Estes se desdobram em

consequências tais como o "sufocamento" das pequenas propriedades, a expulsão de camponeses para as cidades, o progressivo aumento da produção de *commodities* com meios convencionais de produção e a exploração agrícola em detrimento da diversificação produtiva baseada em alternativas mais sustentáveis, como a agroecologia. Esses aspectos têm agravado os conflitos no campo. O Relatório de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024), mostra que em 2023 foram registradas 2.203 ocorrências de conflitos no campo, contra 2.050 do ano anterior e 2.130 no ano de 2020. Dos conflitos de 2023, 71,80% foram por terra (ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra), o maior número desde o início dos levantamentos, em 1985.

Segundo Mello (2018), no início dos anos 2000, a pobreza rural passou a ser entendida numa perspectiva de territorialidade e foram iniciados programas na linha de disponibilização de serviços públicos, geração de renda e inclusão produtiva, seguindo a lógica das políticas públicas de cunho neoliberal, com ações descontinuadas ou focalizadas, fragmentadas e pontuais.

Nas últimas duas décadas, uma série de políticas públicas vem sendo implementada para os agricultores familiares, como o crédito rural, principalmente via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (1996); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em suas diferentes modalidades (2003); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (2010); e o incentivo à agregação de valor à produção através do processamento/agroindustrialização. Embora sejam passos importantes, estes não dão conta de atingir visceralmente a extrema pobreza rural, mesmo porque, muitas vezes, os mais pobres não atendem aos critérios mínimos exigidos por esses programas governamentais.

Entre 2011 e 2014, foi implementada pelo governo federal uma estratégia específica para estas famílias, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria. Este tinha uma perspectiva multidimensional da pobreza e viabilizou alguns avanços, como: o programa Água e Luz Para Todos; o programa de transferência de renda Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e as ações expansivas no âmbito do PAA (regulamentado em 2023), com investimentos para a mitigação da miséria. O referido plano pressupunha a articulação intersetorial de diferentes ministérios com estados e municípios, para viabilizar garantia de renda, minimizar a extrema pobreza por meio do acesso a serviços públicos de saúde, educação e cidadania e promover a inclusão produtiva (Engelbrecht, 2021; Ipea, 2023).

Contudo, estas iniciativas enfrentaram progressivo desmonte devido a medidas de cunho ultraneoliberal, implementadas sobretudo a partir de 2016, com a ascensão de Michel Temer à presidência – via golpe de Estado –, e intensificadas no governo de Jair Messias Bolsonaro. Cortes orçamentários em vários programas sociais, como o PAA; congelamento dos valores *per capita* de repasse federal do PNAE; paralisação ou aniquilação

de iniciativas como o Programa Cisternas; desconfiguração do programa de reforma agrária; e a extinção de instâncias participativas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) – recriado apenas em 2023 – ilustram o cenário de descompromisso com o enfrentamento à pobreza urbana e rural.

A intersetorialidade nas tramas do possível

De acordo com Sousa *et al.* (2013), o prefixo "inter" no termo "intersetorialidade" remete a um conjunto de setores que, ao se aproximarem e interagirem entre si, podem produzir ações e saberes integrados e compartilhados. Trata-se de uma estratégia que permite uma visão integral das necessidades sociais da população, visando superar a fragmentação das políticas públicas. Com visão semelhante, Tumelero (2018) defende que, no âmbito das políticas públicas, a intersetorialidade aparece como uma possibilidade de suplantar práticas fragmentárias ou sobrepostas na relação com os usuários dos serviços públicos, privados ou da sociedade civil.

A intersetorialidade possui uma identidade complexa, pois atende ao mesmo tempo aos interesses do capital e do trabalho. Conceitualmente, nasceu ligada à medicina social, tendo como marco a Conferência de Alma-Ata (1978). Posteriormente, a intersetorialidade foi apropriada pelo Banco Mundial, a fim de imprimir mais eficiência e eficácia às políticas públicas, reduzindo custos e otimizando recursos financeiros, humanos e materiais (Faler, 2015).

No tempo presente, tanto o conceito de intersetorialidade como o seu direcionamento são objetos de disputa. Entretando, numa análise crítica, a intersetorialidade deve ser compreendida como uma prática social capaz de articular diferentes políticas, serviços e ações profissionais, efetivando a garantia de direitos. A "intersetorialidade suscita a necessidade de diferentes setores atuarem de forma integrada e inclusiva na implementação, no compartilhamento de recursos, nas metas e no desenvolvimento de estratégias" (Navarro, 2011 *apud* Faler, 2015, p. 82).

A intersetorialidade vem sendo implementada na gestão e operacionalização das políticas públicas, a partir das demandas identificadas no cotidiano e mediante processos contínuos de articulação e construção entre os diferentes sujeitos. Conforme Bidarra e Cesconeto (2020), não é possível que a intersetorialidade seja criada e entregue pronta por chefias ou estruturas hierárquicas distantes ou apartadas da realidade, pois ela deve emanar das requisições dos usuários e profissionais. Logo, para que seja efetivada na ponta, a intersetorialidade precisa ser aceita e reconhecida pelos gestores das políticas públicas, posto que o envolvimento e a mediação dos sujeitos envolvidos em sua execução são fundamentais para responder à complexidade das situações enfrentadas e para avançar no estabelecimento de fluxos, protocolos, diálogos e interações.

A intersetorialidade está presente no âmbito do planejamento e gestão das políticas, no entanto, apresenta-se de modo deficitário na base operativa destas. Para Souza *et al.* (2013), a barreira da setorialização e, para Tumelero (2018), a burocracia, fragmentação, sobreposição e endogenia de departamentos, entre outros fatores, configuram entraves para as práticas intersetoriais. Há que se considerar ainda o emaranhado de relações existentes no trabalho intersetorial, que expressam distintos interesses econômicos e político-partidários. Estes interesses exprimem as disputas pelo fundo público e refletem distintos projetos societários que dificultam as ações intersetoriais, demarcando avanços e retrocessos para a sua efetivação.

A intersetorialidade está presente como diretriz explícita ou implícita em várias políticas públicas, mas, na prática, ainda está em constante construção. Se nas cidades ela apresenta debilidades, no rural é bastante incipiente, já que grande parte das políticas públicas não cobre este espaço inteiramente, ou seja, a abrangência se dá de modo parcial e/ou precarizado.

Intersetorialidade como estratégia de enfrentamento à pobreza rural: uma tenra construção

A pobreza vai muito além da fome e da dificuldade em supri-la. Ela é um fenômeno multidimensional e é "identificada como um problema perverso", para o qual intervenções seletivas, focalizadas, pontuais e de curto prazo – em detrimento de um sistema de defesa e garantia de direitos universais – são insuficientes. Nas políticas públicas, esse fenômeno requer a abordagem intersetorial como uma estratégia para viabilizar direitos (Bronzo; Siqueira; Cançado, 2022, p. 4).

A Constituição Federal de 1988 prevê, na seguridade social, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. No entanto, o acesso das populações do campo, da floresta e das águas às políticas da seguridade – saúde, previdência e assistência social – e demais políticas sociais ainda é deficitário.

Na luta histórica por direitos, os trabalhadores rurais foram relegados a segundo plano. Na previdência social, somente a partir dos anos 1960 estes começam a ser reconhecidos como uma categoria de segurados e passam a ter acesso a alguns benefícios previdenciários, mas de modo segregador às mulheres. Atualmente, sob o discurso de modernização tecnológica, ocorre a progressiva digitalização dos serviços previdenciários, que demandam acesso e domínio da rede digital. Este processo expressa a redução de pessoal e precarização da política previdenciária, dificultando o acesso de parcela importante das populações rurais (pobres, idosas e de menor escolaridade) a direitos e elevando a procura por serviços de terceiros para a intermediação.

No âmbito da assistência social, é baixo o número de municípios que conta com equipes volantes da proteção social básica, voltadas ao atendimento do rural. De acordo com o Censo Suas de 2020, dos 8.403 Cras brasileiros, apenas 1.325 (15,8%) contam com equipes adicionais voltadas ao atendimento de populações em territórios extensos e áreas isoladas. Destas, 787 atendem especificamente a territórios rurais, 61 a áreas urbanas e 477 a ambos os territórios (Brasil, 2021). O déficit de equipes neste serviço, que é a maior porta de entrada do Suas no rural, dificulta a realização de buscas ativas, inviabiliza o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e impede ou precariza o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em um espaço em que desponta pobreza, desigualdade, vulnerabilidade e fragilização de vínculos familiares e comunitários, tal como nos centros urbanos.

Violações de direitos no âmbito intrafamiliar podem demorar mais ainda a serem identificadas, como a violência doméstica contra mulheres, que é uma demanda frequentemente invisibilizada. Além disso, como os serviços da proteção social especial estão instalados nas cidades, muitos usuários abandonam o acompanhamento por dificuldade de locomoção.

A saúde, sobretudo na atenção primária, está mais capilarizada que outras políticas nos territórios rurais, uma vez que a Estratégia Saúde da Família preconiza uma equipe de referência para estes espaços dos municípios ou, minimamente, viabiliza agentes comunitários de saúde para acompanhar as famílias. Além disso, em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), alterada em 2014. Essa política objetiva promover a saúde destas populações através do acesso aos serviços, iniciativas e ações que "reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, [...] à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida" (Brasil, 2011, p. 7).

Esta política busca considerar as especificidades dos vários segmentos das populações do campo e delimita objetivos específicos, princípios e diretrizes que norteiam a elaboração de planos, programas, projetos e ações, o que configura um importante avanço. Todavia, a falta de equipamentos de saúde nas áreas rurais, a distância das cidades e as variações estruturais e financeiras de um município para o outro não garantem uniformidade no acesso às ações de saúde, sejam elas preventivas, curativas, individuais ou coletivas.

A habitação é outro aspecto complexo. Embora exista o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), criado em 2009, há escassez de ações de habitação de interesse social voltadas a este espaço, seja de unidades novas, seja de reformas, deixando os pequenos agricultores sem alternativas de melhoria nas condições de moradia.

A partir do Plano Safra 2019-2020, no âmbito do Pronaf e dentro da linha de crédito Pronaf Investimento – Mais Alimentos[2], passou a ser considerada um avanço a possibilidade de financiamento de até R$ 70.000,00 para a construção, reforma ou ampliação habitacional, com prazo de dez anos para pagamento e juros de 6% ao ano (Fetaep, 2023). Entretanto, esta alternativa está sujeita ao enquadramento nos critérios do CAF/Pronaf[3] e análise de crédito – que é diretamente ligada ao valor monetário movimentado pelo agricultor. Assim, agricultores pertencentes ao grupo B do CAF, ou seja, aqueles que possuem renda anual de até R$ 23.000,00, não conseguem acessar este financiamento (Brasil, 2020).

O público alijado desta política são trabalhadores volantes, desempregados/produtores de subsistência e usuários de benefícios previdenciários ou assistenciais que residem em moradias cedidas, improvisadas, ocupadas irregularmente, em situação de posse não documentada, enfim, moradias que são ocupadas de forma não contemplada pelo provimento habitacional público. Assim, esse público fica sujeito a atendimentos emergenciais das políticas públicas, como os da Defesa Civil, que é acionada quando da ocorrência de intempéries climáticas e, ainda, dos setores municipais de habitação e da assistência social quando ocorrem situações de extrema necessidade.

O saneamento básico, atualizado pela Lei nº 14.026/2020, é composto pelo abastecimento de água, esgoto sanitário e destinação de resíduos (lixo), e é deficitário no rural. De acordo com o IBGE (2021), 99,6% dos municípios apresentam abastecimento de água por rede coletora, e 60,3% deles informou ter serviço de coleta de esgoto. Quanto ao saneamento rural, há os seguintes dados: sobre abastecimento de água, 40,5% possuem atendimento adequado, 33,5% possuem atendimento precário e 26% não têm atendimento; sobre esgoto sanitário, 20,6% têm atendimento adequado, 54,1% têm atendimento precário e 25,3% estão sem atendimento; sobre manejo de resíduos sólidos, 23,6% contam com atendimento adequado, 20,9% com atendimento precário e 55,5% estão sem atendimento (Funasa, 2019, p. 68).

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que está no Brasil desde 1948 apoiando processos produtivos com aporte na educação não formal e operando programas e projetos públicos voltados ao campo, é bastante capilarizada. Hoje, tem como público central

2 O Pronaf conta com várias linhas de crédito. O Pronaf Investimento é uma "Linha de financiamento para a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades produtivas. Tem por objetivo aumentar e melhorar a produção e a produtividade, reduzindo os custos, elevando a renda familiar" (Fetaep, 2022, p. 19).

3 O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) substituiu a Declaração de Aptidão ao Pronaf. Uma vez atendidos aos seus critérios, qualifica o interessado como agricultor familiar nos termos da Lei nº 11.326/2006 e é utilizado para o enquadramento nos critérios das diversas linhas de crédito do Pronaf, bem como outras políticas públicas (Brasil, 2020).

os "agricultores familiares", categoria instituída em meados dos anos 1990. Esta política foi alvo de desmontes neoliberais e permaneceu carregada de forte viés produtivista – herança da Revolução Verde[4], mas vem incorporando as premissas da PNATER de 2010.

Se o Estado tentou mitigar a pobreza rural com foco assistencialista/ajustador por décadas, atualmente, em meio ao predomínio de ações agropecuárias, a intervenção estatal se volta principalmente para a operacionalização de programas de transferência monetária, provenientes da assistência social, como o programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. No Paraná, há o Programa Nossa Gente Paraná em suas modalidades Renda Agricultor Familiar e Inclusão Produtiva Solidária. Há, ainda, programas articulados com a segurança alimentar e nutricional e que contribuem para o enfrentamento da pobreza, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mas o direcionamento dado à implementação destas ações – para manter ou não o *status quo* – depende de uma série de fatores, tais como as lutas e reivindicações dos usuários, as concepções e decisões dos agentes/gestores e os compromissos políticos dos governos.

Poder-se-ia ampliar a discussão sobre os déficits das políticas públicas no rural e como estas afetam as condições objetivas das famílias que nele vivem. No entanto, a análise se ateve às políticas sociais por estas se relacionarem com as dimensões primordiais da vida no campo, incidindo na pobreza rural. O rural é permeado de desigualdades e marcado pela incompletude das políticas e serviços públicos, configurando uma proteção social precária ou mesmo uma total desproteção social. A construção de arranjos intersetoriais tem se colocado como alternativa efetiva e, ao mesmo tempo, como um desafio, pois abre possibilidades de enfrentamento às expressões da questão social no rural, dentre elas, a pobreza.

Não seria justo afirmar que não existem processos em construção – ainda que tenros. No Paraná, um exemplo é o programa estadual Nossa Gente Paraná (criado em 2013 sob a nomenclatura Programa Família Paranaense e renomeado em 2020), gerido pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (Sedef), que atende a famílias urbanas e rurais. Este programa busca enfrentar a pobreza por meio do acompanhamento intersetorial às famílias em situação de vulnerabilidade social. Seu arranjo institucional propõe que em cada município – prioritário ou de adesão espontânea – sejam instalados comitês locais e municipal compostos por órgãos da área da assistência social, educação, habita-

4 A revolução verde é um "processo lento, não só de mudança técnica, mas sobretudo econômica e cultural que impulsionou transformações na agricultura, associadas a um pacote tecnológico [...], que induziu a especialização produtiva [...] em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima, constituindo-se o que se denomina complexo agroindustrial" (Hadich; Andrade, 2021, p. 651; p. 655).

ção, saúde, segurança alimentar e trabalho, para que discutam estratégias conjuntas de inserção e acompanhamento de cada família atendida (Paraná, 2023).

Se, por um lado, há progressos, no sentido de estabelecer parâmetros mínimos de diálogo entre as políticas públicas, por outro, há desafios significativos para uma proposta de intersetorialidade que venha do estado para a base municipal. Em muitas cidades, verifica-se a falta de compromisso/envolvimento de vários serviços nas ações dos comitês e a não compreensão da importância do programa, além de questões estruturais, como a sobrecarga das equipes e os processos de precarização dos serviços, que dificultam o seu desenvolvimento.

De acordo com Bronzo, Siqueira e Cançado (2022, p. 4), a intersetorialidade é "uma ferramenta de gestão" e o primeiro passo para seu estabelecimento é compartilhar a visão sobre o problema a ser equacionado e alinhar o entendimento sobre as possíveis estratégias de ação. Assim, reconhecer a pobreza rural como um problema desafiador, que exige o desenvolvimento de ações intersetoriais no âmbito das políticas públicas, é pressuposto para a construção de redes de serviços socioassistenciais capazes de contribuir para o seu enfrentamento de modo articulado e sistemático.

Não existem modelos prontos de prática intersetorial passíveis de serem adaptados integralmente às diferentes realidades. Porém, há experiências que podem servir de referência para os profissionais que procuram estruturar estas práticas. Bidarra e Cesconeto (2020) sinalizam alguns elementos importantes para a construção de uma experiência intersetorial. São eles: abranger um território concreto; estruturar um trabalho coletivo que preserve a horizontalidade das relações; organizar-se com um projeto de intervenção; construir um coletivo de referência interdisciplinar e representativo; cuidar do registro da experiência; estabelecer acordos e pactuações; fomentar a comunicação e publicizar as etapas do processo; e monitorar a implementação. É relevante traçar um desenho territorial para o desenvolvimento das ações, pois os arranjos intersetoriais se inscrevem em realidades dinâmicas e distintas, estando sujeitos a adaptações. Ter por base um projeto com objetivos claros contribui para o alinhamento metodológico e permite ajustes necessários, sem perder as premissas da proposta intersetorial.

Sendo assim, é fundamental: reconhecer a problemática da pobreza rural, mesmo que dispersa no território; clarificar as principais manifestações da pobreza; estabelecer as prioridades de enfrentamento; levantar as possibilidades de atendimento por cada política e equipamento envolvido; traçar as metas e estratégias metodológicas de ação; estruturar minimamente um fluxo operativo; e estabelecer mecanismos de avaliação e monitoramento. Deste modo, é possível a construção de um trabalho intersetorial para o enfrentamento da pobreza rural, sabendo-se que tal construção não é linear nem fleumática.

Considerações finais

A pobreza é inerente ao modo de produção capitalista e sua lei geral de acumulação, por isso é estrutural, social e historicamente determinada. No rural, a pobreza não pode ser concebida como um fenômeno natural ou fruto da inaptidão dos indivíduos "no agro". A pobreza rural está atrelada à questão agrária e ao avanço do capitalismo no campo. Fatores como concentração fundiária, aumento da mecanização, tecnologização e competitividade no campo, de um lado, geram altas taxas de lucro para os latifundiários e empresários do agronegócio. De outro, incidem, paradoxalmente, na vida dos camponeses, que são espoliados e proletarizados, agudizando as expressões da questão social e delineando-as com os contornos brutais da violência.

Para o enfrentamento da pobreza rural, é imprescindível considerar a diversidade das condições objetivas das populações rurais e suas necessidades no âmbito da proteção social, como trabalho, segurança alimentar e nutricional, saneamento básico, cultura e lazer, entre outros aspectos que constituem áreas de atuação das políticas públicas. No entanto, observa-se que tais políticas sociais – que, em certa medida, buscam enfrentar a pobreza – chegam de modo muito frágil e precário ao rural. Destacam-se algumas ações, sobretudo da política de assistência social, voltadas a transferências monetárias, mediante critérios de elegibilidade e condicionalidades às quais os "beneficiários" devem se submeter.

Contudo, se a pobreza se apresenta de modo complexo e multiforme, seu enfrentamento fragmentado e pontual será sempre exíguo. Sendo assim, é necessário ir além das ações seletivas e focalizadas para o enfrentamento da pobreza. As ações que visam tal enfrentamento devem reconhecer a amplitude de suas manifestações, sem perder de vista seus determinantes e fundamentos. Nesse sentido, é importante manter a criticidade e superar as análises individualizantes e culpabilizadoras dos sujeitos por sua penúria, que sustentam o discurso neoliberal de supervalorização do "empreendedorismo" e das transferências de renda como soluções para a melhoria das condições de vida das populações pobres.

Um dos aspectos relevantes para as políticas púbicas voltadas para mitigar a pobreza rural é a intersetorialidade. Dada a forte setorialização das políticas sociais e a histórica secundarização da prestação de serviços públicos no rural, a prática intersetorial se coloca como um desafio. É necessário que os sujeitos envolvidos nas políticas executadas em determinado território/localidade compreendam que a pobreza rural é uma expressão da questão social e possui um caráter estrutural. É necessário, também, construir propostas alternativas de articulação entre as políticas setoriais, estabelecer prioridades conjuntas de atuação e definir os fluxos do trabalho intersetorial.

Múltiplos são os desafios para a construção de arranjos intersetoriais efetivos. Trata-se de um processo permeado de contradições frente aos interesses econômico-po-

líticos que se contrapõem na correlação das forças sociais. Por isso, é fundamental lutar para que sejam desenvolvidas políticas integradas e ações de caráter intersetorial, capazes de viabilizar o atendimento das populações do campo, da floresta e das águas em defesa dos seus direitos.

Contribuições dos/as autores/as: Ambas autoras participaram da concepção, elaboração e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? *Terra Livre*, São Paulo, n.15, 2000.

ALENTEJANO, P. R. R.; EGGER; D. S. Agronegócio. *In:* DICIONÁRIO de Agroecologia e Educação. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

ARAGÃO, A.; CONTINI, E. *O agro no Brasil e no mundo:* um panorama do período de 2000 a 2021. 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/10180/26187851/O+agro+no+Brasil+e+no+mundo/098fc6c1-a4b4-7150-fad7-aaa026c94a40. Acesso em: 14 fev. 2023.

BERNARDELLI, Maria Lúcia F da H. SPOSITO, Maria E.B; WHITACKER, Arthur M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

BIDARRA, Z. S.; CESCONETO, E. A. Intersetorialidade e a formação de redes como caminho para a garantia de direitos de crianças e adolescentes. *In:* NOGUEIRA, V. M. R. *et al.* (Org.). *Estado, políticas públicas e a ação profissional de assistentes sociais.* Cascavel: Edunioeste, 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.* Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. *Lei n. 14.026 de 15 de julho de 2020*. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. *Censo Suas 2020.* Resultados Nacionais – Cras. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021.

CPT. *Conflitos no campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41. Acesso em: 24 maio 2024.

BRONZO, C.; SIQUEIRA, L.; CANÇADO, A. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza no campo: a experiência recente de Minas Gerais. *Espaço Público – Revista de Políticas Públicas da UFPE*, Recife, v. 7, 2022.

DEL GROSSI, M. E. *Novo censo agropecuário brasileiro:* agendas de pesquisas. 2019. Disponível em: https://www.cegafiunb.com/wp-content/uploads/2020/08/Texto-discuss%C3%A3o-CENSO-AGRO-2017.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

ENGELBRECHT, M. R. *Pobreza rural e desigualdade social no contexto do agronegócio no município de Toledo – PR.* Relatório (estágio pós-doutoral) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 2021.

FALER, C. S. *Intersetorialidade:* a construção histórica do conceito e a interface com as políticas sociais públicas. Tese (doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

FAO. *World food and agriculture* – Anuário estatístico. 2023. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/28cfd24e-81a9-4ebc-b2b5-4095fe5b1dab/content/cc8166en.html. Acesso em: 28 maio 2024.

FETAEP. *Pronaf:* Plano Safra da Agricultura Familiar 2022-2023. 2023. Disponível em: https://www.fetaep.org.br/cartilha_pronaf/cartilha_plano_safra_da_agricultura_familiar_2023_2024.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

FUNASA. *Programa Nacional de Saneamento Rural*. Brasília, 2019. Disponível em:

https://repositorio.funasa.gov.br/bitstream/handle/123456789/501/MNL_PNSR_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 maio 2024.

HADICH, C.; ANDRADE, G. Revolução verde. *In:* DICIONÁRIO de Agroecologia e Educação. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2020.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais:* uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/12/sis-ibge-2023.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

IBGE. *Atlas de Saneamento - PGI*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 3.ed., 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_saneamento/#/home. Acesso em: 28 maio 2024.

IPEA. *Plano Brasil Sem Miséria.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/images/labgov/Inovacoes/cases/case-premio-18_4.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

MATTEI, L. *Pobreza rural:* um fenômeno histórico relacionado à estrutura agrária do país. 2012. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenomeno-historico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/25309. Acesso em: 24 jan. 2023.

MELLO, J. *Por que precisamos falar da pobreza rural?* 2018. Disponível em: http://revistaconstrucao.org/politica-social/por-que-precisamos-falar-da-pobreza-rural/. Acesso em: 24 jan. 2023

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

OXFAM BRASIL. II inquérito de insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 (II Vigisan). São Paulo, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 28 jan. 2023.

PARANÁ. *Programa Nossa Gente Paraná.* Secretaria da Justiça e Família, 2023. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Programa-Nossa-Gente-Parana. Acesso em: 2 jan. 2023.

PNUD. *Índice de pobreza multidimensional global de 2023 (MPI)*. United Nations Development Programme, 2023. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/indice-de-pobreza-multidimensional-global-de-2023-mpi. Acesso em: 28 maio 2024.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. *In*: SPOSITO, Maria E.B; WHITACKER, A. M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SANT'ANA, R. S. *Trabalho bruto no canavial:* questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SIQUEIRA, L. S.; ALVES, G. L. Pobreza e desigualdade social: uma breve reflexão Brasil e América Latina. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 4, n. 6, jan.-jun. 2018.

SOUSA, F. M. *et al.* Implicações acerca do uso da intersetorialidade na gestão das políticas sociais. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 1. PUC-RS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: editora.pucrs.br/anais/sipinf/edicoes/I/18.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

TUMELERO, S. M. Intersetorialidade nas políticas públicas. *Revista Guaju*, Matinhos, v. 4, n. 2, 2018.

em pauta

Questão social e pandemia da Covid-19: expressões sobre a educação pública brasileira

Social issue and the COVID-19 pandemic: impacts on Brazilian public education

Lilian Angélica da Silva Souza*
Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira**
Luiza Guimarães Oliveira***

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86527

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as expressões da questão social durante a pandemia da Covid-19 sobre a educação pública no Brasil. Baseada no método materialista histórico-dialético, a pesquisa tem caráter quanti-qualitativo, é classificada como exploratória e, no seu percurso metodológico, utiliza-se da revisão bibliográfica. Foram analisados, entre os anos de 2020 e 2022, em anais de eventos e em determinadas revistas com publicações na área de Serviço Social, trabalhos e artigos que tratavam das relações entre pandemia e educação pública brasileira. Os resultados apontaram 27 produções, que correspondiam aos critérios de inclusão e de exclusão definidos na pesquisa. Conclui-se que assimetrias sociais, que não eram novas, como o racismo, o desemprego e a fome, refletiram em desigualdades socioeducacionais, que foram exponenciadas durante a pandemia, como parte das crises estruturais do capital.

Palavras-Chave: questão social; pandemia; educação pública.

ABSTRACT

This article aims to analyze the expressions of social issues during the COVID-19 pandemic on public education in Brazil. Based on the historical materialist dialectical method, the research has a quantitative-qualitative character, is classified as exploratory and, in its methodological path, uses a bibliographic review. Between the years 2020 and 2022, in event annals and in certain journals with publications in the area of social work, articles that dealt with the relationships between the pandemic and Brazilian public education were analyzed. The results showed 27 papers, which corresponded to the inclusion and exclusion criteria defined in the research. It is concluded that social asymmetries, which were not new, such as racism, unemployment, and starvation, resulted in socio-educational inequalities, which were exacerbated during the pandemic, as part of the cyclical crises of capital.

Keywords: social issues; pandemic; public education.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: l.souza@ess.ufrj.br.

**Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: amabelemontavoni@gmail.com.

***Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: luizaguimaraesoliveira98@gmail.com.

Como citar: SOUZA, L. A. S. M.; PEREIRA, A. R. F. M.; OLIVEIRA, L. G. Questão social e pandemia da Covid-19: expressões sobre a educação pública brasileira. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, 78-91, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86527.

Recebido em 27 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 30 de janeiro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo analisa as expressões da questão social no período pandêmico, que repercutiram sobre a educação pública no Brasil. A questão social é compreendida como o conjunto das expressões da desigualdade na sociedade capitalista madura, a exemplo da fome, do desemprego, da violência, dentre outros. Manifesta, no cotidiano da vida social, a contradição entre classes sociais em um contexto em que a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, porque é monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2001).

Com base nessa compreensão, destaca-se o contexto da crise sanitária decorrente do Coronavírus (SARS-CoV-2/Covid-19), cujos reflexos atravessaram diversas esferas da vida em sociedade, aprofundando as expressões da questão social e intensificando a violação de direitos humanos que já vinham sendo vilipendiados no Brasil. A política de educação, em particular, foi atingida pelas medidas sanitárias de contenção da transmissão do vírus, que geraram, por determinação do Ministério da Educação (MEC), a substituição das aulas presenciais por remotas, que, associadas a outros fatores, exponenciaram os óbices já existentes no ensino público brasileiro, no âmbito das escolas e nos planos político, econômico e social.

Tendo como fundamento teórico a educação na perspectiva crítica e emancipatória, associada aos princípios ético-políticos do Serviço Social, esse artigo[1] é resultado da pesquisa quanti-qualitativa de caráter exploratório realizada com base no método do materialismo histórico-dialético. Adota como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de publicações, entre 2020 e 2022, em anais de eventos e revistas com produções na área de Serviço Social.

A investigação feita a partir do método de Marx permite aproximações sucessivas com a complexidade das relações contraditórias da sociedade em uma dada formação histórica. Favorece, portanto, compreender no movimento da realidade a essência do fenômeno. Já a pesquisa bibliográfica foi utilizada para identificar "referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta" (Fonseca, 2002, p. 32).

1 O texto apresenta parte das pesquisas de iniciação científica realizadas na Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação (Repensse), da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que investigam um conjunto de elementos que atravessam a educação pública brasileira, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da UFRJ.

O objetivo geral da pesquisa foi o de investigar as expressões da questão social durante a pandemia da Covid-19 na educação pública no Brasil. Seus objetivos específicos foram: 1) realizar a revisão bibliográfica de trabalhos e artigos, produzidos entre 2020 e 2022, sobre pandemia e educação pública, em anais de eventos e revistas específicas com publicações do Serviço Social; 2) analisar o conjunto de determinantes sociais na educação, apontados pelos autores das produções selecionadas; e 3) identificar as expressões da questão social que incidiram sobre a educação pública brasileira no período da pandemia da Covid-19.

Durante a investigação, foram percorridas as seguintes etapas: definição da pergunta norteadora ("quais expressões da questão social foram aprofundadas no ensino público brasileiro durante a pandemia da Covid-19?"); estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão da literatura; definição das informações a serem extraídas; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; e síntese dos dados.

O levantamento resultou em 27 publicações, sendo 14 nas revistas selecionadas[2] e 13 em anais de eventos[3]. No conjunto dos textos pesquisados, quantitativamente, as assimetrias sociais foram identificadas a partir da seguinte distribuição: dez textos trataram o sucateamento das políticas sociais; seis textos abordaram o racismo; quatro enfatizaram a evasão escolar, três, a pobreza; dois, a violência; e outros dois abordaram a precarização do trabalho, no contexto da crise sanitária e capitalista. É importante assegurar que, considerando que esses elementos são interseccionais e atravessam a educação de forma concomitante, a leitura dos textos revelou que essas categorias podem aparecer simultaneamente em todos ou na grande maioria deles. No entanto, destacamos aqueles que mereceram maior ênfase por parte dos autores.

A exposição dos resultados da pesquisa foi estruturada em duas partes. A primeira analisa a política de educação no Brasil como campo de contradições, lutas e disputas entre classes sociais no capitalismo dependente e periférico, e que se agrava frente ao avanço do ultraneoliberalismo e à conjuntura pandêmica. A segunda aborda as expressões da questão social na política de educação no contexto pandêmico, com base na pesquisa realizada.

2 Os artigos encontrados nas revistas selecionadas somaram o total de 14, distribuídos entre 2020 e 2022, sendo quatro da *Revista de Políticas Públicas* (UFMA), três da *Revista Em Pauta* (Uerj), três da ser social (UnB), dois da argumentum (Ufes), um na *Serviço Social e Sociedade* (Editora Cortez) e um na *Serviço Social em Debate* (UEMG).

3 Já os trabalhos publicados em anais de eventos totalizaram o quantitativo de 13, em que a maioria (seis) foi apresentada no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2022, quatro na X Jornada Internacional de Políticas Públicas (Joinpp), em 2021, e três no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), também em 2022.

Política de educação no Brasil frente à agenda ultraneoliberal e à pandemia de Covid-19

Partindo da perspectiva de totalidade do ser social, situamos a educação como uma das dimensões sociais que possuem vinculação ontológica com o trabalho. Conforme Tonet (201?], p. 4),

> [...] como resultado da complexificação do ser social produzida pelo trabalho, surgem outras dimensões da realidade social, a exemplo da linguagem, da educação [...] elas têm sua raiz no trabalho, mas cada uma delas cumpre uma função diferente na reprodução do ser social.

O próprio trabalho é um princípio educativo, já que é por meio dele que os sujeitos produzem o necessário para sua sobrevivência material, social, cultural, intelectual, afetiva, entre outras, ao mesmo tempo em que produzem a si mesmos (Marx, 2008).

Nesta lógica, Frigotto (2009) chama a atenção para a ilusão economicista, de tomar a educação como um capital humano, instrumento de desenvolvimento social e superação das desigualdades sociais. Esta é uma concepção a-histórica e acrítica, pois não leva em conta a dinâmica das relações entre classes sociais antagônicas e as estruturas de poder que produzem as formas de opressão. É como acreditar que seja possível que, sem a alteração deste modo de sociabilidade e apartada da práxis revolucionária, a educação possa transformar a sociedade por meio de esforços individuais dos seus agentes.

Outra ressalva importante é que as formulações de Marx e Engels sobre a educação e sobre o trabalho como princípio educativo diziam respeito aos processos sociais, que, na conjuntura de oposição entre classes, subsidiassem a construção das bases para as múltiplas dimensões do sujeito, intentando outro modo de produção e de vida em sociedade. Portanto, essa noção não restringia a educação como mecanismo para a formação da força de trabalho. Porém, "no interior destas relações sociais a educação, de direito social e subjetivo, tende a se reduzir a uma preparação psicofísica, intelectual, estética e afetiva subordinada às necessidades unidimensionais da produção mercantil" (Frigotto, 2009, p. 72).

A política educacional no Brasil é determinada pelos condicionantes sócio-históricos, econômicos e culturais, substanciados pelo capitalismo dependente e periférico. No plano jurídico-normativo, é institucionalizada no país, de forma mais ampla, a partir do século XX. É operacionalizada de maneira frágil, tanto do ponto de vista do seu financiamento, quanto da infraestrutura institucional, além de não oferecer os recursos adequados para a qualificação dos trabalhadores da área (Lessa *et al.*, 2021). Na cena contemporânea, ela está conformada sob o ideário ultraneoliberal, que, nas palavras de Raichelis, Paz e Wanderley (2022, p. 5-6),

> mais do que uma doutrina econômica, é uma nova racionalidade que corrói as relações sociais, transforma sujeitos em concorrentes e produz a mercadorização da instituição pública, levada a funcionar de acordo com a lógica gerencial prevalecente no mundo empresarial.

Diante deste quadro, a educação em seu sentido ontológico, como dimensão social; em seu sentido orgânico, como apropriação da cultura; em seu sentido social, como direito; e em seu sentido político, como bem público, passa ao largo. Mészáros (2008) demonstra que este é um padrão antigo, cuja centralidade está assentada em um projeto burguês de acumulação e ampliação capitalista.

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' (isto é, pelos indivíduos devidamente 'educados' e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria História teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito. (Mészáros, 2008, p. 35-36).

Logo, no contexto da crise do capital e do alinhamento do Estado brasileiro à agenda ultraneoliberal, a política de educação vem sendo forjada por um viés de mercantilização e privatização. Este se torna o terreno propício para que o setor privado passe a ditar "as regras do jogo", definindo quem pode e quem não pode ter acesso à educação e quem será ou não formado como mão de obra para o mercado de trabalho.

Férriz e Martins (2020) apontam três características da política de educação no Brasil, decorrente do processo de inserção histórica brasileira na ordem do capital: 1) ela nunca foi universalizada e a expansão da educação ocorreu de forma tardia; 2) sua construção é fundada na relação público-privada; e 3) está assentada para responder às necessidades de produção e reprodução social.

Ao discutir o sentido restrito de política como forma de disputa pela posse ou pela manutenção do poder numa sociedade de classes que possui interesses antagônicos, Paro (2002, p. 14) situa a educação e os projetos educacionais, na dualidade de projetos societários, como "um terreno em disputa, desempenhando o papel de instrumento nas mãos do grupo [...] que lograrem mantê-la sob seu controle. [...] a visão de educação e a percepção do papel da escola são condicionadas pela visão de mundo e de política que orientam a ação dos grupos".

No Brasil, o projeto de implementação da educação pública, como dever do Estado, tal como inscrito na Constituição Federal de 1988, começa a derrocar a partir da década

de 1990, com o advento das propostas privatizantes do ensino no contexto do neoliberalismo. É no governo de Fernando Henrique Cardoso que os interesses educacionais são estreitados com os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que passam a interferir na política de educação brasileira. A partir daí, o setor privado de educação superior é ampliado, assim como a privatização interna de instituições públicas de ensino.

Apesar da popularização e expansão do acesso ao ensino superior, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff são marcados por rupturas e permanências em relação aos ideais neoliberais na educação, expressos por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a escalada da Educação a Distância (EaD).

A ruína maior ocorre a partir do governo de Michel Temer, que instituiu um regime fiscal alegando crise no país, com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que atingiu de modo visceral as políticas sociais no Brasil, dentre elas a de educação. Ao congelar os gastos públicos por 20 anos na área, ela repercute diretamente no acesso e na permanência no ensino público, além de exponenciar as desigualdades sociais e fragilizar as condições de vida da população.

Com a assunção ao poder de Jair Messias Bolsonaro, a desqualificação da política de educação ganha contornos particulares: conjuga o desmantelamento da área com a sua ideologização reacionária. Exemplos disso são os projetos político-ideológicos intitulados "Escola Sem Partido", programa "Future-se", programa nacional das escolas cívico-militares e o "Novo Ensino Médio", que, apesar de ter sido idealizado em 2017, foi implementado nesse governo. Essa soma de fatores já anunciava que a pasta educacional enfrentava diversos revezes, os quais vieram a se acentuar durante a pandemia da Covid-19, lançando luz ao conjunto de disparidades socioeducacionais brasileiras. Em suma,

> A tendência de privatização da educação em escala mundial já estava em curso, ainda que com diferenças nos diversos países. A pandemia de Covid-19 parece intensificar esse processo, atingindo um elevado grau de maneira mais ágil e eficaz. No Brasil, as decisões envolvendo as políticas educacionais para o período da crise foram tomadas com base em interesses privados de empresas, fundações e organizações nacionais e internacionais representados por supostos especialistas técnicos e neutros. (Galzerano, 2021, p. 131).

A racionalidade gerencialista que permeou este cenário foi abordada por Moreira, Oliveira e Almeida (2021). Ao analisem a educação, esses autores identificaram que a imposição do "*ethos* empresarial em um Estado com exíguo orçamento voltado às políticas sociais, se encerra no reforço das parcerias público-privadas" (Moreira, Oliveira,

Almeida, 2021, p. 56), somado às mudanças nas relações de poder institucionais e à complexificação do trabalho de assistentes sociais.

O que podemos constatar é que, sob o discurso do "novo", "sustentável" e "eficiente", a política de educação, sobretudo na fase pandêmica, foi sendo desmantelada; a formação escolar dos mais pobres, rebaixada; os docentes, desqualificados; o financiamento público reduzido; e as escolas, sucateadas (Cara, 2019).

As expressões da questão social na política de educação no contexto pandêmico

A revisão bibliográfica realizada nesta pesquisa revelou que a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus acometeu de modo exponencial a parcela da população que tem menor poder aquisitivo. A desigualdade social, já existente no Brasil, agravada pela crise do capital exponenciada pela crise sanitária, ficou ainda mais evidente durante a pandemia, uma vez que as medidas adotadas para conter a disseminação do vírus, como o isolamento social e o consequente fechamento das escolas, tornou o acesso a direitos humanos básicos, como a educação, um privilégio para aqueles que detêm elevados recursos. Foram muitas dificuldades encontradas por meio do ensino remoto, que vão desde a falta de acesso à internet até a impossibilidade de orientar as crianças no domicílio. Nestes termos,

> Com a crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19, as desigualdades educacionais ganham maior visibilidade, os problemas históricos da educação brasileira de acesso e permanecia dos filhos da classe trabalhadora na escola se agravam, pois muitos não têm acesso aos equipamentos eletrônicos necessários para acompanhar as aulas remotas, não tem acesso à internet e/ou o acesso é precário. (Lima, A., 2022, p. 6).

Leher (2022) destaca a responsabilidade do MEC em não ter provido infraestrutura de internet, plataformas públicas de ensino e aprendizagem e a reestruturação das unidades escolares para garantir um retorno seguro quando as condições epidemiológicas permitissem, mesmo tendo recebido críticas de sindicatos, de parlamentares e de entidades acadêmicas.

Ao abordar a atuação do/a assistente social na educação básica no cenário pandêmico, Edyane Lima (2022) destaca um conjunto de expressões da questão social, acentuadas com a emergência sanitária, tais como uso abusivo de substâncias psicoativas, desemprego, violência e evasão ou abandono escolar, os quais ressoam diretamente no processo ensino-aprendizagem. Santos (2022) registra a evasão escolar como um dos fenômenos que impactaram a formação educacional básica, assim como Clementino (2022) faz uma

síntese da conjuntura, dando ênfase ao processo que excluiu crianças e adolescentes do ambiente escolar por meio do seu abandono ou evasão.

Afora não terem garantidas sequer as condições básicas para evitar a proliferação do contágio, estes sujeitos enfrentaram também outras formas de violência, que embargaram suas estratégias de sobrevivência. Uma delas foi decorrente da necropolítica, termo cunhado por Mbembe (2016, p. 146) e que elucida "as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte". Em outros termos, sob o discurso de guerra às drogas, o Estado dissipa corpos que são deixados à margem da sociedade, principalmente de negros.

Ao relacionar a questão social com a violência estatal nas favelas no cenário da Covid-19, Santos, Farage e Pinto (2020) discorrem sobre a política de morte empreendida nas periferias pelos governos, em todos os níveis, por meio da ação violenta das autoridades policiais, pela ausência ou ineficiência das políticas públicas de combate ao vírus, ou por privilegiar os interesses do capital em detrimento da necessidade de preservar vidas. Sobre o assunto, as reflexões de Eurico, Gonçalves e Fornazier (2021, p. 96) parecem estabelecer nexos:

> Ao apreender as conexões entre assimetrias étnico-raciais, racismo estrutural e institucional e os impactos da covid-19 no Brasil, é possível afirmar que o modo como as políticas sociais estão organizadas concorre para o aumento da vulnerabilidade das populações negra e indígena em todas as esferas da vida cotidiana, seja na preservação da saúde e prevenção das doenças, seja na manutenção do trabalho e do salário, seja no acesso aos territórios com equipamentos públicos que ofereçam cultura e lazer, seja na possibilidade de residir em ambientes salubres e, portanto, menos propícios ao adoecimento físico e psíquico.

Por este motivo, qualquer investigação que aborde a questão social como expressões da desigualdade na sociedade capitalista não pode se furtar de considerar o trinômio raça, classe e gênero como parte de uma mesma substância-capital. A formação sócio-histórica brasileira tem como mácula a exploração e o extermínio de grande parte da população afro-brasileira num país onde a "tendência racista-elitista de nossa intelectualidade tradicional se revigora" (Moura, 2020, p. 30). Homens e mulheres foram escravizados por quase quatro séculos, devido a argumentos ideológicos e pseudocientíficos. Como resultante, pretos e pardos são aqueles que até hoje ocupam os mais baixos estratos sociais, sobretudo as mulheres negras.

> A questão social existirá enquanto houver capitalismo, independentemente da existência de pandemia. Se a pandemia do coronavírus atenuou a desigualdade social, podemos também ter a mesma conclusão acerca da questão racial, já que o mesmo que produz as desigualdades sociais produz também as desigualdades raciais. (Fontes *et al.*, 2021, p. 5).

Nesta esteira, as disparidades de gênero também ressoam na conjuntura do novo coronavírus. Muitas mulheres, com destaque para pretas e pardas, que, historicamente, já possuíam dupla jornada de trabalho (o remunerado e o doméstico), passaram a conviver sob o risco da fome, sob o assédio de perderem seus empregos ou acusações de serem "portadoras do vírus", que poderia adoecer a si próprias, às suas famílias e aos seus empregadores. Logo, a "precarização e desemprego crescem com a pandemia do coronavírus, que afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros" (Hirata, 2022, p. 126).

A reforma estatal e a regressão de direitos trabalhistas e sociais no Brasil, observados no mandato presidencial vigente durante a pandemia, repercutiram no agravamento da superexploração do trabalho e no aumento de pessoas em situação de pauperização. Se o país já vinha registrando alarmantes índices de desemprego nos anos anteriores ao anúncio da Covid-19, com ela, brasileiros e brasileiras voltam a padecer da fome e/ou a vivenciar situações de insegurança alimentar (IA) (Fontes *et al.*, 2021).

No ano de 2020, foi estimada a perda de 400 milhões de empregos no mundo inteiro. A previsão era de que meio bilhão de pessoas passariam à condição de pobreza absoluta e de que morreria mais gente em decorrência da fome do que em virtude da contaminação de Covid-19 (Oxfam Brasil, 2020). Dentre os países classificados como de renda média-alta, num total de 43, conforme a base de dados do Banco Mundial, o Brasil apresentava a 21ª taxa de pobreza mais elevada. Quanto ao nível geográfico de Unidade da Federação, para a linha internacional de pobreza, o Maranhão se destacou com um em cada cinco residentes na situação de indigência pela ótica monetária, seguido do Acre (16,1%), Alagoas (15,0%), Amazonas (14,4%) e Piauí (14,0%) (IBGE, 2020).

Com base em dados coletados em dezembro de 2020, outro relatório da Oxfam Brasil (2021) registrou que os domicílios com rendimentos de até um quarto do salário-mínimo per capita apresentavam IA grave: 2,5 vezes superior à média nacional. Dos 2.180 domicílios cujos moradores foram entrevistados, 55,2% se encontravam em situação de insegurança alimentar e 9% conviviam com a fome.

Neste escopo, a política de transferência de renda promovida pelas autoridades governamentais, à época, teve como objetivo prioritário atender à circulação financeira e ao consumo de bens no mercado. Além de não ter alcançado a todos e todas, o programa, conhecido como "Auxílio-Emergencial", não foi capaz de suprir as reais necessidades das famílias pobres, nem de oferecer um substitutivo à merenda escolar para estudantes das escolas públicas, que constitui um importante recurso para a manutenção dos vínculos educacionais e um meio de sobrevivência de muitos grupos. Estas questões precisam ser observadas a médio e longo prazo, como aponta Bello (2021, p. 12):

> Sem políticas efetivas de educação, a desigualdade deixou de estar circunscrita aos riscos de classe, que já eram muitos e hoje são muito mais e parece apon-

> tar na direção da consolidação de uma pobreza hereditária, com transmissão intergeracional, o que por sua vez poderá afetar o desempenho escolar dos indivíduos, impactando negativamente na inserção destes no mercado de trabalho, gerando um ciclo perverso de exclusão que poderá se retroalimentar por gerações, intensificando ainda mais os abismos entre as classes.

Cumpre, ainda, ressaltar o aumento de doenças relacionadas à saúde mental, que foram constatadas neste período, a exemplo dos quadros e sintomas de depressão e ansiedade, além de dificuldades de concentração. Soma-se a isso a agressividade, o choro, o ganho de peso, a compulsão alimentar e a insônia que foram percebidos em crianças em fase escolar e que podem ser reflexos das medidas de isolamento social (Lima, 2022).

As sequelas psicossociais dessa fase tiveram como alvo não apenas os discentes, mas também os docentes, cujo trabalho foi intensificado por uma série de novas exigências para as quais não foram preparados. Com o desgaste físico e emocional, professores experimentaram a reconfiguração do seu fazer profissional, mulheres foram sobrecarregadas e prejudicadas com a queda de suas produções acadêmicas, acentuou-se o caráter instrumental e mecanizado da força de trabalho para se adaptar às agências de fomento, além dos ataques à educação, aos docentes e ao funcionalismo público (Pinto; Farage, 2020).

As produções levantadas na pesquisa, portanto, oferecem contribuições importantes para a análise da relação entre questão social, crise capitalista e educação pública, principalmente devido a estas premissas: a) o indivíduo só se constitui como homem e como sujeito nas relações com outros homens por meio do processo educativo. É por meio dele que toma consciência dos conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção, sobre os seus determinantes e a possibilidade de ação sobre eles, sobre as contradições da vida material; b) "a atividade educativa pressupõe sempre uma determinada concepção de mundo, de homem, de sociedade e, consequentemente, de educação" (Saviani, 2018, p. 78); e c) "as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital" (Mészáros, 2008, p. 42).

As formas de violência, o racismo, a fome e a insegurança alimentar, o desemprego e as desigualdades socioeducacionais reputadas na política de educação, espaço de intervenção profissional do/a assistente social, pelos autores dos artigos e trabalhos das revistas e eventos selecionados, não se apresentam como elementos de análise novos, porque resultam da histórica contradição inerente da relação capital versus trabalho. Ao contrário, esses elementos ratificam o quadro geral de um contexto neoliberal que destitui as políticas sociais de sua forma universal e de qualidade, dentre elas a educação, que se encontra vendida a toda sorte de interesses capitais.

Considerações finais

As expressões da questão social aprofundadas durante a pandemia da Covid-19 englobam aspectos multifatoriais, que são consubstanciados pela tríade raça, classe e gênero, inerente à sociabilidade do capital. A emergência em saúde pública descortinou inúmeros desafios para toda a sociedade, gerando tensões no que tange à gestão e à proteção de garantias essenciais. A educação, assim como os demais direitos sociais, foi diretamente atingida durante a crise sanitária mundial, cujos impactos poderão ser percebidos a longo prazo.

O conjunto de produções analisadas na revisão bibliográfica realizada nesta pesquisa revelou assimetrias sociais traduzidas no racismo, no sexismo, na pobreza, no desemprego, na fome ou na insegurança alimentar, assim como na restrição de direitos fundamentais de brasileiros e brasileiras, desde a entrada e a permanência no ambiente escolar até a preservação da própria vida. Expôs, ainda, que as medidas tomadas pelo poder público, como estratégias de normatização do ensino no período pandêmico, não foram capazes de suprir a defasagem histórica no sistema educacional brasileiro, marcado pela escassez ou ineficiência de ações e programas que pudessem assegurar a educação como um direito humano.

O que não se mostrou surpreendente é que a pandemia evidenciou mazelas sociais que já perduravam no Brasil como parte das crises estruturais do modo de produção capitalista. Nesse escopo, durante a emergência sanitária da Covid-19, o campo da educação sofreu investidas e ataques importantes, que ameaçaram o horizonte de uma educação emancipatória.

Em que pese a importância da intervenção governamental em situações que alterem o curso do desenvolvimento de uma sociedade, como é o caso de uma pandemia, os representantes do Poder Executivo brasileiro, na gestão de 2018 a 2022, sobretudo na figura do chefe de Estado, aviltaram a educação e os demais direitos sociais inscritos na Carta Magna. Essas garantias constitucionais passaram a coexistir e a disputar a atenção na agenda política com alguns dos elementos que imprimiram a marca deste governo: o negacionismo científico, a propagação de notícias falsas, a negligência na aquisição de vacinas e a omissão no trato com a doença e os doentes.

Passado – pelo menos oficial e institucionalmente – o período pandêmico (tanto da Covid-19, quanto do fascismo encampado pelo governo bolsonarista), resta aos grupos progressistas no Brasil reaverem o sentido da luta da classe trabalhadora e retomarem a efetiva implementação da política educacional brasileira de qualidade, gratuita, laica, presencial, antirracista, antimachista, anti-LGBTQIAPN+fóbica e socialmente referenciada.

Contribuições das autoras: Lilian Angélica da Silva Souza orientou a pesquisa e trabalhou na coesão e coerência textual, na fundamentação teórica, na análise e na revisão crítica do artigo. Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira e Luiza Guimarães Oliveira trabalharam no levantamento bibliográfico, na análise e sistematização dos dados e na redação do artigo.

Agradecimentos: Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação (REPENSSE).

Agência financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica.

Conflito de interesses: não se aplica.

Referências

BELLO, A. Educação pública em meio à pandemia da Covid 19. *In:* JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10. *Anais...* Nov. 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_857_8576127e04447a32.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação. *In:* CÁSSIO, F. (Org.). *Educação contra a barbárie* – por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CLEMENTINO, M. O. Evasão e abandono escolar como expressão da "questão social": acirramento no contexto da pandemia da Covid-19. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12. *Anais...* 11-13 out. 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001286.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, jan.-abr. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5GqfkcSgwKxcvBjnYBzJmHC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2023.

FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C. Panorama da política de educação básica no Brasil. *In*: FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). *A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica*. Salvador: Edufba, 2020.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTES, C. C. *et al*. Questão social, questão racial e aprofundamento das desigualdades sociais em tempos de pandemia de Covid-19. *In:* JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10. *Anais...* Nov. 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1322_1322612eca965edc9.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nzkz3y5kSfcxqdRZk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 31 maio 2024.

GALZERANO, L. S. Políticas educacionais em tempos de pandemia. *Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/33045/23391. Acesso em: 10 jun. 2023.

HIRATA, H. Precarização do trabalho, pandemia Covid 19 e a questão da educação na pandemia. *Revista de Políticas Públicas*, v 26, n. 1, 2022. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20264/11358. Acesso em: 9 jun. 2023.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Síntese de indicadores sociais:* uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf. Acesso em: 31 maio 2024.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. 1, 2022. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262/11357. Acesso em: 9 jun. 2023.

LESSA, S. E. C. *et al*. O golpe, a virada à direita, o reacionarismo e a regressão de direitos: impactos na incompleta, frágil e perseguida política educacional brasileira. *In*: MARTINS, E. B.; FÉRRIZ, A. F.; ALMEIDA, N. L. T. de. (Org.). *A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências.* Aracaju: Criação Editora, 2021.

LIMA, A. S. Serviço Social na educação básica: desafios para o exercício profissional do/a assistente social em tempos de pandemia da Covid-19. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12. *Anais...* 11-13 out. 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000100.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

LIMA, E. S. Aproximações e atuação do Serviço Social na realidade da educação básica na Covid-19. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12. *Anais...* 11-13 out. 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000672.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política.* Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte e Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169. Acesso em: 23 abr. 2023.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, C. F. N.; OLIVEIRA, G. P.; ALMEIDA, N. L. T. de. O trabalho de assistentes sociais no contexto de precarização e regressão de direitos nas políticas públicas. *In:* VASCONCELOS, A. M. de; ALMEIDA, N. L. T. de; VELOSO, R. (Org.). *Serviço Social em tempos ultraneoliberais*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

MOURA, C. *Racismo e luta de classes no Brasil*. Textos escolhidos de Clóvis Moura. Piauí: Editora Terra Sem Amos, 2020.

OXFAM Brasil. *Poder, lucros e a pandemia:* da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos. 2020. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/. Acesso em: 30 maio 2024.

OXFAM Brasil. *Inquérito de insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19.* 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 31 maio 2024.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, jul.-dez. 2002. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/298/29828202.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

PINTO, M. B.; FARAGE, E. Projetos em disputa na educação: trabalho docente em tempos de pandemia. *In*: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). *Serviço Social e educação*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

RAICHELIS, R.; PAZ, R. D. O.; WANDERLEY, M. B. A erosão dos direitos humanos e sociais no capitalismo ultraneoliberal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 143, jan.-abr. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/j97zpH85pHLYxTmkMxzTmpS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 maio 2024.

SANTOS, F. H. C.; FARAGE, E.; PINTO, M. B. Questão Social e favela: violência estatal, pandemia e organização da classe trabalhadora. *Argumentum*, Vitória, v. 12, n. 3, set.-dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31361/22437. Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTOS, D. A. Na defesa da política de educação em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social na implementação da Lei 13.935 de dezembro de 2019. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17. *Anais...* 14-18 dez. 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00423.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

SAVIANI, D. O legado de Karl Marx para a educação. *Germinal – Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26557/16020. Acesso em: 15 jul. 2023.

TONET, I. *Lukács, Marx e a educação*. [201?] Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/LUKACS_MARX_E_A_EDUCACAO.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

ARTIGO
https://doi.org/10.12957/rep.2024.86528

A eugenia no trato das expressões da questão social e no Serviço Social brasileiro

Eugenics in dealing with expressions of social issues and in Brazilian social work

Gabriela Alves dos Santos*

RESUMO

Este artigo aborda o racismo e o patriarcado na constituição da questão social no Brasil e a influência da eugenia no Serviço Social brasileiro. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, sustenta-se a concepção de que raça e gênero são elementos constitutivos da questão social no Brasil e que a eugenia foi um aporte no trato das suas expressões, com rebatimentos ao exercício profissional. O estudo situa o Serviço Social como produto histórico das relações sociais capitalistas e destaca as manifestações do conservadorismo na gênese da profissão, marcado pela eugenia. Atualmente, o Serviço Social se posiciona radicalmente a favor da construção de uma nova ordem societária e defende sua vinculação às lutas mais amplas de enfrentamento a todas as formas de exploração e opressão.

Palavras-Chave: eugenia; questão social; Serviço Social.

ABSTRACT

This article addresses racism and patriarchy in the constitution of social issues in Brazil and the influence of eugenics on Brazilian social work. Through bibliographical and documentary research, it holds the concept that race and gender are constitutive elements of the social issue in Brazil and that eugenics was a contribution in dealing with its expressions, with implications for professional practice. This study situates social work as a historical product of capitalist social relations and highlights the manifestations of conservatism in the genesis of the profession, marked by eugenics. Currently, social work takes a radical position in favor of the construction of a new societal order and defends its link to broader struggles to combat all forms of exploitation and oppression.

Keywords: eugenics; social issue; social work.

*Universidade Federal de São Paulo, Santos, São Paulo, Brasil.
E-mail: gabriela.alves@unifesp.br.

Como citar: SANTOS, G. A. dos. A eugenia no trato das expressões da questão social e no Serviço Social brasileiro. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 92-106, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86528.

Recebido em 13 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 03 de agosto de 2023.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César

Introdução

O termo questão social foi cunhado por volta de 1830 (Castel *apud* Iamamoto, 2010), no marco do reformismo conservador, para designar o momento em que os/as trabalhadores/as emergem no cenário político para lutar contra a exploração engendrada pela

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

sociedade capitalista. Historicamente, o fenômeno foi tratado enquanto ameaça à ordem instituída (Iamamoto, 2010). A teoria marxista permitiu análises que colocaram a questão social enquanto estrutural da sociedade capitalista e, mais recentemente, o Serviço Social tem qualificado sua apreensão crítica junto às categorias analíticas raça e gênero, visto que a formação sócio-histórica de cada país e continente particulariza suas expressões nas diferentes esferas do globo.

No Brasil, foi a partir da década de 1930 que a questão social assumiu um novo paradigma, descolando-se de um problema de polícia para um problema político (Ianni, 1992). O Estado ampliou sua função reguladora para além da sua dimensão repressiva, introduzindo as leis sociais para controlar a classe trabalhadora, em um contexto de avanço da industrialização pelos setores da burguesia e fortalecimento dos movimentos reivindicatórios.

No que se refere à vinculação entre a eugenia e a questão social, consideramos que esta foi um aporte ao tratamento das suas expressões, num momento de aprofundamento das contradições entre capital e trabalho e de refuncionalização do Estado burguês para o atendimento às necessidades do capital. O cerne da problemática é a compreensão de que foram criados mecanismos de controle da classe trabalhadora pelo Estado visando dar suporte à formação do capitalismo monopolista[1] no Brasil (Ducatti, 2016) e viabilizar as condições para garantir a exploração dos trabalhadores pela burguesia.

Dentre esses mecanismos, estão as políticas sociais nas quais o Serviço Social passou a se inserir frente às novas configurações assumidas pela questão social no desenvolvimento das forças produtivas, requisitando uma intervenção estatal para além da repressão e caridade. O/a assistente social é convocado/a para atuar no controle social e na difusão da ideologia dominante, desenvolvendo, nos seus primórdios, uma prática que combina valores morais com processos eugênicos.

Cabe destacar que o termo "eugenia" é atribuído a Francis Galton, o qual significa boa linhagem e remete às palavras gregas "*eu*" (bem, bom) e "*geneia*" (evolução, origem, raça). A perspectiva galtoniana preconizou o controle reprodutivo pelo Estado, sob alegação de que as características comportamentais, mentais, viciosas, criminosas e degenerativas eram herdadas geneticamente. No Brasil a eugenia foi marcada pelo sexismo e racismo, decorrente do patriarcado e da escravidão.

Nessa direção, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Seu objetivo é problematizar o racismo e o patriarcado como elementos da eugenia que constitui a questão social no Brasil e demarca o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Na perspectiva de expor a compreensão

1 Caracteriza-se pela expansão dos lucros por meio do controle de mercados, fusão do capitalismo bancário e industrial e refuncionalização do Estado burguês para garantir a preservação e o controle da classe trabalhadora (Netto, 2009).

da vinculação da eugenia com a gênese do Serviço Social brasileiro e da influência do conservadorismo na *práxis* profissional, este artigo está subdividido em duas partes. A primeira discorre sobre o racismo e o patriarcado como elementos particulares da questão social no contexto do desenvolvimento capitalista no Brasil. A segunda parte aborda a influência da eugenia no Serviço Social, delineando as manifestações do conservadorismo em sua gênese. Por fim, é assinalada a perspectiva ético-política que rompe com a herança conservadora da profissão e estabelece o compromisso com a formação crítica e as lutas sociais mais amplas.

Racismo e patriarcado na constituição da questão social no Brasil

A emergência da questão social está atrelada ao processo de acumulação do capital. No contexto em que os burgueses detêm os meios de produção, enquanto os proletários vendem sua força de trabalho a eles para garantir sua sobrevivência, são estabelecidas relações sociais de produção contraditórias e antagônicas, baseadas na exploração de uma classe sobre a outra. É sabido que no modo de produção capitalista o que está em voga é a produção de mais-valia, na perspectiva de acumulação e valorização do capital; embora a riqueza seja produzida socialmente, é apropriada privadamente.

Por meio do progresso técnico-científico empregado na produção, há o aumento do capital constante (capital empregado na compra dos meios de produção) e a diminuição do capital variável (a parte do capital empregada na compra da força de trabalho). Assim, as inovações tecnológicas permitem o aumento da produtividade, tornando possível a diminuição do tempo de trabalho socialmente empregado, potencializando a extração da mais-valia relativa e, portanto, aumentando a exploração da força de trabalho.

Isso traz desdobramentos sociopolíticos, quando os proletários se reconhecem na sua condição de explorados e reivindicam condições mais dignas de existência ao Estado, transitando de uma classe em si a uma classe para si[2]. Assim, a luta de classes é constitutiva da questão social e se torna o pilar explicativo do desenvolvimento das políticas sociais. Sob esse prisma, a questão social:

> [...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (Iamamoto; Carvalho, 1992, p. 83-84).

2 Classe em si e classe para si são categorias marxistas para referir-se, respectivamente, ao fato de os trabalhadores constituírem-se enquanto classe e o momento que adquirem consciência de classe para reivindicarem suas demandas e necessidades.

Para a compreensão da questão social no Brasil, se faz necessário apreender o desenvolvimento do capitalismo no país. A priori, parte-se do seguinte paradoxo: como o processo de acumulação primitiva criou condições histórico-estruturais à formação do capitalismo industrial e, portanto, à implementação do trabalho livre na Europa, ao mesmo passo que criou as formas de trabalho compulsórias nas Américas? Isso implica considerar que a escravatura nas colônias foi subordinada à lógica de produção capitalista e que a superexploração da força de trabalho condiz com a economia dependente e a inserção subordinada e periférica da América Central e do Sul no capitalismo mundial.

Conforme Ianni (1978), o mercantilismo foi essencial à consolidação do capitalismo central, a partir da relação de exportação das riquezas das colônias para as metrópoles. Os comerciantes europeus compravam mercadorias baratas e as vendiam por um valor alto, o que lhes possibilitava a expansão do seu capital, a partir de um sobrevalor criado pelo sobretrabalho de negros/as e povos nativos escravizados/as. A projeção inicial de assalariamentos dos/as trabalhadores/as das colônias era desinteressante ante o fato de a Europa não possuir uma reserva de mão de obra significativa para exportar e, além disso, a disponibilidade de terras devolutas provocava o receio de os/as trabalhadores/as se transformarem em produtores autônomos.

A política colonial se sustentou a partir de uma formação social escravista com organizações político-econômicas que tinham suas estruturas de dominação articuladas ao controle e repressão da sociedade. Portanto, a relação entre senhores e escravos/as tinha uma dimensão tanto econômica quanto política, fundada na exploração do trabalho e na produção de mais-valia absoluta (Ianni, 1978).

Como aponta Fernandes (2005), a Independência do Brasil, embora tenha tido um caráter revolucionário por redefinir as estruturas de poder, também manteve sua dimensão conservadora, com a permanência da escravidão, da concentração de renda e do monopólio de poder pelas elites, impedindo que tal processo estabelecesse rupturas profundas com o passado. A Independência foi resultado do descontentamento das elites nativas pela sua incapacidade de dominação nos processos sociais, políticos e econômicos, que eram geridos pela Coroa. Elas reivindicaram a emancipação dos estamentos senhoriais e das limitações decorrentes do estatuto colonial, o que resultou na instauração do Estado nacional, servindo de meio à burocratização da dominação patrimonialista e lançando as bases de expansão do capitalismo. Assim, as elites rurais foram fundamentais para a construção da política econômica nacional, fazendo concessões ao mercado externo para fazer prevalecer os seus interesses privados, não preconizando um projeto civilizatório anti-imperialista.

A mudança do padrão econômico do Brasil aconteceu por uma necessidade do sistema capitalista, quando os países centrais buscavam mercados consumidores para escoar sua produção. A inserção no capitalismo mundial se deu em condições adversas dos processos econômicos que existiram nas nações centrais do capitalismo, o que significou a manutenção dos

laços de dependência. Se, por um lado, havia pressões para acelerar a revolução econômica, por outro, não houve uma revolução política. A burguesia emergente e a oligarquia se associaram, exercendo sua dominação de forma autoritária. Trata-se de um capitalismo que se desenvolve sob uma perspectiva conservadora, antidemocrática, sem participação popular.

Após a Independência, o setor agrário e os grupos de importação e exportação se empenharam para a consolidação do capitalismo moderno, usurpando o trabalho escravo na expansão urbano-industrial. Foi um período correspondente à função de acumulação originária, com uma urbanização ultrasseletiva, sedimentando a constituição de classes sociais racializadas, posto que os imigrantes foram direcionados aos empregos nas cidades, os quais possibilitavam perspectivas de mobilidade e ascensão social, enquanto aos/as negros/as restavam os trabalhos braçais, degradantes e árduos (Fernandes, 2005).

Frente à urbanização, à industrialização e à emergência do "trabalho livre", foi necessário reverter toda a racionalidade que perpassava o trabalho, bem como redefinir os papéis sociais da família, dado o deslocamento da família colonial para a família burguesa. Daí a difusão da "ideologia do trabalho" por meio da dimensão moral do "bom trabalhador", bem como a defesa do modelo familiar burguês, com a difusão de valores da família burguesa às classes populares, com foco nas mulheres, na perspectiva de colocá-las como responsáveis pela harmonia familiar e disciplinação dos futuros cidadãos.

Nesse sentido, a imigração europeia esteve atrelada à perspectiva de branqueamento da nação. No cenário internacional, desde o século XVIII e XIV houve a realização de estudos sobre a ciência da biologia evolucionista, voltados para alicerçar a formulação de políticas sociais coadunadas com o projeto de modernidade, pautado na ordem, na higiene e na moral. A eclosão do movimento eugênico no Brasil se deu no início do século XX, com a consolidação da institucionalização da ciência, aliado aos anseios dos Estados-Nação em construir e projetar suas identidades nacionais no cenário internacional, após a Primeira Guerra Mundial.

O movimento eugênico não foi unitário e homogêneo e as variáveis políticas, culturais e históricas particularizaram sua manifestação nas diversas partes do mundo. Entende-se que a eugenia latino-americana não corresponde à mera importação das teorias produzidas nos Estados Unidos e na Europa, mas trata, sobretudo, de uma eugenia própria que atribuiu novos significados a essas ideias (Stepan, 2005).

Até a primeira metade do século XX, emergiram diversas tendências teóricas em torno da hereditariedade e da biologia evolucionista, destacando-se as correntes lamarckista[3] e

3 Corrente lamarckista é atribuída ao cientista Lamark (de 1778 a 1792), responsável pela teoria de adaptação dos organismos vivos por meio da lei do uso e do desuso (partes do corpo podem ser desenvolvidas ou atrofiadas a partir do seu uso e desuso); e lei da transmissão dos caracteres adquiridos (como resultado da lei do uso e desuso, por meio da hereditariedade, provocamos alterações nas características dos organismos).

mendelista[4] que inspiraram a eugenia positiva e negativa, respectivamente. Conforme Mai e Angerami (2006), a eugenia positiva se caracterizou pelo estímulo aos casamentos eugênicos, às ações de saneamento básico, à educação eugênica e aos cuidados com nutrição. Por sua vez, a eugenia negativa se preocupou com o aborto eugênico, a segregação, o controle da imigração indesejável, o controle do alcoolismo e das doenças venéreas e a esterilização de doentes mentais e outros degenerados.

Conforme Davis (2016), os casamentos interraciais foram resultado da violência às mulheres negras a favor do branqueamento da nação, sendo sustentáculo do mito da democracia racial. Não se pode perder de vista que o estupro das mulheres negras serviu para a miscigenação deste país e foi um castigo recorrente no período colonial, na perspectiva de condicioná-las ao lugar de mulher (fêmea), já que o estupro foi/é uma arma de dominação masculina contra as mulheres.

A ideologia da feminilidade, por sua vez, nas demais circunstâncias, não se aplicou às mulheres negras, pois o povo escravizado não tinha gênero, ou seja, "já que as mulheres eram vistas, não menos que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero" (Davis, 2016, p. 17). Assim, também foram submetidas a trabalhos cruéis e degradantes e não puderam gozar do ideário da maternidade, já que seus filhos/as eram reduzidos a mercadorias a serem vendidas.

O período colonial foi fundamental à constituição das representações das mulheres negras que se referem às construções racializadas de gênero e, sob o discurso da democracia racial, ocultou-se a violência simbólica e concreta perpetrada contra elas. Hoje, as mulheres negras tendem a ser exaltadas sexualmente e/ou reduzidas ao papel de serviçal, o que traduz sua coisificação no processo histórico. São estereotipizações dotadas de significado social que reforçam a condição de subalternidade. Sob mitos difundidos sobre a sensualidade especial da mulher negra, recompõe-se a sua objetificação sexual (Gonzalez, 2020).

Evidentemente, os resquícios do colonialismo e da escravidão colocam as mulheres negras em condição de vulnerabilidade social, alocadas em subempregos e como as principais vítimas da violência de gênero, sendo que o capitalismo mantém e se beneficia deste lugar de subalternidade que favorece a sua exploração como mercadoria. Embora os movimentos feministas e de mulheres tenham conseguido ocupar espaços de poder (em menores proporções em relação aos homens), há discrepâncias entre as mulheres brancas e pretas na ocupação desses lugares, num contexto em que raça também se constitui enquanto marcador de desigualdade.

4 Gregor Johann Mendel (1822-1884) foi responsável por teorizar um conjunto de princípios referentes à transmissão hereditária de determinados caracteres.

Apesar da exploração, negros/as se opuseram ao sistema de dominação desde o período colonial. Para Gonzalez (1984), a mãe-preta é expressão do legado da luta de mulheres negras. Embora haja um discurso recorrente entre brancos/as que a reduz a um exemplo de "obediência, dedicação e amor" e um discurso entre negros que a coloca como "traidora da raça", ambas concepções ocultam as estratégias de subversão e alimentam o discurso do/a negro/a passivo/a frente à exploração que viveram e vivem. Trata-se de extrapolar essas lógicas e compreender essa mulher-mãe como sujeito político que realizou uma resistência passiva frente à opressão, ao difundir valores e crenças fundamentais à africanização da cultura brasileira.

Portanto, há uma intrínseca relação entre a origem do proletariado industrial brasileiro e a força de trabalho escravizada, que reverberou na constituição das classes sociais racializadas. Por sua vez, o patriarcado, como forma de organização social que privilegia o homem, colocou a mulher em condição subalternizada, sendo que a desigualdade entre os sexos esteve alicerçada, sobretudo, na diferença sexual marcada pelo binarismo e pela hierarquia entre os sexos e definição de papéis sociais.

É inegável que a raça e o gênero são eixos estruturantes da desigualdade social no Brasil. Mesmo com a universalização do trabalho livre, tais categorias são permanentemente recriadas e reproduzidas socialmente para operarem na lógica do capital, reatualizando as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, segundo as leis da divisão social do trabalho e a estratificação de classes inerentes a esse sistema. Considerando que a questão social é produto do capitalismo, as categorias analíticas raça/etnia e gênero qualificam sua apreensão crítica, pois as classes sociais antagônicas devem ser compreendidas em sua totalidade, evidenciando que se constituem por sujeitos marcados pela sua raça/etnia e sexo/sexualidade.

A eugenia foi um aporte ao trato das expressões da questão social, sendo que os/as negros/as sofreram com as políticas eugenistas mais extremas e perversas. No Brasil, houve o projeto de "purificação racial" por meio do controle da reprodução sexual e, pelo fato de as mulheres estarem historicamente associadas ao papel reprodutivo e reprodutivo-maternal, elas foram alvo centrais dessas políticas (Stepan, 2005). O que se coloca é que a eugenia atravessou as estruturas político-econômicas e as formações ideológicas do nosso país, com destaque para o racismo e sexismo, que tiveram uma influência significativa na gênese do Serviço Social, conformando manifestações conservadoras no exercício profissional, como será visto a seguir.

Laços entre a eugenia e o Serviço Social brasileiro

O processo de fundamentação do Estado moderno remonta aos séculos XVI e XVII, quando a transição da sociedade feudal para a sociedade de classes exigiu que os

intelectuais discutissem a legitimidade de um ordenamento político e social compatível com o novo modo de produção. A criação e a consolidação dos Estados-Nação tiveram contribuições do Iluminismo, caracterizado como movimento filosófico e cultural que emergiu nos séculos XVII e XVIII na Europa, tendo como premissa a racionalidade como propulsora do conhecimento.

Incorre que o discurso filosófico iluminista preconizou que o caminho da emancipação era a racionalização das instituições e dos costumes. Para tanto, adotou uma perspectiva unilateral da razão, baseada no etnocentrismo, que verificava se a autoimagem dos povos correspondia à autodeterminação da razão. Certamente, isso levou ao julgamento moral sobre os outros povos e à hierarquização das culturas, sedimentando o discurso racista da modernidade. Assim, os séculos XVIII e XIV, circunscritos no colonialismo, na emergência das ideologias de esquerda e nos problemas sanitários decorrentes da industrialização inglesa, realizaram estudos sobre a ciência da biologia evolucionista, voltados para alicerçar a formulação de políticas sociais pautadas na ordem, higiene e moral.

Partilha-se da concepção de Quijano (2000) sobre o papel constitutivo da colonialidade para a modernidade e a emergência de um novo padrão de dominação, a partir da colonização na América Latina. Trata-se da colonialidade do poder, isto é, uma matriz complexa de poder que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento.

> Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2000, p. 118).

O que destacamos é que o conhecimento teve e tem uma base eurocêntrica, sendo que a ciência legitimou o racismo e o sexismo na modernidade. Como exemplo, citamos Herbet Spencer (1820-1903), responsável por desenvolver e justificar a desigualdade de classe por meio do darwinismo social. Em sua obra, *Principles of biology* (1864), Spencer

(1891) difundiu a expressão "sobrevivência dos mais aptos", a qual sintetiza a ideia de que a competição impulsiona a luta natural pela vida e o triunfo do mais apto vincula-se às suas aptidões inatas e superiores. Sob influência de Darwin, John Stuart Mill, Adam Smith e Thomas Malthus, o pensamento spenceriano defendeu que o pauperismo era necessário e positivo ao progresso civilizatório, pois possibilitava eliminar os mais fracos e purificar a raça humana. Assim, posicionou-se contrário à caridade e à intervenção estatal, concebendo-as como meios artificiais de manutenção dos mais fracos que conduziam à degradação física e moral.

No Brasil, os séculos XIX e XX foram marcados pelo colapso da sociedade escravocrata, a emergência do trabalho livre, a massiva imigração europeia e a crescente associação da economia brasileira ao sistema capitalista mundial, ainda que numa posição periférica e dependente. À época, a saúde pública se tornou um objeto da intervenção estatal, devido à ameaça de doenças epidêmicas e endêmicas, como a varíola, a peste bubônica e a febre amarela. Ainda segundo Stepan (2005), o controle das doenças vinculadas à pobreza, como a tuberculose, as venéreas e o alcoolismo, também se tornou alvo do Estado.

A Constituição Federal de 1934 preconizou que à União, aos estados e aos municípios caberia estimular a educação eugênica e adotar medidas legislativas e administrativas para restringir a moralidade e a morbidade infantil e de higiene social, que impedissem a propagação das doenças transmissíveis (Brasil, 1934). O decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, em seu artigo 1°, preconizou a proibição da entrada de estrangeiros aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos, mudos, indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres, alcoolistas ou toxicômanos (Brasil, 1938).

Renato Kehl (1889-1974), intelectual, farmacêutico e médico, é considerado o articulador da eugenia no Brasil, envolvendo-se em projetos de cooperação científica entre estudiosos da América Latina, sobretudo Argentina e Peru, e da Espanha. Ele foi redator e diretor do *Boletim de eugenia* e *Anais da eugenia*; fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e da Comissão Central Brasileira de Eugenia (1931) e membro ativo do Conselho Consultivo da Liga de Higiene Mental e do Conselho de Assistência e Proteção ao Menor.

Também destacamos o papel de Cesare Lombroso (1835-1909), médico e criminologista, que desenvolveu a teoria do "criminoso nato". Nesta teoria, concebe-se que os sujeitos são geneticamente destinados ao crime e, portanto, são vistos como um tipo primitivo ou sub-humano, contrários à sociedade moderna. No Brasil, as ideias de Lombroso foram difundidas pelo professor Leonídio Ribeiro, professor de Medicina Legal no Rio de Janeiro e vice-presidente da Sociedade Internacional de Criminologia. Este professor criou e dirigiu o Laboratório de Biologia Infantil no Rio de Janeiro, que

era responsável por prestar assistência e conduzir pesquisas científicas e criminológicas sobre crianças "delinquentes".

A eugenia adentrou as diversas áreas do conhecimento, com destaque às profissões médicas e jurídicas, embora outras profissões também tenham sido convocadas a intervir no "social", como o Serviço Social, dada a necessidade de implementar estratégias e práticas de disciplinarização, calcadas nos preceitos higienistas e civilizatórios. Segundo Oliveira (2019), a eugenia não formulou uma proposição teórica no Serviço Social, como ocorreu na medicina e no direito, mas como prática interventiva, a profissão foi requisitada para combinar a moral aos processos eugênicos, inserindo-se de forma subordinada à medicina e ao direito.

Para Oliveira (2019), o processo de institucionalização do Serviço Social foi marcado por três fatores fundamentais: 1) a incorporação da "ideologia do trabalho", cabendo ao/à assistente social assegurar ações destinadas à dimensão moral do "bom trabalhador"; 2) a defesa do modelo burguês de família, reservando-se ao/à assistentes social a difusão dos valores da família burguesa às classes populares, sobretudo às mulheres; 3) a adoção da racionalidade eugênica na compreensão da realidade social, à medida que os fenótipos são usados pelos/as assistentes para explicar e justificar o lugar dos sujeitos na sociedade.

Conforme Backx (1994), nos anos iniciais do Serviço Social, o tema predominante das monografias era a organização familiar. Entre 69 monografias analisadas, 17 tinham a família como objeto de estudo; outras 45 tematizavam a questão familiar a partir de outros objetos, como a situação do "menor" e do operariado; e somente sete estudos não abordavam a família. A questão racial e o sexismo também permeava os trabalhos, como mostram os trechos a seguir.

> Vindos do interior, habituados ao trabalho empírico do campo e à vida dos vilarejos, chegam à cidade sem nenhum requisito para desempenhar trabalho estável. Por isso, muitos dos moradores da Praia do Pinto vivem de 'biscates'. Dizer biscates é o mesmo que dizer mulheres e homens sem profissão definida, predispostos à malandragem, senão mesmo entregues a ela. *A libertação concedida aos escravos sem nenhuma formação profissional ou doméstica, imprevidentes, ávidos de uma liberdade de que não sabiam usar, foi o que mais determinou a vadiagem, o vício e a grande miséria que existe no nosso interior.* (Barcellos, 1948 *apud* Backx, 1994, p. 42 – grifos nossos).

> Na verdade, o papel da mulher na família operária, mais do que nas outras, é primordial [...] *A mulher competente e moralmente bem orientada fará da família uma verdadeira escola*, onde os cidadãos poderão adquirir, pelo exemplo e pela convivência, todas as qualidades necessárias para desempenhar o papel social [...]. Se o salário do chefe de família é insuficiente, é preferível que a mãe trabalhe a domicílio, como lavadeira, costureira etc. [...], embora ganhe menos, tem seus filhos sob a sua vigilância. (Chagas, 1946 *apud* Backx, 1994, p. 49 – grifos nossos).

> Dando-se ao vício do álcool, o sr. Nestor falha na sua autoridade de chefe de família, tratando a mulher e os filhos com grosseria. Isso faz também com que ele não cumpra com os seus profissionais, vivendo, assim, numa certa malandragem... A 'companheira', *apesar de ser de cor* e não ter educação é, no entanto, bem orientada e deseja vê-lo reajustado [...] tomou a iniciativa de pedir ao Serviço Social para providenciar a mudança de horário dele. (Filgueira, 1946 *apud* Backx, 1994, p. 70 – grifos nossos).

Por sua vez, Pinheiro (1985), ao redigir sobre sua atuação como assistente social no Laboratório de Biologia Infantil na década de 1930, aborda que, à época, as assistentes sociais identificavam por meio da constituição biológica e dos fenótipos das crianças e dos adolescentes quais delas tenderiam às atividades criminosas, na perspectiva de internalizá-los e ofertar-lhes "tratamento e regeneração". Neste contexto, destaca-se expressamente a necessidade de o Serviço Social difundir os preceitos eugênicos como medidas de amparo médico-social à infância. Na obra da autora, também ocupa um espaço importante a preocupação da profissão quanto à organização e higienização da família, bem como as implicações das transformações societárias, sobretudo no que se refere ao ingresso das mulheres na fábrica e os impactos desse ingresso no seio familiar.

> A nossa legislação atual exige, nas fábricas onde trabalha um certo número de menores e de mulheres-mães a instalação de escolas e creches. Isto, entretanto, não é ainda suficiente, precisamos de orientadoras sociais, que realizem a educação familiar, preparando a mulher para exercer seus encargos com alegria e gosto, no lar ou fora dele. Os resultados dessa educação podem ser verificados nos países de melhor aparelhamento industrial. A desorganização na vida familiar operária traz graves consequências para as empresas e consequentemente para a economia nacional. Precisamos, portanto, começar por educar a dona de casa e depois a operária, a fim de que o trabalho da fábrica não prejudique o ambiente familiar. A casa mal arrumada, a alimentação mal escolhida, a irregularidade de horário nas refeições, a falta de educação das crianças perturbando a tranquilidade, levam os chefes, na maioria das vezes, para o botequim, onde a bebida faz esquecer o peso da vida... na madrugada seguinte, mal alimentados, desestimulados, começam um novo dia, dentro de um mesmo círculo vicioso. (Pinheiro, 1985, p. 55).

Os trechos mostram as manifestações do racismo e sexismo na gênese da profissão. Evidencia-se o caráter moralizante e a racionalidade eugênica de disciplinarização dos sujeitos, sobretudo das mulheres, reificando o patriarcado e a manutenção da ordem capitalista.

Cabe destacar que a eugenia também moldou o Serviço Social em outras partes do mundo no século XX. Conforme Lorenz (2006) *apud* Sousa (2019), na Alemanha, os/as assistentes sociais atuaram no diagnóstico das raças inferiores e na avaliação das chances de reabilitação dos criminosos e das crianças com dificuldades de aprendizagem. Segundo Sewpaul (2013) *apud* Sousa (2019), na África do Sul, entre 1948 e 1991, os/as assistentes

sociais tinham uma formação universitária convergente com as ideologias segregacionistas do *apartheid*, sendo convocados a ofertar determinados serviços somente aos brancos e atuar na assimilação cultural dos negros. De acordo com Sousa (2019) *apud* Anastas (2011), nos Estados Unidos, os/as assistentes sociais recomendavam esterilizações aos pobres, baseando-se no "diagnóstico" do ambiente familiar nas décadas de 1920, 1930 e 1950; já na Espanha e na Grécia, na década de 1950, os/as profissionais estavam imersos nas políticas de "recolhimento de crianças", realocando-as em famílias "sadias"; no Canadá, na Austrália e na Dinamarca, os/as assistentes sociais separavam as crianças nativas dos seus pais sob pretexto da proteção social e atuavam na difusão dos valores coloniais aos povos originários.

No Brasil, até a década de 1960, o Serviço Social baseou-se no neotomismo e no positivismo e, deste modo, não possuía um arcabouço teórico que propiciasse uma discussão crítica acerca da ordem social capitalista e sua relação com a pauperização das classes populares. Ao contrário, a adoção desses pressupostos filosóficos resultava numa análise e intervenção centrada no individuo, pois acreditava-se que os "problemas sociais" eram derivados do desajustamento moral dos sujeitos, ocultando a contradição entre trabalho e capital e despolitizando a compreensão sobre a questão social.

Somente com o Movimento de Reconceituação desencadeado num contexto de incompatibilidade entre os projetos desenvolvimentistas nacionais e os interesses da classe trabalhadora, os/as assistentes sociais passaram a questionar o seu papel na superação do subdesenvolvimento das nações latino-americanas e as implicações ético-políticas da sua intervenção para a manutenção da ordem burguesa vigente.

A influência do Movimento de Reconceituação culminou no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, o qual se desenvolveu a partir de 1964 e se estendeu até meados dos anos 1980. O legado da Reconceituação e o processo de renovação foram determinantes para a constituição de um novo *ethos* profissional, vinculado à defesa de uma nova ordem societária sem discriminação de classe social, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade, condição física e etnia.

Entre as diferentes perspectivas que emergiram no processo de renovação, destacamos aquela denominada "intenção de ruptura", que a partir do aporte marxista buscou a ruptura teórica e política com o conservadorismo do Serviço Social tradicional (Netto, 2009), adotando estratégias teórico-práticas que direcionam o exercício profissional na perspectiva de fortalecimento do processo organizativo da classe trabalhadora. O projeto profissional se vinculou a um projeto societário emancipatório, alicerçado em valores como liberdade, justiça social, equidade e democracia. Entretanto, o conservadorismo ainda resiste ao rompimento da profissão com seus preceitos e, hoje, a perspectiva de sua reatualização se manifesta na recuperação do metodologismo, no teoricismo acrítico, no pragmatismo e no voluntarismo (Boschetti, 2015), bem como nas tendências de morali-

zação e criminalização da questão social. Portanto, os princípios ético-políticos que regem o atual projeto profissional do Serviço Social nos convocam a repensar o nosso papel na luta antirracista e antipatriarcal e na superação das prevalescentes práticas clientelistas, paternalistas, higienistas e eugenistas.

Considerações finais

Com base na análise marxista dos processos históricos que racializaram e sexualizaram as relações sociais, criando as condições necessárias para assegurar a supremacia branca-cis-heterossexual-patriarcal-burguesa, vimos que a questão social possui dimensões de raça e de gênero. O patriarcado e o racismo se tornaram funcionais à lógica do capital, tendo em vista que as bases que assentaram o modo de produção capitalista estão vinculadas à acumulação primitiva, caracterizada como um processo histórico de acumulação inicial do capital que empregava a violência para a espoliação do trabalho dos povos nativos e de negros/as escravizados/as. Os processos violentos de expropriação e escravidão, dentre eles o estupro de indígenas e de africanas, trazem consigo desdobramentos diferentes para o desenvolvimento das forças produtivas em países centrais e periféricos, bem como para a construção da violência de gênero, a cultura do estupro e a iniquidade étnico-racial em cada esfera do globo.

A discriminação de determinadas grupos populacionais é sistemática e histórica, sendo que a política eugenista, de caráter estatal, deu sustentação à manutenção do sistema patriarcal-racista-capitalista. A questão social foi reduzida a uma questão moral e o Serviço Social emergiu para atender aos interesses reformistas-conservadores, contribuindo para a reprodução do racismo e do sexismo. Na gênese do Serviço Social há uma vinculação com a eugenia, o que permite situar a profissão como produto histórico das relações sociais, com implicações políticas, sociais e ideológicas, evidenciando que a profissão não é imparcial nem neutra. A intenção de ruptura com o conservadorismo estabelecida no processo de renovação dos Serviço Social não significou a sua extinção, pois perduram heranças conservadoras que resistem a esta ruptura, isto é, existem projetos profissionais antagônicos em disputa.

Os desafios que se colocam são de compreender como o conservadorismo se traduz na contemporaneidade e de acionar estratégias para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social e para a construção de uma formação profissional qualificada, assentada numa teoria social radicalmente crítica, que, partindo dos fundamentos da vida social, engendra a possibilidade de uma transformação da realidade.

É tarefa do Serviço Social a adoção de estratégias que incitem o debate profissional, a produção acadêmico-científica e a formação crítica com destaque para a necessária incorporação de raça e gênero como dimensões da questão social, visto que o enfrentamento

do conservadorismo na profissão e na sociedade brasileira requer o entendimento de que o racismo e o sexismo estruturam as relações sociais no capitalismo.

A intenção de ruptura com o lastro conservador nos convoca para as lutas empreendidas com base nas perspectivas feminista e antirracista, pois nosso posicionamento é pela emancipação humana, abolindo todas as formas de exploração, dominação e opressão. Se outrora a profissão esteve vinculada aos interesses das classes dominantes para a manutenção do *status quo*, hoje seu direcionamento vai na contramão das antigas práticas eugenistas que, reatualizadas permanentemente, devem ser radicalmente combatidas.

Contribuições dos/as autores/as: a autora participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ANASTAS, J. Social work and eugenics. National Association of Social Workers. Disponível em: http://www.socialworkblog.org/pressroom/2011/11/social-work-and-eugenics/. Acesso em: 08 jun. 2024.

BACKX, S. de S. *Serviço Social:* reexaminando sua história. Rio de Janeiro: JC, 1994.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1934.* Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938.* Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. 1938. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0406.htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUCATTI, I. A eugenia no Brasil: uma pseudociência como suporte no trato da "questão social". *Temporalis*, v. 2, 2016.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2005.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In:* RIOS, F.; LIMA, M. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempos de capital fetiche:* o capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, O. *Escravidão e racismo.* São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. A inserção do termo eugenia na Revista Brasileira de Enfermagem – Reben, 1932 a 2002. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 5, n. 1, 2006.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, R. de. *"Nasci errado e estou certo":* a presença da eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro. Tese (doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214968. Acesso em: 1 jun. 2021.

PINHEIRO, M. E. *Serviço Social* – Documento histórico. São Paulo: Cortez, 1985.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In:* LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.

SOUSA, C. T. Histórias horríveis do Serviço Social: cumplicidade e resistência. *Revista Praia Vermelha*, v. 29, n. 2, 2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22993. Acesso em: 1 jun. 2021

SPENCER, H. *The principles of biology*. Vol. 1. New York: Appleton, 1891.

STEPAN, N. L. *"A hora da eugenia":* raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

em pauta

A percepção dos profissionais dos Cras sobre o atendimento às demandas de violação de direitos

The perception of Cras professionals about meeting demands for rights violations

Daiane Zanin*

Jean Von Hohendorff**

ARTIGO

https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86948

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar a percepção dos/as profissionais que atuam em centros de referência de assistência social (Cras) sobre o atendimento da política de assistência social às demandas de violação de direitos em municípios que não possuem em sua área de abrangência o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) ou equipe técnica específica. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário e entrevista semiestruturada. Os principais resultados demostram que a responsabilidade em atender aos dois níveis de proteção do Sistema Único de Assistência Social (Suas) – proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE) – implica prejuízos à prevenção e ao atendimento das demandas de violação de direitos, comprometendo o exercício das funções da política de assistência social, bem como repercute no trabalho dos/as profissionais pela intensificação e sobrecarga de trabalho.

Palavras-Chave: política de assistência social; proteção social básica; proteção social especial; violação de direitos; trabalho profissional.

ABSTRACT

The goal of this article is to address the perception of professionals who work in Social Assistance Reference Centers (CRAS) regarding the social assistance policy's compliance with demands for rights violations in municipalities that do not have the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) or specific technical team. To this end, a qualitative research was carried out, based on bibliographical research, questionnaire application, and semi-structured interviews. The main results demonstrate that the responsibility for meeting the two levels of protection of the Unified Social Assistance System (SUAS) – Basic Social Protection (PSB) and Special Social Protection (PSE) – implies losses in preventing and meeting demands for rights violation, compromising the exercise of social assistance policy functions, as well as having repercussions on the work of professionals due to the intensification and overload of work.

Keywords: social assistance policy; basic social protection; special social protection; violation of rights; professional work.

*ATITUS Educação, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: daianezanin.social@hotmail.com.

**ATITUS Educação, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jhohendorff@gmail.com.

Como citar: ZANIN, D.; HOHENDORFF, J. V. A percepção dos profissionais dos Cras sobre o atendimento às demandas de violação de direitos. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 107-120, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86948.

Recebido em 15 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 28 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A política de assistência social no Brasil possui um percurso permeado por lutas, desafios e conquistas, e é, "historicamente, marcada por uma trajetória fragmentada e sem força política" (Freitas; Guareschi, 2014, p. 146). Assim, é necessário contextualizá-la e buscar conhecer suas origens para compreender sua constituição e legitimação como política pública, identificando os desafios e avanços no cenário atual.

Em sua trajetória histórica, a política de assistência social no Brasil esteve, inicialmente, vinculada a uma prática assistencialista ou, conforme Pereira (2007), se configurava como uma "desassistência". Isso porque o atendimento às pessoas que mais necessitavam não estava pautado no acesso ao direito; ao contrário, outros interesses e princípios norteavam o atendimento. A assistência social era "reconhecida como campo da benemerência, de ações clientelistas, essa política mantinha-se em um lugar secundário diante das prioridades governamentais" (Freitas; Guareschi, 2014, p. 146).

Com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), houve o reconhecimento da assistência social como uma das políticas que compõem o tripé da seguridade social – junto com a saúde e a previdência social –, legitimando-a como um direito e, assim, rompendo com o tradicionalismo e o viés conservador das suas ações (Veroneze, 2017). O Art. nº 203 da CF estabelece que "a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social" (Brasil, 1988). Como a assistência social é para "quem dela necessitar", esta definição coloca em questão o princípio da universalidade, ou seja, a política de assistência social é implementada com base em critérios de seletividade e focalização, que são acentuados com o avanço da programática neoliberal no país.

No ano de 2004, foi aprovada a política nacional de assistência social (PNAS), que "criava um regime próprio de gestão (Sistema Único de Assistência Social – SUAS), regulamentado pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) aprovada em 2005" (Veroneze, 2017, p. 350). O Suas passou a organizar e a definir a operacionalização da PNAS, fornecendo parâmetros unificados de execução da política nos diferentes níveis de gestão.

A PNAS (Brasil, 2004), por meio do Suas, estabeleceu as diretrizes e a forma organizacional das ações em todo o país, porém, considerando as características próprias de cada território e as especificidades que os diferenciam. Assim, os municípios foram divididos em três níveis de gestão – inicial, básica e plena – de acordo com sua capacidade na execução, cofinanciamento e considerando os fundos dos serviços assistenciais. Os princípios de territorialidade foram estabelecidos conforme o contingente populacional dos municípios, sendo classificados em pequeno porte, médio porte, grande porte e metrópoles, para o repasse de recursos públicos (Bazza; Carvalho, 2013). Desta forma, a PNAS estabeleceu a divisão por porte de município, definindo a proteção correspondente a ser executada pela política de assistência social: proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE).

A PSB abarca a prevenção de situação de risco pessoal e social, fortalecendo as famílias e indivíduos, e a PSE é direcionada para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal, subdividindo-se em média[1] e alta[2] complexidade. Enquanto os serviços da PSB são prestados pelos centros de assistência social (Cras), a PSE é implementada através dos centros de referência especializados de assistência social (Creas), que é responsável pela prestação dos serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados e em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social (Silva; Cardoso, 2017).

Contudo, nos municípios de pequeno porte (com até 20 mil habitantes), não existe a obrigatoriedade de ter Creas para o atendimento das demandas da PSE. Nas legislações, apresenta-se apenas como alternativa a composição de equipe técnica específica para atendimento a estas demandas ou Creas regionalizados. Embora os municípios de pequeno porte possuam apenas Cras, as violações de direitos também acontecem nesses territórios, além de também ser responsabilidade do poder público prover o atendimento às demandas que deveriam ser direcionadas à PSE. Sendo assim, cabe indagar: nos municípios em que não há nenhuma dessas alternativas mencionadas, como são atendidas as demandas de violação de direitos?

Essa questão se torna ainda mais provocativa no contexto em que a política de assistência social vem sofrendo sérios impactos das medidas ultraneoliberais adotadas, sobretudo a partir do golpe de 2016, com os cortes orçamentários da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 (EC 95/2016). O limite de gastos imposto pela EC 95/2016 impactou diretamente os repasses federais aos municípios para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais. Esses repasses, fundamentais para a oferta de atendimentos a uma população extremamente vulnerável, são reduzidos para que as despesas discricionárias se ajustem ao teto de gastos.

De acordo com o Informe nº 04/2019 da Conferência Nacional Democrática da Assistência Social, a política de assistência social foi afetada gravemente pela EC 95/2016. As projeções são de que em dez anos essa política deixará de receber 38 bilhões, ou seja, seus recursos serão reduzidos em quase 68% e, em 20 anos, os recursos serão reduzidos em 46%. Estes cortes orçamentários comprometem o repasse automático fundo a fundo e, consequentemente, a oferta de serviços e o pagamento de pessoal, já que a maioria dos

1 A PSE de média complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, com direitos ameaçados ou violados (Bazza; Carvalho, 2013).

2 A PSE de alta complexidade garante proteção integral às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de ameaça, necessitando serem retirados do meio familiar, oferecendo moradia, alimentação etc. (Bazza; Carvalho, 2013).

municípios depende dos repasses federais para garantir o atendimento e o acompanhamento dos usuários do Suas (Brasil, 2019).

Estudos do Ipea mostram que a operacionalização do Suas não foi uma prioridade nos últimos anos, pois os recursos propostos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais foram diminuindo. Os recursos propostos para o cofinanciamento dos serviços pelo governo Bolsonaro se reduziram a um montante sem precedentes: de R$ 965 milhões em 2022 – o que já era pouco –, o PLOA para o ano de 2023 trazia o ínfimo valor de R$ 48 milhões. Ou seja, houve uma redução de 95% de um ano para o outro. Comparando-se o montante sugerido para o cofinanciamento de serviços socioassistenciais pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2023, que foi de R$ 2,5 bilhões, percebe-se que o montante proposto não chegou a 2% deste valor (Ipea, 2023).

Observa-se, portanto, um enfraquecimento crescente da oferta dos serviços socioassistenciais. Para os municípios menores, esta situação é ainda mais crítica, pois, contando com parcos recursos, eles enfrentam mais dificuldades para financiar a rede socioassistencial. Sendo assim, os recursos repassados pelo governo federal são fundamentais para a continuidade do trabalho realizado pelas equipes nos Cras e Creas. Esses cortes orçamentários atingem os repasses aos municípios, diminuido os atendimentos aos usuários, enfraquecendo a infraestrutura básica dos serviços, precarizando as condições, relações e vínculos de trabalho, inclusive com a contratação de profissionais terceirizados e/ou temporários, e, até mesmo, ameaçando o fechamento de unidades.

Nesta direção, a pesquisa qualitativa realizada buscou analisar como se configura o atendimento da política de assistência social às demandas de violação de direitos em municípios de pequeno porte no norte do Rio Grande do Sul que não possuem em sua área de abrangência Creas ou equipe técnica específica, com base na percepção dos profissionais que atuam em Cras. A pesquisa contou com 12 participantes[3] que atuam como técnicas de referência em 11 Cras de 11 municípios de pequeno porte I, sendo sete assistentes sociais e cinco psicólogas, que compuseram a amostra por conveniência. Todas as participantes se identificaram como sendo do gênero feminino, possuindo idade entre 26 e 47 anos, e com tempo de atuação profissional no Cras de três a 13 anos, sendo que sete profissionais possuíam pós-graduação ou especialização. O vínculo empregatício de dez das profissionais entrevistadas foi estabelecido por concurso público e de duas, por contrato temporário.

3 O número de participantes foi pautado no estudo de Guest, Bunce e Johnson (2006), o qual estabelece o critério de saturação, e, associado a este, foi utilizado o poder da informação trazido por Malterud, Siersma e Guassora (2016).

A pesquisa foi realizada com base em revisão teórico-bibliográfica, aplicação de questionário e entrevista. Com relação ao levantamento bibliográfico, cabe ressaltar que foram localizados vários estudos sobre a política de assistência aocial no tocante às violações de direitos (Carvalho; Moljo, 2018; Duarte, 2016; Pereira, 2007; Silva; Cardoso, 2017). Há estudos que enfocam o atendimento da política a públicos específicos com direitos violados, tais como crianças e adolescentes (Bispar *et al.*, 2020; Gomes; Elias, 2016; Paiva Neto; Duarte, 2016), população LGBTQI+ (Paiva Neto; Duarte, 2016) e população em situação de rua (Gomes; Elias, 2016). Porém, nenhum desses estudos analisou o atendimento às violações de direitos em municípios que não possuem os serviços da PSE, com exceção do estudo de De Paula (2018), que aborda o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em municípios que possuem a PSB instituída e em municípios com ambas as proteções.

Após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, foi iniciada a coleta de dados através de questionário e entrevista semiestruturada. O questionário levantou dados sociodemográficos para a caracterização dos/as participantes da pesquisa em relação ao gênero, idade, estado civil, escolaridade, tempo de trabalho etc. As entrevistas[4] foram realizadas pela autora, que, nesta ocasião, era assistente social há 11 anos e trabalhava há nove anos em um Cras em município de pequeno porte. As entrevistas ocorreram entre julho e setembro de 2022 nos locais de trabalho dos/as participantes (Cras) e foram encerradas quando atingido o critério de saturação e mediante a qualidade das informações obtidas.

A análise de dados foi baseada na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), a qual compreende seis fases: 1. familiarização com os dados; 2. geração de códigos; 3. geração de temas; 4. revisão dos temas; 5. definição e nomeação dos temas; e 6. produção do relatório da análise e elaboração da redação dos resultados de pesquisa. Todos os procedimentos utilizados foram feitos de acordo com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 446/2012 e nº 510/2016. A pesquisa foi autorizada de acordo com o parecer nº 5.335.497, Caae 56415522.7.0000.5319, do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Meridional (Imed/RS), em seis de abril de 2022.

Neste artigo, a exposição dos resultados da pesquisa realizada está organizada em dois tópicos. O primeiro aborda o atendimento às demandas de violação de direitos pelo Cras, destacando a notificação como forma de manifestação deste tipo de demanda, a tentativa de articulação com a rede de proteção, o caráter emergencial do atendimento e os prejuízos às funções desempenhadas pelo Cras. O segundo tópico expõe a intensificação e a sobrecarga de trabalho, bem como o despreparo no atendimento às demandas

4 As entrevistas foram realizadas de forma individual e presencial, sendo observados os protocolos estabelecidos na pandemia de Covid-19. Nos trechos das transcrições de entrevistas apresentados neste artigo, as participantes são denominadas por uma abreviação que combina profissão, idade e gênero.

de violação de direitos, como elementos que evidenciam a precarização das condições em que o trabalho profissional se realiza, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e as próprias profissionais.

O atendimento das demandas de violações de direitos pelo Cras

O Brasil está entre os países que "mais cometem violação dos direitos humanos do mundo, ou seja, se nos concentrarmos apenas nas temáticas transversais aos direitos humanos teremos uma série de violações de direitos de minorias e vulneráveis que vem ocorrendo sucessivamente ao longo dos anos" (Rodrigues; Santos; Gloria, 2018, p. 10). Nesse cenário, são imprescindíveis os serviços prestados pela política de assistência social, principalmente no que tange à PSE, tendo em vista que ela se destina às famílias e aos indivíduos que têm seus direitos violados e que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por decorrência de violência, maus tratos, abandono, negligência, abuso sexual etc.

Nos municípios que não possuem Creas, as demandas de violação de direitos são atendidas pelo Cras. Conforme estabelece a legislação, em municípios considerados de porte I não há obrigatoriedade de Creas, mas é indicada a criação desta unidade de forma regionalizada ou de uma equipe técnica específica para atendimento a estas demandas. Contudo, essa não é a realidade dos municípios de pequeno porte pesquisados, já que não contam com unidades e equipes especializadas. Nestes municípios, o Cras atende às demandas de violação de direitos após ser provocado por uma notificação ou denúncia, como mostra o trecho de entrevista abaixo.

> A maioria acaba sendo por denúncias, a gente acaba fazendo a busca ativa, mas por ter vindo alguma coisa, ou vem denúncia anônima, mas a maioria acaba sendo por denúncia. (Psi36F).

A denúncia é a principal forma de a demanda chegar até a equipe do Cras, sendo que, em alguns casos, a notificação também é feita à rede de atendimento que, após atender ao público específico, encaminha a demanda ao Cras. Em seguida à chegada da demanda, a equipe do Cras busca o atendimento em articulação com a rede de proteção. Esta articulação é a forma pela qual dever ser construído um planejamento interventivo, definindo o que cada integrante da rede deve fazer para responder às demandas. No entanto, esta articulação é frágil, pontual e não há uma organização da rede, como mostra o trecho de entrevista a seguir.

> Então, a gente aciona os demais serviços públicos via 'fulano', 'fulano' e 'cicrana', e aí a gente faz funcionar ali. Dependendo da demanda, vou chamar o 'fulano', dependendo da demanda, é 'cicrana', e assim a gente organiza. Mas a rede, ela não é organizada, ela não existe, infelizmente. (Psi32F).

Embora com essas limitações, o trabalho em articulação com a rede é fundamental para o enfrentamento da demanda de violação de direitos e para a superação das dificuldades e da falta de conhecimento sobre os procedimentos que devem ser adotados. Além disso, o trabalho em articulação com a rede de proteção é uma forma de efetivar o trabalho intersetorial e interinstitucional, através do qual as equipes do Cras buscam responder às demandas de violações de direitos, que são bastante complexas. Contudo, em alguns municípios, esta articulação precisa ser construída e/ou aperfeiçoada, para que não se configure apenas como uma mera discussão de casos entre os agentes das políticas públicas envolvidas na rede.

No Cras, muitas vezes, a intervenção é realizada de forma momentânea, ou seja, naquele momento auxilia o/a usuário/a, porém, com o decorrer do tempo a demanda se manifesta novamente, sendo as violações de direitos recorrentes. As profissionais se esforçam para dar uma resposta imediata em meio às precárias condições de trabalho existentes, ainda que esta resposta seja insuficiente. Deste modo, as intervenções são pontuais, quando deveriam ser especializadas, contínuas e pautadas no acompanhamento interdisciplinar dos usuários. Tais intervenções possuem um caráter emergencial e apenas contornam a situação de violação por um tempo, dando a sensação de que o profissional atua para "apagar incêndio", como mostra o trecho de entrevista a seguir.

> Muito, vamos dizer assim, 'apagar incêndio', né. A pessoa chega com uma situação, aí a gente atende, a gente escuta e a gente fica se perguntando, né. Leva um tempo pra gente conseguir pensar, onde que a gente vai encaminhar. (Ass34F).

Deste modo, fica evidente a falta que o Creas ou uma equipe especializada faz em pequenos municípios, pois o Creas, além de possuir uma dimensão técnica para o atendimento das demandas de violação de direitos, "envolve uma dimensão humana apurada, pois envolve a atenção e a escuta qualificada e sobretudo a compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural" (Nascimento, 2021, p. 6).

Nesse contexto, a execução da PSB é prejudicada, pois quando surge a demanda de PSE as ações desenvolvidas pelas profissionais para a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social são deixadas em segundo plano, enquanto as demandas de violações de direitos são priorizadas. Então, como o Cras absorve as demandas de violação de direitos, sua função em relação à prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social fica comprometida, como afirma uma entrevistada no trecho abaixo.

> Eu vejo que, pelo fato de ser média complexidade e nós sermos uma equipe para atender à proteção social básica, a gente acaba falhando no seguinte quesito: damos atenção para a média e deixamos de fazer a prevenção, que nos caberia por competência. (Psi38F).

As demandas de violação de direitos requerem um acompanhamento continuado, porém como as profissionais têm que abarcar os dois níveis de proteção, isso acaba repercutindo diretamente na qualidade do trabalho em relação à prevenção, prejudicando a função principal do Cras em relação ao desenvolvimento da PSB. Constata-se, portanto, que o Suas, no nível da PSB, não cumpre com suas premissas, deixando lacunas nas ações de prevenção devido à sobreposição das demandas da PSE.

Como a PSE objetiva contribuir para a contenção de agravamentos e potencialização de recursos para a reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais, a inexistência do Creas "inviabiliza a proteção integral, considerando que esta é formada por uma rede que inclui as políticas sociais, a família, a comunidade, os órgãos de defesa e responsabilização, entre outros" (Silveira *et al.*, 2018, p. 260).

Na visão das profissionais entrevistadas, para que o Creas seja instalado nos municípios de pequeno porte, é necessária uma determinação hierárquica superior, sendo que elas não acreditam que isso ocorra em curto prazo, "porque como o Cras faz, continua o Cras fazendo" (Ass38F). As profissionais estão desacreditadas com relação à implantação do Creas regionalizado ou de equipe técnica para atendimento às demandas de violação de direitos em seus municípios, em decorrência do desmonte das políticas sociais na atualidade. Assim, continuam atendendo às demandas da PSE no Cras em precárias condições.

A inexistência do Creas, bem como a não implementação de um Creas regionalizado e/ou de equipe especializada para atendimento às demandas de violações de direitos nesses municípios, denotam que a política de assistência social não está cumprindo o seu papel no enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, no combate às situações de vulnerabilidade e risco e na promoção e defesa de direitos.

Sem dúvida, a política de assistência social avançou no sentido de garantir a proteção às famílias e aos cidadãos, porém, muito ainda precisa ser feito, pois "é dever do Estado propiciar condições do atendimento para além do atendimento emergencial, sendo este o principal obstáculo a ser ultrapassado, isto é promover qualidade face às demandas e necessidades sociais, tornando-se provedora de proteção social" (Bazza; Carvalho, 2013, p. 34).

Sobrecarga de trabalho e despreparo no atendimento às demandas de violação de direitos

A questão do trabalho no âmbito da política de assistência social é um dos grandes desafios que se colocam na atualidade, pois a análise das condições de trabalho e das

possibilidades de ampliação e qualificação dos profissionais não pode ser efetivada sem que sejam consideradas as transformações societárias contemporâneas, nem pode ser encarada "como uma responsabilidade individual do trabalhador, embora seja comum atribuir ao próprio profissional a tarefa de sua qualificação, ampliando a competição entre os próprios trabalhadores que atuam nas diferentes políticas públicas" (Raichelis, 2010, p. 764).

Raichelis (2010) aponta os processos de informalização e flexibilização, que geram vínculos terceirizados, subcontratados, temporários, em tempo parcial, que precarizam o trabalho e fragilizam os trabalhadores. Tais processos integram um conjunto de transformações que atingem de modo contundente o trabalho assalariado, sua concretização e materialidade, assim como as formas de subjetivação e consciência dos trabalhadores, redimensionando os sistemas de proteção social e as formas de organização e gestão do trabalho.

A precarização também atinge o trabalho profissional do assistente social, que é afetado por: insegurança do emprego, subemprego, formas de contratação sem proteção, intensificação do trabalho, rebaixamento salarial, pressões por produtividade e atingimento de metas, "ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros" (Raichelis, 2010, p. 758-759).

Sob esse prisma, é possível situar o trabalho realizado pelas profissionais entrevistadas, que é marcado pela intensificação e precarização, gerando implicações tanto no atendimento aos usuários quanto para as próprias profissionais, como expressa uma das entrevistadas no trecho abaixo.

> Acho que impacta bastante na garantia dos diretos com certeza, porque acaba sendo um trabalho de baixa qualidade, porque a gente está 'esbaforido', e acaba caindo na questão da qualidade, a gente não consegue manter o foco. (Ass38F).

Com a ausência do Creas ou de equipe técnica específica para atender às demandas de violação de direitos nos pequenos municípios, as profissionais do Cras têm sobrecarga de trabalho, o que reflete negativamente na qualidade do atendimento, assim como na sua saúde mental. As profissionais expressaram que sofrem exaustão e desgaste emocional em decorrência da intensificação de trabalho, do volume e da complexidade das demandas a que precisam responder.

> Porque, assim, já aconteceram casos de a gente se impactar tanto, de ter que pedir licença para as famílias para poder digerir tudo aquilo que está acontecendo. (Psi32F).

As profissionais precisam atender às demandas relacionadas à PSB e PSE, sendo que isso provoca um tensionamento que causa desconforto, sentimento de frustração e desmotivação, podendo levar as profissionais ao adoecimento, como evidencia o seguinte trecho de entrevista.

> Eu já precisei fazer tratamento psiquiátrico, precisei fazer acompanhamento psicológico, pra tentar tirar um pouquinho esse fardo que a gente tem. Porque é bem difícil. (Ass34F).

Segundo Pereira, Freitas e Dias (2016, p. 37), "somando-se às dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho na assistência social, os profissionais que desejam exercer um trabalho ético e de qualidade, correm o risco do adoecer na tentativa de gerenciamento de tantas demandas e atendimentos".

Outro fator que contribui para esta sobrecarga é que alguns Cras não têm sequer a equipe mínima exigida para a execução da PSB e essas unidades precisam dar conta de duas proteções sem possuir os recursos materiais e humanos necessários. Acrescenta-se a isso o fato de duas profissionais possuírem contrato temporário, o que gera a descontinuidade do trabalho por elas executado num dado período. Esses aspectos afetam as condições técnicas e éticas do exercício profissional, reafirmando a tendência contemporânea de precarização do trabalho.

Além disso, as profissionais não se sentem preparadas para o atendimento das demandas de violações de direitos, o que gera insegurança nas intervenções realizadas. Embora se sintam assim, o atendimento é feito para que haja um encaminhamento para as demandas, ainda que de forma, muitas vezes, incipiente. O despreparo não é somente por parte da equipe do Cras, mas também por parte da rede de proteção que se articula para prestar o atendimento, como mostra o trecho de entrevista abaixo.

> Daí, assim, é um despreparo nosso do Cras, é um despreparo da saúde para atender a essa situação, é um despreparo do Conselho Tutelar, é um despreparo da escola, sabe? (Psi32F).

O despreparo para o atendimento das demandas de violação de direitos faz parte do cotidiano das profissionais do Cras que acabam absorvendo as demandas da PSB e da PSE. Assim, há uma espécie de desvio de função, que prejudica a consecução da finalidade do Cras no sentido de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Há, portanto, a necessidade da instalação regional ou municipal do Creas, de acordo com a realidade de cada região, ou mesmo a criação de equipes específicas para atender

às demandas de violação de direitos. É fundamental que a presença de determinados serviços seja definida com base na realidade das necessidades existentes nos territórios, e não com base no contingente populacional. Isso implica lutar para garantir o acesso à proteção social e aos direitos previstos na política de assistência social em todo o território nacional, pois "o campo da proteção social constrói-se na sociedade capitalista sob o embate e a luta da classe trabalhadora em ver reconhecido seu direito a ser protegido" (Degenszajn; COUTO; YAZBEK, 2012, p. 13).

Considerações finais

Os resultados da pesquisa indicam que, quando não há Creas ou equipe técnica específica em município de pequeno porte, a equipe do Cras tenta, dentro de suas possibilidades, dar conta das demandas de violação de direitos. Embora não seja esta a função precípua do Cras, não há alternativa para esses municípios, pois as pessoas em situações de violação de direitos não podem ficar desassistidas. Todavia, a sobreposição e o acúmulo de demandas da PSB e PSE acabam afetando a qualidade do atendimento, já que essas situações complexas exigem um acompanhamento especializado e contínuo.

Nesse contexto, os atendimentos feitos pelo Cras são pontuais e emergenciais, tendo em vista que a articulação da rede de proteção acontece de forma fragilizada, gerando não só a precarização da assistência social em relação ao atendimento às demandas de violação de direitos, mas também da própria prevenção, uma vez que as profissionais não conseguem focar nesse aspecto em seu trabalho no Cras. Além disso, pelo fato de o Cras atender às demandas de ambas as proteções (PSB e PSE), há uma sobrecarga de trabalho, que repercute negativamente na qualidade dos serviços prestados e na própria saúde das profissionais.

Esses fatores, tomados em conjunto, podem estar relacionados com os retrocessos no âmbito das políticas sociais promovidos pela programática neoliberal, que institui medidas de austeridade, restringindo o financiamento público das políticas sociais, sob a égide do discurso de reversão do déficit público e atingimento das metas fiscais, acentuando o binômio focalização X universalização.

Diante disso, é preciso unir esforços para o fortalecimento do Suas e a superação das dificuldades de atendimento às demandas de violação de direitos em municípios de pequeno porte. Somente a implementação do Creas e/ou de equipe técnica específica talvez não seja suficiente para responder a essas demandas, tendo em vista o desmonte e desfinanciamento da política de assistência social na atualidade. Assim, é preciso lutar pela redefinição do trabalho, das formas de organização e de gestão das políticas públicas, buscando ampliar os mecanismos de democratização e acesso dos usuários, de qualificação e formação dos profissionais, para valorizar e aprimorar a intervenção da política de assistência social.

Contribuições dos/as autores/as: ambos autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: O estudo foi realizado com apoio da Fundação Meridional, por meio de bolsa produtividade concedida ao segundo autor.

Aprovação por Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa Faculdade Meridional – IMED/RS. CAAE: 56415522.7.0000.5319.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BAZZA, C. M.; CARVALHO, F. X. A política de assistência social na contemporaneidade: considerações sobre a realidade brasileira. *Revista Uninga Review*, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20130723_000350.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

BISPAR, A. G. A. *et al.* As políticas públicas de atendimento de assistência social de crianças e adolescentes. *In:* MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – CONGREGA, 16. *Anais...* Bagé, Rio Grande do Sul, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Política nacional de assistência social. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Conferência Nacional Democrática de Assistência Social. *Informe n. 04/2019*. Dispõe sobre apontamentos acerca das ameaças ao Suas: análise da conjuntura atual. São Paulo: Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, 2019.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa. Acesso em: 25 maio 2024.

CARVALHO, T. S. P.; MOLJO, C. B. Proteção social e Serviço Social no Brasil contemporâneo: o Sistema Único de Assistência Social em perspectiva. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 4, n. 6, 2018. Disponível em: http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/123. Acesso em: 25 maio 2024.

DE PAULA, C. S. *Os desafios na materialização do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, no âmbito da política de assistência social.* Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

DEGENSZAJN, R. R.; COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a política social. *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, 2012. Disponível em: http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1398. Acesso em: 25 maio 2024.

DUARTE, J. M. G. F. Desafios para proteção social especial: a ambiência da violação de direitos na política nacional de assistência social. *Textos e Contextos*, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.1.24096. Acesso em: 25 maio 2024.

FREITAS, C. R.; GUARESCHI, P. A. A assistência social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. *Diálogo*, v. 25, 2014. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1606. Acesso em: 25 maio 2024.

GOMES, D. F.; ELIAS, F. T. S. Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental. *Comunicação em Ciências da Saúde*, v. 27, n. 2, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.51723/ccs.v27i02.96. Acesso em: 25 maio 2024.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1525822X05279903. Acesso em: 25 maio 2024.

IPEA. Assistência social. *In:* IPEA. *Políticas sociais:* acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12247/4/BPS_30_Assist%c3%aancia_Social.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

MALTERUD, K.; SIERSMA, V. D.; GUASSORA, A. D. Sample size in qualitative interview studies: guided by information power. *Qualitative Health Research*, v. 26, n. 13, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1049732315617444. Acesso em: 25 maio 2024.

NASCIMENTO, D. R. S. Atuação do Creas no Brasil: entre conservadorismo e mudanças, uma análise dos últimos 30 anos para o Serviço Social. *Revista Cientifica Cognitionis*, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.38087/2595.8801.70. Acesso em: 25 maio 2024.

PAIVA NETO, R. O.; DUARTE, A. T. C. Proteção social especial – violação de direitos da população LGBT. *In:* COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES, 12. *Anais...* Campina Grande, Paraíba, 2016.

PEREIRA, P. A. P. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo Suas. *SER Social*, v. 20, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v0i20.12767. Acesso em: 25 maio 2024.

PEREIRA, V. T.; FREITAS, C. R.; DIAS, D. D. Violação de direitos no Suas: a precarização da vida. *Revista Polis e Psique*, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2238-152x.62300. Acesso em: 25 maio 2024.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, out.-dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 maio 2024.

RODRIGUES, O.; SANTOS, A. C. S.; GLORIA, L. L. Direitos humanos: uma reflexão sobre as violações. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 16. *Anais...* Vitória, Espírito Santo, 2018.

SILVA, M. R. M.; CARDOSO, F. da S. Afirmação de direitos humanos a partir de serviços da proteção social especial de média complexidade. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.21910/rbsd.v4n2.2017.138. Acesso em: 25 maio 2024.

SILVEIRA, C. W. *et al.* O fazer profissional do Creas: ilhas, travessias e descaminhos possíveis. *Revista Polis e Psique*, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2238-152x.81033. Acesso em: 25 maio 2024.

VERONEZE, R. T. (2017). A política de assistência social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais. *Textos e Contextos*, v. *16*, n. 2, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1677-9509.2017.2.27538. Acesso em: 25 maio 2024.

em pauta

Supervisão técnica com assistentes sociais do INSS: reflexões sobre o trabalho profissional

Technical supervision with INSS social workers: reflections on professional work

Gênesis de Oliveira Pereira*

ARTIGO
https://doi.org/10.12957/rep.2024.86953

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões produzidas a partir da experiência de supervisão técnica desenvolvida com assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de projeto de extensão da UFRJ. Busca-se recuperar a supervisão como um espaço fundamental para a reflexão e enfrentamento dos desafios postos ao trabalho profissional frente ao aprofundamento das contradições no contexto de hegemonia ultraneoliberal. Para isso, apropria-se da teoria do valor para problematizar as determinações do assalariamento que incidem sobre o trabalho de assistentes sociais no INSS, valendo-se da revisão bibliográfica e da sistematização da experiência de supervisão técnica. Afirma-se, então, a necessidade de ampliar as ações de supervisão como forma de adensar as reflexões teórico-práticas e estimular a construção de estratégias que fortaleçam o trabalho profissional nos rumos aludidos pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-Chave: supervisão técnica; Serviço Social; previdência social; trabalho profissional.

ABSTRACT

This article presents reflections produced from the experience of technical supervision developed with social workers from the National Social Security Institute (INSS), through an extension project at UFRJ. The aim is to recover supervision as a fundamental space for reflection and facing the challenges posed to professional work in the face of deepening contradictions in the context of ultra-neoliberal hegemony. To this end, it uses the theory of value to problematize the wage determinations that affect social workers at the INSS, using a bibliographical review and the systematization of the experience of technical supervision. It is then stated that there is a need to expand supervision actions as a way of deepening theoretical-practical reflections and encouraging the construction of strategies that strengthen professional work in the directions mentioned by the Brazilian Social Work Ethical-Political Project.

Keywords: technical supervision; social work; social security; professional work.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: genesis.oliveira@gmail.com.

Como citar: PEREIRA, G. O. Supervisão técnica com assistentes sociais do INSS: reflexões sobre o trabalho profissional. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 121-134, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86953.

Recebido em 15 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 09 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O presente trabalho apresenta reflexões produzidas a partir da experiência de supervisão técnica desenvolvida com assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), através do projeto de extensão da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) em parceria com a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/Uerj).

O artigo tem por objetivo recuperar a supervisão como um espaço fundamental para a reflexão e como uma importante estratégia para o enfrentamento das transformações operadas no trabalho dos assistentes sociais no contexto da hegemonia ultraneoliberal.

A supervisão é compreendida como uma prática que contribui com os profissionais para que possam apreender criticamente a realidade, propiciando a compreensão das expressões da questão social com as quais lidam cotidianamente, numa perspectiva de totalidade. Sob esse prisma, a supervisão possibilita orientar os profissionais a atuarem na formulação, implementação e avaliação das políticas sociais e a qualificarem a prestação de serviços aos usuários (Guerra; Braga, 2009).

Deste modo, contribui para criar estratégias profissionais alinhadas ao projeto profissional, rompendo com o imediatismo do cotidiano institucional imerso em variadas formas de precarização do trabalho, tais como: cortes dos recursos materiais, financeiros e humanos; normatizações e posturas gerenciais que ferem a autonomia dos/as profissionais na execução de suas ações; esvaziamento dos/as assistentes sociais no Serviço Social por sua realocação em outros serviços; desvio de função; intensificação do ritmo de execução das tarefas; controle do desempenho; pressões por produtividade e alcance das metas, dentre outras.

Neste artigo estão sintetizadas as reflexões oriundas do estudo realizado com base na apreensão da teoria do valor para a problematização das determinações do assalariamento que incidem sobre o trabalho desenvolvido por assistentes sociais no INSS, valendo-se de revisão teórico-bibliográfica e da sistematização da experiência de supervisão técnica realizada numa postura crítico-investigativa (Almeida, 2006).

A exposição do conteúdo do artigo está dividida em três partes. A primeira aborda conceitualmente o trabalho concreto e abstrato na teoria marxiana. A segunda apresenta as abordagens da supervisão técnica no Serviço Social, problematiza a concepção conservadora e adensa seu debate numa perspectiva crítica. A terceira expõe as reflexões sobre a experiência extensionista de supervisão técnica, tecendo algumas considerações sobre o trabalho dos assistentes sociais no INSS. Por fim, reiteramos a importância da supervisão técnica para a capacitação continuada dos/as profissionais.

O trabalho concreto e abstrato em Marx: a questão do assalariamento dos trabalhadores do Estado

As determinações da mercadoria, de seu valor de uso e de troca para Marx não são propriedades naturais. Ao contrário, são fruto da ação humana, do trabalho. Abstraídas as qualidades, os materiais usados e o trabalho útil do ouro, da graxa, da seda e do trigo, todas as diferenças são eliminadas, restando apenas um único elemento comum, a categoria mais simples, nesse caso, o trabalho abstrato.

Nenhuma mercadoria pode ser expressão de seu próprio valor, equivalente de si mesma. Não se troca um valor de uso X por outro valor de uso X; logo, só estão colocadas em relação de troca mercadorias cujos valores de uso são distintos. Na troca, as mercadorias com qualidades diferentes se igualam, pois se relacionam como valor, portanto, o valor de troca das mercadorias é expressão de seu valor. Para Marx (1980), o valor de um bem é mensurável pelo trabalho humano abstrato corporificado num valor de uso.

O valor é medido não pela sua utilidade, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário corporificado na mercadoria. Segundo Marx, "a quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações de tempo, como hora, dia etc." (Marx, 1980, p. 45), que, por sua vez, é determinada de acordo com as "condições sociais de produção socialmente normais, existentes, e com o grau médio de destreza e intensidade do trabalho" (Marx, 1980, p. 46). Portanto, o valor é uma substância interna à mercadoria, trabalho humano indiferenciado, comum a todas elas, "como valores as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza" (Marx, 1980, p. 46).

Após essa problematização acerca do valor de uso e do valor das mercadorias, é possível dizer que esta dupla determinação da mercadoria é fruto do duplo caráter do trabalho. Ou seja, todo trabalho, ao produzir algo novo, é trabalho concreto, produtor de valores de uso. Segundo Marx: "o valor-de-uso de cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular" (Marx, 1980, p. 49). Essa dimensão é ineliminável na vida humana, pois, independentemente da sociedade, o trabalho útil é condição da existência.

O valor de troca da mercadoria é oriundo do trabalho abstrato. Marx compreende por trabalho abstrato o dispêndio de trabalho humano em geral. Trabalhos com valores de uso completamente distintos, como a tecelagem e a alfaiataria, por exemplo, quando abstraídos de suas particularidades, restam apenas "a mesma qualidade, a de serem trabalho humano" (Marx, 1980, p. 52). Portanto, despido de suas particularidades naturais, sobra apenas sua particularidade social, trabalho abstrato. Esse é um processo de abstração que põe, no nível do pensamento, para fins exclusivamente analíticos, a separação entre trabalho útil e abstrato, permitindo, assim, desvelar o valor das mercadorias e igualar trabalhos

diferentes. Na sociedade baseada na produção de mercadorias, o trabalho geral se impõe ao trabalho enquanto tal, requerendo o domínio da generalidade sobre a particularidade dos trabalhos.

Da mesma forma que as mercadorias são unidade entre valor de uso e valor de troca, sem um não pode existir o outro, o trabalho é unidade entre trabalho concreto e abstrato. Essas duas dimensões do trabalho são parte do mesmo processo, se analisadas de forma separada, reproduzem a antidialética do trabalho na sociedade capitalista. Nesta direção, queremos pontuar que o trabalho útil, ontológico, não pode ser analisado separadamente de sua forma histórica que assume na produção de mercadorias, trabalho abstrato. Portanto, de acordo com Marx:

> Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho humano igual ou abstrato cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob a forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valor de uso. (Marx, 1980, p. 54).

Os salários são determinados pelos meios de subsistência dos trabalhadores, contudo, eles não são estáticos e o capital se lança sempre que possível a diminuir o tempo socialmente necessário e ampliar o tempo de trabalho excedente, ou seja, busca sempre rebaixar os salários dos trabalhadores. Esse movimento, como assinalado por Marx, tem profunda relação com as frações do exército ativo e de reserva, com a superpopulação que é absorvida e com a sobrante.

No âmbito do assalariamento podemos demarcar dois grupos: os produtivos e improdutivos. O trabalhador produtivo na órbita do capital é assalariado, ou seja, troca por salário sua capacidade de transformar as matérias-primas e criar valor. Sua fonte de pagamento é oriunda de parcela da mais-valia que será realizada na esfera da circulação. Portanto, é um trabalhador cuja remuneração é feita com capital. Assim, para Marx, o trabalho produtivo tem relação direta com a relação ocupada pelo trabalhador no processo de produção capitalista. Por outro lado, há os trabalhadores improdutivos:

> Quando se compra trabalho para o consumir como valor de uso, como serviço, não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar ao processo capitalista de produção, o trabalhador não é produtivo e o trabalhador assalariado não é produtivo. (Marx, 1985, p. 112).

Sobre o assalariamento no trabalho improdutivo, Marx vai tratar dos seguintes eixos: os trocados por renda e os trocados por capital. Esses trabalhadores participam de forma diferenciada do processo de acumulação do capital, estão envolvidos tanto da es-

fera da produção, em sentido estrito, como da circulação e da reprodução[1]. No âmbito do trabalho trocado por renda temos também os trabalhadores que estão na órbita do Estado. O assalariamento desses trabalhadores é originado de parte do trabalho excedente e do trabalho necessário canalizada na forma do fundo público, por meio de impostos e tributos pagos por capitalistas e trabalhadores, portanto não são remunerados com os rendimentos do capital operacionalizados no ciclo de valorização. Neste sentido, os trabalhadores na órbita do Estado não participam diretamente do processo de valorização do capital e, também, não produzem nenhum valor novo. São, desta maneira, improdutivos, visto que participam do circuito do valor a partir de sua distribuição pelo Estado a partir do fundo público e não da valorização do capital na esfera produtiva.

Supervisão técnica e Serviço Social

Etimologicamente, supervisão significa uma "visão sobre". Para Prates e Lewgoy (2009), expressa um neologismo formado pelo prefixo "super" e pela palavra visão, assim, "o termo sugere a ideia de uma visão superior, inspeção, ou seja, a presença de um controle" (Prates; Lewgoy, 2009, p. 170). A supervisão surgiu com o desenvolvimento da industrialização, onde buscou-se otimizar a produção de modo a ampliar a exploração dos trabalhadores (Lima, 2001). É também no período do fordismo e da implementação da gerência científica que essas práticas foram exacerbadas do ponto de vista do controle do trabalho. Essa compreensão estará presente ao longo da absorção da supervisão na esfera das políticas públicas, repercutindo diretamente no Serviço Social.

A supervisão esteve presente no Serviço Social desde os anos 1930, ligada à orientação técnica das obras sociais desenvolvidas pelas entidades filantrópicas, incidindo sobre o controle e fiscalização das mesmas (Guerra; Braga, 2009). Os subsídios teóricos importados do Serviço Social norte-americano sinalizam uma compreensão hierárquica, em que o/a supervisor/a tem "uma supervalorização de sua atuação, por ser aquele que vai transmitir 'o cabedal de conhecimento'" (Carvalho, 1984, p. 16).

Assim, o/a supervisor/a aparecia como o possuidor de conhecimento, com a função de treinar aqueles que possuíam menos conhecimento; também deveria fornecer "uma ajuda real ao supervisionado tanto profissionalmente quanto pessoalmente" (Tuerlinck, 1963 *apud* Carvalho, 1984, p. 10). A supervisão aparece, portanto, como um espaço que deve incidir na personalidade do/a assistente social para aprofundar a neutralidade em seu cotidiano. É atravessada por perspectivas terapêuticas associadas a dimensões interpessoais.

1 Nos limites desse artigo, nossa análise se restringe aos trabalhadores improdutivos, vinculados à reprodução e remunerados com renda.

A dinamização da economia brasileira a partir do processo de monopolização do capital, nos anos de 1960, trouxe à tona a ampliação da questão social, a complexificação das relações entre as classes no Brasil e a reestruturação do Estado, ampliando as políticas públicas e instituições sociais. Nesse processo, foi instaurada a prática de supervisão técnica em Serviço Social, desenvolvida em conjunto com a tríade: assessoria, consultoria e supervisão (Guerra; Braga, 2009).

Sob a influência da perspectiva modernizadora (Netto, 20l5), o Serviço Social supervaloriza a dimensão técnico-operativa do trabalho, consolidada de modo funcional ao projeto desenvolvimentista hegemônico. A supervisão, nesse processo, será orientada por uma racionalidade técnica ancorada no estrutural-funcionalismo, vinculada à área da administração e planejamento (Guerra; Braga, 2009). Nesse sentido, buscou-se atribuir cientificidade por meio do tecnicismo, esvaziando o debate político-ideológico dos instrumentais utilizados e supervalorizando os padrões de eficiência e eficácia.

> A supervisão é uma relação entre o supervisor e os assistentes sociais, através da qual o primeiro, graças ao seu conhecimento e compreensão de si mesmo, dos outros seres humanos, da vida grupal e da função das assistentes sociais, realiza sua tarefa de cooperar na consecução dos fins institucionais. (Wilson; Ryland, 1957 *apud* Carvalho, 1984, p. 13).

A prática de supervisão foi direcionada para o controle do trabalho de modo a adequá-lo ao funcionamento aprimorado da instituição. A partir da análise de supervisão técnica em Serviço Social em uma instituição pública, Carvalho (1984) aponta que sua função era dupla: manter a unidade de orientação nos padrões de serviços e assegurar um determinado padrão de trabalho. Nesse contexto, a literatura sinaliza que essa ação no Serviço Social esteve voltada ao controle na esfera de programas e projetos, de modo a alcançar metas e otimizar recursos. Essa prática é, portanto, permeada pelas experiências da gestão científica que influenciam a profissão na perspectiva de orientar seu trabalho para o alcance dos fins. O assistente social supervisor tinha um papel hierárquico e de vigilância sobre os profissionais.

Se, por um lado, o tema da supervisão não foi suficientemente desenvolvido a partir dos princípios construídos no âmbito do PEP, por outro, houve um processo de esvaziamento dessas ações nas políticas públicas.

Com base no levantamento da produção profissional nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), foi possível identificar uma redução do debate sobre a supervisão ao estágio e uma ausência da temática da supervisão técnica aos profissionais. No CBAS 2016, foram localizados cinco trabalhos debatendo a supervisão, sendo quatro relativos à supervisão de estágio e um relativo à supervisão técnica para trabalhadores da assistência

social, portanto, não houve nenhum trabalho sobre supervisão técnica voltada para assistentes sociais. No CBAS 2002, foram levantados nove trabalhos sobre supervisão, todos voltados para o debate do estágio supervisionado.

Quanto ao Enpess, no ano de 2018, houve um total de três publicações sobre supervisão, todas voltadas para o estágio. Em 2022, foram identificados onze trabalhos sobre supervisão, oito deles sobre estágio, um sobre a supervisão técnica para trabalhadores da assistência social e, pela primeira vez, dois trabalhos sobre supervisão técnica para equipes e profissionais de Serviço Social, ambos frutos da sistematização de experiências junto a equipes de assistentes sociais[2].

No literatura acadêmico-científica, há pouca produção teórica sobre o tema, geralmente acompanhada da tríade: assessoria, consultoria e supervisão. Nesse campo, é possível constatar que a supervisão é a dimensão menos trabalhada e, por vezes, tratada como sinônimo de assessoria (Mattos, 2006). Consideramos a assessoria como uma atividade pontual, voltada para questões específicas, enquanto a supervisão é uma atividade programada e contínua. A baixa ou quase inexistente produção sobre supervisão não é apenas um problema teórico: essas lacunas são fruto de uma atividade pouco desenvolvida na contemporaneidade. Como é possível debater algo que não é realizado? Como problematizar uma ação que não é desenvolvida? A ausência de ações de supervisão para o trabalho dos/as assistentes sociais é refletida na baixa produção sobre o tema, enquanto há uma maior produção sobre a supervisão de estágio.

O esvaziamento dessas ações no interior da profissão não pode ser dissociado do processo de reestruturação produtiva que irá alterar profundamente a gestão do trabalho e promover um declínio desse modelo de supervisão. A nova morfologia do trabalho vem ampliando o controle sobre o processo de trabalho e a supervisão, sob a perspectiva de controle, passa a ser realizada pelos próprios trabalhadores que, através da inserção dos algoritmos e da digitalização, produzem informações sobre seu trabalho dispensando a figura do/a supervisor/a. Essa tendência é incrementada pelo desemprego estrutural e ampliação do exército de reserva, provocando sérias perdas para a classe trabalhadora.

Observa-se um declínio das ações de supervisão técnica em programas, projetos e políticas públicas, pois essas ações não aparecem mais como uma requisição institucional. Os espaços sócio-ocupacionais vem passando por intensos processos de digitalização e reestruturação da gestão da força de trabalho numa lógica gerencial. Os padrões de eficácia e eficiência, controle e vigilância do trabalho têm sido assegurados por meios digitais

2 As duas produções abordavam as ações desenvolvidas pelos projetos de extensão coordenados pelos professores Gênesis de Oliveira e Ney Luiz Almeida, sendo eles respectivamente: "Assessoria, consultoria e supervisão para a sistematização da experiência profissional de assistentes sociais Inseridos no INSS" (ESS/UFRJ) e "Núcleo de Sistematização da Experiência Profissional em Políticas Públicas" (FSS/Uerj).

de aferição de produtividade que vêm, por sua vez, intensificando o trabalho sem a necessidade de um supervisor/a. Trata-se de uma supervisão algorítmica do trabalho.

Com base na sistematização da experiência de supervisão técnica numa determinada instituição, Carvalho (1984) situa o início do processo de declínio desta atividade, ao afirmar que "mesmo a supervisão, que, anteriormente era aceita e valorizada na instituição, passou a ser, com tudo mais, um mero aspecto do trabalho do Serviço Social, ou seja, sem aval e sem prestígio da instituição" (Carvalho, 1984, p. 46).

Contudo, se essas práticas estão desvalorizadas ou suplantadas em diversas instituições, isso não significa que elas perderam o sentido para a categoria profissional. No contexto de acirramento das políticas ultraneoliberais, observamos que a intensificação do trabalho avança sobre os momentos de reflexão e a ausência de supervisão contribui para a reiteração do trabalho acrítico, mecanicista e rotineiro.

A supervisão, a partir do acúmulo teórico-crítico construído no processo de renovação do Serviço Social numa perspectiva crítico-dialética, não se confunde com o aprimoramento tecnicista do trabalho. Ao contrário,

> ela detém a capacidade de garantir a continuidade das diretrizes do programa, o alcance dos objetivos; de avaliar e qualificar o padrão de prestação dos serviços; de contribuir com os profissionais para que direcionem seus esforços na apreensão crítica da realidade e realização de pesquisas, favorecendo a compreensão da particularidade das expressões da questão social com as quais trabalham, numa perspectiva de totalidade; de orientar profissionais na formulação, implementação e avaliação das políticas sociais e da participação de usuários neste processo. (Guerra; Braga, 2009, p. 11-12).

Nessa direção, a supervisão profissional para assistentes sociais é uma atribuição privativa e faz parte da capacitação continuada que, ao aprimorar o trabalho profissional, incide, consequentemente, na melhoria dos serviços prestados à população (Guerra; Braga, 2009). A supervisão precisa ser orientada pela "perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e nos princípios ético-políticos de um humanismo radicalmente histórico, norteador do projeto de profissão que defendemos" (Iamamoto, 2006, p. 7). Contudo, essa perspectiva de supervisão não é hegemônica nos espaços sócio-ocupacionais e ainda tende a vigorar a noção de supervisão como controle do trabalho.

Além disso, na atividade de supervisão é preciso construir uma postura profissional contrária à psicologização, isto é, a supervisão não é, e não pode ser, um espaço de "tratamento" dos agentes profissionais que passam por sofrimentos e adoecimentos nas instituições. A supervisão não pode ser confundida com uma "sessão de terapia", pois é uma atribuição privativa do/a assistente social, que deve estar direcionada para o objeto de intervenção e para os fundamentos do trabalho profissional.

Supervisão de assistentes sociais do INSS: ampliando a compreensão sobre o trabalho profissional

Ao longo dos quase dois anos de supervisão consolidamos um núcleo de dezenove assistentes sociais, vinculados a diversas agências de previdência social de todo o Brasil, que comparecem assiduamente aos encontros. Identificamos, no processo de supervisão, que o principal eixo transversal nas falas dos profissionais refere-se aos impactos ocorridos no âmbito do trabalho concreto ainda que relacionadas às determinações decorrentes das mudanças no mundo do trabalho.

O trabalho do/a assistente social possui um valor de uso que se realiza como atividade no âmbito da prestação de serviços sociais vinculados a reprodução da força de trabalho. Por não possuir os meios para realização de seu trabalho, ele/a precisa vender sua força de trabalho no mercado em troca de um salário. Trata-se de um/a trabalhador/a inserido na divisão social e técnica do trabalho, subsumido aos constrangimentos do trabalho assalariado e detentor de uma autonomia relativa.

No âmbito da previdência, o assistente social se insere num processo de trabalho coletivo de natureza improdutiva, remunerado com renda, vinculado ao processo de redistribuição da mais-valia, o que não significa, de maneira nenhuma, que seu trabalho esteja isento dos renovados processos de precarização. De acordo com Druck:

> o conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho [...] O trabalho precário em suas diversas dimensões (*nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos*) é um processo que dá unidade à classe que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. (Druck, 2007 *apud* Druck, 2011, p. 41 – grifos nossos).

Para os trabalhadores remunerados com renda, a precarização está desvinculada do processo de produção da mais-valia e, portanto, está diretamente ligada a punção do fundo público, da parcela orçamentária destinada ao pagamento dos servidores públicos, operacionalizada através de sucessivas contrarreformas administrativas no contexto de aprofundamento da crise capitalista (Pereira, 2022).

Esse processo opera profunda transformações no trabalho concreto no âmbito da previdência e, ao mesmo tempo, os agentes profissionais tendem a refletir sobre essa dimensão dissociada da condição das relações de troca e assalariamento nas quais esse trabalho está submetido. Isto é, os/as assistentes sociais tendem a refletir sobre o conteúdo de seu trabalho dissociado dos constrangimentos do assalariamento. Esse processo gera uma

insatisfação coletiva que está relacionada, em grande medida, com a impossibilidade de os profissionais possuírem uma autonomia irrestrita no contexto institucional.

O aprofundamento da precarização faz com que a reflexão profissional seja tomada pelo debate sobre as condições de trabalho. Supervisionar, nesses momentos, é retomar a importância do trabalho concreto para além da asfixia paralisante oriunda do acirramento da precarização; é estimular a reflexão sobre a orientação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na perspectiva de apreender as transformações societárias em curso. Ou seja, é preciso recuperar os fundamentos da profissão para pensar a realidade e construir estratégias profissionais potencialmente capazes de romper com a inércia fatalista.

Num contexto de regressão de direitos, de ausência de benefícios e aprofundamento das expressões da questão social, os profissionais tendem a achar que não há o que fazer. Essa realidade não é apenas da política previdenciária, ela está presente nas subjetividades e nas experiências profissionais.

A supervisão é um elo fundamental para construir outra compreensão sobre o trabalho profissional, fomentando reflexões e estratégias que levem em consideração as limitações postas no contexto social em que se realiza a condição de assalariamento. Um dos frutíferos caminhos encontrados está situado na dimensão socioeducativa do trabalho profissional, isto é, os/as assistentes sociais precisam intervir sobre as desproteções sociais sem esquecer que elas produzem outras desproteções nos territórios e forjam as vivências dos/as usuários/as. Essa dimensão precisa ser reconhecida como relevante, tal como a obtenção dos benefícios sociais. Nessa direção, é preciso construir

> [...] novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais, tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas, na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica. (Cardoso; Maciel, 2000, p. 144).

Quando desvinculam o trabalho profissional da lógica da obtenção dos benefícios sociais, os/as profissionais têm muitas coisas para falar sobre outras dimensões do trabalho, contudo, eles/as precisam de ajuda técnica para elaborar essas questões. Assim, através da supervisão, é possível debater temas relevantes que se vinculam ao conteúdo do trabalho que, mesmo num contexto de aprofundamento de precarização, continuam se reproduzindo e exigindo respostas das/os assistentes sociais em consonância com o PEP.

Nas discussões fomentadas pela supervisão, foi possível identificar, por exemplo, que as relações étnico-raciais ainda se configuram como um tema com muitas lacunas na profissão. A partir da supervisão, o quesito cor e raça foi inserido no instrumental profissional. Do mesmo modo, foi identificada lacuna na compreensão sobre a identidade de gênero que, por vezes, é confundida com orientação sexual e/ou reduzida ao binarismo.

Quanto às relações étnico-raciais, as/os assistentes sociais se sentiam constrangidas em perguntar a cor e a raça dos/as usuários/as. Entretanto, durante a avaliação social, que consiste em uma das etapas para o acesso ao BPC de pessoas com deficiência, é comum os/as profissionais formularem questões que invadem a privacidade dos sujeitos, mediante o uso de um instrumental unificado, extenso e rico em informações. Na verdade, as/os assistentes sociais demonstraram que não dominavam o debate sobre as relações étnico-raciais e, deste modo, realizavam o seu trabalho com base numa visão genérica, incapaz de compreender as interseccionalidades no interior da classe trabalhadora e sem considerar as desigualdades raciais (Collins; Bilge, 2021).

Quanto às relações de gênero, foi possível identificar a falta de domínio do debate sobre identidade de gênero, que produz um trabalho incapaz de reconhecer as diversas corporalidades que buscam o atendimento na política previdenciária. Os assistentes sociais não sabem como lidar com corporalidades que não se encaixam na dinâmica da cisheteronormatividade. O resultado disso é uma intervenção profissional débil em abarcar as demandas desse segmento e que pouco contribui para o respeito à diversidade.

Na experiência de supervisão, é possível perceber que os espaços de formação/qualificação promovidos pelas instituições têm dado maior ênfase às mudanças de sistemas, alterações nas leis e questões ligadas às novas requisições institucionais. No entanto, é necessário ultrapassar esse tipo de qualificação e investir num processo de capacitação continuada para pensar os fundamentos do trabalho como uma mediação para enfrentar a atual conjuntura, colocando o exercício profissional no INSS e as políticas públicas como objeto de reflexão. Assim, a supervisão técnica não pode estar voltada exclusivamente à dimensão técnico-operativa do trabalho, pois é fundamental que ela retome "os fundamentos teórico-metodológicos, a eleição de uma perspectiva ética, a formação de habilidades, densas de política" (Iamamoto, 2006, p. 9).

Nesta direção, busca-se romper com o velho dilema de correlacionar teoria e prática sinalizado por Santos:

> Os profissionais da intervenção, muitas vezes, não conseguem se apropriar dessa relação. Para eles, há uma grande lacuna entre o que aprendem na universidade e a realidade de seus espaços sócio-ocupacionais. Frequentemente queixam-se das dificuldades que sentem no momento de materializar em ações os conteúdos obtidos na academia. Mostram grande preocupação com os 'procedimentos corretos' de aplicação do instrumental técnico-operativo, que não consideram explicitado o suficiente. Isso não significa que desejem

> 'modelos' mas que não conseguem apreender em sua formação acadêmica as relações que a teoria pode estabelecer com os momentos singulares da intervenção. (Santos, 2002, p. 9).

Supervisionar exige competência teórico-metodológica para superar a aparência e alcançar a essência das questões levantadas pelos profissionais. Requer competência técnico-operativa para pensar caminhos e estratégias para o trabalho profissional e requisita coerência ético-política acerca dos valores e princípios defendidos pela categoria. Deste modo, a reflexão ética se coloca "como componente essencial, conduzindo o fazer intencionalmente parametrado pelo projeto profissional coletivamente construído pela categoria" (Guerra; Braga, 2009, p. 13).

O/a supervisor/a não intervém nem executa, mas propõe ações e estratégias, mediante a avaliação das experiências e questões apresentadas pelas equipes. Contribui para o processo de construção de respostas de "caráter ético-político e técnico-operativo – apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – dos agentes profissionais ao contexto em que se desenvolve o trabalho" (Iamamoto, 2006, p. 12). Ele deve buscar romper com a noção hierárquica de detentor do saber, pois é perceptível que as/os profissionais ainda reproduzem essa ideia e a principal forma de desconstruí-la é valorizando a interlocução entre os saberes oriundos do trabalho nas políticas públicas.

Considerações finais

A supervisão técnica deve estar voltada para o trabalho, não sob a perspectiva de seu controle, mas como espaço de reflexão orientado pelos fundamentos críticos. Num cenário adverso de aviltamento da relativa autonomia dos profissionais, a supervisão deve propiciar uma reflexão potencialmente capaz de produzir estratégias e intervenções que fortaleçam a dimensão concreta do trabalho a partir da direção estratégica do PEP.

A supervisão técnica é um tema e uma prática pouco desenvolvida pelos/as assistentes sociais e se tornou uma atividade pouco valorizada nas instituições, deixando de ser uma requisição dos empregadores. Para a retomada dessa prática é fundamental construir estratégias como a criação de projetos de extensão no âmbito das universidades que ofereçam supervisão técnica periódica para os supervisores de campo de estágio. Isto porque há demandas de maior articulação entre universidades e campos de estágios e a retomada da supervisão técnica é uma das formas de estabelecer uma maior aproximação com os/as supervisores/as de campo.

Dinamizar as comissões temáticas dos conselhos regionais, oferecendo cursos de formação continuada para assistentes sociais, também é uma estratégia para irradiar o processo de supervisão, que é construído a partir das demandas profissionais em determinados espaços sócio-ocupacionais e baseia-se na relação horizontal entre supervisor/a e supervisionados/as.

Certamente não há uma fórmula, um modelo ou padrão de supervisão. O espaço de supervisão é fluído e construído coletivamente a partir das demandas colocadas no cotidiano de trabalho, onde temas e questionamentos são levantados e debatidos. Na experiência de supervisão, é possível perceber que os/as assistentes sociais têm muito a falar sobre seu trabalho e a ausência de supervisão tem feito com que os/as profissionais trilhem um caminho solitário nas políticas públicas, sem que haja tempo para a reflexão e o compartilhamento de questões altamente complexas.

Há uma tendência de transformar a supervisão num espaço para lamentações, empobrecendo as potencialidades de construção de estratégias profissionais e de novas respostas profissionais. Neste caso, a supervisão é um espaço em que o fatalismo pode ser revertido, fomentando o debate sobre o trabalho, recuperando sua dimensão socioeducativa e fortalecendo a sua articulação teórico-prática.

Com base nesses apontamentos, as reflexões expostas buscaram adensar o debate sobre uma atividade pouco realizada e problematizada pela categoria profissional: a supervisão. Expressa, portanto, uma contribuição e uma provocação aos assistentes sociais, às universidades e às entidades representativas da categoria: é necessário apreender as transformações contemporâneas que incidem sobre o trabalho concreto e abstrato e construir processos de supervisão técnica em Serviço Social na perspectiva de fortalecer a direção ético-política da profissão.

Contribuições dos/as autores/as: o autor participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: À Pró-reitoria de extensão da UFRJ (PR-4) pelo apoio recebido através do edital nº 910/2022 e à Pró-reitoria de Pós-graduação e pesquisa da UFRJ (PR-2) pelo apoio recebido através do edital PIBIC 521/2022.

Agência financiadora: PR-4/PR2-PIBIC.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da "sistematização da prática" em Serviço Social. *In:* MOTA, A. E. *et al.* (Org.). *Serviço social e saúde:* formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. *In: Capacitação em Serviço Social e política social:* o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Ed. UnB, 2000.

CARVALHO, M. C. P. B. R. *A supervisão em uma instituição pública:* critica à visão mecanicista. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ, 1984.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade.* Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 1, 2011.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In:* MOTA, A. E. *et al. Serviço Social e saúde:* formação e trabalho profissional. São Paulo: Ministério da Saúde, 2006.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. *In:* CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.poteresocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/. Acesso em: 1 jun. 2024.

LIMA, E. C. Um olhar histórico sobre a supervisão. *In:* RANGEL, M. *Supervisão pedagógica:* princípios e práticas. Campinas: Papirus, 2001.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATOS, M. C. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. *In:* MOTA, A. E. *et al.* (Org.). *Serviço Social e saúde:* formação e trabalho profissional. São Paulo: Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social:* uma análise do Brasil no pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, G. O. Fundo público e precarização do trabalho: as disputas em torno do orçamento bruto de pessoal. *In:* MAURIEL, A. P. O. E *et al. Crise, ultraneoliberalismo e destruição de direitos.* Uberlândia: Navegando, 2020.

PEREIRA, G. Contrarreforma administrativa, gerencialismo e Serviço Social: as alterações no processo de trabalho coletivo na Previdência Social. *In:* BARBOSA, R.N.C.; ALMEIDA, N.L.T. (Org.). *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida.* 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2023. p. 91-412

PRATES, J. C.; LEWGOY, B. M. A. Os processos de supervisão e assessoria à rede socioassistencial. *In:* MENDES, R. M. *et al. O Sistema Único de Assistência Social:* as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SANTOS, C. M. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. *Revista Libertas*, v. 2 n. 2, 2002.

em pauta

As particularidades da visita domiciliar no exercício profissional de assistentes sociais

The particularities of home visits in the professional practice of social workers

Francine Helfreich*
Thayana Vianna Melo**

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86955

RESUMO

O presente artigo aborda a visita domiciliar como parte do instrumental técnico-operativo utilizado na atuação de assistentes sociais, propondo uma reflexão crítica sobre este instrumento e ressaltando sua historicidade, finalidade e consonância com as diretrizes do projeto ético-político da profissão. Em termos metodológicos, o artigo se baseia na análise sistemática da literatura e da legislação da profissão, assim como na revisão bibliográfica. O texto sugere a articulação com a categoria teórica "território" e reafirma a necessidade de que o uso das visitas domiciliares no trabalho profissional esteja pautado nos referencias teóricos da profissão e direcionado para a garantia de direitos.

Palavras-chave: visita domiciliar; Serviço Social; direitos sociais, território.

ABSTRACT

This article addresses the home visit as part of the technical-operative instrument used in the work of social workers, proposing a critical reflection on this instrument, highlighting its historicity, purpose, and consonance with the guidelines of the profession's ethical-political project. In methodological terms, the article is based on a systematic analysis of the profession's literature and legislation, as well as a bibliographical review. The text suggests articulation with the theoretical category of "territory" and reaffirms the need for the use of home visits in professional work to be based on the theoretical references of the profession and aimed at guaranteeing rights..

Keywords: home visit; social work; social rights; territory.

*Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: francinesantos@yahoo.com.br.

**Prefeitura de Sorocaba, CRAS Ana Paula Eleutério, Sorocaba, São Paulo, Brasil. E-mail: thayana.vmelo@gmail.com

Como citar: HELFREICH, F.; MELO, T. V. As particularidades da visita domiciliar no exercício profissional de assistentes sociais. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 135-148, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86955.

Recebido em 16 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 08 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a visita domiciliar e sua utilização pela profissão, considerando seu processo histórico. Demarca o percurso da utilização da visita domiciliar como um dos mecanismos historicamente utilizados por assistentes sociais, observando as bases teóricas e ideológicas que circunscrevem cada período, a sua apreensão nos distintos espaços sócio-ocupacionais e as questões que circunscrevem a sua utilização.

O presente estudo foi motivado pela experiência como assistente social e docente das disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio e Oficina Teórico-Prática, mediante os reclames oriundos de estudantes e assistentes sociais acerca da pequena produção teórica sobre esta temática. A partir da necessidade de reflexão a respeito desse instrumento técnico-operativo, foi elaborada uma produção textual, a fim de que esse conjunto de ideias – ainda embrionárias – possa subsidiar os debates sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, já que, não raro, assistentes sociais constantemente reivindicam produções que aprofundem o debate sobre essa temática.

Para a abordagem do tema, partiremos de dois pressupostos. O primeiro se refere à Lei Federal nº 8.662/93, que regulamentou a profissão de assistente social, e cujas competências e atribuições privativas estão definidas nos seus artigos 4º e 5º (Brasil, 1993a). Nesta lei, a visita domiciliar não é uma atribuição e/ou competência, mas um instrumento do qual o profissional pode dispor no exercício do seu trabalho. Em segundo lugar, parte-se da compreensão de que a visita domiciliar, assim como outros instrumentos técnico-operativos, está presente no cotidiano de assistentes sociais desde a gênese da profissão. Contudo, isso significa uma mera continuidade do uso desse instrumento no trabalho profissional. Para Trindade (2001), o uso dos procedimentos e do instrumental técnico-operativo acompanha as alterações históricas da base sócio-organizacional do Serviço Social e está marcado por tratamentos diferenciados conferidos por projetos que delineiam a trajetória histórica e política da profissão.

Neste sentido, o debate é provocado pelas seguintes questões: em que medida a visita domiciliar é problematizada como um instrumento técnico-operativo importante para a profissão? Qual a sua finalidade? Qual o seu sentido para o trabalho profissional pautado nas diretrizes do projeto ético-político? Tais questionamentos serão problematizados ao longo desse texto, mas não sem dificuldades, pois na literatura profissional existe pouca discussão sobre os instrumentos de trabalho, isto é, da dimensão técnico-operativa da profissão, enquanto há uma produção mais intensa sobre a sua dimensão teórico-metodológica.

Talvez isso ocorra porque a categoria tenha investido com maior ênfase nos estudos sobre os fundamentos teóricos, na tentativa de estabelecer a crítica e romper com suas raízes conservadoras. Este esforço, inclusive, garantiu que, hoje, o Serviço Social tenha

uma vasta produção teórica e seja reconhecido como uma área de conhecimento. De todo modo, a produção do Serviço Social sobre a utilização dos instrumentos ao longo da trajetória da profissão no Brasil precisa avançar.

Em termos metodológicos, o artigo se baseia na análise da legislação da profissão, assim como na revisão bibliográfica. Para tanto, foi utilizada uma abordagem exploratória, em que nas obras selecionadas foram identificadas e analisadas aquelas que trouxeram de forma mais explícita os elementos relevantes para este estudo. A análise dos textos se fez à luz da perspectiva crítico-dialética, dialogando com o acúmulo da categoria profissional a respeito das problematizações mais amplas sobre os instrumentos técnico-operativos.

A exposição do conteúdo do artigo foi dividida em dois itens. O primeiro aborda o uso da visita domiciliar na trajetória histórica do Serviço Social, destacando o redirecionamento da profissão, a partir dos anos 1980, que redimensionou a compressão sobre os seus determinantes e processos, com base na ruptura com o conservadorismo. O segundo enfatiza a visita domiciliar a partir da construção do projeto ético-político da profissão e da ampliação do debate sobre os instrumentos de trabalho, através da discussão da instrumentalidade do Serviço Social. Por fim, reitera-se a importância da visita domiciliar, mediante a articulação da dimensão técnico-operativa com as dimensões teórico-metodológica e ético-política do exercício profissional.

O percurso histórico do uso da visita domiciliar por assistentes sociais

A reflexão acerca das visitas domiciliares nos debates da profissão requer, inicialmente, considerar que o uso deste instrumento não é de exclusividade do assistente social. Conforme salienta Lima (2012, p. 2), "o que é exclusivo do Serviço Social é o referencial teórico crítico que permita uma análise da totalidade em consonância com a dimensão ético-política da profissão". A sua finalidade permanece presente no trabalho não apenas de assistentes sociais, mas também nos campos da antropologia, habitação, urbanismo, educação, psicologia e, principalmente, das profissões que atuam na saúde pública. Afinal, conforme as reflexões de Bisneto (1993), muitos dos recursos usados por assistentes sociais são oriundos de outras áreas do conhecimento.

Em se tratando do Serviço Social, a visita domiciliar atualmente é compreendida como um dos instrumentos da intervenção profissional, ora por solicitação institucional ou de órgãos judiciais, ora por decisão do próprio profissional. Trata-se de uma ação que, mediante a intencionalidade, é realizada em domicílio, a fim de melhor compreender as condições de vida dos usuários dos serviços, suas relações sociais, familiares, comunitárias, o território em que habita e, com isso, qualificar a intervenção sobre a realidade.

Trindade (2001) afirma que é possível perceber o instrumental técnico-operativo como parte constitutiva da intervenção profissional e não como um simples arranjo de instrumentos e técnicas padronizadas e estanques, sem que se considerem os distintos momentos históricos da profissão, as alterações nos espaços sócio-ocupacionais e a multiplicidade de projetos profissionais presentes na sociedade.

Na trajetória da profissão, observa-se a constante ressignificação da utilização dos instrumentos no trabalho e o seu uso em diferentes áreas de atuação. Houve alterações na forma como a categoria construiu estratégias de ação para responder às requisições feitas à profissão. No decurso do tempo, estas alterações ocorreram sob a influência da doutrina social da Igreja, das correntes norte-americanas funcionalistas, da fenomenologia e da teoria social crítica, de modo que foram atribuídos sentidos distintos à visita domiciliar, a depender do período histórico e da perspectiva teórica predominante em cada momento.

Na gênese da profissão, na década de 1930, a visita domiciliar era utilizada com o intuito de verificar e comprovar fatos relatados pelos "clientes" atendidos. Com cunho moralizador e coercitivo, o direcionamento era pautado em valores morais repletos de preconceitos, que expressavam um arranjo teórico doutrinário que exercia forte influência no Serviço Social brasileiro num contexto em que o Estado buscava minimizar as contradições entre as classes. Quando a ação filantrópica passou a não atender mais às demandas sociais, a dimensão interventiva da profissão começou a ser pensada a partir da "incorporação de instrumentos próprios às tradicionais formas de assistência, aliados às orientações técnicas e doutrinárias próprias da ação social católica" (Trindade, 2001, p. 8).

Nas análises de Ramos (2013, p.74) "a população atendida era percebida como subalterna e as Campanhas Fiscalizadoras eram realizadas a fim de disseminar os ideais de classe dominante em busca de uma padronização comportamental". Já em meados de 1940, o Serviço Social, ainda sob a influência do conservadorismo, se apropria de vertentes teóricas norte-americanas, caracterizadas por uma abordagem psicologizante. Trindade (2001) ressalta a tendência de minimização das expressões da questão social, entendendo-as como um problema do indivíduo.

Nesse momento, conforme as diretrizes curriculares da época, o Serviço Social se dividia em três "especialidades": caso, grupo e comunidade. A concepção desta tríade está pautada numa visão fragmentada das diversas manifestações da questão social, que culpabiliza o indivíduo por suas condições de vida, isolando os "casos" atendidos do contexto social e político que produz tais condições. Ao analisar o uso da visita domiciliar na história do Serviço Social brasileiro, em especial, na década de 1930 e início da década de 1940, Ramos (2013, p. 73) afirma:

> As visitas domiciliares foram marcadas nas suas origens por um caráter fiscalizatório e coercitivo, tendo sido permeadas de preconceitos e juízos de valores [...] Nos primórdios da profissão, tais visitas eram realizadas para verificar se

> 'o cliente' ou 'o assistido' estava falando a verdade, se realmente residia num determinado endereço ou se não estava omitindo informações sobre as suas reais condições de vida. Além desse aspecto, as visitas também eram realizadas com o objetivo metodológico de difundir o padrão e o modo de ser instituídos pela sociedade burguesa, a partir da divulgação de seus valores e concepções de mundo.

Nessa época, o trabalho educativo e disciplinador do assistente social na Fundação Leão XIII, por exemplo, avançava no que se referia à intervenção junto aos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, nos espaços populares, nas periferias e nas favelas. Mesmo não ocorrendo na educação formal, o Serviço Social desenvolvia ações "educativas", já que a postura populista do Estado era a de conduzir as políticas públicas numa lógica industrialista e urbanizadora que pressupunha prestar "assistência" aos pobres, para o êxito das suas propostas desenvolvimentistas e para reprimir os focos do comunismo.

No "Regimento Interno dos Parques Proletários", produzido pelo Serviço Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Social, são elencadas ações "educativas" realizadas pelo Serviço Social. O documento retrata como essas ingerências eram direcionadas de forma conservadora para o controle da vida dos moradores de favelas num viés fiscalizador, cristão e nacionalista, como mostra o trecho abaixo.

> 3º. Zelar pela casa, trazendo-a sempre em perfeitas condições de asseio, lavando o soalho pelo menos uma vez por semana.
> 5º. Juntar o lixo em recipiente que colocará nos lixeiros em hora e local certos, bem como despejar os urinóis nas latrinas, transportando-os em caixas apropriadas desde que o façam entre 8h e 19h.
> 8º Não cuspir, nem consentir cuspir no soalho ou nas paredes, mantendo escarradeiras em boas condições, com a areia sempre renovada.
> 12º. Legalizar em tempo que combinar e ajudado pela administração a sua situação conjugal perante as leis do país e religião professa, bem como se ajustar perante as leis militares e trabalhistas.
> 13º. Comparecer e fazer com que os de sua família compareçam quando chamados para as comemorações das datas da pátria, da tradição cristã e para as festas do Parque.
> 17º Não permitir residir na casa em que mora, pessoas estranhas ou de sua família que não estejam recenseadas pelo Serviço do Censo, ao ser entregue à casa. (Silva; Barbosa, 2005, p. 55).

Não obstante, através das visitas, o profissional cumpria o papel designado de vigiar e normatizar a vida privada dos trabalhadores, tendo como parâmetros o modo de viver característico das classes mais abastadas.

As visitas domiciliares também eram realizadas por assistentes sociais que atuavam junto às crianças nas escolas de ensino fundamental. À época, a ação profissional nas escolas ocorria mediante o desenvolvimento de ações voltadas para a redução dos problemas

sociais, compreendidos como desajustes individuais. Tais situações eram objeto de intervenção, a partir da realização de atendimentos individualizados e da atuação através de visitas domiciliares que, no período, eram parte constitutiva do método do "Serviço Social de caso". A intervenção do assistente social pretendia "a promoção da tríade 'ordem, moral e higiene'" (Trindade, 2001, p. 4), reafirmando, assim, a necessidade de disseminação de um ideal burguês, que se desenvolvia de forma acelerada no país, enquanto as condições de vida da maioria da população brasileira declinavam.

De meados dos anos 40 até a entrada dos anos 70 do século XX, Mota (2010) assinala que o investimento acadêmico profissional dos assistentes sociais ocorreu, primeiramente, voltado para a profissionalização das ações assistenciais, mediante o legado da influência da Igreja sobre o Serviço Social. Deste modo, a profissão se apropriou dos fundamentos sobretudo da sociologia e da psicologia, para sustentar os estudos da profissão, em oposição às ações caritativas e filantrópicas marcadas pelo voluntarismo. Segundo a autora, esse movimento ocorreu concomitante com a busca de novos pilares para a legitimação da profissão, na medida "em que a pobreza deixava de ser objeto de atenção exclusiva da Igreja e se deslocava para órbita da ação do estado, via políticas sociais – laicizada a pobreza transformou-se numa problemática social" (Mota, 2010, p. 33).

Contraditoriamente, foi com o Golpe de 1964 e o cerceamento dos direitos políticos e civis no país que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social reverberou no processo de renovação do Serviço Social brasileiro (Netto, 1991), reformulando o projeto profissional em consonância "com as novas requisições postas pelo processo de modernização conservadora do Estado" (Trindade, 2001, p. 14). O período da ditadura empresarial-militar brasileira, configurado como uma autocracia burguesa (Netto, 1991), buscou adequar os padrões de desenvolvimento nacional aos interesses dos grandes monopólios internacionais, num quadro de reordenamento da economia capitalista. Buscou, também, golpear, imobilizar e eliminar as forças de oposição e, assim, consolidar o processo de contrarrevolução preventiva.

Na análise de Netto (1991), considerando as particularidades brasileiras, o desenvolvimento capitalista no país não operou contra o "atraso", mas mediante a sua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados à ordem burguesa, excluindo as massas dos centros de decisão e do direcionamento da vida social. Sua análise mostra que o Estado submeteu a sociedade a uma opressão contínua para ceifar a vontade coletiva e os projetos societários alternativos, embora a movimentação dos trabalhadores no cenário político não colocasse em xeque, imediatamente, a ordem capitalista. No entanto, estavam em curso movimentos contra a exploração capitalista na cidade e no campo, acrescidos das reivindicações de participação cívico-política ampliada, que questionavam o padrão de desenvolvimento econômico e forçavam a democratização da sociedade e do Estado.

O saldo desse período histórico foi uma solução política que a força impôs: a coerção abateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário, inaugurando o que Florestan Fernandes (2020, p. 380) qualificou como "padrão compósito e articulado de dominação burguesa". O que o Golpe de 1964 derrotou foi a possiblidade de reversão do modelo de desenvolvimento capitalista dependente e associado, estabelecido sobre as matrizes da formação social brasileira: o escravismo e o latifúndio.

No esteio da modernização conservadora levada a cabo pela ditadura militar, houve uma considerável expansão da atuação do Serviço Social e o incremento do instrumental técnico. Nesse período, coube ao Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) o protagonismo na construção de espaços de debate profissional nos quais eram tratados aspectos contemporâneos da profissão, mediante a organização de seminários temáticos, como os que ocorreram em Araxá e Teresópolis. Segundo Trindade (2001), a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais esteve relacionada à necessidade de uma atuação condizente com o "domínio da burocracia estatal".

Nesse contexto, a visita domiciliar continuava a ser considerada um instrumento de grande potencial e integrava o processo de pesquisa social e de planejamento de programas sociais, centrando-se na lógica da integração. O desenvolvimento de comunidade apontava para ações de organização dos recursos da comunidade, através do trabalho conjunto das associações de moradores e lideranças comunitárias.

Do ponto de vista dos segmentos da categoria profissional não alinhados à concepção profissional sintonizada com a ditadura militar, esse período se caracterizou pela resistência às forças de repressão e pelo estudo do marxismo. Althusser, Lukács e Gramsci são autores marxistas que predominaram nas leituras desses segmentos profissionais. Além desses, Mao Tsé-Tung e a experiência chinesa também influenciaram determinados grupos.

Nos anos de 1965 a 1975, o Movimento de Reconceituação se consolidou como marco decisivo no desencadeamento do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, estabelecendo uma revisão crítica da profissão. No período em que a profissão vivenciou seu redirecionamento político, teórico e prático, perspectivas distintas foram formuladas e sistematizadas por Netto (1991), tais como: a perspectiva modernizadora, a renovação do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva de intenção de ruptura, ao contrário das outras, possui em seu cerne uma crítica sistemática ao desempenho "tradicional" e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Na primeira metade dos anos 1980, essa perspectiva deu o tom da polêmica no Serviço Social e fixou as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas de maior incidência na categoria profissional.

Nesse período histórico, o Serviço Social amadureceu na definição dos rumos acadêmicos e teóricos. Com a incorporação das categorias marxianas, como totalidade, movimento e contradição, tem-se uma nova compreensão sobre o significado sócio-histórico

da profissão e de seus processos. A partir de então, o Serviço Social adota uma perspectiva crítica e totalizante, passando a encarar a realidade como totalidade historicamente construída e a considerar o processo de produção e reprodução da sociedade como elemento-chave para a compreensão das determinações do Serviço Social.

Visita domiciliar na atualidade: controlar ou favorecer o acesso/manutenção de direitos?

Na década de 1980, houve o amadurecimento do Serviço Social, em especial no que se refere à elaboração teórica, exigindo maior preparo e especialização dos profissionais. Esse processo ocorreu devido a três aspectos: a influência da tradição marxista nas publicações; a interlocução e parceria do Serviço Social com outras áreas do conhecimento; e as mudanças societárias ocorridas no mundo e no Brasil, em virtude da crise capitalista e das decorrentes respostas articuladas na tentativa de sua superação: a reestruturação da produção e a ascendência do neoliberalismo.

Neto (1991) afirma que, no período de lutas pela redemocratização do país, houve um avanço no processo de formação de uma consciência crítica por parte dos profissionais. A repressão posta em prática pelos órgãos de segurança da ditadura militar impediu, durante anos, o avanço de um projeto crítico profissional. Todavia, a transição do regime com a abertura democrática repercutiu no Serviço Social, possibilitando a emergência das bases que fundamentaram a construção de uma perspectiva profissional ancorada na teoria social crítica, com destaque para o marxismo.

Assim sendo, os setores da vanguarda político-profissional do Serviço Social iniciaram a construção do projeto ético-político da profissão numa perspectiva oposta ao tradicionalismo. Construído por uma categoria permeada por disputas ideopolíticas, esse projeto se configurou como um produto sócio-histórico assentado num profundo questionamento das bases conservadoras do Serviço Social. Trata-se de uma perspectiva produzida por segmentos da profissão lastreada pela autoimagem dos trabalhadores da área, que contém um conjunto de saberes e fazeres, comprometidos com a construção de outra ordem societária (Netto, 1991).

O projeto ético-político do Serviço Social condensa uma série de compromissos e posturas profissionais, materializando-se em alguns documentos, como, por exemplo, o Código de Ética profissional do/a Assistente Social de 1993, a lei que regulamenta a profissão, também de 1993, as diretrizes curriculares de 1996 e demais legislações no campo dos direitos sociais que referenciam o trabalho profissional.

Assim, o projeto ético-político delineado imprime um novo direcionamento à profissão, expressando um salto qualitativo evidenciado nos seguintes elementos:

elaboração do novo currículo do Serviço Social; ampliação dos cursos de pós-graduação e de graduação; aumento da produção científica e de bibliografia própria; lançamento de publicações, como a revista *Serviço Social e Sociedade*; aumento do número de profissionais; dinamização do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), e a politização progressiva da vanguarda da categoria.

O referido projeto está pautado na defesa de valores éticos fundamentais, como: liberdade; direitos humanos; cidadania e democracia; equidade e justiça social; eliminação dos preconceitos; garantia do pluralismo; compromisso com o aprimoramento intelectual e competência profissional; construção de uma nova sociedade; articulação com movimentos e categorias que defendem o mesmo propósito ético e político; e articulação com a luta geral dos trabalhadores. A ele agregam-se as posições políticas contra as opressões de gênero, raça e classe e em defesa de um projeto de sociedade anticapitalista.

Com todo esse arcabouço, o debate sobre instrumentos de trabalho começa a reaparecer nas produções da categoria, através da discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, ou seja, a propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos (Guerra, 1990, p. 30). Segundo a autora,

> [...] há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à Instrumentalidade do Serviço Social, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender 'para que' (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível 'mediato' as nossas ações profissionais produzem. (Guerra, 1990, p. 30).

Há, portanto, um avanço lento, porém gradual do debate sobre os instrumentos de trabalho. Esse avanço está relacionado com a compreensão do lugar que a instrumentalidade ocupa na profissão, que, numa perspectiva de totalidade, expressa a "síntese" do trabalho profissional, como nos assevera as recentes reflexões de Guerra (2018).

Assim, a visita domiciliar se constituiu como um instrumento muito utilizado no trabalho profissional de assistentes sociais, principalmente na assistência social, saúde, habilitação e no sociojurídico. Para Souza (2008), ela é compreendida como um instrumento que coloca o assistente social e o usuário diretamente em contato, um diante do outro. Seu principal objetivo é o de "conhecer as condições e modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas 'relações do dia a dia: em seu domicílio'" (Souza, 2008, p. 127).

Assim como nos atendimentos, nas entrevistas e nos grupos é preciso ter clareza quanto à finalidade da visita e planejá-la. Geralmente, uma visita domiciliar ocorre quando se percebe a necessidade de uma melhor compreensão da realidade social das famílias, das

relações estabelecidas, da dinâmica familiar e das condições de vida dos sujeitos, sendo fundamental o conhecimento do território. Segundo Santos (1999, p. 1), o território é o "lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência".

Quando pensamos no conjunto dos distintos territórios – heterogêneos e complexos – nos quais os/as assistentes sociais atuam, encontramos neles – sobretudo nas favelas e periferias – as expressões da questão social que "explicitam os dilemas e contradições da questão urbana (Krenzinger *et al.*, 2020). Nesta perspectiva, a discussão sobre a utilização das visitas domiciliares no trabalho profissional, articulada ao debate da categoria teórica "território", tem grande relevância para o Serviço Social.

Partindo do pressuposto de que a visita é um instrumento técnico-operativo relevante, cabe aos profissionais obterem informações quanto aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, bem como quanto às relações de poder existentes no território em que o trabalho é efetuado. Contudo, a realização ou não da visita deve ser definida pelo profissional, com autonomia técnica e conforme o seu entendimento sobre a pertinência da indicação, considerando os preceitos do projeto profissional. Portanto, fazer ou não a visita é uma opção política, e sua procedência como uma importante dimensão do trabalho profissional está sempre presente no cotidiano, mas nem sempre é visível (Santos, 2012).

Um dos princípios éticos do Serviço Social brasileiro é a "ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras". No entanto, muitas instituições empregadoras demandam as visitas para controlar e fiscalizar a população, no que tange à manutenção ou retirada de determinados benefícios sociais. Por vezes, esse instrumento é muito criticado, por ter uma conotação policialesca, invasiva e controladora, tal como no início do século passado. Mesmo tendo consciência de que as instituições contratantes solicitam ao profissional uma atuação pautada no conservadorismo, cabe à/ao profissional problematizar o que lhe é requisitado e redimensionar a ação, propondo alternativas e criando estratégias capazes de favorecer sua atuação ética e posicionamento crítico[1].

Neste sentido, o artigo 2º do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 afirma que é direito de assistentes sociais o

> livre exercício das atividades inerentes à profissão'; 'ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções'; e 'liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação

1 Para mais informações, ver *Termo de orientação para a realização de visitas domiciliares quando requisitadas a assistentes sociais*. Disponível em: www.cressrj.org.br. Acesso em: 7 jun. 2023.

> de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos'. O que contribui para fundamentar justificativas aos empregadores quanto assistentes sociais requisitados a realizar visitas que não são condizentes com as prerrogativas profissionais. (Brasil, 1993b).

Na pesquisa realizada com 40 assistentes sociais que atuam em escolas públicas no Rio de Janeiro (Santos, 2012), foi possível verificar que, quando inquiridos sobre os instrumentos técnico-operativos, a visita domiciliar apareceu como um dos instrumentos menos utilizados. Entre as explicações apresentadas pelos profissionais para a baixa utilização deste instrumento, foram destacadas as dificuldades de circulação nas favelas, a falta de conhecimento sobre o território e a sensação de perigo reforçada pelos veículos de comunicação, que difundem conteúdos violentos, paralisando os profissionais e inviabilizando suas ações externas.

É certo que a violência urbana é um fenômeno concreto presente no cotidiano das favelas e periferias, sendo essa uma justificativa plausível para a não realização das visitas domiciliares. Mas é inegável também que há na propagação do terror e do medo a intenção de manter o *status quo*. Por meio da disseminação de notícias distorcidas e/ou falsas, que visam atender a interesses políticos e/ou econômicos específicos, a mídia favorece a produção do medo através de um processo ideológico em que uma parte do fenômeno – imediatamente observado e sentido – é tomado como sendo o fenômeno por inteiro (Chauí, 1993).

O medo contribui, então, para inibir a atuação dos profissionais e agravar a distância entre estes e o território, reforçando, assim, as representações da favela como "não cidade", lugar onde o "salve-se quem puder" e onde o "pavor" se fazem presentes. A favela, que antes era lugar comum para os profissionais, hoje é considerada "área de risco". Assim, é perceptível que, por várias questões, as visitas domiciliares vêm sendo evitadas ou executadas somente em situações de extrema necessidade, ou, ainda, por imposição dos empregadores.

É pertinente ressaltar que o uso da visita domiciliar depende do objetivo e da intencionalidade do trabalho. Embora seja um dos instrumentos que possibilitam conhecer a realidade social e as condições de vida dos usuários, é preciso atentar para o seu caráter invasivo, caso ela seja conduzida de forma inapropriada. Isto porque a visita domiciliar pode gerar constrangimento, exposição e mesmo resistência ou recusa para a sua realização, sendo primordial que a visita domiciliar ocorra com o consentimento do usuário, sempre que for exequível. Há, contudo, situações em que a obtenção do consentimento não é possível, como nas notificações de violações de direitos, tais como negligência, maus tratos, cárcere privado, violência contra mulheres, crianças, idosos, dentre outras infrações.

Nesse sentido, vale sublinhar que a realização das visitas só tem coerência se ela contribuir para a ampliação do acesso às políticas públicas, e não ser tomada como um instrumento de coerção, fiscalização, assujeitamento e subordinação ao ordenamento vigente. Inclusive, um dos deveres do assistente social, definido no artigo 3º do Código de Ética Profissional, é "abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes" (Brasil, 1993b).

Para além dessas reflexões, como alerta Souza (2008), é fundamental que o profissional tenha competência teórica para identificar, por exemplo, que a situação de moradia não está descolada das condições de vida dos moradores de uma localidade, que, por sua vez, estão apartadas do contexto social e histórico. A potencialidade da visita não se configura apenas quando estamos no ambiente domiciliar, mas também quando estamos no território, já que podemos conhecer e reconhecer as políticas públicas ali presentes, as relações comunitárias que são construídas e as instituições que integram a rede de serviços, como escolas, unidades de saúde, hospitais, conselho tutelar, entre outras.

Considerando que o trabalho de assistentes sociais tem potencial para a articulação das diferentes políticas setoriais, esta aproximação com a rede socioassistencial é essencial no processo de acompanhamento das famílias e/ou dos sujeitos atendidos pelas instituições que a compõem. Nesse sentido, cabe reafirmar o dever ético do assistente social de contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar e agilizar o acesso dos usuários aos benefícios/serviços oferecidos na instituição, o que reitera a necessária articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do trabalho profissional.

Outra questão diz respeito às lacunas teóricas e desvios éticos relativos ao predomínio de julgamento moral quanto às causas da miséria e do pauperismo. A moralização e a falta de leitura crítica da realidade podem levar o assistente social a uma análise equivocada dos aspectos percebidos na visita domiciliar. Como na visita há um contato direto com as relações familiares, comunitárias e com as formas de produção da vida dos usuários, este instrumento pode assumir um caráter invasivo, de modo implícito ou explícito. Ir ao domicílio de uma pessoa que o profissional não conhece e adentrar o seu espaço privado pode causar desconforto e incômodo para a pessoa que recebe o profissional. Por isso, é importante esclarecer o objetivo da visita ao usuário e assegurar-lhe o sigilo profissional, tendo em vista a proteção de seus interessas. Conforme dispõe o artigo 2º do Código de Ética do/a Assistente Social, "o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional" (Brasil, 1993b).

Soma-se a isso o fato de que muitos profissionais, no ímpeto de elaborar um relatório minucioso ou uma sistematização rica em detalhes, priorizam o registro de dados e informações que expõem a intimidade e a privacidade do usuário e de sua família. Ao contrário, na visita domiciliar o mais importante é ter claro o objetivo da visita e apreender a realidade social numa perspectiva de totalidade, visando garantir direitos.

Considerações finais

É necessário que, na formação e no debate profissional, a dimensão técnico-operativa tenha um lugar de maior destaque, para que os procedimentos interventivos, como a visita domiciliar, sejam fundamentados na perspectiva crítico-dialética e afastados de concepções funcionalistas, tecnicistas e tecnocráticas.

Não há instrumento conservador em essência, mas seu uso pode ocorrer num viés conservador, que colide com a perspectiva ético-política vigente na profissão. Por isso, ao realizar a visita domiciliar, é importante que o/a assistente social tenha clareza da sua finalidade e avalie se os princípios fundamentais do Código de Ética estão em consonância com a intencionalidade da ação profissional. Isto porque, por vezes, as requisições institucionais para o trabalho profissional ferem os pressupostos ético-políticos, cabendo ao assistente social desvelar as contradições que atravessam o seu exercício profissional.

Sendo assim, pensar a visita domiciliar no cenário atual requer compreender que seu uso não deve estar vinculado a uma prática de caráter instrumental, empirista e tradicional, como outrora, embora alguns profissionais ainda possuam essa perspectiva. Ao contrário, esse instrumento de trabalho deve estar fundamentado na teoria social crítica e integrar uma ação voltada para a garantia e ampliação dos direitos sociais e humanos. Portanto, é necessário ter clareza quanto à finalidade do uso dos instrumentos técnico-operativos e de sua necessária articulação com os pressupostos teóricos, éticos e políticos da profissão.

Contribuições dos/as autores/as (participação na concepção, elaboração e revisão)
Concepção, elaboração e revisão: as autoras participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BISNETO, J. A. *Serviço Social e saúde mental:* uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 1993.

BRASIL. Lei n. 8.662/93, de 7 dez. 1993. Dispõe sobre a profissão do assistente social. CFESS, 1993a.

BRASIL. Resolução n. 273/1993, 13 mar. 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: Diário Oficial, 1993b.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência:* aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica – Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1990.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In:* SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:* desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2018.

KRENZINGER, M. *et al. Questão urbana e segurança pública na favela da Maré.* Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em país de capitalismo dependente. Niterói: UFF, 2020.

LIMA, R. *Dilemas docentes, discentes e dos assistentes sociais:* o percurso dos instrumentais na formação profissional. Niterói, 2012. [Mimeo].

MOTA, A. E. (Org.). *O mito da assistência social:* ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1991.

RAMOS, A. Instrumentos e técnicas de trabalho do assistente social: notas para uma reflexão crítica. *In:* RAMOS, A.; SILVA, L. B. (Org.). *Serviço Social, saúde e questões contemporâneas:* reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas: Papel Social, 2013.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 1999.

SANTOS, F. H. C. *Serviço Social e educação:* o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas. Rio de Janeiro: Uerj, 2012.

SILVA, J. S.; BARBOSA. J. *Favela:* alegria e dor na cidade. Rio de. Janeiro: Editora Senac, 2005.

SOUZA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, 2008.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais. *Temporalis*, v. 2, n. 4, 2001.

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86956

O trabalho do assistente social na proteção da infância quilombola e ribeirinha da Amazônia

The work of social workers in the protection of quilombola and ribeirinha children in the Amazon, Brazil

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães*
Luís Sidney Nascimento Fiel**
Linda Gabrielle Coutinho Monteiro***

RESUMO

Abordamos sobre a atuação do assistente social e a proteção da infância na Amazônia brasileira, tendo como lócus o município de Cametá/PA, que concentra famílias ribeirinhas e quilombolas. Esta pesquisa, realizada desde 2020, articulou trabalhos de modo virtual e presencial. Partimos de levantamento bibliográfico e documental e posteriormente visitas institucionais, entrevistas semiestruturadas e grupos focais realizados pelo *Google Meet* e aplicação de questionários via *Google Forms*. Alcançamos 20 profissionais, incluindo assistentes sociais, conselheiros tutelares, pedagogos e outros. O texto está organizado em três momentos: A natureza do trabalho do profissional do Serviço Social e as suas potencialidades, possibilidades e os encontros da profissão com as políticas de proteção da infância e, por fim, Cametá e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais e pela rede de proteção da infância. Verificamos que se faz urgente a constante contratação, formação e qualificação de profissionais para que possam estar presentes nas diferentes políticas públicas, da mesma forma que se faz necessário o fortalecimento da rede de órgãos de proteção dessa infância.

Palavras-Chave: infância tocantina; rede de proteção; Direitos Humanos; Serviço Social.

ABSTRACT

We address the role of the social worker and the protection of children in the Brazilian Amazon, having as locus the municipality of Cametá/PA, which concentrates riverside and quilombola families. This research, carried out since 2020, articulated works in a virtual and face-to-face way. We started with a bibliographic and documentary survey and later institutional visits, semi-structured interviews and focus groups carried out by Google Meet and application of questionnaires via Google forms. Reached 20 professionals, including social workers, guardianship counselors, pedagogues and others. The text is organized in three moments: The nature of the work of the Social Work professional and its potentialities, possibilities and the encounters of the profession with child protection policies and, finally, Cametá and the challenges faced by social workers and the child protection network. We found that it is urgent to constantly hire, train and qualify professionals so that they can be present in the different public policies, in the same way that it is necessary to strengthen the network of agencies for the protection of this child.

Keywords: Childhood Tocantina; Protection net; Human rights; Social worker.

*Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó - Breves. E-mail: jacguimaraes@ufpa.br.

**Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves. E-mail: luissidney566@gmail.com.

***Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves. E-mail: licouts16@gmail.com.

COMO CITAR: GUIMARÃES, J. T.S; FIEL, L.S. N; MONTEIRO, L.G.C. O trabalho do assistente social na proteção da infância quilombola e ribeirinha da Amazônia. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 149-163, set./dez., 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86956.

Recebido em 17 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 06 de março de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Abordamos sobre a atuação do assistente social em políticas públicas de proteção da infância na Amazônia brasileira, tendo como lócus o município de Cametá, localizado no estado do Pará, especificamente, na região de integração do Tocantins (RI Tocantins), que possui mais de 100 ilhas em seu território, concentrando famílias ribeirinhas, assim como comunidades quilombolas.

Este artigo tem por base uma pesquisa de caráter exploratório, que vem sendo realizada desde agosto de 2020, aliando estratégias de pesquisa "virtuais" para a sua execução até o retorno do trabalho presencial. A pesquisa é guiada pelos seguintes objetivos: 1) identificar e analisar as principais demandas que se apresentam para a proteção das infâncias quilombolas, ribeirinhas e periféricas do município de Cametá/PA); 2) verificar e refletir sobre as potencialidades do profissional do Serviço Social na garantia de direitos de crianças e adolescentes que se encontram nas fronteiras da Amazônia paraense.

Nesta direção, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental e o trabalho de campo. Este último envolveu visitas institucionais, entrevistas semiestruturadas, grupos focais pelo *Google Meet,* e aplicação de questionário via *Google Forms*, alcançando um total de 20 profissionais até o período de abril de 2023. Entretanto, no presente artigo apresentamos uma síntese do que foi alcançado, dando destaque ao profissional do Serviço Social.

Foi possível realizar essa pesquisa na região do Tocantins, em virtude do engajamento do Programa Direitos Humanos, Infância e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM), que atua na região do Marajó desde o ano de 2017. A turma de Serviço Social, flexibilizada para o Campus Universitário de Cametá no ano de 2019, começou a realizar pesquisas e a desenvolver ações de extensão no município, alcançando as comunidades rurais, por meio de debates sobre a garantia do direito da infância, sobre a diversidade étnico-racial e buscando empreender estratégias para a proteção integral das infâncias tocantinas e marajoaras.

É válido ressaltar que a presente pesquisa ainda está em andamento, e considerando os limites de um artigo, não foi possível expor integralmente o conteúdo coletado no trabalho de campo. A pesquisa foi aprovada segundo os preceitos da ética em pesquisa, conforme parecer nº 04/2024 emitido pela Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação (Copesp) do Campus Universitário do Marajó – Breves da Universidade Federal do Pará.

Para expor os resultados obtidos com a pesquisa até o presente momento, organizamos o artigo em três tópicos. O primeiro aborda a natureza interventiva e investigativa do Serviço Social, para posteriormente tratar sobre as suas potencialidades e possibilidades na atuação em políticas voltadas para as infâncias. No segundo, destaca-se a importância da atuação do assistente social na garantia dos direitos da criança, elaborando trabalhos de longo e médio prazo para o combate das diversas expressões da questão social, tais como

violações como abuso e exploração sexual e o trabalho infantil. Por fim, o terceiro tópico apresenta uma caracterização do município de Cametá, a partir de planos e relatórios divulgados recentemente, delineando as complexidades da extensão de seu território. Sublinha que gestores públicos e instituições ainda restringem as suas ações às áreas urbanas, ignorando as particularidades das cidades amazônicas, que são movidas e envolvidas por estradas, rios e florestas, abrigando populações que necessitam ter suas especificidades contempladas.

Ressaltamos que a infância tocantina, considerando o seu caráter ribeirinho e quilombola, vem sendo atingida de diversas formas e situações de violação de direitos, por se encontrarem afastadas dos centros urbanos e distantes dos olhares das principais instituições que compõem a rede de proteção, sendo atendida por instituição incompletas e fragilizadas que não possuem uma equipe técnica interdisciplinar completa. Portanto, verificamos que municípios como o de Cametá exigem a constante formação e qualificação de profissionais formados em Serviço Social para que possam estar presentes nas diferentes políticas públicas, da mesma forma que a gestão municipal precisa incluir em seu processo de planejamento a contratação destes profissionais.

O trabalho do assistente social e as suas potencialidades

Conforme Iamamoto (2002) a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista e que está diretamente ligada à fundação do Serviço Social como especialização do trabalho.

O Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, também é área do conhecimento que tem como objeto de atuação as expressões da questão social, produto direto das contradições existentes entre capital e trabalho, lhe imprimindo e exigindo expertises e capacidades particulares em seu saber e fazer profissional. Segundo Guerra (2000, p. 06), "A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão". Desta forma,

> [...] o Serviço Social surge no contexto em que se tornaram necessárias respostas estatais à 'questão social' por meio das políticas sociais. Essa perspectiva de análise histórico-crítica já demarca que a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, no bojo do sistema capitalista, tem suas causas nas transformações sócio-históricas (Almeida; Damasceno, 2018; p. 41).

Ou seja, sendo profissão e área do conhecimento, emerge e se particulariza a partir de intervenções diretas e imediatas na realidade social, à medida que o Capitalismo vai se desenvolvendo no Brasil, produzindo classes sociais antagônicas, estando envolvido pelas contradições postas pelas demandas da classe trabalhadora e pelo Estado burguês (Iamamoto, 2002).

Cabe ressaltar que, tal qual Almeida e Damasceno (2018) ponderam, consideramos que estas expressões da questão social, envolvidas pelas dinâmicas da contradição do capital e trabalho, envolve outras dimensões da vida social, sobretudo, quando se refere a realidade social brasileira que se forjou a partir da exploração do trabalho humano de sujeitos negros africanos, que foram sequestrados e escravizados, por consequência vigorando os resquícios do processo de dominação a partir de práticas e projetos racistas e genocidas.

Do mesmo modo que também ressaltamos, que trabalho de indígenas, assim como de negros africanos e brasileiros, foi extensivamente explorado, sobretudo quando consideramos o território amazônico (Salles, 1971; Schwarcz; Gomes, 2018; Santos; Teles; Bezerra 2013. Destacar tais aspectos se faz fundamental para visualizarmos as particularidades da Amazônia, bem como as dimensões sociais e étnico-raciais que envolvem as comunidades tradicionais, que são diametralmente atingidas pelas dinâmicas de desigualdade das Sociedades Capitalistas, tornando estes grupos sociais excluídos e ignorados no processo de planejamento e execução de políticas públicas.

Segundo Sousa (2008), o assistente social ocupa lugar privilegiado no mercado de trabalho ao poder atuar diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais atingidos pelas desigualdades, ao ter a possibilidade de produzir conhecimentos sobre essas realidades, sobretudo, a partir da mobilização de seus instrumentais técnico-operativos que devem estar fortemente aliados a uma instrumentalidade que parta de uma perspectiva dialético-crítica, pois devemos estar atentos à finalidade da ação (Prates, 2006).

Com a intenção de superar as desigualdades sociais que atingem grupos sociais envolvidos pelas históricas dinâmicas de apagamento da diversidade étnico-racial, torna-se imprescindível que:

> se possa apreender as demandas e particularidades inerentes a cada grupo, orientando a formulação de políticas públicas e programas de ação direcionados à superação de tais desigualdades. Além disso, é urgente que a categoria profissional se comprometa com a coleta adequada do quesito raça/cor/etnia nos diversos bancos de dados existentes, a exemplo dos sistemas em funcionamento na política de saúde, assistência social, previdência social, educação, trabalho, entre outras (Eurico, 2021, p.07).

Observamos que os debates quanto aos direitos e políticas públicas que precisam ser garantidas às populações historicamente excluídas, como os povos dos rios e florestas, vêm se tornando tema insurgente que instiga e passa a exigir dos diferentes profissionais competências e habilidades para uma atuação que compreenda e respeite a diversidade. O assistente social ao ter como competência a elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos voltados para o âmbito do Serviço Social, com participação da sociedade civil (CFESS, 2002), faz-se primordial para o fortalecimento de

ações e políticas afirmativas que visem combater todas as formas de violações de direitos humanos de pessoas quilombolas, indígenas, ribeirinhas e negras.

Este debate/demanda precisa ser pautado com mais afinco nas formações e pesquisas no interior da profissão. Assim como Sousa (2008), entendemos que é fundamental a formação continuada, pois o profissional não qualificado, que não questiona as demandas da instituição, que não se atualiza e nem acompanha o movimento da realidade social, estará fadado ao fracasso, porque não está atento às mudanças e aos novos direcionamentos dados pelos coletivos e movimentos sociais. E o resultado mais grave desse não engajamento é não conseguir promover mudanças significativas no cotidiano da população usuária.

A proteção da infância e as atribuições do assistente social

As primeiras ações voltadas para a infância e adolescência no Brasil não partiam de uma perspectiva de direitos, justamente por não haver uma compreensão de que crianças e adolescentes eram sujeitos, assim, eram tomados a partir do recorte da pobreza e marginalidade, sendo alvo de uma estrutura jurídica e política pautadas em estereótipos preconceituosos e racistas que as colocavam na condição de "infância pobre". As crianças e adolescentes passam a ter evidência em meados da década de 1930, assistida de perto pelas classes dominantes, pela lógica não da proteção, mas sim de grupo perigoso que deveria ser controlado pelo Estado.

O sujeito criança estava imerso em diversos problemas sociais, fruto das intensas desigualdades socioeconômicas, sem acesso à educação, à saúde, sem condições dignas de moradia, atingidas pela fome e a naturalizada pobreza extrema. Contudo, na perspectiva do discurso burguês conservador, da época, a marginalidade seria uma ameaça à sociedade, devendo ser contida e monitorada (Paula, 2001).

As primeiras ações direcionadas a esses jovens começam a ser realizadas pelas Igrejas Católicas e Protestantes, que de acordo com Rizzini (2011), estavam diretamente ligados à ideia de "criança-chave", atribuindo à família a responsabilidade de moldar seus filhos, partindo da ideia de salvação da alma, espiritualizando e transformando-a em "microcosmo" da igreja e do Estado. Por consequência, as ações realizadas pela Igreja tinham o objetivo de adquirir adeptos, aumentando assim seus domínios.

O Estado, ainda partindo de uma perspectiva de proteção da sociedade e de criminalização dessa infância pobre, começa a realizar suas ações no âmbito legislativo, ainda prevalecendo o caráter punitivo nas intervenções. Em 1927, a partir do decreto 17.943-A, surge o Código de Mello Mattos, conhecido como Código de Menores, constando 231 artigos direcionando ao Estado a responsabilidade de jovens e crianças "perigosas" para a sociedade, que estariam em situação de abandono, vivendo nas ruas e com grandes possibilidades de se envolverem com a criminalidade.

A partir da década de 1940, começam a surgir políticas voltadas para à atenção e atendimento a essa infância pobre com a criação de instituições como o Serviço de Assis-

tência ao Menor (SAM), de 1941, por meio do decreto de Lei número 3.779 e que, posteriormente, com a Lei n. 4.513 de 1964, iria se tornar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor/Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM/FEBEM), dando continuidade à lógica do controle, mas atrelada ao Regime Militar e recorrendo à repressão, confinamento e violência (Melim, 2012).

Após a Ditadura Militar, as legislações e políticas voltadas para a atenção da infância tomaram novos rumos, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o principal marco para o direcionamento político, econômico e social do país. Esse documento dispõe e assegura direitos e deveres fundamentais de todos os cidadãos brasileiros, sendo uma conquista para vários segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças e adolescentes.

O primeiro documento de caráter legislativo que não coloca a criança como um perigo para a sociedade e que, ao contrário dos anteriores, prevê direitos e busca uma melhor qualidade de vida e oferece subsídios para a proteção integral à infância é a Carta Magna de 1988, que destaca no artigo Art. 227 que:

> é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura e à liberdade, além disso, colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão." (Brasil, 1988).

E nessa perspectiva, o Estado não se personifica em instituições como a Polícia, que anteriormente executavam as punições, mas está totalmente envolvido no desenvolvimento dessa infância, por meio de outras instituições que visam garantir Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer para crianças e adolescentes.

É partindo dessa nova perspectiva de garantia de direitos e proteção integral que vão se construindo novas políticas direcionadas para infância no Brasil e, após 12 anos da Constituição Federal, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado no dia 13 de julho de 1990, que faz com que as políticas públicas voltadas à infância se tornam constitucionais. A partir desse momento, "a concepção histórica de 'menor' abandonado e delinquente é questionada e ele passa a ser considerado sujeito de direitos, visto que vive em um Estado Democrático de direitos" (Melim, 2012, p. 175).

Nesse sentido, considerando a criança e ao adolescente como sujeito de direitos, o ECA começa a ser utilizado como parâmetro para serem realizados trabalhos em diversas políticas públicas como forma de garantir o pleno desenvolvimento desse grupo etário.

Cabe ressaltar que, apesar das inovações jurídicas em prol da infância, muitas crianças ainda se encontram distantes dos direitos previstos no Estatuto que as ampara, principalmente aquelas que se encontram em regiões de difícil acesso.

Atualmente, todas as ações direcionadas à proteção integral da criança são diretamente fundamentadas no ECA e seus artigos, pois só a partir dele se assinalou a importância de um trabalho em conjunto, articulando a família, o Estado e a sociedade em prol da proteção da infância, dando o indicativo e orientações para a realização de um trabalho em rede.

Segundo Leopoldo e Alves (2014) a Rede de Proteção pode ser definida como uma espécie de aliança estratégica entre sujeitos, organizações governamentais e não governamentais e instituições de valores, princípios e ideais comuns ou semelhantes, pois, dessa forma, seus membros passam a atuar de maneira mais articulada com o objetivo de compartilhar trabalhos, desenvolvendo projetos, implementando ações e intervenções a partir de uma atuação de forma cooperativa e solidária, sem deixar de lado a responsabilidade, competências e atribuições que são definidas de forma conjunta.

Dessa forma, quando falamos na efetivação desses direitos estabelecidos por lei e de trabalhos realizados em rede, temos em destaque o trabalho do assistente social, um profissional que atua diretamente com a garantia de direitos. Esse profissional vai atuar diretamente no combate das diversas expressões da questão social que atingem as crianças e os adolescentes, tendo a possibilidade de atuar em diferentes políticas públicas que lidam direta e indiretamente com as demandas sociais postas pelas infâncias.

Na proteção da infância, o assistente social trabalha com demandas como o trabalho infantil, abuso e exploração sexual, mas também busca garantir o acesso à educação e a saúde, atuando contra qualquer tipo de preconceito, abandono e descaso, bem como desenvolve ações que incluem as famílias e realiza projetos incluindo jovens em situações de vulnerabilidade e risco social.

O profissional do Serviço Social possui a possibilidade e a capacidade de estar presente em diferentes espaços sócio-ocupacionais, tornando-se um dos principais agentes, não só da política e instituição a que pertence, mas também da organização da rede de proteção e dos trabalhos intersetoriais como um todo.

Estes espaços sócio-ocupacionais distribuem-se na área da Assistência Social, Saúde, Segurança Pública, Sociojurídica e, por fim, da Educação, onde concentram-se as escolas, principal instituição frequentada e vivida pelas crianças. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) assinala as atribuições dos assistentes sociais em seus campos de atuações, servindo como direcionamento à atuação profissional, como no campo da Educação, em que destaca seus principais focos de atuação:

> Considerando as particularidades do trabalho do/a assistente social, tendo como referência os seguintes focos: garantia do acesso da população à educação formal: garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; garantia da gestão democrática e participativa na Política de Educação (CFESS, 2012, p.16).

Da mesma forma que na educação, o CFESS também dá parâmetros para a atuação profissional nas outras políticas públicas em que estão presentes os assistentes sociais, buscando sempre a qualificação do trabalho a ser realizado e a garantia dos direitos que estão previstos não só no ECA, mas também nos direitos fundamentais. No entanto, mesmo com os avanços nas legislações e na forma de atuação profissional, muitos ainda são os desafios enfrentados para se efetivar os direitos da infância, garantindo assim a sua proteção integral, sobretudo em regiões de difícil acesso, como é o caso de algumas regiões da Amazônia brasileira.

Cametá/PA e os desafios para a proteção da infância e a atuação do assistente social

Localizado no nordeste paraense, entre a embocadura do rio Tocantins com o rio Pará, no limite de Baião com Tucuruí ao sul, temos a Região de Integração do Tocantins, também conhecida como microrregião de Cametá, que possui um total de dez municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

Cametá possui uma extensão territorial de 3.081,367 Km^2, com uma população de 134.184 habitantes (IBGE, 2022). De acordo com o Plano Municipal de Saúde de 2017 e Moia (2020), com a divisão territorial de 2005, Cametá passou a possuir nove distritos: Cametá (Distrito Sede), Areião, Carapajó, Bom Jardim, Curuçambaba, Porto Grande, Jana Coeli, Juaba, Vila São Benedito de Moiraba, Torres de Cupijó e Vila do Carmo do Tocantins.

Moia (2020), ao tratar sobre os povoados negros rurais de Cametá, afirma que a região tocantina, em que se localiza o município de Cametá, é marcada pela histórica presença de quilombos. De acordo com o IBGE (2022), no Brasil existem 494 comunidades quilombolas que são oficialmente delimitadas, totalizando uma população de 1.327.802 quilombolas, destes 135.033 estão localizados em territórios paraenses, que equivale a 1,66% da população total do Estado. Em levantamento realizado pela agência *Brasil 61*, ao abordar sobre os impactos do COVID-19 para as comunidades quilombolas, estes destacam que na microrregião quilombola de Cametá possuia mais de 43 mil pessoas, distribuídas entre seis municípios[1], dentre os quais se destacam Cametá, que concentrava a maior parte dessa população quilombola, correspondendo a 12 mil[2] (Damacena, 2021). No entanto, após o período de maior índice da COVID-19, Passos e Carneiro (2023) destacam que o Censo 2022 apontou uma redução da população quilombola de Cametá para 10.135, colocando a

1 Abaetetuba, Cametá, Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará e Igarapé-Miri.

2 Informações disponíveis na matéria "Mais de 43 mil quilombolas da região de Cametá/PA estão se vacinando contra a COVID-19" do site Brasil 61 (disponível em: https://brasil61.com/n/mais-de-43-mil-quilombolas-da-regiao-de-cameta-pa-estao-se-vacinando-contra-a-covid-19-vaql210031).

região na terceira posição na lista de municípios como maior número de quilombolas do Estado, ficando atrás de Abaetetuba que assumiu a primeira posição e do município de Baião que aparece em segundo, ambos pertencentes também à região do Tocantins.

Contudo, considerando as nossas inserções na região é possível problematizar que apesar dos números indicados quanto a um número populacional de quilombolas, poucas são as comunidades reconhecidas e certificadas, considerando que somente quatro constam no *site* oficial do Instituto de Terra do Pará (ITERPA), que são: Matias, Porto Alegre, Terra da Liberdade e Ilha Grande de Cupijó[3]. Mas além destes existem os quilombos: Porto Seguro; Mola; Porto Grande; Porto Alegre (que compõem o distrito de Juaba, junto com o Matias), São Benedito, Vila Boa Vista e São Vicente.

Importante também demarcar que na Amazônia, as comunidades quilombolas se encontram com as comunidades ribeirinhas, sendo possível identificar, inclusive, a forte presença de famílias cametaenses vivendo próximas aos rios, sendo sua principal via de acesso e espaço de pertencimento. Logo, em Cametá encontraremos a forte presença não só de quilombolas, mas sobretudo de comunidades ribeirinhas que, por vezes, revelam-se também potenciais espaços quilombolas que ainda necessitam ser identificados e reconhecidos. Dentre estes destacamos: Arimandeua, próxima à comunidade São Benedito, as localidades de Fazenda do Arari e Caripi, próximo à comunidade de Matías, além da comunidade de Laranjal que fica próxima à comunidade Mola.

Considerando uma população de 134.184 habitantes, iremos observar que 68.163 estão vivendo na área rural, onde estão as vilas ribeirinhas, as comunidades quilombolas, as famílias que vivem nas estradas, rios e florestas tocantinas. Ou seja, o número de habitantes que vivem na área rural é superior aos que vivem na área urbana, que totaliza 65.937 habitantes, que apesar da pouca diferença em números deveriam ser percebidas como pontos importantes e impactantes para a estruturação de políticas públicas mais inclusivas.

De acordo com dados do IBGE (2010)[4], pautado no documento Atlas Brasil de 2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o referido município, situa-se na faixa de desenvolvimento humano baixo, apresentando no ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a 0,577, indicando a necessidade de pensarmos sobre as demandas apresentadas por esta região extensa e complexa, que possui particularidades e costumes enraizados que devem ser contemplados pelas políticas públicas, logo apresentando desafios para os profissionais do Serviço Social.

3 Territórios Quilombolas (http://portal.iterpa.pa.gov.br/quilombolas/).

4 É importante destacar que os dados do IBGE realizado em 2022 ainda estão sendo parcialmente adicionados em seu *site* e que até o momento muitas informações ainda não foram atualizadas, por isso, os dados utilizados aqui referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano são os do IBGE do ano de 2010, os quais estão presentes em sua plataforma digital.

Diante destas indicações, destacamos que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente em Cametá é composta por entidades que atuam direta e indiretamente na garantia dos direitos da infância, destacando-se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar Urbano, Conselho Tutelar Rural, Vara da Infância e Juventude, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e a Secretaria de Assistência Social, na qual fazem parte os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Unidade de Acolhimento Casa Lar Caamutá. Bem como, fazem parte da rede de proteção às instituições de segurança pública e sociojurídicas, como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacia Especializada no Atendimento da Criança e do Adolescente (DEACA), além das ações do Ministério Público e das campanhas da Polícia Militar e Civil.

A maioria dos órgãos supracitados anteriormente, se encontram concentrados na área urbana do município de Cametá, logo, casos de violações de direitos da infância, tais como abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes que ocorrem nas comunidades e vilas, para que sejam atendidas e notificadas, precisam enfrentar distâncias que podem corresponder a quatro horas de viagens de barco (que podem estar disponíveis ou não), no mínimo. Isso quando as vítimas procuram recorrer às instituições responsáveis.

No dia 13 de maio de 2023, foi inaugurado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ribeirinho, na Vila de Bom Jardim, que atua em parceria com as escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e com o Conselho Tutelar Rural, este último, que mesmo sem prédio fixo no interior do município, realiza ações e notificações que são agregadas ao Conselho Tutelar da Sede Cametá. Diante desse quadro, questionamos: quais os impactos desta estrutura que se centra, em sua maioria, na sede do município e que ainda se encontra fragilizada para a vida de crianças cametaenses dos interiores e dos municípios vizinhos?

Mencionamos os municípios vizinhos, justamente, pelo fato de Cametá se constituir em pólo na RI Tocantins, apresentando os principais serviços, como estrutura de assistência médica e hospitalar mais completa, disposição de agências bancárias, além dos atendimentos realizados pela Sala Lilás, que como nos foi repassado ao longo das entrevistas com as profissionais, ainda atendem casos de Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará e Baião.

Conforme dados de 2022, o município de Cametá possui 15.789 pessoas com idade entre 0 e 6 anos, sendo a sua maioria pertencentes às áreas tidas como rurais[5]. No ano de 2019, destas crianças, 1.406 não eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas estavam inscritas no Cadastro Único. Já em 2020, este número representou 1.861. Entretanto, em 2021, o município de Cametá esteve com 100% de cobertura das famílias pelo

5 Esta informação pode ser constatada no mapa interativo disponibilizado pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, no site Primeira Infância Primeiro (https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/cameta-pa/).

Bolsa Família, conforme as estimativas de famílias pobres registradas no Censo do IBGE de 2010 nesta região.

Destas indicações, quanto ao quadro social do município de Cametá, aliadas às considerações iniciais quanto as articulações do Serviço Social com as expressões da questão social, sobretudo com uma atuação reconhecida na garantia de direitos da infância, identificamos que este profissional se encontra especialmente nos espaços próprios da política de assistência social, na área da saúde e mais recentemente na Sala Lilás, que faz parte da Delegacia de Polícia Civil de Cametá.

Ao nos voltarmos especificamente para este novo espaço, destacamos que é uma referência no acolhimento imediato e humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, mas que também recebe os casos de abuso e exploração sexual infantil que são encaminhados pelo Conselho Tutelar. Em março de 2021, houve uma parceria entre o Governo do Estado e a prefeitura municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social, que possibilitou o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra vulneráveis. A equipe é composta por quatro técnicas, sendo duas assistentes sociais, uma psicóloga e uma advogada.

As assistentes sociais entrevistadas, que atuam na Sala Lilás, nos relataram importantes aspectos sobre as condições de trabalho e estrutura oferecida para a garantia dos direitos das crianças no município. Ao falar sobre os desafios, a profissional relatou que

> a falta de uma equipe completa dificulta o trabalho, pois a demanda é muito grande, devido a instituição atender municípios vizinhos que não possuem suporte; outro desafio enfrentado é devido nosso território que possui lugares de difícil acesso, impossibilitando a chegada dos profissionais até lá; falta de articulação da rede, no qual a educação e a saúde sempre estão muito distantes e ausentes nas reuniões da rede; falta de apoio e investimento por parte do poder público, até mesmo da secretaria de Assistência Social; falta de capacitações para os profissionais que compõem a rede; a falta de visibilidade às mulheres na delegacia, por se tratar de um espaço predominantemente composto de homens. (Profissional A).

Outro fator importante a ser citado, que dificulta o trabalho dos profissionais, é a falta de estrutura para realizar os atendimentos nas zonas rurais, nos locais de difícil acesso. No entanto, mesmo com todas as dificuldades encontradas no Município de Cametá, os profissionais que atuam na Fundação PARÁPAZ, desde abril de 2021 até abril de 2022, realizaram 355 atendimentos na Sala Lilás, sendo dos mais diversos casos de violação de direitos, dentre eles também foram realizados atendimentos referentes à infância, mais especificamente 62 casos de violação de direito registrados, divididos entre cidade e regiões de ilhas e vilas. Esses casos de violação de direitos eram: violência sexual (exploração e abuso sexual), violência física, violência psicológica e gravidez decorrente de violência sexual.

A partir dos casos registrados, podemos perceber que a maioria deles, mais precisamente 37, ocorreram nas regiões rurais do município, como vilas, distritos e ilhas, onde

são considerados localidades de difícil acesso e as ações dos órgãos que fazem parte da rede de proteção da infância não ocorrem frequentemente. Outro ponto importante a ser mencionado, é que essas demandas eram encaminhadas em sua maioria pelo Conselho Tutelar. Além disso, a principal ocorrência registrada na zona rural, foram casos de abuso e exploração sexual, cometidos no meio intrafamiliar, ou seja, por tio, padrasto, cunhado ou indivíduos próximos à família, como vizinhos e conhecidos. De todos os casos registrados, somente um, ocorrido na cidade, teve um desconhecido da vítima como autor.

As vítimas de violação de direitos eram identificadas por abreviaturas, tinham entre quatro e dezessete anos de idade, depois de atendidas eram encaminhadas a outros órgãos da rede de proteção. Dentre esses casos referentes à infância, podemos destacar também que nos casos da zona urbana, em sua maioria, as vítimas de violação procuraram por conta própria os profissionais da Sala Lilás para realizarem a denúncia, diferentemente do que ocorria com os casos da zona rural, que eram trazidos pelo Conselho Tutelar Rural.

Considerações finais

Tratar sobre políticas públicas em território amazônico, especialmente sobre proteção de crianças e adolescentes, é identificar desafios na intenção de pensar em iniciativas que fortaleçam intervenções tornando-as mais efetivas.

O assistente social que atua na Amazônia ainda encontra diversos desafios para executar ações no âmbito de sua profissão, pois lida com um território extenso composto de rios e florestas, no qual boa parte da população se encontra longe das regiões metropolitanas, vivendo em comunidades ribeirinhas, vilas, ilhas e em pequenos municípios, resultando no acesso limitado. Além disso, essas populações, bem como os profissionais, são diretamente atingidas pelos cortes orçamentários nas políticas sociais que são sintomáticas na ausência de gasolina e diesel para lanchas e outras formas de transportes para poder realizar visitas a estas famílias.

Quando tratamos de direito da infância, é imprescindível destacar a rede de proteção da criança e do adolescente e os órgãos que pertencem a ela. No entanto, esse trabalho se mostra fragilizado à medida em que não são realizadas ações que possibilitem a articulação intersetorial e interinstitucional, interferindo na atuação dos profissionais.

Identificamos que a Educação e a Saúde ficam distantes no que se refere ao trabalho para a proteção da infância do município de Cametá e instituições como essas são de suma importância para o trabalho em rede, e não podem ficar dispersas das articulações de proteção, principalmente a escola, que é o principal espaço ocupado por crianças e adolescentes.

Infelizmente, a garantia e efetivação dos direitos da infância não dependem somente da existência do dispositivo jurídico e da atuação do profissional de Serviço Social, mas sobretudo, requer infraestrutura e logística que possam tornar possível a proteção, inclusive, das famílias. Além disso, as poucas instituições voltadas para a proteção da infância

e adolescência acabam absorvendo e sendo responsáveis pelas demandas dos municípios adjacentes como Baião, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru, tornando o trabalho ainda mais desafiador, levando em conta principalmente o reduzido número de profissionais.

Portanto, torna-se necessário, em especial em regiões como a do município de Cametá, que possui ilhas e vilas distantes, uma maior articulação entre os órgãos, visto que nem todos estão presentes nas zonas rurais. Por isso mesmo, o trabalho precisa ser articulado, visando sempre uma maior efetivação de ações para a proteção integral da infância, ações essas que precisam ser planejadas de forma a abarcarem diversos espaços. São necessárias reuniões, palestras, diálogos de articulações com as instituições da rede de proteção da infância, possibilitando assim a existência de um trabalho articulado e conjunto, capaz de efetivar os direitos da criança e do adolescente previstos em lei.

Sendo assim, compreendemos que a efetivação das políticas públicas para infância no município de Cametá, assim como em grande parte da região norte, ainda precisa ser avaliada como um processo em construção, que deve considerar as complexidades do território.

Nesse processo de reestruturação da rede de proteção da infância nos estados e municípios da Amazônia, especialmente os que se encontram predominantemente cercados por rios e florestas, é fundamental direcionar os investimentos tanto para criação e melhorias da infraestrutura dos órgãos de proteção quanto para aumentar o número de profissionais de Serviço Social, dentre outros. Soma-se a isso a necessidade de proporcionar uma maior capacitação desses profissionais, visando um trabalho de qualidade para, assim, garantir efetivamente a proteção integral da infância quilombola e ribeirinha da Amazônia.

Contribuições dos/as autores/as: Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães participou na concepção, coordenação, levantamento dos dados, escrita, revisão e análise. Luís Sidney Nascimento Fiel e Linda Gabrielle Coutinho Monteiro participaram na execução do plano de trabalho, pesquisa de campo e escrita.

Agradecimentos: À Universidade Federal do Pará, em especial: Campus Universitário do Marajó/Breves, Campus Universitário do Tocantins/Cametá e a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP).

Agência financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-Interior) e Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), ambos da UFPA.

Aprovação por Comitê de Ética: A pesquisa foi aprovada segundo os preceitos da ética em pesquisa, conforme parecer nº 04/2024 emitido pela Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação (COPESP) do Campus Universitário do Marajó – Breves da Universidade Federal do Pará.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, M. S.; DAMASCENO, H. J. As expressões da questão social e as opressões presentes na atuação do Serviço Social na Educação profissionais. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 27, n. 2, 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. *Cametá/PA*, 2024. Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. Disponível em https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/cameta-pa/. Acesso: 30 mar. 2023.

CFESS. *Em Questão*: atribuições privativas do assistente social. Brasília, Distrito Federal: CFESS, 2002.

CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão.* 1° Edição ampliada. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CRESS. *Capacitação em serviço social e política social*: módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília. UNB. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. (p. 51-63). Disponível em: http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

DAMACENA, J. B. *Mais de 43 mil quilombolas da região de Cametá/PA estão se vacinando contra a COVID- 19.* Jornal Eletrônico Brasil 61, 2021. Disponível em: https://brasil61.com/n/mais-de-43-mil-quilombolas-da-regiao-de-cameta-pa-estao-se-vacinando-contra-a-covid-19-vaql210031. Acesso em: 10 mar. 2024

EURICO, M. C. *Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama. Acesso em: 06 jun. 2022.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEOPOLDO, D. L. F. A.; ALVES, R. C. J. *Atores, papeis e atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do(a) Adolescente no Brasil*. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2014. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/09312806112014Direitos_Infanto-Juvenis_no_Ambiente_Escolar_Aula_5.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

MELIM, J. E. Trajetória da proteção social Brasileira à Infância e à Adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. *Serv. Soc. & Saúde*, Campinas, v. 11. n 2. pp. 167-184, jul./dez. 2012.

MOIA, M. L. *Vozes do poder:* a influência dos mitos no modo de viver dos povoados negros rurais do município de Cametá-PA. 1. ed. Belém: RFB Editora, 2020.

PARÁ. Decreto n. 2.129, de 20 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/116758.pdf. Acesso: 23 fev. 2023.

PASSOS, M.; CARNEIRO, T. *Pará tem 1/3 da população quilombola vivendo em áreas reconhecidas.* G1 Pará. Belém. 27 de jul. 2023. Disponível em: <Pará tem 1/3 da população quilombola vivendo em áreas reconhecidas | Pará | G1 (globo.com)>. Acesso em: 26 de abr. 2024.

PAULA, R. de. *O Serviço Social na trajetória de atendimento à infância e juventude*. Ética e Cidadania Brasil Social. São Paulo, 2001.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, pp. 1-8, 2003.

RIZZINI, I. *O Século Perdido*: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

SALLES, V. *O negro no Pará:* sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTOS, S. N. dos; TELES, S. B.; BEZERRA, C. A. A. S. Origem do Serviço Social no mundo e no Brasil. *Caderno de Graduação Ciências humanas e sociais*, Aracaju, v.1. n. 17, pp. 151-156, 2013.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, C. T. de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, pp.119-132, 2008

em pauta

A simbiótica relação entre acumulação capitalista, trabalho, pobreza e políticas sociais

The symbiotic relationship between capitalist accumulation, work, poverty, and social policies

Helena Lúcia Augusto Chaves*

TEMA LIVRE
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86957

RESUMO

Este artigo aborda a simbiótica relação entre acumulação capitalista, trabalho, pobreza e sua vinculação com as políticas sociais. Trata da relação dilemática entre trabalho e proteção social, problematiza a configuração do *workfare* em tempos de financeirização do capital e reflete sobre a política social na relação entre Estado e sociedade. A argumentação desenvolvida, a partir de pesquisa bibliográfica, enfatiza os aspectos estruturadores da política social, entendidos como mediação na relação entre Estado e sociedade, e aspectos que configuram a mudança de trajetória dessas políticas, alinhadas com a forma estatal correspondente. A natureza contraditória da política social constitui-se como aspecto analítico da discussão e visa destacar a dupla funcionalidade dessas políticas na manutenção do sistema capitalista, atendendo tanto às necessidades do capital, como às necessidades sociais, mediante seus processos reivindicatórios e de lutas.

Palavras-Chave: acumulação capitalista; trabalho; pobreza; política social; *workfare*.

ABSTRACT

This article discusses the symbiotic relationship between capitalist accumulation, work, poverty, and their connection with social policies. It deals with the dilemma between work and social protection, discusses the configuration of *workfare* in times of financialization of capital and reflects on social policy in the relationship between state and society. The argument developed here, based on bibliographical research, emphasizes the structuring aspects of social policy, understood as mediation in the relationship between state and society, and aspects that configure the change in trajectory of these policies, aligned with the corresponding state form. The contradictory nature of social policy constitutes an analytical aspect of the discussion and aims to highlight the dual functionality of these policies in maintaining the capitalist system, meeting both the needs of capital and social needs, through their processes of claims and struggles.

Keywords: capitalist accumulation; work; poverty; social policy; *workfare*.

*Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
E-mail: helena.chaves@gmail.com.

COMO CITAR: CHAVES, H. L. A. A simbiótica relação entre acumulação capitalista, trabalho, pobreza e políticas sociais. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 164-177, set./dez., 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86957.

Recebido em 12 de setembro de 2023.

Aprovado para publicação em 30 de janeiro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo é resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos sobre a relação Estado e sociedade e a correspondente estruturação da política social, configurada na simbiótica relação entre acumulação capitalista, trabalho e pobreza. Essa relação simbiótica é entendida como uma relação que se estabelece de forma funcional, estreita, orgânica, visceral, imbricada entre si, interligada dialeticamente em sua materialidade e dinamicidade histórica e necessária à existência fenomênica dos elementos da relação, conectados entre si em interação. Além de problematizar aspectos da discussão sobre a política social em tempos de domínio do capitalismo financeiro, o objetivo principal é refletir sobre a configuração do *workfare*, expressando a tendência de estruturação da política social nos parâmetros neoliberais, em consonância com o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo.

Nesse contexto, as desigualdades em sua multidimensionalidade, considerando as dimensões de gênero, geração e étnico-raciais, articuladas ao caráter de classe, foram exponenciadas mundialmente nos últimos anos, aprofundando a pobreza e suas consequências, sendo a fome a mais grave delas e a expressão mais acentuada da questão social. No atual estágio de acumulação capitalista e de degradação do mundo do trabalho, a fome atinge níveis alarmantes com projeção de agravamento nos próximos anos. O agravamento da crise econômica e o contexto da pandemia da Covid-19 aprofundaram as desigualdades sociais e acentuaram o cenário perverso da pobreza, da miséria e da fome.

Segundo relatório da FAO *et al.* (2022), a fome, considerada a partir de uma estimativa do número de pessoas que não consomem calorias suficientes para viver uma vida ativa e saudável, afetará quase 67 milhões de pessoas em 2030. No Brasil, a situação não é diferente; mais da metade da população brasileira (58,7%) vive em situação de insegurança alimentar e em condições de moradia precárias, sem água, energia e infraestrutura adequadas à vida digna. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2022), em 2022 a fome no Brasil atingiu 33,1 milhões de pessoas que não tinham o que comer.

Esse é um quadro preocupante que demanda um maior investimento estatal em proteção social e em políticas sociais que visem ao enfrentamento das expressões da questão social e especificamente do grave problema da fome, o que vai na contramão do que propõem as políticas neoliberais focalizadas, seletivas, descentralizadas, fragmentadas e mercantilizadas. A programática neoliberal faz regredir as políticas da seguridade social e a oferta de serviços universais, disponíveis ao acesso, sem a necessidade de contribuição direta para a garantia do atendimento, como é assegurado aos direitos relativos à assistência social e à saúde. E mesmo a previdência social pública, que se configura como uma política contributiva com filiação compulsória, também é regida pelo princípio da solidariedade, tanto no que se refere ao custeio e financiamento do sistema previdenciário público, como à distribuição em sucessão geracional.

A Constituição Federal de 1988, ao dar as bases da seguridade social nos artigos 194 e 195, dispõe que suas políticas – saúde, previdência e assistência social – serão financiadas por toda a sociedade de forma direta e indireta, por meio de contribuições sociais e por meio dos orçamentos da União, dos estados, DF e municípios, cujas receitas são provenientes de arrecadação. É esse sistema de proteção social, garantidor dos direitos sociais, que está sob forte desmonte, cuja lógica meritocrática e de mercantilização dos serviços prevalece na estratégia operacional da política social em tempos neoliberais.

Para tratar da relação simbiótica entre acumulação capitalista, trabalho, pobreza e políticas sociais, este artigo teve por base a realização de pesquisa bibliográfica. O desenvolvimento de seu conteúdo está dividido em dois tópicos. O primeiro discorre sobre a lei geral da acumulação capitalista para discutir as desigualdades engendradas no processo de acumulação capitalista e funcionalidade do Estado na sua relação com a sociedade, instituindo políticas sociais para responder às lutas de classes, travadas no processo histórico de desenvolvimento capitalista. O segundo tópico trata da configuração do *workfare* como tendência desenvolvida no contexto do neoliberalismo de extrema direita, configurando as políticas de ativação laboral, fundamentadas em lógica perversa, que vai de encontro à lógica da seguridade social e compõe o contexto de desmonte da política social de cunho solidário, prevista nos dispositivos constitucionais.

Acumulação capitalista e política social na relação entre Estado e sociedade

Partindo da perspectiva marxiana de que o fundamento da acumulação capitalista se constitui no processamento da lei do valor-trabalho, operada pela subsunção real do trabalho ao capital e, sendo a pobreza constitutiva do processo de acumulação, explicada na lei geral da acumulação capitalista presente n'*O capital* de Marx (2013), o crescimento do pauperismo absoluto e relativo da força de trabalho é uma consequência desse processo.

Sobre a referida lei, Marx (2013, p. 697) explicitou que "o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador". A venda da força de trabalho, "mercadoria especial", que para o trabalhador se constitui em fonte de sobrevivência, é a base de um processo de exploração, que tem nessa condição a possibilidade de extração de mais-valor, no consumo de seu valor de uso e obtenção de riqueza para fins de acumulação e apropriação privada.

Marx (2010, p. 30) ressaltou a dimensão da pobreza e da miséria na Inglaterra afirmando que "a penúria dos trabalhadores não é parcial, mas universal; ela não se limita aos distritos fabris, mas se estende aos distritos rurais". O fundamento do que foi posterior-

mente denominado de questão social é explicado na lei geral da acumulação capitalista, a qual explicita que "quanto maior a riqueza social e o capital tornado potência social e produtiva dominante", mais contradições se originam das relações sociais determinadas pelo modo de produção capitalista, no estágio em que se configura a sua historicidade. A questão social originou-se em meados do século XIX, quando os trabalhadores, motivados pelas condições precárias a que eram submetidos, incluindo as intensas jornadas de trabalho, revoltaram-se e tensionaram as relações sociais vigentes, conquistando melhoria nessas condições.

No final do século XIX, a criação das primeiras leis e medidas de proteção social na Alemanha e na Inglaterra deram origem ao que foi denominado de política social, entendida como conquista da classe trabalhadora. Trata-se de fenômeno pertinente à sociedade capitalista, configurado a partir do reconhecimento da questão social e cujas protoformas de ações de benemerência, alvo de regulação pelo Estado, eram recorrentes desde os primórdios da fase industrial do capitalismo, combinadas com repressão.

A criminalização da pobreza não se fez invisível na afiada análise de Marx (2010, p. 34).

> O Parlamento inglês combinou essa teoria de caráter humanitário com o parecer de que o pauperismo seria a miséria infligida a si mesmo pelo trabalhador, não devendo, em consequência, ser prevenido como um infortúnio, mas reprimido e punido como um crime. Foi assim que surgiu o regime das workhouses, isto é, dos asilos de pobres, cuja organização interna dissuade os miseráveis de buscar nelas refúgio para não morrerem de fome. Nas workhouses, a beneficência está engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o miserável que apela à sua beneficência.

As lutas de classes se tornaram uma variável constante, demandando-se seu controle pelo Estado a fim de evitar insurreições e revoltas. Marx (2014) destaca as lutas da classe operária pela redução da jornada de trabalho e a intervenção do Estado, que foi obrigado a regulamentar essa redução.

> Assim que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. (Marx, 2014, p. 42).

Cabe ressaltar a importância da luta da classe trabalhadora e a importância da teoria da revolução permanente, tratada por Trotsky (2007), que, segundo Löwy (1978, p. 129), é uma contribuição original ao pensamento marxista, ao incorporar a concep-

ção estratégica da permanência da revolução, esboçada por Marx e Engels (1998) no *Manifesto comunista*, considerando a revolução proletária e a revolução burguesa como momentos distintos de um mesmo processo revolucionário, e não como etapas desse processo. Behring (2018), considera central a atualidade do programa de transição de Trotsky e da teoria da revolução permanente para a construção da perspectiva de uma sociedade emancipada. Sendo assim, é na luta de classes que emergem as possiblidades de superação da ordem do capital, numa perspectiva revolucionária. Isto implica ir além da própria sociedade burguesa, articulando emancipação política e emancipação social numa revolução que, tomada como estratégia contínua, seja capaz de viabilizar essa superação.

É fato que, no estágio industrial do capitalismo, o Estado foi se constituindo como uma instituição essencial no aspecto relacional com a sociedade em suas diversas instâncias e sujeitos constituídos, interferindo de forma sistemática nas condições de vida dos trabalhadores. Nessa configuração, deixa de ser um regulador externo da instância do mercado e desenvolve uma capacidade interventiva necessária ao exercício das funções ampliadas que lhe foram sendo atribuídas, dentre as quais o desenvolvimento de estratégias de regulação da força de trabalho, controle e determinação dos valores dos salários. A funcionalidade do Estado foi se desenhando na dinâmica das contradições inerentes ao modo capitalista de produção e reprodução social, no alinhamento ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e na relação de imbricação e permanência com a sociedade. Assim se estabelecem as constantes refuncionalizações como forma de ajustamento ao capital, que atua como uma relação social, integrando as esferas do processo produtivo e reprodutivo.

Na dinâmica desse movimento se configura também a política social, que foi se esboçando em relação à questão social e mantendo uma lógica contraditória, ao atender tanto às necessidades do capital, quanto às necessidades sociais, destacando a funcionalidade essencial de interferir na reprodução da força de trabalho, mediante a correlação de forças que se estabelece entres as classes. Segundo Iamamoto (2008, p. 11), a exigência de políticas sociais é uma consequência da "acumulação capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora (desemprego, fome, pobreza, emigração etc.)" e resultante das pressões postas pelas lutas sociais.

Considerando a relação entre política social e reprodução da força de trabalho, é possível afirmar que, na realidade atual, a política social apresenta, por um lado, a funcionalidade de intervir na diminuição do custo de manutenção de vida do trabalhador. Por outro lado, contribui para promover a intensificação da precarização do trabalho. Essa multifuncionalidade da política social é anunciada e problematizada na literatura especializada sobre o tema, enfocando o caráter contraditório da lógica do seu funcionamento.

No pensamento brasileiro, situado no campo marxista, a ambivalência da política social é ressaltada por Behring e Boschetti (2006, p. 40) ao afirmarem que as políticas sociais devem ser compreendidas "em sua múltipla funcionalidade no âmbito da totalidade concreta". Para Pereira (1996, p. 49), nessa lógica contraditória, a política social é capaz de "servir tanto ao capital como ao trabalho". Yazbek (2015, p. 47) afirma que as políticas sociais, com destaque para a assistência social, são "estratégias contraditórias de gestão estatal da pobreza das classes subalternas", e afirma ainda que "essa modalidade de tratamento que o Estado vem dispensando aos segmentos mais pauperizados da força de trabalho deve ser apreendida no contexto contraditório das mutações econômicas, sociais e políticas". A autora enfatiza a função ambivalente dessas políticas, ampliando a compreensão da condição da classe trabalhadora, qualificando-a como subalterna e destacando que a contradição capital-trabalho é marcada pelo enorme contraste entre riqueza e miséria.

Os conflitos de interesses perpassam a determinação das políticas sociais adotadas e, portanto, a sua concepção e lógica, envolvendo: o Estado capitalista na sua respectiva configuração à forma do capital em curso; o governo e a sua correspondente ação interventiva; as lutas sociais e a sua capacidade de interferir na correlação de forças; e a questão social, que compõe a realidade fenomênica. A relação entre capital e trabalho vai estar sempre presente na composição do que poderá vir a ser esboçado como política social em determinada conjuntura local, articulada à conjuntura mundial, definida atualmente nos marcos do imperialismo norte-americano[1], ao qual os países do Sul global estão submetidos.

Estado, sociedade e configuração do *workfare* em tempos de financeirização do capital

A discussão sobre a relação Estado, sociedade e bem-estar é permanente ao longo da história do capitalismo, no marco do Estado moderno, e demanda uma elaboração teórica articulada e referenciada para entender essa relação componente da dinâmica social. A articulação temática sobre o bem-estar na sociedade, sobre como tratar o problema do pauperismo e sobre o papel do Estado e sua atuação remete a argumentos clássicos e ao debate contemporâneo sobre a política social.

De acordo com Behring (2021, p. 112), o Estado é um elemento central no processo de acumulação e o "fundo público materializa o Estado no capitalismo em suas funções historicamente constituídas e que foram se tornando cada vez mais complexas até hoje".

1 O termo imperialismo norte-americano se refere ao domínio hegemônico dos Estados Unidos da América sobre o mundo, após o fim da Guerra Fria, mantendo um forte poder de influência em todos os aspectos da vida social, definindo os rumos do capitalismo, a manutenção do sistema de subordinação e a interdependência internacional.

Duas formas de Estado podem ser destacadas nessa relação que perpassa a política social na perspectiva fenomênica e conceitual. Essas formas estatais estão profundamente imbricadas ao estágio em que se encontra o capitalismo e às demandas que são postas para resolução nessa instância, componente da esfera pública. Trata-se do *Welfare State*, Estado social, Estado de Bem-Estar Social ou Estado intervencionista, que se concretizou no século XX, no período que foi denominado na Europa de "trinta anos gloriosos" (1945 a 1975) e do *workfare*, forma de intervenção do Estado na política social, que vem se desenhando no período neoliberal e se consolidando nas duas primeiras décadas do século XXI.

Em linhas gerais, o *Welfare State* está relacionado ao padrão fordista-keynesiano de produção, caracterizado pelo pleno emprego, pelos serviços sociais universais e pela proteção social, tendo como princípio fundamental a proteção social básica como um direito de todos, direito de cidadania e dever do Estado, conquistado na luta de classes. No âmbito desse padrão e considerando que a política social possui natureza contraditória, as demandas sociais eram atendidas no mesmo movimento em que eram capturadas pelo capital, para servir aos seus interesses. Ou seja, sua natureza contraditória indica que a política social não pode ser pensada como um recurso exclusivo das forças da classe dominante, uma vez que as classes subalternas também podem acessá-la quando conseguem desenvolver lutas sociais, tensionando o campo das correlações de forças entre os interesses do capital e os interesses da classe trabalhadora, expressos em suas reivindicações.

De acordo com Boschetti (2017), fundamentada em Mandel (1982), o Estado no capitalismo tardio assume importante papel na regulação das relações econômicas e sociais. Na base desse processo regulatório está a composição de um sistema de proteção social capitalista, que consiste na manutenção de políticas sociais com a finalidade de equilibrar as relações capitalistas, por meio de garantias das condições de acesso ao trabalho, à alimentação, à habitação, à saúde, à previdência, à assistência social, à educação e ao transporte. A cidadania burguesa é assegurada e/ou buscada no âmbito do que se configurou como Estado Social. A emancipação política foi alcançada nesse patamar civilizatório. Segundo Raichelis (2015, p. 107), os sistemas de proteção social no Brasil são "sistemas estratificados, fragmentados e discriminatórios que acabam consolidando a *cidadania regulada*", a qual reconhece como cidadãos aqueles que possuem ocupação formal, reconhecida e definida em lei.

Conforme Pereira (2013b, p. 20), a política social sofreu mudanças na transição do capitalismo regulado, do regime de produção e regulação fordista, para o desregulado, correspondente ao regime denominado pós ou neofordista, destacando como tendência imposta ao mundo capitalista "[...] a substituição do *welfare* pelo *workfare*, ou da política social incondicional, baseada no direito, pela política social condicional, baseada no mérito ou na ética capitalista do trabalho". Ou seja, a transição da política social do capitalismo regulado para o desregulado estrutura-se na tendência de expropriação dos

direitos conquistados e implementados via política, baseada no direito universal (*welfare*) e configurada na concepção, desenho e implementação da política social condicionada (*workfare*), na qual o acesso ao direito constituído depende da ativação para o trabalho.

Nessa perspectiva, está sendo delineada a tendência à comercialização, mercantilização, contratualização e atribuição de feição laboral à política social, fundamentada em preceitos moralistas e na exigência de condicionalidades padronizadas, opressoras, antissociais e destruidoras da cidadania e da proteção social conquistadas no capitalismo regulado. Dessa forma, o acesso ao direito depende da realização de contrapartidas, responsabilizando os cidadãos, que fazem jus ao direito. A preocupação dominante nessa forma de Estado é desonerar o sistema público de proteção, utilizando nas políticas sociais mecanismos como a ativação compulsória para o trabalho, o caráter emergencial, a seletividade, a focalização ou a privatização dos serviços. No contexto de precarização generalizada do trabalho, essa proteção social fica ainda mais seletiva, sendo desconfigurada de sua abrangência e funcionalidade.

Políticas de ativação correspondem ao *workfare* e se caracterizam como forma de prestação de serviço condicionada, na qual o usuário precisa realizar a contrapartida, que compõe o desenho da política, para ter acesso ao direito. Entretanto, a tensão entre proteção social e trabalho, que se estabelece por meio das políticas de ativação, fica configurada na estratégia operacional das políticas sociais. Isto porque o aumento do desemprego de longa duração e de empregos temporários, bem como a institucionalização da flexibilização e a precarização do trabalho, baseada na redução do custo do trabalho e forte redução das horas trabalhadas, constituem as principais expressões da redução do trabalho com direitos. A extinção ou subtração de direitos trabalhistas é uma resposta burguesa à crise do capital, em sua busca incessante por superlucros. Cresce e ganha força, mesmo entre a classe trabalhadora, a retórica da aceitação de qualquer negociação para manter o emprego, mesmo que isso signifique perder direitos.

De acordo com Pereira (2013b), a relação entre Estado e sociedade funda um construto social e histórico denominado de esfera pública, que tem como um dos princípios básicos a liberdade, a qual está no cerne da relação entre as esferas pública e privada. A esfera pública é um campo de conflitos e negociações, perpassado por demandas diferenciadas, para as quais são construídas deliberações baseadas em parâmetros públicos definidos. Essa relação entre Estado e sociedade é complexa, contraditória e expressa os embates entre as classes sociais e as lutas travadas no contexto em que se processa a sociabilidade em curso.

Trata-se de uma relação de dominação constituída no aparato institucional, burocrático, jurídico, policial e ideológico, o qual estrutura a respectiva forma estatal. Nessa relação distinguem-se duas instâncias: uma pública, geralmente associada ao Estado, de caráter universal e amparada pela lei; e outra privada, particular, que se refere

às liberdades civis, configuradas nos direitos de cidadania, posteriormente ampliadas pela conquista democrática dos direitos sociais, que, a partir do século XX, passam a ter sua concretização mediada por políticas públicas. Essas políticas são concretizadoras de direitos sociais, implicando a participação ativa do Estado como provedor de bens e serviços, direcionados à garantia de direitos. Há que se destacar a relação indissociável entre trabalho e política social no processo de reprodução do sistema capitalista. No contexto neoliberal de precarização do trabalho, a política social é reduzida a mero instrumento de ativação dos desempregados para assumir postos de trabalho precário.

Segundo Yazbek (2012, p. 316), evidencia-se "como característica central da política social brasileira sua direção compensatória e seletiva", direcionada aos pobres incapazes de competir no mercado, deixando na sua trajetória "o legado da subordinação do social ao econômico; o social constrangido pelo econômico; o social refilantropizado, despolitizado, despublicizado e focalizado", ao destinar o objeto da política à ação filantrópica, realizada por entidades não governamentais, que desfiguram e despolitizam a política pública, ao tempo em que não possuem alcance, nem escopo, nem escala, nem poder regulatório, nem caráter protetivo para dar enfrentamento à pobreza e às expressões da questão social.

Eivada por contradições, a política social está imbricada às relações sociais de produção e reprodução social, intermediada pela ação do Estado, na sua correspondente forma do capital. A luta de classes perpassa as conquistas sociais, materializadas em políticas sociais, resultantes das correlações de forças sociais em interação no respectivo tempo histórico. O Estado vai delineando sua configuração, a partir das determinações da sociabilidade capitalista, conduzindo seus mecanismos regulatórios – pacíficos, como a política social, ou coercitivos, como a criminalização da pobreza – sob o mando do capital.

Assim é que, no contexto de globalização neoliberal, segundo Pereira (2019), é requerida, do Estado e da política social, a passagem do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) para o *Workfare State* (Estado do Trabalho) e do bem-estar como direito (*welfare*) para o bem-estar provido pelo trabalho remunerado (*workfare*), configurando a mudança do padrão de intervenção social estatal do keynesiano-fordista para o neoliberal. Este último é constituído, principalmente, pela transformação da força de trabalho, situada à margem do mercado laboral assalariado e de consumo, em mercadoria; pela diminuição dos custos da força de trabalho, possibilitada pela criação de mecanismos sociais direcionados a esse fim; e pela implantação da lógica empresarial, através da coparticipação dos destinatários da política no processo de reprodução social e da mercantilização dos serviços.

Esses são os principais mecanismos que impulsionam a mudança na trajetória da política social com caráter público e universal, desviando, para o setor financeiro e a apropriação privada, os fundos públicos constituídos com a contribuição efetiva da classe trabalhadora, para financiar as estratégias operacionais e a programática estabelecida para as políticas sociais, no âmbito do Estado democrático de direito. Nesse contexto, a forma

estatal incorpora um deslocamento político-estratégico, que coloca o Estado em posição antissocial, sendo compatível com o atual processo de acumulação capitalista e com a tendência de privilegiamento do mercado em detrimento do Estado social, que caracteriza o período neoliberal.

De acordo com Raichelis (2015, p. 74-75), "a crise do Estado de Bem-Estar Social e do seu arcabouço jurídico-institucional vai desencadear profundas transformações nas relações econômicas, políticas e sociais, que repercutem diretamente nas formas de estruturação/desestruturação da esfera pública". Nesse contexto de hegemonia da financeirização, as políticas sociais estão sendo desvinculadas dos direitos de cidadania e passando a ser mecanismos de ativação dos indivíduos para o trabalho assalariado, precarizado, ao tempo em que o mérito competitivo individual definirá o bem-estar como passível de ser adquirido no mercado pela iniciativa individual. A assistência social restará para a massa pauperizada, alijada do mundo do trabalho.

Segundo Raichelis (2013b, p. 616), trata-se de uma nova geração de políticas sociais que expressam "as transformações do *Welfare* no contexto de crise e reconfiguração deste modo de regulação social-democrata", indicando a transição para o *workfare*, novo modelo de regulação estatal e núcleo estruturante do novo padrão de políticas sociais. Raichelis (2013) ressalta que esse novo padrão busca consolidar uma nova racionalidade redistributiva com as políticas de ativação para o trabalho, integradas ao mercado de trabalho e adotando contrapartidas para obtenção do acesso.

Pereira (2013, 2019, 2020) salienta aspectos importantes para refletir sobre a política social nesse contexto de crise estrutural do capital, destacando-se: a natureza contraditória e ambivalente da política social, possibilitando que essa política também atue em benefício do trabalho contra o capital; as mudanças realizadas na política social na sua passagem do capitalismo regulado para o desregulado, com trabalho flexível, precário, mal remunerado, sem garantias, sem proteção social, sem direitos trabalhistas; e as implicações sociais para a política e direitos sociais decorrentes da crise estrutural do capital.

De acordo com a autora, essa natureza contraditória da política social possibilita o atendimento de demandas e necessidades sociais, ao mesmo tempo em que a política social é apropriada pelo capital para atender aos seus interesses. É importante reconhecer a política social como um recurso possível de ser acessado pelas classes dominadas, quando se organizam e fazem o confronto político com as forças opressoras dominantes. É na correlação de forças entre as classes sociais e no equilíbrio de forças produzidas por essas classes que, na visão da autora, é determinada a distribuição de bens, serviços e direitos. No segundo pós-guerra, segundo Pereira (2020), agentes do capital, mediados pelo Estado, cederam às pressões sociais trabalhistas e revolucionárias da classe trabalhadora. Todavia, a tendência perversa que está se consolidando no neoliberalismo é a da reversão dos fundamentos éticos da política social solidária.

As políticas sociais, no neoliberalismo, não estão mais fundamentadas no trabalho estável; suas bases estão assentadas em ocupações precárias, autônomas, intermediadas por aplicativos, inseguras e desprotegidas socialmente. Focalização, descentralização e privatização são os princípios neoliberais aplicados à política social. Focalizar significa restringir a política social, especialmente a assistência social, aos segmentos mais pauperizados da população. Descentralizar significa transferir responsabilidades governamentais que deveriam ser conjuntas, da esfera federal para as estaduais, municipais e instituições privadas. Privatizar significa transformar bens públicos em propriedade privada, ou transferir a gestão e a execução dos serviços sociais à iniciativa particular, mercantil ou não mercantil. Outra forma de privatização considerada é a "incorporação no serviço público de técnicas gerenciais das empresas privadas que valorizam a relação custo-benefício, fornecedor-cliente e primazia dos meios em detrimento dos fins" (Pereira, 2013a, p. 24).

O tratamento gerencial dado às políticas sociais configura a tendência de despolitização das políticas, de sua apartação das lutas pela ampliação de direitos e de tecnificação de seus processos. De acordo com Raichelis (2013, p. 624), no setor público-estatal "[...] significativas mudanças tecnológicas levam à incorporação da *cultura do gerencialismo*, que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas institucionais às metas de controle de qualidade e de produtividade a serem alcançadas". Os parâmetros gerenciais das empresas privadas são implantados nos mecanismos da administração pública estatal, criando as condições para a privatização e a substituição das funções do Estado na prestação dos serviços sociais. Acrescente-se a essas refuncionalizações da forma estatal a virtualização incorporada na dinâmica da prestação do serviço, reconfigurando a forma de atendimento, distanciando os demandantes das políticas, reconfigurando a operacionalização das ações de atendimento, desvinculando o público-alvo das instâncias governamentais, despolitizando a política e enfraquecendo as ações coletivas e a participação social.

De acordo com o Ipea (2021, p. 2), os atuais padrões de governança no Sistema Único de Assistência Social (Suas) "incluem a coexistência de distintas agendas de reformas, paralelas e eventualmente entrecruzadas, pautadas em processos incrementais, em um contexto de conjunturas críticas". O contexto da pandemia da Covid-19 evidencia as proporções do desmonte nesses tempos, em que há a necessidade de uma atuação estatal mais contundente e compromissada com a classe trabalhadora, visando evitar o colapso social.

Portanto, diante do passado recente, marcado pela conjuntura de regressão de direitos, o sistema de proteção social brasileiro, no seu conjunto das ações públicas, reguladas para garantir a oferta de serviços e benefícios sociais, para atender às necessidades sociais e às privações sociais, passou por profundo processo de desmonte, tendo o sistema operacional desfigurado e o fundo público desviado para ampliar os ganhos do capital e o campo de privatização, demandado no neoliberalismo. Segundo Mascaro (2013, p. 118),

o "neoliberalismo não é uma retirada do Estado da economia, mas um específico modo de presença do Estado na economia".

O avanço neoliberal conservador sobre as políticas sociais desenha a tendência da regressão de direitos. Os fundamentos éticos e solidários da política social, constituídos na lógica da seguridade social, estão sendo substituídos pela lógica de segurança social, com conteúdo moralizante de autorresponsabilidade dos indivíduos pelo próprio bem-estar, configurado no sistema neoliberal, neoconservador e antidemocrático, cuja junção caracteriza o que está sendo denominado de "nova direita", discutida por Pereira (2019, 2020). Oponente ao padrão de proteção social de cunho solidário, a "nova direita" direciona ações estatais para desencadear a regressão e destruição da democracia e dos direitos sociais, articulando os interesses de competitividade dos mercados globalizados e de domínio do capital financeiro.

Com o auxílio de estratégias midiáticas, são difundidas políticas antissociais, fundamentadas na moral capitalista e respectiva ética utilitarista, egoísta e pragmática, em detrimento do *ethos* solidário, direcionado ao atendimento das necessidades humanas e sociais. As políticas de ativação correspondem à estratégia nova direitista de transformar os indivíduos em empreendedores e consumidores, ressignificando conceitos e padrões estabelecidos, como ocorre com o conceito de cidadania, utilizado nessas políticas com o sentido de consumo. Ser cidadão é entendido como ser um indivíduo consumidor, com poder aquisitivo para consumir mercadorias. Essa tendência ativa a esfera da circulação e faz da política social um apêndice da política econômica.

Considerações finais

A principal função da política pública no Estado Social é a de concretizar direitos sociais conquistados e regulamentados nas leis, necessitando para isso da alocação e distribuição de bens e recursos públicos, disponibilizados ao acesso como direitos de cidadania. O distanciamento dessa função desencadeia um desmonte generalizado das políticas sociais nessa perspectiva e configura a forma de política estatal compatível com a forma do capital no contexto imperialista e financeirizado, que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, é marcada pela crise estrutural, configurando a tendência de consolidação do *workfare* como forma do Estado. O avanço neoliberal conservador sobre as políticas sociais desenha a tendência da regressão de direitos, a qual está se configurando no rompimento do pacto federativo e ampliando os desafios profissionais e sociais.

Este cenário precisa ser revertido na luta de classes para barrar a tendência de regressão do processo civilizatório que alcançou a igualdade formal e a emancipação política, suscitando uma trajetória ascendente de conquistas humanitárias e não um retrocesso a condições de precariedade, escassez e barbárie. O caráter mundial do processo revolucio-

nário e a revolução permanente como revolução internacional é o caminho ao fenecimento do Estado moderno em concomitância ao esgotamento do capitalismo. Nesse sentido, a revolução permanente precisa se configurar em estratégia e se tornar a força motriz que impulsiona a luta por uma sociedade sem opressão, sem exploração e sem dominação, na qual prevaleça a igualdade substantiva e a justiça social.

Contribuições dos/as autores/as: a autora participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BEHRING, E. R. Emancipação, revolução permanente e política social. *In:* BOSCHETTI, I. *et al.* (Org.). *Que política social para qual emancipação?* Brasília: Abaré Editorial, 2018.

BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política social:* fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, I. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

FAO *et al. The state of food security and nutrition in the world 2022*. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma: FAO, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cc0639en. Acesso em: 25 jun. 2024.

IAMAMOTO, M. V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. *In:* BOSCHETTI, I. *et al.* (Org.). *Política social no capitalismo:* tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

IPEA. *Nota técnica n. 28*. Brasília, set. 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br. Acesso em: 15 out. 2021.

LÖWY, M. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels. *Revista da USP*, n. 9, 1978.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. Glosas críticas ao artigo "'O rei da Prússia e a reforma social'. De um prussiano". *In:* MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O capital*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MASCARO, A. L. *Estado e forma política.* São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, P. A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos:* crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, P. A. P. Estado, sociedade e esfera pública. *In:* CFESS. *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília: UNB, 2013a.

PEREIRA, P. A. P. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. *In:* COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (Org.). *A política social na América do Sul:* perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013b.

PEREIRA, P. A. P. Reorientações éticas da política social: do primado do ethos solidário ao império da moral individualista possessiva. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 43, v. 17, 2019.

PEREIRA, P. A. P. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta. *In:* PEREIRA, P. A. P. (Org.). *Ascensão da nova direita e o colapso da soberania política*. São Paulo: Cortez, 2020.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 116, out.-dez. 2013.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social:* caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2015.

REDE PENSSAN. *2º inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.* 8 jun. 2022. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/. Acesso em: 1 jul. 2022.

TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, abr.-jun. 2012.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2015.

em pauta

Kidnapped Sovereignty: Haitian hunger and poverty as sociopolitical constructions of foreign actors

Soberania Sequestrada: fome e pobreza haitiana como construções sociopolíticas de atores estrangeiros

Ethol Exime*

Evandro Alves Barbosa Filho**

ABSTRACT

Hunger and poverty in Haiti can be seen from the economic problems, political wars, international interference, and the high monetary sum paid for the country's independence in 1825 to France. These conjectures have contributed to the actual situation, a country immersed in political, economic, and social crises. The objective of this article is to analyze the evolving and definitive permanence of hunger from the perspective of external intromissions in Haiti. This article is a theoretical discussion of the essay type. The main ideas used for its construction were the following authors: Fleischmann Ulrich, Michel-Rolph Trouillot, Ricardo Seitenfus. Amartya Sen, Vanessa Braga Matijascic; Susan Stanford Friedman, Frantz Rousseau Déus, Arturo Escobar, Mohammed Ayoob e Jean-Bertrand Aristide. It was concluded that the Haitian people and Haitian institutions must deal with their daily problems without any outside interference and reinforce the commitment to respect the sovereignty of an independent country.

Keywords: Republic of Haiti; Hunger and poverty; Political freedom; Subaltern Realism.

RESUMO

A fome e a pobreza no Haiti devem ser analisadas a partir dos problemas econômicos, das guerras políticas, das intromissões internacionais e da alta soma monetária paga pela independência do país em 1825 à França. Tais aspectos têm contribuído para atual situação: um país mergulhado em uma crise política, econômica e social. O objetivo deste artigo é o de analisar a permanência evolutiva da fome sob a ótica das intromissões externas contra a liberdade política haitiana. Trata-se de uma discussão teórica do tipo ensaio baseada nas principais ideias de autores como Fleischmann Ulrich, Michel-Rolph Trouillot, Ricardo Seitenfus. Amartya Sen, Vanessa Braga Matijascic; Susan Stanford Friedman, Frantz Rousseau Déus, Arturo Escobar, Mohammed Ayoob e Jean-Bertrand Aristide. Conclui-se que o povo haitiano e as instituições haitianas devem aprender a lidar com seus problemas cotidianos sem intromissões externas e que o respeito pela soberania de um país independente deve ser mantido.

Palavras-chave: República do Haiti; Fome e pobreza; Liberdade política; Realismo Subalterno.

TEMA LIVRE

https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86958

*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Departamento de Ciências Sociais e História, Amambaí - MS, Brasil. E-mail: eeetholl@hotmail.com.

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Francisco Beltrão- Paraná, Brasil. E-mail: evealves85@yahoo.com.br.

HOW TO CITE: ETHOL, E.; BARBOSA FILHO, E. A. Kidnapped Sovereignty: Haitian hunger and poverty as sociopolitical constructions of foreign actors. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 178-192, set./dez., 2024. Available in: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86958.

Received on June 14, 2023.

Approved for publication on March 13, 2024.

Responsible for final approval: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introduction

Haiti's hunger and poverty must be analyzed taking into account the long history of the struggle for survival of a people politically deprived of their freedom of choice and unable to freely build a path that will lead them to remedy the problems of hunger and extreme poverty. Haiti is one of the poorest countries in the world, located in Latin America and the Caribbean, with almost 60% of its approximately 11.5 million inhabitants living in poverty (Rasul et al., 2022; Exime et al., 2024), with problems of basic sanitation, lack of inputs and services in areas such as health, economy, politics and all the aggregates of the first needs of a living being, including hunger and food and nutritional insecurity.

According to data from the Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, (2021), around 9.4 million Haitians live in moderate and severe food insecurity, which consists of a prevalence rate of 82%. In addition, around 5.4 million people are malnourished, highlighting the notable lack of food (Fao, 2023). In addition, food price inflation in Haiti has continued to rise in recent years, exceeding 48% in 2023, which has a direct impact on the daily diet of Haitian society, whose per capita income was US$1,420 in 2021, the lowest among Latin American and Caribbean countries (World Bank, 2023).

These issues increase unemployment, according to data from the l'Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique – IHSI, (2021) and the Ministère de l'Economie et des Finances (MEF), 30% of the Haitian population is unemployed, 50% of this total the youngest, according to an economic plan launched in 20201 in an attempt to contain the social problems of society, where more than half of the population lives on less than US$1.90 a day, below the international poverty line (Mef, 2020; Ihsi, 2021).

In this study, it is understood that freedom is related to the economic issue, which directly implies the lack of basic sanitation and investment to meet basic daily needs. In underdeveloped countries - countries that are economically and socially poor, marked by hunger and misery, and politically weak in the international context (Ayoob, 2002a, 2002b) - economic freedom is usually denied by a lack of governance and government action, as well as access to necessities (Sen, 1999). In the Haitian case, freedom was/is permanently denied by external actors, who for various reasons have denied national autonomy since its independence.

The Republic of Haiti has a complex history due to the amount of time it has endured and faced hunger and lack of employment, aspects that have historically impacted the lives of the country's citizens. Cultural and political practices persist that interfere with the solution of political and social problems and cause economic and financial in-

1 The Post-Covid-19 Economic Recovery Plan (Prepoc 2020-2023) is the result of participatory and inclusive work involving the public sector, representatives of civil society and the Haitian economy, as well as private sector organizations (Mef, 2020).

security, which, according to Sen (1999, p. 30), can be called "the absence of democratic rights and freedom."

Haitian democratic life suffers the impact of these issues because, morally, they affect social institutions, which are no longer active in the construction of political ideas that could be transformed into collective or societal projects that contribute to the maintenance of democracy and lost freedom (Escobar, 2004; Ayoob, 2002a, 2002b).

The Haitian people have had a history of foreign debts imposed by capitalist powers since they were built as a nation-state, which has led the country to wage a constant struggle to resurrect an autonomous development plan. For Seguy (2014), this situation leads to instability and serious internal problems. In Haiti's case, these problems are magnified by the deleterious actions of the local political classes and the constant interference and occupation by the international community, which seems unaware of Haiti's real needs in terms of natural, social, and economic problems, as well as the permanent culture of political disorganization of a people who have been violently subordinated since the revolution that led to independence from their colonizer, France. This revolution was started by the former slave Toussaint Louverture and carried out by Jean-Jacques Dessalines, who mobilized the slaves to rebel against the French colonialist system in search of freedom. The Haitian revolution began in 1791 and lasted until independence was achieved in 1804 when Haiti became the first Latin American nation to abolish slavery. However, even in the face of this initial pioneering, the country currently remains in a situation of low adherence to critical organizational collectivism (Exime; Pallú; Plein, 2022).

The lack of control over material resources and the lack of prospects for economic progress is closely associated with the monetary independence tax paid since 1825, which was a veritable armed robbery that undermined the autonomy and capacity of the state to promote social and economic development (Seitenfus, 2016). This foreign debt has increased Haitian poverty. Added to this is the fact that several Haitian governments have been marked by corruption, authoritarianism, and submission to the neoliberal guidelines imposed by the US, which did not want a new left-wing political experiment in its zone of influence, like the Cuban Revolution.

Thus, when thinking about the hunger and poverty of Haitian citizens, it becomes logical to reflect on the role of Haitian political freedom, which is considered fragile in terms of the people's inability to exercise their right to political opinion to elect representatives who can act effectively in the fight against social problems (Ciorciari, 2022).

The aim of this article is therefore to analyze the persistence of hunger and poverty from the perspective of external interference in Haiti. To this end, the article is divided into two topics: the first seeks to reflect on the history of Haiti, and the second, on political freedom associated with the theory of subaltern realism from the Haitian perspective.

A story linked to hunger and the colonizers' abuse of power

In 1492, the island, inhabited until then only by the Taíno Indians, was taken over by the colonizer Christopher Columbus, who thought he was reaching India and began forcing the natives to work in the mines. After the arrival of the European invaders, the island was called La Espagnola and soon changed to Hispaniola, which means little Spain in America. During this period, control of the Atlantic was established and European colonialism was born (Escobar, 2004).

The colonization by the French and Spanish led to the exploitation of fishing and agriculture, when the island began to produce large quantities of sugar for Europe, mainly for the Dutch. As the slave labor situations were unhealthy and exhausting, many workers became ill and, at the end of the 15th century, the Spanish abandoned the territory that would become Haiti. This situation of intense exploitation of slave labor changed with the Treaty of Ryswick in 1697, which divided the island between colonial powers. Signed between France, the United Provinces, currently the territory of the Netherlands, England, and Spain at the beginning of 1697, this treaty led the Spanish to return to the island, dividing the space with the French into two western parts: the Spanish Dominican Republic and French Haiti (Mott, 1973; Matijascic, 2010).

From then on, agricultural production continued in the plantation system through the exploitation of slave labor bought from Africa, but the profit was divided between France and Spain. The situation of extreme exploitation of enslaved labor gave rise to the revolt of 1791:

> In 1790, the population of Saint Domingue totaled 520,000.10 inhabitants, of which 425,000 were numbered slaves and the basis of the pyramidal social order. Other groups were classified according to wealth and skin color and included: freed slaves, mixed race "mulattos", white smallholders, and white plantation owners [...] (Phillips, 2008, p. 2 free translation).

From 1791 onwards, changes began to take place that solidified until the declaration of interdependence in 1804, after violent battles that massacred the island's occupying forces. The first of these was a political split that resulted in the formation of opposing groups: one of the supporters who remained faithful to the monarchical regime of Louis XVI and a second group formed by supporters of the French Revolution. Another relevant aspect of the revolt was the appointment, the following year, of the former slave Toussaint Louverture as major-general, who had taken part in the war between France and Spain that ended in 1795 (Phillips, 2008), and was taken prisoner to France in 1802, where he remained until his death.

The situation that revolted the slaves and contributed to independence on January 1, 1804, was the violent death of Jean-Jacques Dessaline, leader of the revolution and first emperor of Haiti in 1806, by his compatriots from the revolution, a situation that divided the island once again, leading to the weakening of the leadership of the time (Trouillot, 1990; Pattee, 1936; Mott, 1973).

After the Revolution, France left Haiti and imposed an independence tax of 150 million francs, which limited economic development, resulting in a period of internal crisis for Haiti. It is worth noting that no other country had to pay such a high fee for its independence as Haiti, a situation that had an impact on the economy and sectors of great importance for the country's growth. The first installments of this payment were paid through a loan to a French bank for 30 million francs, which bankrupted Haiti in the same year (Fleischmann, 2008).

In the following years, especially in 1838, under threat from French warships off the Haitian coast, the country was forced to pay the remainder of the 150 million franc independence tax. According to Fleischmann (2008), at that time, 60 million francs were paid and the rest was negotiated in installments that were only concluded in 1883 when the French government received the remaining 90 million. However, Haiti's debts to France were not paid off until 1922, when the United States of America took over financial control of Haiti and intervened in the state's sovereignty (James, 2010; Girard, 2010).

There was then a loan from the National Bank of Haiti, but the country was unable to pay off the previously accumulated debts, which led to high interest rates, instability, uncertainty, and infighting that affected exports and left public coffers empty. This situation led the country to implement high taxes levied directly on farmers to generate resources to pay off the debts, which had an impact on agricultural production and food security, which have still not recovered to this day (Phillips, 2008).

The US military occupied the country from 1915, imposing new economic rules and promising economic and political aid for 10 years in a row. The situation began to improve economically due to the modernization process, but this progress was limited to elite groups, leaving the peasant class at the mercy of political power, which led to dissatisfaction among the people, who began to demand an end to the US occupation. Th peasants revolted above all because, in exchange for the pacification and modernization of Haiti, the US demanded land ownership. As the country, liquidated by foreign debt, no longer had any public land, the local elites decided to cede the arable land of small farmers to US landowners, aggravating hunger in the countryside and the food supply crisis, which created a niche market for US agribusiness products (Déus, 2020; Andrade, 2016).

During the invasion of the United States of America, due to changes in the patterns of state intervention imposed by the invading power, the Haitian state lost the ability to regulate its domestic food production, relegating this responsibility to local economic and political elites who had an interest in maintaining the country as an import market for food from US producers. Although this policy aggravated hunger and poverty, it continued and was deepened in 1980, when the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank did not support the investment plan to produce agricultural products, especially rice, the staple of the Haitian diet, claiming that Haiti received everything from the US, via export, at no additional cost, preserving the interests of US rice farmers to the detriment of Haiti's food sovereignty.

The end of the US occupation came in August 1934, when Haiti completely lost its economic stability due to the great economic depression of 1929, a capitalist structural crisis that affected the world economy between 1929 and 1934. In the post-US occupation period, Haiti suffered several US-backed coups d'état and, in 1957, the dictatorship of President François Duvalier, also known as "Papa Doc", began, lasting until he died in 1971. His son, Jean-Claude Duvalier, then took power and began the government known as "Baby Doc", which lasted until 1986, when it was overthrown by a popular uprising (Phillips, 2008; Déus, 2020).

Then, after the Duvalier era, there were new economic crises until the electoral contest of Father Jean-Bertrand Aristide, a priest and popular leader aligned with liberation theology, who won Haiti's first free election in 1990, democratically, with great popularity and promises to end hunger and poverty through a national reconstruction project, but which generated great political and economic instability, resulting in a new coup d'état in 1991, also supported by the US, which deposed him. Aristide had a political project that incorporated the demands of the working classes in the countryside and the city, but his deposition set up a period in which Haiti suffered strong economic and humanitarian aid barriers and blockades, which increased the food crisis that had already been consolidated since 1970 (Dupuy, 2006; 2013; Aristide, 1994).

In 2000, Jean-Bertrand Aristide came to power again and began a renewed government. According to Phillips (2008), this period saw the start of an economic restructuring project in which, in 2002, a request was made for the return of the money withdrawn by France in payment of the independence debt, amounting to 21 billion US dollars. Aristide's return to the presidency was met by a new organization of the right and the most conservative sectors of the political classes, which fomented violence and popular uprisings, bringing the country to the brink of civil war. This situation was used to justify a new international occupation, carried out by the United Nations Stabilization Mission in Haiti - MINUSTAH, a UN Security Council program whose objective was to guarantee the stability of the country, and which was led

by Brazilian military personnel. As far as the social dimension is concerned, this mission did not have popular support, justified by the insecurity of the people. Consequently, the intention to guarantee improvements and promote projects in the areas of security, and health, ended up being ineffective in guaranteeing political order, in addition to suspending the project of reconstruction and national autonomy defended by Aristide (Seitenfus, 2016; Ciorciari, 2022).

It is thus understood that the current situation of deep social inequalities in Haiti and the issues of economic development, hunger, and poverty are, to a large extent, directly linked: the large sum paid to France for its independence, the massive dispossession of peasant land carried out by the US occupation, the violent military dictatorships that kept development restricted to the political and economic elites, the imposition of neoliberal structural adjustments by multilateral organizations in the 1980s, which kept the country as an exporter of food and manufactured goods and, finally, the military occupation by MINUSTAH. As a result of this denial of Haitian sovereignty, especially by exogenous actors, there is a "denied modernization" that drags the country into extreme poverty. The impact of this denied modernization has led to the republic's major problems, as Fleischmann (2008) explains:

> The "denied modernity" weighed heavily on the small state that was recognized as the Holy See, with other nations seeing little advantage in losing France's good graces to such an insignificant country. France's political recognition was therefore the main condition for demobilization and a return to normality. Having reunited the entire island under the Haitian flag in 1822, the new President Boyer sought to enter into negotiations with France. France demanded nothing less than that its citizens be compensated for the land and slaves they had lost, an unacceptable condition for the Haitians. On July 15, 1825, a squadron of several warships dropped anchor in the port of Port-au-Prince to deliver an Ordinance from the King of France, Charles X, to the Haitian Senate. The threat was obvious and the Haitian government gave in to what seemed inevitable: diplomatic recognition of Haiti, in exchange for an indemnity of 150 million francs and customs privileges granted to France. That same evening, the Haitian government organized a reception for the French admirals, whom the chronicles describe as cheerful and beautiful (Fleischmann, 2008, p. 166, free translation).

The abusive compensation demanded by France negated Haiti's development process which, without funds to invest in social and economic policies, remained in a process of political, economic, and social immaturity, with its public funds hijacked by foreign imperialist actors.

To restructure the Haitian economy, it would first be necessary to overcome the social debt of the French colonial heritage, since Haiti's colonial past lives on when you

consider the effects it still has on the extreme poverty of the people. These issues have meant that the country has simply been lost in the scarcity of financial resources to maintain itself as an independent state since 1804 (Trouillot, 1990; Pattee, 1936).

We can thus see a history full of struggles and also marked by foreign meddling since the colonizers did not respect the countries (colonized) that remained economically, socially, and politically vulnerable, leading to a picture in which there seems to be a forgetting of the effects of international occupations and undue charges. Thus, the remnants of colonization are present in the denied modernization (Friedman, 2012). In the context of neo-colonialism, the establishment of indirect economic and financial control of Latin American countries by the European powers is understood as domination exercised through trade and promises of integration (Fernandes, 2009). This situation continues to this day, with strong external interference and domination from the perspective of economic needs, as well as influences on political aspects that extend to cultural elements in Haitian society (Célius, 1997).

This modernization denied to vulnerable countries was initiated by the colonizing countries, so modernization still bears the traces of colonization. This can be seen in the lack of access to the technologies and policies available to combat inequality (Friedman, 2012) and the lack of political opportunity to maintain economic stability. External meddling and the low effectiveness of institutions and collective action characterize the permanence of these countries between the development process and the absence of denied progress. (Gumbrecht, 1998).

Political freedom and the theory of subaltern realism from a Haitian perspective

Attempts to confront the problems faced by underdeveloped countries require an understanding of the situations in which they find themselves in the economic field. On the horizon of peripheral economic discussions, it is considered a constant challenge to deal with colonial impacts, which continue to limit the sovereignty of independent states, forming a kind of subaltern realism:

> Although subaltern realism does not necessarily attempt to replace or surpass neorealism and neoliberalism as a "theory" that can fully explain how the international system operates, it does a good job of filling important gaps in the theoretical literature and correcting the acute state of inequality that permeates international relations theory (Ayoob, 2002, p. 47).

The theory of subaltern realism is more concerned with situations of extreme poverty, inequality, and economic disproportion between developed and underdeveloped

countries. This unequal world in the international context uses pretexts based on cooperation and the offer of solidarity aid, which creates a certain type of obedience, directly affecting national sovereignty. In other words, cooperation also benefits the helping country because of the dependence the receiving country is placed in. The actors involved in cooperation also assume responsibility for economic influence and social cohesion within these units, influencing their relationship with each other and generating false reciprocity, since fragile countries depend on external benefits and are often neglected by the economic powers (Barnett, 2002; Ayoob, 2002a, 2002b).

Thus, subaltern realism understands that peripheral (underdeveloped) states are generally weak politically and militarily, and often depend on external benefits from developed rich and industrialized countries. In addition, states are limited in their interactions with each other, so the theory has an enormous capacity to explain the weaknesses of poor countries (Ayoob, 2002a, 2002b).

The group of central capitalist countries is made up of large empires, with a very stable economy, and they act in the international system in conflicts that lead to the emergence of terrorist groups and migratory crises (Ayoob, 2002, 1989). On the other hand, the actions of the economic powers have led to interference in the internal affairs of independent countries, alleging various actions such as party political crises, human rights, and civil wars to intervene in the name of freedom in a democratically free world. It is at this juncture that the crisis of countries like Haiti, which has been experiencing international meddling since before the formation of the state in 1804, presents itself.

Haiti is currently experiencing a huge problem due to the increase in its foreign debt, which has reached 2.76 billion dollars, according to data from 2020 Index Mundi, (2020), with significant increases every year (Exime, 2021). In addition, the Gross Domestic Product (GDP), even with foreign aid, shows no sign of growing, as the debts weigh too heavily compared to what it is capable of producing, directly impacting the quality of life and generating hunger for around 6 million Haitians.

Thus, true economic freedom, which is not that imposed by neoliberal and imperialist actors, can have a strong impact on political freedom and this condition seems to be a hallmark of Haiti's historical construction. Political freedom also guarantees cultural freedom. In the Haitian case, for example, voodoo stands out, a religion in which male practitioners are called ougan or bòkòe and women are called manbo and their resistance represents a struggle for cultural and political freedom. In this context, the lwa (loa) Marinette Bois Sèch stands out as one of the icons in the defense of the oppressed in search of equality, as she is one of the most revered loas in the Haitian voodoo religion when it comes to freedom (Laguerre, 2016; Galvin et al., 2022).

It is important to note that Haitian ideas of political freedom and popular movements have always had a strong connection with voodoo. Voodoo and its complex ideas about unity and freedom on a material and spiritual level also played an important role in the country's struggle for independence.

Given the importance of this issue, in terms of freedom, meddling, and Haitian history, it is necessary to bring up some reflective propositions that can help in understanding the subject and serve as a measure or possible points to reflect Haiti's political trajectory. We highlight five issues that need to be considered to guarantee improvements and effective changes concerning hunger, political freedom, subalternity, meddling, and corruption by the political elite and state organizations.

Firstly, it is necessary to consider the historical role of foreign meddling in the decisions of rulers throughout history, which calls for the strengthening of the country's democratic institutions to promote transparency in the fight against corruption and the enhancement of freedom in the judiciary, to provide stability and prevent external interference. Secondly, it is the government's responsibility to train Haitian society about their rights in politics and their duties as citizens, remembering the historical legacies of liberty, equality, and fraternity to reform the Haitian political system.

Thirdly, we need to guarantee actions that promote the social inclusion of the 60% of the population that lives in hunger and poverty, marginalized, giving young people, women, and the 42% of rural Haitians the opportunity to propose ideas to influence public policies, making them subjects of the public sphere. Fourthly, there must be a consensus on how to monitor the powers and institutions of government, especially about popular oversight, the demand for accountability, transparency and punishment for corruption, social and community control, and participation.

Finally, it is believed that there is no point in looking for a way to reduce hunger, social problems, exclusion, and freedom from political rights without establishing dialogues to build a collective national project centered on rescuing and renewing the sovereignty sought by the 1804 Revolution.

The critical thoughts set out in this article are important for building political freedom in the sense of the authenticity of being free (De Castro, 2010). It is worth noting that other researchers are proposing other reflections to deal with the challenges Haitians face due to the lack of political freedom interconnected with the fight against hunger, such as investing in education to reduce social inequalities and unemployment (Pierre, 2020; Fleurant, 2020). Others point to education as the key to dealing with the problems of security and political stability (Graveus, 2021).

From an international and national perspective, the impacts of these challenges create even more inequality, because, in an underdeveloped country like Haiti, every citizen

has to fight to strategically survive hunger and extreme poverty, facing malnutrition, lack of access to health services, basic sanitation, and insecurity, which are just some of the problems faced by the Haitian population.

Final Considerations

The Haitian nation's structural problems originated in the independence process mainly concerning the payment of debts to France, which generated economic and social crises that deepened in the 1980s. These crises involved the US, which invaded and then supported violent military dictatorships, and the occupation by international forces, such as MINUSTAH, which, in the name of pacification and re-establishing order, suspended the project to rebuild national sovereignty sought by the Aristide government. As a result, Haiti continues to be plunged into extreme poverty, with democratic and political crises.

Hunger and poverty in Haiti are rooted in the way the country's economic development process was handled, linked to modernity denied by the payment of debts to France and the plundering of agricultural wealth. This has limited the construction of strong institutions capable of responding to the problems of a nation without external resources and with an insignificant public fund, a situation that has a direct impact on the democratic processes of the nation's political life.

In addition, the invisible solidarity of international communities has always influenced the country by meddling in its internal affairs, be they political, economic, or social. Thus, many of Haiti's problems are directly linked to invasions, and political wars caused by the influence of the international community in dictating the rules on what should be done in the country without knowing the real causes and without having a deep understanding of the nature of hunger and the needs of the people, and national ideas about emancipation and autonomy, such as those based on voodoo, which promoted the black revolution of 1804.

From this perspective, the idea of freeing the Haitian people from negative external interference and their institutions is defended to reinforce the commitment to respect the sovereignty of an independent country. It is also necessary to reverse the traces of the colonizers in modernization, such as the lack of resources, exhausted and outdated technologies, the make-up of self-help ideologies, false neoliberal solidarity, and countless unfulfilled promises that directly affect poor countries. In the same vein, Haitian society is criticized for not standing up for itself when it comes to electing its leaders, demanding campaign promises from politicians, demanding accountability for public spending to avoid corruption, and being aware of the criminal acts against poor and hungry society without the political freedom to influence the country's decisions.

Future studies should focus on the issue of extreme poverty and hunger based on the political culture of the Haitian people, seeking to understand how Haitians manage to maintain a certain kind of visual happiness amid daily turbulence and suffering. Finally, it is suggested that further work be carried out to critically analyze the theoretical and explanatory elements of hunger and poverty in Haiti produced by the neoliberal think tanks located in multilateral organizations such as the World Bank, the IMF, and the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), which continue to be the hegemonic think tanks for overcoming the acute expressions of the social question in the Caribbean country.

Author contributions: Writing – First Draft: EXIME, Ethol; Writing – Review and Editing: EXIME, Ethol; Review - Supervision: BARBOSA FILHO, Evandro Alves.

Author contributions

Thanks: Not applicable.

Funding agency: Not applicable.

Approval by Ethics Committee: Not applicable.

Conflict of interests: Not applicable.

References

ANDRADE, E. O. A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano. Revista Eletrônica da ANPHLAC, [S. l.], n. 20, p. 173-196, 2016. DOI: 10.46752/anphlac.20.2016.2492.

ARISTIDE, J. B. Tout moun se moun. Editorial IEPALA, 1994.

AYOOB, M. Defining security: a subaltern realist perspective. In: Critical security studies. Routledge, 2002. p. 145-170.

AYOOB, M. Inequality and theorizing in international relations: the case for subaltern realism. International Studies Review, Oxford, v. 4, n. 3, p. 27-48, 2002.

AYOOB, M. The Third World in the System of States: Acute Schizophrenia or Growing Pains? International Studies Quarterly, Oxford, v. 33, Issue 1, March 1989, Pages 67–79. DOI: https://doi.org/10.2307/2600494.

BANCO MUNDIAL. Haïti Présentation. 2023. Disponível em: https://www.banquemondiale.org/fr/country/haiti/overview. Acesso em: 12 mai. 2023.

BARNETT, M. Chique radical? Realismo subalterno: uma réplica. International Studies Review, Barcelona, v. 4, n. 3, p. 49-62, 2002.

CIORCIARI, J. D. Haiti and the Pitfalls of Sharing Police Powers. International Peace keeping, Londres, v. 29, n. 3, p. 1-29, 2022.

CÉLIUS, C. A. Le modèle social haïtien. Hypothèses, arguments et méthode. Pouvoirs dans la Caraïbe. Revue du CRPLC, n. Spécial, Schoelcher, n. 10, p. 1-24, 1997.

DÉUS, F. R. The construction of identity in haitian indigenism and the post-colonial debate. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, Brasília, v. 17, p. e17511, 2020.

DE CASTRO, R. S. O Problema da Emancipação e da Liberdade. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, [S. l.], n. 25, p. 33-50, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rep.2010.2882. Acesso em: 10 de mar. 2023.

DUPUY, A. The prophet and power: Jean-Bertrand Aristide, the international community, and Haiti. Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

DUPUY, A. From François Duvalier to Jean-Bertrand Aristide: The Declining Significance of Color Politics in Haiti. Politics and Power in Haiti, New York, p. 43-63, 2013.

EXIME, E. Cooperação internacional na perspectiva da agricultura familiar no Haiti. 2021. 163f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

EXIME, E.; PALLÚ, N. M.; PLEIN, C. Ação coletiva e o desenvolvimento da agricultura familiar no Haiti: um incentivo para impulsionar a retomada da soberania alimentar. Humanidades & Inovação, Palmas, v. 9, n. 1, pág. 203-213, 2022.

EXIME, E. et al. Cooperation and Collective Action as Strategies for The Development of Haitian Agriculture. Revista de Gestão Social e Ambiental, Curitiba, v. 18, n. 4, p. e04538-e04538, 2024.

ESCOBAR, A. Beyond the Third World: Imperial Globality, Global Coloniality and Anti-Globalisation Social Movements. Third World Quarterly, Londres, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004.

FAO. Global Information and Early Warning System on Food and Agriculture (GIEWS). 2023. Disponível em: https://fpma.fao.org/giews/fpmat4/#/dashboard/browser/about. Accesso em: 12 mar. 2024.

FAO. Haiti-Suite of Food Security Indicators. 2021. Disponível em: https://www.fao.org/faostat/en/#country/93. Acesso em: 12 mar. 2024.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FRIEDMAN, S. S. Batendo palmas a uma só mão: Colonialismo, pós-colonialismo e as fronteiras espácio-temporais do modernismo. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 74, p. 85-113, 2006.

FLEURANT, M. M. Les changements climatiques à Haïti: pour la résilience socio-écologique des populations par l'adaptation dans le domaine de l'agriculture. Possibilités et limites du droit interne et international. 431f. 2020. Tese. (Doutorado em Direito).

GALVIN, M. et al. Examining the Etiology and Treatment of Mental Illness Among Vodou Priests in Northern Haiti. Culture, Medicine, and Psychiatry, Berlim, v. 47, n. 3, p. 1-22, 2022.

GRAVEUS, E. Analyse de L'Impact du Programme PetroCaribe sur le Développement d'Haïti. 113f. 2021. Dissertação. (Mestrado em ciências econômicas). l'Institut des Sciences, des Technologies et des Études Avancées d'Haïti.

GUMBRECHT, H. U. Modernização dos sentidos. Editora 34, 1998.

GIRARD, P. Haiti: The tumultuous history-from pearl of the Caribbean to a broken nation. St. Martin's Press, 2010.

IHSI. L'institut Haïtien De Satistique Et D'informatique. Les Comptes Economiques En 2021, 2021. Disponível em: https://ihsi.ayiti.digital/pib-comptes-nationaux. Acesso em: 20 nov. 2023.

JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture ea revolução de São Domingos. Boitempo, 2010.

LAGUERRE, M. S. Voodoo and politics in Haiti. Springer, 2016.

MATIJASCIC, V. B. Haiti: uma história de instabilidade política. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010.

MOTT, L. A Escravatura: o Propósito de uma Representação a El-Rei sobre a Escravatura no Brasil. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 14, p. 127-136, 1973. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i14p127-136. Acesso em: 26 nov. 2023.

MEF. Ministère de l'Economie et des Finances. Plan de Relance Economique Post-Covid-19 pour la période 2020-2023 - PREPOC 20-23, 2020. Disponível em: https://mef.gouv.ht/index.php?page=Budget2021. Acesso em: 26 nov. 2023.

RASUL, R. et al. Extreme food insecurity and malnutrition in Haiti: Findings from a population-based cohort in Port-au-Prince, Haiti. Nutrients, Basel, v. 14, n. 22, p. 4854, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/nu14224854. Acesso em: 5 abr. 2024.

RIBEIRO, D. J.; SALCEDO REPOLÊS, M. F. O Haiti como Memória Subterrânea da Revolução e do Constitucionalismo Modernos. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 165-192, 2023.

SEN, A. Development as freedom. Tradução Laura Teixeira Motta. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SEITENFUS, R. Reconstruir Haití: entre la esperanza y el tridente imperial. Santo Domingo: CLACSO libros/Ediciones Fundación Juan Bosch, 2016.

SEGUY, F. A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti. 2014. 389f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PATTEE, R. Henri Christophe dans l'Histoire d'Haiti. 1936.

PHILLIPS, A. Haiti, France and the Independence Debt of 1825. Canada Haiti Action Network, 2008. Disponível em: https://canada-haiti.ca/content/haiti-france-and-independence-debt-1825-0. Acesso em: 8 nov. 2022.

PIERRE, G. R. Poverty in Haiti. Open Journal of Political Science, Liverpool, v. 10, n. 3, p. 407-427, 2020. doi: 10.4236/ojps.2020.103025.

FLEISCHMANN, U. L'histoire de la fondation de la Nation haïtienne: mythes et abus politiques. Beroamericana Editorial Vervuert, Madrid, p. 161-181, 2008.

TROUILLOT, M. R. Haiti: State against nation. NYU Press, 1990.

ENTREVISTA
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86960

Franci Gomes Cardoso: uma intelectual militante do Grupo do Maranhão

Franci Gomes Cardoso: a militant intellectual from the Maranhão Group

Juan Pablo Sierra Tapiro*
Diego Martins Dória Paulo**

É com grande prazer que apresentamos a entrevista realizada com Franci Gomes Cardoso, assistente social, professora universitária, pesquisadora e intelectual militante, que é uma das referências do chamado "Grupo do Maranhão", junto com companheiras como Josefa Batista Lopes e Marina Maciel Abreu, entre outras.

Franci e o "Grupo do Maranhão" fazem parte do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, com importantes contribuições desde a década de 1970, particularmente, para pensar a relação da profissão com as classes subalternas e a luta de classes em uma perspectiva gramsciana.

Nesta entrevista, junto com Franci, procuramos resgatar historicamente tanto sua trajetória individual como, necessariamente, o processo coletivo que lhe formou, instigando-a a pensar desafios para a profissão na atualidade.

Em Pauta — Franci, consideramos importante que as novas gerações conheçam sua trajetória. Poderia nos contar um pouco sobre sua história?

Franci Gomes Cardoso — Acumulo uma longa trajetória de vida (81 anos de idade) e de trabalho (meio século, mais 3 anos). Sou viúva e tenho 3 filhos (duas mulheres e um homem). Sou assistente social, professora universitária, pesquisadora e intelectual militante. É com este modo de ser que tenho trilhado, de forma unitária, grande parte da minha vida pessoal e todo meu percurso de trabalho acadêmico-político, desde que ingressei na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio de concurso público, em 1971, para

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: juan.tapiro@uerj.br.

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: dmdpaulo@gmail.com.

COMO CITAR: TAPIRO, J. P. S.; PAULO, D. M. D. Franci Gomes Cardoso: uma intelectual militante do Grupo do Maranhão. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 193-200, set./dez., 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86960.

Recebido em 31 de julho de 2024.
Aprovado para publicação em 06 de agosto de 2024.
Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

professora do Departamento de Serviço Social. Atualmente, sou aposentada, mas me mantenho trabalhando vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA (PPGPP/UFMA), compondo o corpo permanente do seu quadro de professores.

Como pesquisadora, minha experiência é concentrada nas áreas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho, Formação Profissional e Prática do Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, Trabalho e Sindicalismo, Lutas Sociais e Organização Política da Classe Trabalhadora. E, nessa condição de pesquisadora, fui bolsista de produtividade em pesquisa, do CNPq, no período de março de 1999 a fevereiro de 2014.

Em meio a essa simplificada memória, é muito importante registrar aqui, alguns marcos históricos dos períodos mais significativos de minha trajetória profissional, acadêmica e intelectual militante: final da década de 1970, a década de 1980 e toda a década de 1990 e início do século XXI. O final da década de 70 é o momento de minha trajetória acadêmica em que se delineia de forma mais clara e consciente a perspectiva critico-dialética-materialista, como opção teórico-metodológico e política, assumida desde então e, coletivamente, com o grupo de intelectuais, com o qual compartilho produção acadêmico-política e afeto, desde o processo de graduação, o chamado grupo do Maranhão.

A partir de 1979, os Assistentes Sociais se rearticulam, buscando o fortalecimento do movimento sindical, reativando algumas associações profissionais e sindicatos, bem como criando entidades por todo território nacional. É a partir daí que me engajo no movimento sindical, inicialmente no âmbito da categoria de Assistentes Sociais e, posteriormente, na luta mais geral dos trabalhadores.

No âmbito da organização da categoria dos Assistentes Sociais, participei do movimento pró-Associação Profissional dos Assistentes Sociais do estado do Maranhão como vanguarda, exercendo, posteriormente, cargos de direção na Associação e, após a transformação em Sindicatos, fui eleita presidente da entidade, para o período entre 1987 e 1989. Minha participação política se constituiu um passo importante em minha trajetória acadêmica, pressionando e implementando mudanças no processo de formação profissional em face às demandas potenciais de segmentos das classes subalternas, colocadas à profissão.

O período a partir do final da década de 1980 e toda a década de 1990, marca um novo momento de minha trajetória acadêmica: ingressei, em 1989, no Doutorado em Serviço Social na PUC/SP e todo o meu percurso de estudos, pesquisas, publicações de artigos e debates acadêmico-políticos, foi direcionado para a tese que defendi, em 1994 sob o título “Protagonismo das Classes Subalternas no Brasil Contemporâneo”. Esta tese foi publicada em Forma de livro, pela Cortez Editora e a Edufma, em 1995, sob o título “Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social”.

A partir daí, tem destaque em minha trajetória acadêmico-política, a minha participação na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), sobretudo no processo de construção, implementação e avaliação das novas diretrizes curriculares, aprovadas pela entidade, em 1996. Inicialmente, como consultora da Abess/UFMA, na elaboração da "Proposta básica de formação profissional – novos subsídios para o debate" (Cadernos Abess nº7) e, posteriormente, compondo a diretoria executiva em várias gestões.

Após dez anos da aprovação das diretrizes pela entidade, participei da gestão 2006/2007 de Ana Elizabete Mota, com intensa participação na pesquisa avaliativa sobre essa implementação. Na gestão seguinte, 2007/2008, de Marina Maciel, em que participei como suplente de diretoria, os resultados dessa pesquisa avaliativa foram publicadas na revista Temporalis nº 14. Destaco no período de participação dessas gestões minha produção acadêmica nas revistas: cadernos Abess nº 8, Temporalis 1, 2 e 14. Destaco, ainda, minha intensa participação na Abepss itinerante desse período.

Em Pauta — Qual é a sua avaliação dos debates realizados no curso de Serviço Social da UFMA, à luz do processo de renovação profissional no Brasil?

Franci Gomes Cardoso — Para entender os debates travados desde o fim dos anos 1970, é importante registrar algumas determinações históricas, no movimento do Serviço Social no Maranhão. O Serviço Social se insere e constrói história no Maranhão há 70 anos, e a centralidade da formação profissional e da organização, com destaque à resistência, tem suas raízes, se mantém em toda essa trajetória, consideradas as exigências do movimento histórico. O contexto em que foi criado 1º Curso de Serviço Social no Maranhão, em 1953, é de grande efervescência social no mundo pós-guerra mundial (1939/1945) e, em sua particularidade de país situado na periferia de um sistema mundializado do capital. O Maranhão vive, à época, significativas mudanças econômico-sociais, político-institucionais, culturais e éticas, com as lutas sociais no campo, onde avançava a organização dos camponeses articulada ao movimento nacional. Portanto, com possíveis inserções em processos concretos de resistência e sob controle do Capital/Estado, a inserção da formação profissional em Serviço Social, na UFMA é mediada pelo projeto de modernização conservadora da ditadura civil-militar (1964/1985), que fortalece a herança conservadora do Serviço Social. Herança com a qual a profissão rompe, no momento em que se deflagra o movimento de Reconceituação, em 1965, na América Latina e, em 1970, no Brasil e se inicia, nesse movimento, a construção do projeto ético-político profissional orientado pela necessidade da emancipação humana.

No âmbito do processo de renovação profissional no Brasil, é intensa a participação de docentes e estudantes do Curso de Serviço Social da UFMA e de outros assistentes sociais do Maranhão, não apenas no debate, mas no movimento nacional de construção do projeto ético-político profissional a partir dos anos 1970, sustentado no pensamento de Marx e da tradição marxista, na direção da emancipação das classes subalternas e de toda humanidade. No contexto de laicização no âmbito da UFMA e de renovação da profissão no país, a formação profissional no Maranhão desenvolve a ruptura com a formação com cariz religioso, construindo mediações político-acadêmicas que a conectam crítica e conscientemente ao movimento na história. Esse processo foi evidenciado na dinâmica da construção do projeto pedagógico do curso, através das revisões curriculares, integradas ao processo nacional sob a coordenação nacional da Abess/Abepss, entre 1970/1996, expressas na singularidade da constituição da graduação e pós-graduação e busca da unidade entre elas, mediada pelo avanço da pesquisa e produção do conhecimento na relação dialética com o mercado de trabalho e organização da categoria.

Entendemos que o projeto ético-político profissional se materializa na dinâmica concreta do Serviço Social, como totalidade histórica, objetivando-se, portanto, nas diferentes dimensões da profissão (a formação profissional, a produção de conhecimento a organização política e a intervenção), cada uma delas, em sua conexão com as demais, na perspectiva anticapitalista de superação da ordem burguesa. Essa perspectiva, que expressa o horizonte da direção sociopolítica do Serviço Social é, também, a direção hegemônica dos debates acadêmicos e político-pedagógicos realizados no Serviço Social no Maranhão, como parte do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, na direção da intenção de ruptura com o Serviço Social "tradicional", como dito anteriormente.

Em Pauta — Qual balanço você faz da apropriação do pensamento de Antônio Gramsci e das contribuições que esse pensador marxista traz para as análises da realidade brasileira contemporânea e para a fundamentação teórico-prática do Serviço Social?

Franci Gomes Cardoso — No Maranhão, ganha destaque o Grupo de estudos pesquisa e debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), grupo vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFMA e ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, da mesma universidade, do qual somos integrantes com um coletivo maior de professoras e estudantes de iniciação científica (bolsistas e voluntárias) dos Cursos de graduação em Serviço Social e do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas.

Esse grupo faz história, no Maranhão, desde sua criação, em 1998, articulado a outros grupos de pesquisa da UFMA e a outros, em âmbito nacional e internacional, com as entidades acadêmico-político-profissionais do Serviço Social, Abepss, Cfess e Alaeits,

bem como com instituições de fomento à pesquisa e aperfeiçoamento de professores, CNPq e Capes e, mais recentemente, a partir de 2015, com a International Gramsci Society (IGS/Brasil).

Atualmente, o GSERMS comporta, em sua estrutura acadêmico-política, o Núcleo de Estudo, Pesquisa e debate Gramsci, Marx e Marxismo (NEGRAM), criado em 2018, na perspectiva de fomentar estudos e difundir o pensamento de Gramsci, sua interlocução com Max e com autores da tradição marxista; e a Conferência Gramsci, Marx e Marxismo (Cegram) como atividade periódica bienal que já se tornou uma referência no Brasil e na América Latina.

No Serviço Social da UFMA, é, fundamentalmente nesses espaços do GSERMS, mas não só, que se produzem e difundem as apropriações sobre o pensamento gramsciano e sobre as apreensões de processos sociopolíticos da realidade social em movimento, tendo como referência temas centrais constitutivos do quadro de referência desse teórico revolucionário.

Nessa direção, destacam-se os ciclos de estudos sistemáticos do Negram, centrado nos Cadernos dos Cárceres, tradução brasileira de Carlos Nelson Coutinho, Luís Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira; e a CGRAM. Esta, em sua 4ª edição a ser realizada no período de 26 a 30 de agosto, conjuntamente ao 4º Colóquio internacional Antonio Gramsci (IGS/BR,) sob a temática "Gramsci, hegemonia e a emancipação dos subalternos".

Nesses espaços estruturantes do GSERMS são debatidos e difundidos, fundamentalmente, resultados de estudos sobre as obras de Gramsci, acrescidos de estudos da realidade brasileira que revelam a atualidade inquestionável do pensamento de Gramsci para a análise da realidade contemporânea e, ao mesmo tempo, para contribuir com o avanço da pesquisa e produção de conhecimento do Serviço Social como totalidade histórica, como também, para a apreensão e intervenção sobre objetos históricos, expressões da questão social, as quais se constituem objetos do Serviço Social como profissão e área de conhecimento.

Como resultado mais recente e relevante para o fortalecimento, ampliação da interlocução e difusão do conhecimento crítico, sustentado no pensamento de Gramsci, Marx e da tradição marxista, é importante destacar a coletânea "Gramsci, Cultura e Luta de Classes na América Latina" publicada em 1ª edição pela Expressão Popular em 2022. Essa coletânea constitui um produto da 2ª Cegram, que reúne artigos escritos por brasileiros, latino-americanos e italianos, conferencistas e palestrantes convidados para a conferência. A abordagem dos autores adensa o debate sobre o acirramento da luta de classes frente ao avanço do conservadorismo reacionário de caráter contrarrevolucionário no mundo - especificamente na América Latina e, em especial, no Brasil – com base no referencial do pensamento de Gramsci para a análise de determinações históricas de questões estrutu-

rais-conjunturais dessas realidades e para a construção de estratégias de luta pela emancipação dos subalternos.

Um aspecto bastante enfatizado por estudiosos do pensamento de Gramsci – presente na referida coletânea – é a necessidade que se impõe, quanto à tradutibilidade da obra do autor, nos estudos da contemporaneidade. Essa necessidade se impõe a qualquer teoria que sustente as análises de quaisquer realidades sociais, haja vista o caráter histórico dessas realidades. As teorias clássicas, como referências histórico-conceituais, são indispensáveis, mas insuficientes para dar conta da plenitude da dinâmica histórica, em todos os tempos e espaços. A realidade concreta é sempre mais rica, que a sua reprodução ideal, no plano do pensamento. E essas reproduções estão conectadas ao tempo e espaços históricos de seus reprodutores.

Portanto, é de grande relevância a apropriação e as contribuições do estudo do pensamento gramsciano para as análises da realidade brasileira contemporânea e para a fundamentação teórico-prática do Serviço Social, mas com o rigor teórico-metodológico e político-ideológico indispensável à necessidade de sua tradutibilidade, conectando-se ao tempo histórico presente.

Em Pauta — Como você avalia a conjuntura política no Brasil, após a emergência de uma extrema direita no contexto da luta de classes e os desafios postos para a organização da classe trabalhadora e para a categoria profissional, no tempo presente?

Franci Gomes Cardoso — Na dinâmica histórica atual do Brasil, no contexto do acirramento da luta de classes, sobretudo com o avanço do conservadorismo reacionário e emergência de uma extrema direita que ascende ao poder central com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República, em 2018, evidenciam-se, por um lado, processos profundamente violentos, tanto física quanto moralmente, orientados pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro e, por outro, processos de resistência que se expressam por movimentos de oposição e protesto à opressão, como reação à subordinação à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo, agora em crise mundial.

Essa crise evidencia as contradições do movimento de acumulação e se manifesta em diferentes setores da vida social: a financeira, a ambiental, a do emprego, a da saúde e educação, entre outras formas de expressão que atingem, de modo mais perverso, a classe trabalhadora. Diante dessas manifestações das crises, as classes dominantes elaboram e implementam estratégias de ação que assegurem sua hegemonia. Nos processos de resistência, por movimento de oposição, reivindicação e protesto, é importante destacar, no âmbito da educação, a recente greve dos trabalhadores da educação federal, deflagrada,

nacionalmente, em 15 de abril/2024 e encerrada, progressivamente e coletivamente, em finais de junho, até 1º de julho.

Essa greve foi a primeira deflagrada no governo Lula/Alckmin, que foi eleito por uma ampla unidade de ação, reunindo desde grupos pró-capital até um setor significativo da classe trabalhadora e da população pobre brasileira para derrotar Bolsonaro nas urnas, com alguma expectativa de mudanças no país favoráveis à classe trabalhadora. Entretanto, nessa greve, as reivindicações sindicais, entre elas os reajustes salariais compatíveis às perdas acumuladas, não lograram êxito, chocando-se com outros interesses alheios à classe trabalhadora. Desta vez esse choque se deu, sobretudo, devido ao arcabouço fiscal valorizado pela política econômica do atual governo federal que, seguindo a política austera do Governo Temer, assumiu o compromisso de pagamento da dívida pública brasileira, que está destruindo os serviços públicos e condenando os servidores públicos federais à pauperização.

Entretanto, em que pese posturas de dirigentes sindicais que vacilavam enfrentar o governo, ressalta-se, como um avanço, o fato de que, depois de, quase uma década, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e os Institutos Federais (IF) se colocaram, novamente, na luta, o que obrigou o governo Lula/Alckmin, após um ano, colocar na mesa de negociação uma proposta, ainda que, nem de longe, atenda às pautas das categorias em luta. Além disso, foi muito importante o salto qualitativo de organização dessa greve, uma vez que, embora com comandos separados, possibilitou uma relativa unidade de ação entre o movimento dos docentes, o dos técnicos administrativos em Educação e o dos professores EBTT.

A greve encerrou, mas a luta dos trabalhadores da educação continua! Para isso, é necessária uma forte mobilização nacional dirigida pelas organizações sindicais destacando-se o Andes-SN, do qual sou integrante e, cuja organização deverá manter uma forte mobilização estruturada nas suas seções sindicais, enquanto organizações locais. Essa luta exemplificada no setor de educação, tem sua base na relação capital-trabalho, como nos demais setores da vida social, no modo de produção capitalista, cuja crise se espraia mundialmente.

No contexto atual de crise, de acirramento da luta de classes e de avanço da ultradireita contrarrevolucionária, no Brasil e no mundo, o grande desafio e exigência histórica do processo de organização da classe trabalhadora e da categoria profissional, enquanto tal, é a ruptura, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria que constitui, segundo o pensamento gramsciano, "a base de ações vitais".

Nessa direção, é indispensável a apropriação, pelos intelectuais, sujeitos políticos que se propõem a essa ruptura, na vida social da ordem burguesa, desvendando os processos que a engendram, e as totalidades que a constituem, a partir das perspectivas teórico-metodológicas da teoria social Marx e da tradição marxista. É nesse quadro de referência históri-

co-conceitual que encontramos as bases para análise crítica materialista, dialética e histórica da realidade social do Brasil e do mundo, na atualidade, como também para uma intervenção consequente, no horizonte de um devir histórico de superação da ordem vigente.

Na mesma direção, é importante o destaque de alguns desafios na luta cotidiana, como mediações importantes no processo de organização da classe trabalhadora e da categoria profissional de Assistentes Sociais no tempo presente:

- ampliar a mobilização e organização dos trabalhadores em todos os campos da vida social, de forma unificada; fortalecer as entidades político-sindicais, populares e partidárias constituídas pela classe trabalhadora, para manter/conquistar/reconquistar a sua autonomia com independência de classe, na relação com o Estado e governos; manter/construir a necessária articulação e alianças intraclasse, na perspectiva de internacionalização da classe trabalhadora.
- fortalecer, cada vez mais, as entidades acadêmico-políticas, e de organização profissional – Abepss, Conjunto Cfess/Cress e Enesso – para o enfrentamento e avanço da luta de resistência aos ataques da ultradireita e da direita antirrevolucionária no Brasil e internacionalmente, ao projeto ético-político profissional, em permanente construção; manter histórica e criticamente as bases da formação profissional em Serviço Social preconizadas nas novas diretrizes curriculares de 1996, para garantir a construção de um perfil profissional capaz de responder à necessidade de emancipação humana como horizonte do projeto ético-político profissional, na dinâmica concreta do Serviço Social como profissão e área de conhecimento; criar mecanismo para o fortalecimento da organização latino-americana e mundial do Serviço Social e aprofundamento da internacionalização do Serviço Social brasileiro.

em pauta

Lise Vogel e o debate sobre as raízes históricas e as bases materiais da opressão à mulher

Lise Vogel and the debate on the historical roots and material bases of the oppression of women

Guilherme Moraes da Costa*

RESENHA
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86961

Lise Vogel é uma socióloga e historiadora da arte estadunidense, nascida no ano de 1938 na cidade de Nova York. É uma estudiosa que buscou estreitar conceitos trazidos pelo pensamento feminista a partir do marxismo. Esta análise crítica e reflexiva identificou uma lacuna teórica nos estudos de gênero ancorados na obra de Marx, recusando a premissa de que a desigualdade entre homens e mulheres era um fenômeno da biologia, desconsiderando, dentre outros fatores, a dinâmica concreta dessa lógica nas relações sociais. Com base nesse contexto, Vogel elaborou as bases da teoria da reprodução social (TRS), demarcando no campo dos estudos feministas o feminismo da reprodução social.

As análises e reflexões de Lise Vogel (2022) estão presentes em sua obra recentemente publicada no Brasil, intitulada *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, originalmente publicada em solo estadunidense em 1983 e traduzida para o português pelo Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (GE-TRS), em parceria com a Editora Expressão Popular, que publicou o livro.

Nesta obra, a autora estabelece os fundamentos da teoria unitária, servindo-se de alguns pressupostos. Em sua análise sobre a opressão a qual as mulheres estão sujeitas, Vogel (2022) busca a *integração* das análises, ao compreender as questões de gênero no âmbito do capitalismo, integrando a opressão vivida pelas mulheres a partir da teoria marxista.

A autora realiza, a partir da obra de Marx, um exercício teórico-crítico ao dilatar categorias já conceituadas pelo autor e inovando ao trazer para o primeiro plano a perspectiva feminista sobre a opressão às mulheres. Identifica que, em *O capital*, (Marx, 1996), há a proble-

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: guilhermemoraesdacosta@gmail.com.

COMO CITAR: COSTA, G. M. da. Lise Vogel e o debate sobre as raízes históricas e as bases materiais da opressão à mulher. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 201-204, set./dez., 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86961.

Recebido em 12 de julho de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de julho de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

matização sobre a exploração da força de trabalho para a extração da mais-valia, contudo, para a autora, Marx não se aprofunda em analisar como o trabalhador – basilar para a extração de mais-valia e, consequentemente, para o modo de produção capitalista – é mercadoria produzida e reproduzida. Por consequência, a TRS ganha relevância contemporânea ao indicar caminhos para a compreensão das dinâmicas atuais que sustentam a opressão às mulheres, bem como outras formas de opressão que assolam a classe trabalhadora (Battacharya, 2019).

Em sua abordagem, a autora trabalha com algumas categorias centrais na análise marxiana, como força de trabalho, valor de uso, valor de troca e mais-valia. Vogel discute o trabalho doméstico como elemento central nas relações sociais entre homens e mulheres, nas quais as mulheres são sobrecarregadas por essas atividades e pelo cuidado com a família. Mesmo quando a mulher exerce função remunerada fora do lar ela não está imune a esta lógica; ao contrário, como vemos no presente, temos mulheres submetidas a segundas, terceiras e quartas jornadas de trabalho acumuladas por essa lógica de opressão.

A partir da leitura de Vogel (2022), a reprodução social não pode ser tida como sinônimo de trabalho doméstico, pois ela se estende para além dos muros dos lares, sendo estimulada como forma de obtenção de lucro, a exemplo do trabalho prestado por cuidadoras em hospitais, instituições de acolhimento (crianças, adolescentes e idosos), como também se faz presente no trabalho doméstico remunerado.

A TRS amplia a lente de análise para a questão da produção e reprodução da classe trabalhadora. Ante a um ponto de vista ontológico, advoga que as relações de exploração, alienação, opressão e dominação atuam em conjunto, formando uma unidade dialética e tendo como uma das características em comum a subordinação da mulher à lógica do valor através do trabalho doméstico não remunerado. Nessa linha de raciocínio, infere-se que a obra dialoga também com a teoria da interseccionalidade; todavia, a autora refuta essa ideia.

> Até certo ponto, as duas posições teóricas já foram tomadas como antagônicas – como se houvesse um confronto entre as abordagens marxista (teoria da reprodução social) e não marxista (interseccionalidade). Contudo, esses autores argumentam ser possível adotar a teoria da reprodução social sem descartar os pontos fortes do pensamento interseccional, sobretudo sua capacidade de desenvolver relatos descritivos e históricos diferenciados de várias 'categorias de diferença social'. Essa me parece uma direção promissora a se seguir. No longo prazo, porém, acho que devemos abandonar duas suposições muito estimadas. A primeira é de que várias dimensões da diferença – como raça, classe e gênero – são comparáveis. A segunda implicação de que elas são iguais em peso causal. Gostando ou não, essas duas suposições levam a um interesse em identificar paralelos e semelhanças entre as diferentes categorias e a subestimar suas particularidades. (Vogel, 2023, p. 14-15).

Em termos práticos, a reprodução social se dá por intermédio de um processo multifacetado, imbricado por três aspectos centrais, interligados e indissociáveis: a) reprodução de novos trabalhadores; b) manutenção de antigos e novos trabalhadores; c) e regeneração da força de trabalho. No âmbito do capital, não é a questão biológica apenas que dita o regramento da opressão às mulheres, e sim a função a elas imposta para o exercício destes três aspectos, uma vez que é necessário regular a capacidade das mulheres e de pessoas que gestam para garantir a existência dos antigos e atuais, bem como o crescimento da próxima geração de trabalhadores.

Em vista disso, ao ocuparem-se com o surgimento de novas vidas, as mulheres e as pessoas que gestam atuam para a reprodução de novos trabalhadores mediante o processo gestacional, que tem como fim a perpetuação da espécie a partir do nascimento de novos trabalhadores destinados a ocupar os postos de trabalho no futuro. Outra frente é também o cuidado com aqueles que ainda não podem ingressar e com os que já deixaram o mercado de trabalho. Atividades como cuidar, educar, criar crianças e adolescentes, assim como prestar assistência a idosos, atuam como fator de *proteção e manutenção* de novos trabalhadores (crianças e adolescentes) e de antigos trabalhadores (idosos), que já venderam sua força de trabalho e hoje não têm mais condições de fazê-lo de acordo com o padrão de exigência do mundo do trabalho.

Parte da reprodução social realizada pelas mulheres é a *regeneração da força de trabalho*, física e mental, que ocorre, na lógica patriarcal, quando um homem que desempenha o papel de provedor chega em casa e encontra as condições necessárias para o descanso, materializadas através do acolhimento, do apoio emocional, da comida pronta, da cama quente e limpa, ou seja, ações que permitem a este trabalhador condições para reestabelecer-se, considerando a jornada de trabalho no dia seguinte. Por outro lado, ela mesma não pode desfrutar dessas regalias, uma vez que seu trabalho não tem hora para terminar. Ou seja, a reprodução social é um círculo *ad aeternum*, cuja existência e perpetuação justificam-se unicamente para manter a classe trabalhadora em condições mínimas de vender sua força de trabalho.

Ao expandir o horizonte a partir de uma nova epistemologia do feminismo da reprodução social, a autora, em seu caminho metodológico, recorre ao marxismo e a suas categorias para analisar as questões propostas e fortalecer a luta feminista a partir de uma base crítica e material. Busca, então, ir para além de armadilhas simplistas que poderiam empobrecer o debate; ao contrário, traz o estímulo a reflexões críticas e a promoção de uma abordagem mais amplificada das questões de gênero, de modo a contribuir para a igualdade entre homens e mulheres e para a emancipação das mulheres.

Ao revisitar a obra de Marx por uma perspectiva que podemos nomear como feminista socialista, a autora deixa nítido como a opressão às mulheres está intrinsecamente

ligada às relações de classe e às estruturas da sociedade capitalista. Vogel enfatiza a importância de levar em consideração as bases materiais e estruturais expressas nas desigualdades de gênero como uma das bases do capitalismo. Cabe ressaltar que a autora construiu essas referências a partir do que observou na realidade estadunidense e, na primeira parte do livro, as tradutoras demonstram caminhos de como a TRS pode ser aplicada à particularidade nacional.

De maneira geral, Vogel enfatiza a necessidade de avançar rumo a uma teoria unitária que consiga integrar as perspectivas feministas e marxistas nas análises referentes à questão da opressão às mulheres. Realça a potencialidade da abordagem marxista como modo de avançar para uma práxis direcionada à emancipação e à igualdade das mulheres nesta sociedade. A partir do marxismo, mas com o olhar do feminismo, isso permite desvendar como a opressão às mulheres está a serviço do capital, compreendendo dessa forma suas estruturas econômicas e sociais mais amplas nesta conjuntura. Da mesma forma, avança para uma crítica ao sistema capitalista e demonstra como a exploração econômica do homem pelo homem na busca desenfreada pelo lucro traz impactos distintos para homens e mulheres, tendo particularidades cujos efeitos só se manifestam nas vidas delas.

Referências

BATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, v. 32, n. 1, set. 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/. Acesso em: 1 fev. 2024.

MARX, Karl. O Capital - Livro 1: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres:* rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

VOGEL, L. Prefácio. *In:* BHATTACHARYA, T. *Teoria da reprodução social:* remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

em pauta

Raízes do protesto negro no Brasil: Clóvis Moura e as lutas do nosso tempo

Roots of the Black Protest in Brazil: Clóvis Moura and the struggles of our time

Sandhro Luiz de Almeida Abrahão*

RESENHA
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86962

Clóvis Steiger de Assis Moura, mais conhecido como Clóvis Moura, nasceu no Piauí, na cidade de Amarante, no dia 10 de julho de 1925. Foi escritor, jornalista, sociólogo, historiador e militante no movimento negro brasileiro, privilegiando os estudos sobre o processo de escravização e a resistência dos negros e negras ao escravismo colonial no Brasil. A resistência, a luta de classes e o papel revolucionário da população preta é o fio condutor da presente obra de Moura.

Seu livro *Brasil: as raízes do protesto negro* é munição teórico-crítica para a apreensão do processo escravocrata colonial e as suas implicações na formação dos hábitos, da concepção de família, da situação social, econômica e ideológica da sociedade brasileira. A produção e reprodução de ideologias dominantes racistas reforçam a ideia do negro como antimodelo nacional, idealizando o colonizador como sinônimo de progresso. É nesse sentido que o autor defende que a liberdade do negro só é possível via revolução, pois o Estado, a classe dominante e todo o arcabouço jurídico-legal representam a manutenção do *status quo* que privilegia o homem branco. Sem dúvida, nada mais atual que as ideias presentes nesse livro de Clóvis Moura, que, como uma bússola, norteia e ilumina as ações e lutas do nosso tempo.

Ao refletir sobre o escravismo colonial que marca a formação social brasileira, o autor chama a atenção para o conceito de "quilombagem", destacando a função do quilombo como movimento de resistência e rebeldia organizado por negros e negras diante da luta de classes entre escravizados e escravistas.

No livro, Moura (2023) faz duras críticas à ideia de democracia racial, em especial, a ideia de passividade do negro exaltada por parte da intelectualidade brasileira, sobretudo por Gilberto Freyre. O autor critica a interpretação que compreende como bondoso o senhor que

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: sandhro123@hotmail.com.

COMO CITAR: ABRAHÃO, S. L. A. da. Raízes do protesto negro no Brasil: Clóvis Moura e as lutas do nosso tempo. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 205-208, set./dez., 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86962.

Recebido em 20 de julho de 2024.

Aprovado para publicação em 31 de julho de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

escraviza e que vê como um ser dócil o escravizado. Para Moura, é justamente essa concepção benigna do modo de produção escravista colonial que escamoteia a realidade da luta de classes durante o regime escravista. Trata-se de uma ideologia que justifica o privilégio do branco colonizador veiculada por uma intelectualidade como, por exemplo, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Tobias Barreto, entre outros, que explicitavam que o atraso da sociedade brasileira se dava em virtude do negro, sendo necessário o embranquecimento da população do país pós-abolição.

Uma leitura atenta do livro de Moura (2023) proporciona ao leitor maior criticidade para analisar a realidade social contemporânea, escapando do falacioso discurso liberal, que defende a ideia de meritocracia e de empreendedorismo como "solução" para as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora brasileira, composta majoritariamente por pretas e pretos. Deste modo, a obra *Brasil: as raízes do protesto negro* ajuda a compreender a complexidade da formação social brasileira e a divisão racial do trabalho, na qual o/a trabalhador/a negro/a está historicamente marcado/a pelo rebaixamento da sua força de trabalho em relação às condições dos não negros.

Para demonstrar quão inescapável é a obra de Moura (2023), analisemos alguns dados mais recentes. No Brasil, em 2023, o rendimento médio de um trabalhador negro é 39,2% menor que de um trabalhador não negro. Em relação aos números de desocupados, o percentual de negros totaliza 65,1%. Para fins comparativos, os não negros tiveram taxas de rendimento médio e de desocupação similares aos negros apenas durante a pandemia de Covid-19 (IBGE, 2023b).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do 2º trimestre de 2023, os negros ocupam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência, apesar de representarem 56,1% da população ativa. Assim, um em cada 48 trabalhadores negros ocupa cargo de chefia ou de gestão. Já em relação aos homens brancos, a proporção cai para 18 trabalhadores. Além disso, a taxa de trabalhadores negros que atua em trabalhos desprotegidos é de 46%, enquanto em trabalhadores brancos é de 34% (IBGE, 2023b).

A relação entre colonizador e colonizado marca e dinamiza a lógica da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho que, como Moura (2023) destaca, impacta no desenvolvimento de um capitalismo dependente. A consequência é que a força de trabalho no país é superexplorada e sua manutenção é realizada por ações autoritárias, repressivas e violentas do Estado, desfechadas diretamente contra a população negra que, segundo o Censo de 2022 (IBGE, 2023a), compõe 55,5% da população brasileira[1].

1 De acordo com o censo de 2022 divulgado pelo IBGE (2023a), os pardos são 92,1 milhões, 45,3% da população. Os pretos são 20,7 milhões, 10,2% da população, e os brancos são 88,2 milhões, representando 43,5%.

Cabe ratificar que o livro foi escrito no período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), no qual Moura (2023) denuncia as ações do Estado autoritário neofascista contra a população negra, sendo a mais perseguida em relação às outras frações da classe trabalhadora. Essa perseguição, inclusive, não foi arrefecida com a redemocratização do país. De acordo com o Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2023), os negros lideram o *ranking* de mortes violentas, somando 36.922 vítimas. Em contrapartida, o número de homicídio de não negros permanece em queda. Conforme salientam Cerqueira e Bueno (2023), há um grupo racialmente identificado que sofre inúmeros tipos de violência de maneira sistemática, consequência do racismo estrutural que marca a luta de classes no Brasil.

Historicamente, a população negra é a mais prejudicada no que se refere ao acesso a direitos básicos, como: educação, saúde, habitação e demais barreiras que obstaculizam o acesso ao mercado formal de trabalho. Por outro lado, crescem as taxas de letalidade de pessoas negras. Entre 2019 e 2021, o risco relativo de uma pessoa negra ser vítima letal passou de 2,6 para 2,9 em relação a uma pessoa não negra (Cerqueira; Bueno, 2023).

Apesar do racismo estrutural que marca a formação social brasileira, algumas conquistas no âmbito jurídico-legal precisam ser destacadas, por exemplo, a Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, que destina 50% de vagas para negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes em condição socioeconômica mais desfavorável. Tais conquistas, mesmo que dentro da ordem capitalista, são significativas e resultado de toda uma trajetória de lutas que envolvem os movimentos pretos no combate ao abismo social marcado pelo recorte racial. Após dez anos de sua criação, a política de cotas apresenta avanços importantes para o acesso da população negra às universidades brasileiras.

Entre os anos de 2010 e 2019, o número de pessoas pretas no ensino superior cresceu 400%, o que demonstra a importância dessa política. Por outro lado, a pesquisa realizada pela instituição de ensino superior de São Paulo, Insper, constatou que o nível de qualidade dos formandos não caiu com a implementação da política, refutando a hipótese de queda na qualidade dos formandos com a entrada de pretos e pobres pelas cotas nas universidades (BRASIL, 2022).

Apesar dos avanços, a ideia de "democracia racial" no Brasil continua favorecendo a perpetuação de práticas antidemocráticas e políticas discriminatórias e racistas. Com o avanço do conservadorismo e de movimentos organizados de extrema direita no país, o resultado é o acirramento da culpabilização da população negra pelas condições de vida e de trabalho, reforçando o sistema de estratificação social e de posição de classe, seja pela via alienadora/ideológica, seja pela repressão e extermínio dessa população. A concepção de "igualdade perante a lei" obscurece a real desigualdade social marcada pelo racismo estrutural.

As questões enfrentadas pela população negra no Brasil, portanto, são mais sensíveis e específicas do que os interesses da classe trabalhadora com um todo, embora dela faça parte integralmente. Como salienta Moura (2023), situar o negro historicamente é compreendê-lo como agente dinâmico e radical desde a origem do escravismo colonial. Em suma, a potência da ação revolucionária no Brasil tem cor e classe: é preta e trabalhadora.

Referências

BRASIL. Senado Federal. Participantes de sessão celebram resultados e pedem aprimoramento da Lei de Cotas. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/29/participantes-de-sessao-celebram-resultados-e-pedem-aprimoramento-da-lei-de-cotas. Acesso em: 19 jun. 2024.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=38405. Acesso em: 19 jun. 2024.

HOMENAGEM DE VIDA
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86963

80 anos da Faculdade de Serviço Social da Uerj: andanças contra o conservadorismo

The Faculty of Social Work at Uerj turns 80: a journey against conservatism

Graziela Scheffer*
Carlos Felipe Nunes Moreira**

Da "escola proletária" ao aniversário de 80 anos: um compromisso histórico firmado com a democracia. Homenagear a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/Uerj) em seus 80 anos é um grande privilégio, pois permite trazer ao público suas andanças históricas contra os ventos do conservadorismo. Inspirada no Movimento da Escola Nova, inaugura-se a FSS/Uerj, denominada no período como Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth. Sua fundadora, Maria Esolina Pinheiro[1], que desde 1938 vinha projetando uma escola laica, democrática e de acesso aos trabalhadores, conseguiu consolidar sua fundação em 1944. Por mais de duas décadas a FSS/Uerj foi a única instituição de formação pública de Serviço Social que ofertava o turno noturno, criando assim um importante acesso do ensino superior às mulheres e homens da classe trabalhadora.

Tais características bastante progressistas da escola e de sua fundadora à época fizeram a FSS/Uerj ser conhecida no meio profissional como Escola Proletária de Maria Esolina. Em 1958, por meio do Decreto nº 14.046, passa a se denominar Faculdade de Serviço Social e, tendo seu reconhecimento como unidade de ensino superior, integra, em 1963, a então Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje conhecida como Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Alencar, 1994).

1 Maria Esolina Pinheiro foi a primeira assistente social brasileira reconhecida oficialmente a partir de sua contratação no Juizado de Menores do Rio de Janeiro e autora do primeiro livro de Serviço Social no país, em 1939. Também foi fundadora da ABSS, criadora das primeiras escolas laicas de Serviço Social e fundadora da primeira faculdade pública oficial da profissão no Brasil (Iamamoto, 2014).

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: graziela.uerj@gmail.com.
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br.

COMO CITAR: SCHEFFER, G.; MOREIRA, C. F. N. 80 anos da Faculdade de Serviço Social da Uerj: andanças contra o conservadorismo. *Em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 209-212, set./dez., 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86963

Recebido em 31 de julho de 2024.
Aprovado para publicação em 05 de agosto de 2024.
Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Ao longo de suas oito décadas, a FSS/Uerj tem desempenhado um papel importante nos processos de fortalecimento da democracia universitária através de participação orgânica e constante junto ao movimento sindical e estudantil, seja compondo diretoria, seja enquanto base atuante nas muitas ações políticas. O nº 4 da revista *Em Pauta*, de 1994, em comemoração aos 60 anos da faculdade, traz um importante registro de sua história contendo aspectos que nos possibilitam vislumbrar as lutas democráticas no contexto ditatorial na dinâmica institucional. Alencar (1994) aponta que, apesar de haver predominância da formação alinhada às demandas da autocracia burguesa, havia indícios de resistências articuladas ao movimento estudantil do período. Destaque histórico para a grande greve de estudantes de 1982, na qual a FSS/Uerj foi catalizadora de um processo reivindicatório democrático que se espraiou por toda Uerj.

Ao final dos anos 1970, sob horizonte da redemocratização, agita a reorganização do ME, dos sindicatos de professores e de funcionários. A luta pela democracia nas universidades enfrentava a repressão dentro dos *campi*. Em 1979 a UNE saiu da ilegalidade. No mesmo ano ocorreu o "Congresso da Virada". Já em 1982 chega ao público o livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, de Iamamoto e Carvalho, estabelecendo um novo significado para a profissão na história da luta de classes.

É nesse contexto que ocorre a greve de estudantes da FSS/Uerj, em 1982, num ambiente em que, à época, ainda prevaleciam práticas autoritárias. O corpo docente da faculdade era em sua maioria oriundo de outras áreas, o diretor era um filósofo (ferindo a legislação então vigente) e não havia concurso público na Uerj.

Segundo Cislaghi e Brandt (2014), a greve consistiu em uma reação estudantil à demissão das professoras Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia, Maria Helena Rauta Ramos e Rose Mary Sousa Serra, todas alinhadas à renovação crítica em curso no Serviço Social brasileiro. Esse episódio tomou grandes proporções, acarretando mobilizações dentro e fora da universidade, intensificando laços com a organização sindical da categoria e impactando numa greve geral dos estudantes da Uerj em apoio às demandas dos discentes.

Internamente, a FSS há anos inova nos seus processos de gestão democrática, sendo uma das únicas unidades da Uerj a realizar conselho de classe para avaliação coletiva do trabalho desenvolvido em sala de aula. Além disso há também a realização mensal da chamada Reunião Geral, na qual estudantes, técnico-administrativos e docentes têm direto igualitário à voz e voto no principal espaço deliberativo da faculdade.

A FSS/Uerj historicamente transitou de um currículo balizado na perspectiva funcionalista-tecnocrática até – a partir do referido episódio grevista – a renovação crítica curricular de 1985, incluindo definitivamente a tradição marxista na sua formação. A partir de então, a FSS/Uerj tem se colocado como referência de qualidade no âmbito

da formação acadêmica para o Serviço Social brasileiro, sendo historicamente destaque também para o Trabalho Social na América Latina. As contribuições da FSS/Uerj na construção de importantes normativas, como o Currículo Mínimo de 1982, as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Política Nacional de Estágio de 2008, por exemplo, comprovam seu protagonismo nacional no fortalecimento do Serviço Social renovado e crítico. Também registram seu pioneirismo no debate sobre processo de trabalho.

Para além do papel acadêmico, a FSS/Uerj assume ainda responsabilidades no campo da organização política da categoria, estando inúmeras vezes na direção das principais entidades representativas da profissão, como CFESS, Abepss e Cress-RJ, além da participação estudantil sempre aguerrida na Enesso.

O compromisso da FSS/Uerj com a relação indissociável entre teoria e prática se espraia para a unidade ensino-pesquisa-extensão e se evidencia ainda nos seus cursos de mestrado, de doutorado, de residência e de especialização no campo da saúde. Uma formação acadêmico-profissional de perspectiva omnilateral, contra-hegemônica, voltada não apenas para o mundo do trabalho, mas, sobretudo, para a vida. Uma relação de ensino-aprendizagem que, ao problematizar criticamente as relações sociais instituídas e assumir a tarefa de contribuir com a construção de uma sociedade radicalmente distinta da atual, amplia visões de mundo e transforma consciências, formatando um sentimento tão forte de pertencimento e de identidade à universidade que faz qualquer egresso se sentir para sempre "uerjiano".

É um projeto acadêmico que, ao longo do tempo, reafirma seu direcionamento de questionamento crítico da ordem social e de ruptura com tudo aquilo que oprime, discrimina e violenta. Numa universidade pioneira na implementação de cotas raciais no Brasil, a FSS/Uerj desde sempre priorizou o período noturno como uma espécie de "ação afirmativa" voltada para a garantia de melhores condições de permanência e conclusão de estudantes que precisam dividir-se entre trabalhar e estudar.

A Faculdade de Serviço Social tem se colocado como vanguarda e referência nacional no debate interseccional de classe, raça, etnia e gênero. Foi ela a primeira unidade na Uerj a oferecer uma disciplina eletiva sobre família e sociedade, tratando transversalmente de temáticas como gênero, raça e sexualidade. No 10ª CBAS, realizado em 2001 na Uerj, introduziu no congresso o eixo temático raça, gênero e sexualidade. Foi ela também pioneira ao comprometer-se com a maior qualificação junto ao processo transexualizador no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe). Na residência, instituiu a disciplina *Relações étnico-raciais, saúde e equidade*. No seu principal periódico, dedicou uma edição especial da revista *Em Pauta*, nº 28, de 2011, ao debate sobre diversidade sexual e gênero. É por essa esteira que se desenvolvem também atividades de assessoria e a realização de estágio supervisionado em Serviço Social junto ao histórico programa "Rio Sem Homo-

fobia" (atualmente denominado "Rio Sem LGBTIfobia"), do governo estadual, criado em 2010 e voltado para o combate à violência e à discriminação a lésbicas, gays, travestis e transexuais. Como bem disse recentemente Ana Paula Procópio, a primeira professora negra diretora da FSS/Uerj, nas comemorações dos 80 anos da faculdade:

> Se na origem da profissão, as estudantes de Serviço Social vinham das classes dominantes, em evidente identificação com a filantropia e a caridade, hoje, especialmente na Uerj, instituição pioneira na política de cotas, nossas estudantes são mulheres oriundas da classe trabalhadora, muitas delas como as primeiras representantes de suas famílias na educação universitária, moradoras de áreas periféricas do Rio de Janeiro e segundo nosso Censo Estudantil interno realizado em 2023, 64,6% se declaram pretas e pardas. [...] Que venham novas décadas de trabalho comprometido com os direitos humanos e com a universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

A FSS/Uerj é, portanto, um patrimônio histórico do Serviço Social brasileiro construído coletivamente que já perdura há 80 anos, da qual parte importante de seus protagonistas está aposentada ou desenvolvendo novos trabalhos em outras praças. Há ainda tantas pessoas fundamentais nesta história que faleceram precocemente e que deixaram, além de seus legados, muitas saudades. Há ainda tantas e tantos novas/os protagonistas que estão surgindo e que surgirão na FSS/Uerj para construir os próximos 80 anos dessas andanças perseverantes contra os ventos de um conservadorismo que teimam em soprar.

Sigamos para renovar e fortalecer um novo amanhã coletivo. Como ensina a ideia de *sankofa*, representado pelo pássaro da tradição africana que volta a cabeça à cauda e está presente na arte comemorativa[2] dos 80 anos da FSS: retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro!

Referências

ALENCAR, M. M. T. A faculdade de Serviço Social da Uerj na década de sessenta. *Em Pauta: Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj*, Rio de Janeiro, n. 4, dez. 1994.

CISLAGHI, J. F.; BRANDT, D. B. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da Uerj. *In:* VELOSO, R. dos S. *et al.* (Org.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da Uerj:* 70 anos de história. Rio de Janeiro: EdUerj, 2014.

IAMAMOTO, M. V. Os 70 anos da Faculdade de Serviço Social da UERJ na história do Serviço Social brasileiro. *In:* VELOSO, R. dos S. *et al.* (Org.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da Uerj:* 70 anos de história. Rio de Janeiro: EdUerj, 2014.

2 Arte de Marcelo de Oliveira da Silva, artista plástico e técnico da Uerj, atuante na FSS entre 1999 e 2015.

Valeria Lucilia Forti
Monica de Jesus Cesar
Marilda Villela Iamamoto
Milena da Silva Santos
Rodrigo Castelo
Lays Ventura
Guilherme de Rocamora
Henrique Galdino
Juliana Firmino Fonzar
Eugênia Aparecida Cesconeto
Lilian Angélica da Silva Souza
Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira
Luiza Guimarães Oliveira
Gabriela Alves dos Santos
Daiane Zanin
Jean Von Hohendorff
Gênesis de Oliveira Pereira
Francine Helfreich
Thayana Vianna Melo
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães
Luís Sidney Nascimento Fiel
Linda Gabrielle Coutinho Monteiro
Helena Lúcia Augusto Chaves
Ethol Exime
Evandro Alves Barbosa Filho
Juan Pablo Sierra Tapiro
Diego Martins Dória Paulo
Guilherme Moraes da Costa
Sandhro Luiz de Almeida Abrahão
Graziela Scheffer
Carlos Felipe Nunes Moreira
Ziza Dourado (E.O.)

Revista *em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea
Faculdade de Serviço Social da UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.
Bairro Maracanã - 20.550-013 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
URL: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta
Email: revistaempauta.uerj@gmail.com
Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - 3º quadriênio de 2024
set/dez 2024, n56, v. 22
ISSN 2238-3786